



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



THAÍS FARIAS DE ALMEIDA

**A QUESTÃO DAS DROGAS NO CONTEXTO DOS JOVENS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM LAGOA SECA/PB: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR**

JOÃO PESSOA

2023

THAÍS FARIAS DE ALMEIDA

**A QUESTÃO DAS DROGAS NO CONTEXTO DOS JOVENS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM LAGOA SECA/PB: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de mestrado.

Linha de Pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447q Almeida, Thaís Farias de.

A questão das drogas no contexto dos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade em Lagoa Seca/PB : uma análise a partir da educação popular / Thaís Farias de Almeida. - João Pessoa, 2023. 204 f. : il.

Orientação: Ivonaldo Neres Leite.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação - Adolescência. 2. Educação popular. 3. Drogas - Abordagem educacional. 4. Socioeducação. 5. Direitos humanos. I. Leite, Ivonaldo Neres. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37-053.6(043)

THAÍS FARIAS DE ALMEIDA

**A QUESTÃO DAS DROGAS NO CONTEXTO DOS JOVENS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM LAGOA SECA/PB: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para defesa de mestrado.

Linha de Pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

Resultado: APROVADA

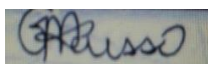
João Pessoa, 10 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA



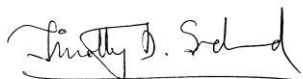
Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite

Orientador (Presidente da Banca) – Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Gláucia Helena Araújo Russo

Membro da Banca (Avaliadora Externa) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte



Prof. Dr. Timothy Denis Ireland

Membro da Banca (Avaliador Interno) – Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Renata Monteiro Garcia

Membro da Banca (Avaliadora Interna) – Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e ao universo por me oportunizarem chegar até aqui.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFPB por essa oportunidade de formação e, mais especificamente, por possibilitar meu ingresso na linha de Educação Popular. Muito obrigada a todos(as) os(as) professores(as) que contribuíram para o meu aprendizado a partir de seus valiosos ensinamentos.

Minha profunda gratidão ao meu orientador, Ivonaldo Leite, por ter me concedido a honra de ser sua orientanda, além de ter acreditado na minha capacidade para a realização deste estudo. Muito obrigada por toda a atenção prestada durante o Mestrado, com críticas, sugestões e orientações que foram fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho. Sua dedicação será eternamente um espelho para mim.

Agradeço aos professores Gláucia Helena Araújo Russo, Timothy Denis Ireland e Renata Monteiro Garcia pelas críticas, sugestões e orientações valiosas dadas para o desenvolvimento deste trabalho na banca de qualificação.

Agradeço a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC) e a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba por possibilitarem a realização desta pesquisa. Agradeço, também, ao Juiz da Vara da Infância e Juventude de Campina Grande, Perilo Lucena, pelo auxílio prestado.

Agradeço a todos(as) os(as) professores(as) da Escola Cidadã Integral Socioeducativa do *Lar do Garoto* pelas valiosas contribuições dadas para a pesquisa. Serei eternamente grata pelo acolhimento oferecido na instituição, bem como por terem dedicado uma parte de seu tempo para participarem da pesquisa e compartilharem comigo seus saberes e experiências na socioeducação.

Agradeço a minhas amigas do Mestrado Ana Clara Nascimento, Maria José Soares de Lima e Isabella Hellen por compartilharem comigo as conquistas da vida acadêmica, mas também as angústias e dificuldades. Serei eternamente grata por todo o apoio, parceria e amizade que construímos ao longo do curso.

Agradeço a meus pais, Fernando e Sandra, meus amigos(as) Amanda, Camila e Lucas, e meu namorado, Antônio Neto, por todo o apoio e companheirismo que me deram ao longo dessa caminhada, o que foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Agradeço, em especial, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio, fomento e financiamento no desenvolvimento e realização desta pesquisa.

RESUMO

No contexto do debate latino-americano atual, tem sido assinalado que os novos fenômenos contemporâneos e os seus desafios requerem o desenvolvimento de abordagens sob a ótica da Educação Popular que não compunham o seu marco anterior, na sua versão clássica desenvolvida nos anos 1960. A questão das drogas, por exemplo, é um desses fenômenos. As políticas proibicionistas, impulsionadas pela visão bélica de ‘guerra às drogas’, têm provocado o aumento da violência, o encarceramento em massa, o extermínio de pessoas pertencentes às classes populares, a destruição das perspectivas de futuro de jovens e adolescentes etc. Tendo isso em atenção, o trabalho socioeducativo envolvendo as drogas, sob a perspectiva da Educação Popular, constitui-se em uma alternativa distinta aos enfoques hegemônicos, que são norteados pela irracionalidade das determinações repressivas oriundas da visão bélica sobre o assunto. A presente pesquisa situa-se nesse campo temático, sendo o seu objetivo geral analisar como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, localizado no município de Lagoa Seca/PB. No sentido de alcançar o seu propósito, a pesquisa parte dos seguintes objetivos específicos: 1) apresentar aspectos da base analítica da Educação Popular que dialogam com a temática das drogas; 2) enfocar a origem do sistema socioeducativo no Brasil e, mais especificamente, do *Lar do Garoto*; 3) investigar de que maneira os professores atuantes no *Lar do Garoto* têm abordado as drogas no contexto escolar da mencionada instituição. Do ponto de vista do seu referencial teórico-conceitual, o estudo tem em atenção, fundamentalmente, as contribuições de três esferas analíticas: a Educação Popular, a Sociologia do Desvio e a Criminologia Crítica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa operacionalizada através da realização de observações assistemáticas no *Lar do Garoto* e mediante entrevistas semiestruturadas com professores da Escola dessa instituição. O material empírico resultante das entrevistas foi escrutinado conforme os procedimentos técnicos da Análise Temática de Braun e Clarke (2006). Como decorrência da Análise Temática realizada, o trabalho chegou a cinco categorias, as quais nortearam a discussão dos resultados, quais sejam: 1) perfil social dos adolescentes do *Lar do Garoto*; 2) presença das famílias no *Lar do Garoto*; 3) atividades desenvolvidas no *Lar do Garoto*; 4) relação dos adolescentes do *Lar do Garoto* com as drogas; 5) abordagens sobre as drogas realizadas no *Lar do Garoto*. Entre outros achados, identificou-se o seguinte: 1) diferentes abordagens sobre as drogas, havendo enfoques orientados tanto pela lógica proibicionista como enfoques que a rejeitam; 2) inexistência de formação específica aos docentes para tratar da temática das drogas; 3) casos em que, mesmo sem o conhecimento sistematizado a respeito da Educação Popular, se desenvolvem ações que se aproximam das suas perspectivas. Conclusivamente, assinala-se, por exemplo, a necessidade imprescindível de se oferecer formação continuada aos professores da socioeducação, tendo em conta os desafios implicados nas abordagens sobre as drogas.

Palavras-chave: Educação Popular. Drogas. Socioeducação. Adolescência. Direitos humanos.

ABSTRACT

In the context of the current Latin American debate, it has been pointed out that the contemporary phenomena and their challenges require the development of approaches by Popular Education which were not part of its former framework, that is to say, its classical version developed in the 1960s. The issue of drugs, for example, is one of these phenomena. Prohibitionist policies, driven by the warlike vision of the 'war on drugs', have caused an increase in violence, mass incarceration, the extermination of people belonging to the popular classes, the destruction of projects for the future of young people and adolescents, etc. Bearing this in mind, the socio-educational work regarding drugs, under the perspective of Popular Education, constitutes a different alternative to the hegemonic approaches, which are guided by the irrationality of the repressive determinations originating from the warlike vision on such a subject. This research is situated in this thematic field, and its general objective is to analyse how the issue of drugs has been addressed in the school context of young people and adolescents in compliance with the socio-educational measure of internment in the Centro Socioeducativo Lar do Garoto, located in the municipality of Lagoa Seca/PB. In order to achieve its purpose, the research starts from the following specific objectives: 1) to present aspects of the analytical basis of Popular Education that dialogue with the theme of drugs; 2) to focus on the origin of the socio-educational system in Brazil and, more specifically, of the *Lar do Garoto*; 3) to investigate how teachers have approached drugs in the school context of the Lar do Garoto. From the point of view of its theoretical-conceptual framework, the study takes into account, fundamentally, the contributions of three analytical spheres: Popular Education, Sociology of Deviance and Critical Criminology. Methodologically, this is a qualitative research carried out through unsystematic observations at *Lar do Garoto* and through semi-structured interviews with teachers from the school of that institution. As a result of the Thematic Analysis conducted, the work reached five categories, which guided the discussion of the results, namely: 1) social profile of young people and adolescents from *Lar do Garoto*; 2) presence of families at *Lar do Garoto*; 3) activities developed at *Lar do Garoto*; 4) relationship of adolescents from *Lar do Garoto* with drugs; 5) approaches of drugs developed at *Lar do Garoto*. Among the findings, the following were identified: 1) different approaches to drugs, with approaches guided both by prohibitionist logic and approaches that reject it; 2) lack of specific training for teachers to deal with the issue of drugs; 3) the existence of cases in which teachers develop activities that have similarities with the perspectives of Popular Education, although they do not have systematized knowledge about it. Conclusively, it is emphasised, for example, the essential need to provide continuing training for socio-education teachers, taking into account the challenges involved in approaches about drugs.

Keywords: Popular Education. Drugs. Socioeducation. Adolescence. Human rights.

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM	Centro de Ciências Médicas
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDH	Conselho Estadual de Direitos Humanos
CEPCT	Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Centro Popular de Cultura
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECIS	Escola Cidadã Integral Socioeducativa
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Popular
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FEBEM	Fundação do Bem-Estar Social do Menor
FEBEMAA	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida
FUNDAC	Fundação de Atendimento Socioeducativo Alice de Almeida
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MPF	Ministério Público Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PNAD	Política Nacional sobre Drogas

PNBM	Política Nacional do Bem Estar do Menor
PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RD	Redução de Danos
SAE	Serviço de Atendimento ao Egresso
SAM	Sistema de Assistência ao Menor
SEECT	Secretaria de Estado da Educação e Ciência e Tecnologia
SEDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETRASS	Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tempo de atuação profissional dos(as) entrevistados(as).....	23
QUADRO 2 – Operacionalização da Análise Temática das entrevistas	25
QUADRO 2 – Continuação: Operacionalização da Análise Temática das entrevistas	26
QUADRO 2 – Continuação: Operacionalização da Análise Temática das entrevistas	27
QUADRO 3 – Artigos relacionados às palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “educação popular” e “sistema socioeducativo” encontrados no portal de periódicos da CAPES (2017-2022).....	30
QUADRO 4 – Artigos de revisão e trabalhos acadêmicos relacionados às palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “educação popular” e “sistema socioeducativo” encontrados no buscador <i>Google Acadêmico</i> (2017-2022)	31
QUADRO 5 – Dissertações relacionadas às palavras-chave “sistema socioeducativo” e “drogas” encontradas no repositório da CAPES (2017-2022)	32
QUADRO 6 – Trabalhos correspondentes à palavra-chave “Lar do Garoto” encontrados no repositório de dissertações e teses da CAPES (2017-2022).....	33
QUADRO 7 – Trabalhos correspondentes à palavra-chave “Lar do Garoto” encontrados no buscador <i>Google Acadêmico</i> (2017-2022)	33
QUADRO 8 – Trabalhos relacionados aos temas educação, sistema socioeducativo e drogas desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação e publicados em periódicos acadêmicos da área da Educação (2017-2022).....	34
QUADRO 8 – Continuação: Trabalhos relacionados aos temas educação, sistema socioeducativo e drogas desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação e publicados em periódicos acadêmicos da área da Educação (2017-2022).....	35
QUADRO 9 – Termos recomendáveis e não recomendáveis na abordagem sobre drogas.....	68
QUADRO 9 – Continuação: Termos recomendáveis e não recomendáveis na abordagem sobre drogas.....	69
QUADRO 10 – Propostas de Redução de Danos	70
QUADRO 11 – Classificação de danos decorrentes de mercados de drogas ilegais e não regulados.....	72
QUADRO 12 – Trabalho socioeducativo de redução de danos sob a perspectiva da educação popular	73
QUADRO 12 – Continuação: Trabalho socioeducativo de redução de danos sob a perspectiva da educação popular	74

QUADRO 13 – Padrão interdisciplinar para abordagem das drogas nas escolas.....	75
QUADRO 14 – Atos infracionais e número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no <i>Lar do Garoto</i> (mês de dezembro de 2022)	96
QUADRO 15 – Operacionalização da Fase 4 da Análise Temática das entrevistas	175

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do estado da Paraíba com os limites do município de Lagoa Seca em vermelho	92
FIGURA 2 – Estrada da BR-104, sentido Campina Grande para Lagoa Seca.....	92
FIGURA 3 – Zona Urbana de Lagoa Seca. Caminho em direção ao <i>Lar do Garoto</i>	93
FIGURA 4 – Zona Rural de Lagoa Seca. Caminho em direção ao <i>Lar do Garoto</i>	93
FIGURA 5 – Entrada do <i>Lar do Garoto</i>	94
FIGURA 6 – Estrutura administrativa do <i>Lar do Garoto</i>	105

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – Atos infracionais mais praticados pelos adolescentes segundo o levantamento do SINASE em 2016	63
GRÁFICO 2 – Quantidade de incidências por tipo penal no sistema penitenciário brasileiro entre os meses de julho a dezembro de 2021.....	64
GRÁFICO 3 – Números absolutos de tráfico, posse e uso de drogas no Brasil (2017-2021)	66
GRÁFICO 4 – Uso de drogas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas por região.....	89
GRÁFICO 5 – Tipo de droga utilizada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil.....	89
GRÁFICO 6 – Tipo de droga utilizada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil e nas regiões Sudeste e Sul do país.....	90
TABELA 1 – Números absolutos de tráfico, posse e uso de drogas no Brasil (2017-2021)	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora: relação com a temática	15
1.2 O escopo do estudo.....	19
1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa	22
1.4 Estado do Conhecimento sobre o tema da pesquisa	28
1.5 Estrutura de organização do trabalho	36
2 DROGAS E EDUCAÇÃO POPULAR.....	37
2.1 Proibicionismo, criminalização das drogas e políticas: uma abordagem retrospectiva a partir da Sociologia do Desvio e da Criminologia Crítica	37
2.1.2 Desvio social e teoria do etiquetamento	43
2.1.3 Percurso sócio-histórico das políticas de drogas	50
2.2 A abordagem das drogas sob a perspectiva da Educação Popular	58
3 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL	79
3.1 O Centro Socioeducativo <i>Lar do Garoto</i>	91
3.1.2 <i>Lar do Garoto</i> e vidas aquém da vida: a “rebelião” de 2017	97
3.1.3 A Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS) do <i>Lar do Garoto</i>	102
4 ABORDAGENS DOCENTES SOBRE AS DROGAS NO CONTEXTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO <i>LAR DO GAROTO</i>	107
4.1 Perfil social dos adolescentes do <i>Lar do Garoto</i>	107
4.2 Presença das famílias no <i>Lar do Garoto</i>	111
4.3 Atividades desenvolvidas no <i>Lar do Garoto</i>	113
4.4 Relação dos adolescentes do <i>Lar do Garoto</i> com as drogas	116
4.5 Abordagens das drogas no <i>Lar do Garoto</i>	120
4.6 Compreensões sobre a Educação Popular	135
4.7 Escrutínio dos resultados da pesquisa	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	168
Apêndice A: Roteiro da entrevista semiestruturada	169
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	171
Apêndice C: Carta de anuência da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba – SEECT	173
Apêndice D: Termo de autorização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba – SEDH / Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – FUNDAC.....	174
Apêndice E: Quadro 15 – Operacionalização da Fase 4 da Análise Temática das entrevistas	175

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, situado no município de Lagoa Seca, estado da Paraíba.

Inicialmente, com o intuito de possibilitar a compreensão do leitor sobre como chegamos ao tema deste trabalho e a questão que o norteia, apresentaremos um pouco da trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora e sua aproximação com a temática, para, em seguida, abordar acerca dos aspectos gerais da pesquisa, como problemática, hipótese de trabalho e objetivos, além dos procedimentos metodológicos que foram utilizados no seu desenvolvimento.

1.1 Trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora: relação com a temática

No ano de 2014, iniciei a minha primeira graduação em Direito¹. O principal motivo que levou a esta escolha foi minha afeição às questões inerentes ao fenômeno sociedade e às ciências humanas e sociais em geral, que construí durante as etapas do Ensino Fundamental e Médio. Em 2015, quando estava no terceiro período do curso, veio o desejo de ir em busca de um estágio na área jurídica que me permitisse ser útil à sociedade e ainda aprender com ela, bem como observar sua realidade.

Sendo assim, entrei como estagiária voluntária no Ministério Público do Estado da Paraíba, mais especificamente na 2ª Promotoria de Justiça da Defesa dos Direitos da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande/PB. O período desse estágio foi de muita importância para meu desenvolvimento pessoal e profissional, ocasião em que adquiri conhecimento prático e teórico em Direito da Infância e da Juventude, além de ter visto a realidade de várias crianças e adolescentes envolvidos em situações de risco e vulnerabilidade.

Como estagiária, participava de oitivas e analisava casos concretos de procedimentos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, atuando no transcurso da decisão sobre o futuro de cada adolescente que praticava ato infracional, conforme a legislação previa. Com essa vivência, notei a importância das minhas atividades exercidas como estagiária, principalmente por estar lidando com vidas de crianças e adolescentes, dos quais grande parcela

¹ No momento, além do Mestrado, também realizei a licenciatura em Pedagogia, por avaliar como relevante para a interação com os debates sobre as questões educacionais.

havia sido atraída para o contexto infracional, sobretudo pela circunstância social em que viviam.

Durante minha atuação profissional, percebi que os adolescentes eram influenciados por colegas e conhecidos já envolvidos em ‘atividades delitivas’ e infelizmente acabavam seguindo o mesmo caminho, sendo o ‘tráfico de drogas’ bastante frequente entre os atos infracionais apurados na localidade. Entretanto, não via serem efetuadas práticas educativas para que tais condutas fossem reduzidas, sobretudo na unidade socioeducativa destinada ao cumprimento da medida privativa de liberdade.

Nesse ínterim, decidi que meu trabalho de conclusão de curso seria relacionado aos adolescentes, especialmente por ter tido um apreço com o Direito da Infância e da Juventude. Logo após concluir o período de um ano no estágio, passei a me dedicar em atividades complementares que adensassem meu currículo e meus conhecimentos, tanto sobre o Direito, como sobre a realidade social do país, focando também em me aprimorar para ingressar em um curso de mestrado ao concluir a graduação.

Para tanto, em 2017 exerci a atividade de monitoria de uma disciplina no curso de Direito e participei da seleção de um Projeto de Extensão na faculdade, por meio de entrevista e análise curricular. Fui aprovada para integrar o mencionado projeto, o qual era coordenado pela professora Caroline Sátiro de Holanda, intitulado de “Adotando uma família legal”, que possuía o objetivo de fomentar adoções legais, atuando junto à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande/PB, à Ordem dos Advogados local, aos grupos de adoção e abrigos do município de Campina Grande.

No Projeto de Extensão, desenvolvemos diversas atividades, como encontros de conversa e mesas redondas com psicólogos do Tribunal de Justiça da Paraíba, juízes atuantes na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande e, também, contamos com a participação de pessoas interessadas em adotar legalmente crianças e adolescentes.

Por conseguinte, realizamos uma visita a uma casa de acolhimento localizada no bairro Alto Branco, em Campina Grande, ocasião em que doamos brinquedos às crianças e ainda fizemos algumas atividades recreativas. Atuando nesse projeto, foi possível conhecer ainda mais a realidade vivida pelos profissionais da área da Infância e Juventude, bem como dos adolescentes que vivem em situação de risco social.

No nono período do curso de Direito, ingressei voluntariamente como estagiária na 4ª Vara Criminal da Comarca de Campina Grande, como também prestei o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil e escolhi a área de Direito Penal para a segunda fase da prova, tendo logrado êxito na aprovação.

Simultaneamente, elaborei meu trabalho de conclusão de curso com minha professora orientadora Ana Alice Ramos Tejo Salgado, sendo este relacionado com o Direito Penal, mas também com o Direito da Infância e da Juventude, especialmente no que concerne à apuração de ato infracional análogo ao tráfico de drogas atribuído à adolescentes.

Ao realizar leituras sobre o assunto, houve uma maior inquietação a respeito do consumo abusivo e da comercialização de drogas entre esse público, a qual já havia se originado na época do estágio, tendo observado que o processo de responsabilização e conscientização dos jovens e adolescentes vai muito além de medidas legislativas e jurídicas rigorosas e punitivas.

A partir disso, minha própria trajetória profissional acabou sendo direcionada à educação, na medida em que percebi como a problemática das drogas não deveria se restringir ao aspecto puramente jurídico-penal, mas, ao contrário, clamava pela interseção com outras áreas do conhecimento, em busca de humanizar a questão.

Percebi que o trabalho de controle e prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas seria um tema relevante a ser estudado no campo acadêmico, ainda mais entre o público dos jovens e adolescentes que se encontram em uma unidade socioeducativa, onde o problema das drogas pode ser tão presente e negligenciado, considerando também que este grupo se encontra no início da vida e apresenta maiores possibilidades de mudança e ressignificação.

Motivada em ingressar em um programa de pós-graduação, ao analisar o edital para a seleção do curso de mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2021, me identifiquei com a linha de pesquisa de Educação Popular pelo histórico de pesquisas acadêmicas desenvolvidas pelos seus docentes. Passei, então, a me debruçar nos trabalhos do universo da Educação Popular, percebendo que suas premissas metodológicas, cognitivas, políticas e de sociabilidade dão suporte para se abordar a questão das drogas sem um caráter coercitivo ou repressivo. Com isso, tive o interesse em pesquisar a relação entre a Educação Popular e as drogas, particularmente em como suas modalidades de abordagem e concepções podem contribuir para a inclusão e a participação efetiva dos sujeitos no processo de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras substâncias.

Considerando a relevância da abordagem das drogas junto aos adolescentes e jovens, surgiu meu desejo de desenvolver uma pesquisa empírica relacionada ao tema na unidade socioeducativa “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”, tendo em vista minha aproximação com o local, oriunda desde o meu primeiro estágio na graduação em Direito.

Acredito ser relevante explorar a temática das drogas na mencionada unidade socioeducativa em razão das situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelos adolescentes

autores de atos infracionais, conforme foi constatado por mim diante das vivências e observações realizadas no decorrer do meu estágio na Promotoria de Justiça da Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude de Campina Grande.

Assim, no momento de estudos para a elaboração do projeto de pesquisa, surgiram os alguns questionamentos referentes ao tempo em que estava atuando no referido órgão, entre os anos de 2015 e 2016. Por exemplo, sabendo que uma escola estava em funcionamento no interior do espaço destinado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, de que maneira a temática das drogas, tão presente no cotidiano desses socioeducandos, estava sendo trazida para seu contexto escolar?

Para além, visto que a Educação Popular, como movimento pedagógico, político e método educativo, pode propiciar uma abordagem inclusiva e humana a respeito das drogas, será que os educadores daquele local tinham conhecimento sobre os estudos da Educação Popular e acerca da temática das drogas? Ademais, se o assunto em questão era colocado em pauta na sala de aula, como os docentes o conduziam com os jovens e adolescentes?

Tendo em conta que a maioria dos adolescentes que se encontram no ambiente privativo de liberdade são pertencentes às classes populares, a Educação Popular e suas modalidades de abordagem poderiam ser empregadas ao se falar acerca das drogas no momento de aprendizagem ao qual os socioeducandos têm pleno direito, que se concretiza no ambiente escolar da unidade, juntamente com seus pares e professores.

Foi a partir do processo aqui descrito que estabeleci a minha relação com o tema da presente pesquisa de dissertação. Entendo ser relevante falar sobre as drogas com o público adolescente, em especial aquele que se encontra em um estabelecimento socioeducativo como o *Lar do Garoto*, uma vez que a maioria de seu público advém de um contexto de vulnerabilidade social.

Como aponta o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2014), muitos dos adolescentes nem sequer recebem a educação escolar adequada, pois dados coletados no ano de 2013 demonstraram existir uma distância entre o número de adolescentes matriculados na escola e o número dos que a frequentam (PARAÍBA, 2015), informações que possuem correspondência com o que foi observado em 2022 no *locus* da pesquisa em tela.

Muitos desses adolescentes vivem uma realidade constituída por familiares, amigos e conhecidos que fazem uso de diversos tipos de substâncias, sendo importante a transmissão de conhecimentos e saberes concernentes à questão social do consumo de drogas, sobretudo sem reproduzir o modo repressivo e estereotipado geralmente reproduzido pela sociedade.

O tema das drogas é complexo, e mesmo, não poucas vezes, ‘árido’. Mas, partindo das experiências da nossa trajetória e principalmente considerando os aportes das referências que adotamos neste trabalho, entendemos que é possível – e necessário – desenvolver abordagens alternativas a seu respeito, distintas dos enfoques meramente repressivos hegemônicos.

Tal como o resistente papel atribuído aos vaga-lumes por Didi-Huberman, ao comentar os escritos do cineasta e escritor italiano Pier Pasolini, as abordagens alternativas sobre drogas procuram cintilar narrativas resilientes em busca de sociabilidades que, no lusco-fusco de pequeninos focos de luz, anunciam o compromisso com processos emancipatórios da subjetividade humana em suas diversas dimensões (PASOLINI, 2000; DIDI-HUBERMAN, 2011). Na senda dos vaga-lumes pasolinianos, e na prática, trata-se de fazer cintilar uma ‘pedagogia corsária’, como dizem Scareli e Dias (2021), que desterritorialize a abordagem sobre drogas de campos disciplinares particulares e a ‘descolonialize’ das versões propagadas pelos discursos dominantes.

1.2 O escopo do estudo

Estudos sócio-históricos referentes ao tema das drogas anunciam que a chamada ‘guerra às drogas’ e a política proibicionista são fracassos que, segundo Leite (2018c, p. 13), “não têm impedido o crescimento do consumo, gerando ainda um efeito adicional e perturbador: o aumento da violência e a preparação de terreno para a disseminação de outras modalidades de crime”. Para além, o tema “comporta uma dimensão política e está condicionada pelas disputas que envolvem as relações de poder” (IBIDEM, p. 14).

Perante essa realidade, faz-se importante superar a condição do discurso proibicionista e estigmatizante em relação às drogas, o qual também difunde a ação bélica como uma maneira de enfrentar a questão. Ademais, se torna imprescindível “desvendar as implicações – em termos de *poder* – ocultamente contidas no modo tradicional de enfocar as drogas e definir as suas políticas” (IBIDEM, p. 14).

As drogas estão presentes na humanidade há séculos e, na atualidade, considera-se a prevenção, produção, comercialização e o consumo das drogas ilícitas desafios que os governos e a sociedade enfrentam. Com efeito, providências são constantemente tomadas para controlar a circulação dessas substâncias, assim como para prevenir o seu consumo de forma abusiva (SILVA *et al*, 2019).

No Brasil, a mais recente Política Nacional sobre Drogas (PNAD) foi estabelecida através do Decreto nº 9.791/2019. Apesar de seus retrocessos, ela ressalta ser relevante que se

desenvolvam “estratégias antidrogas” para o público mais jovem, “considerando que os efeitos negativos do uso sobre este grupo etário são maiores quando comparados a grupos mais velhos, sendo a adolescência um período crítico e de risco para o início do uso” (BRASIL, 2019).

De fato, a etapa da adolescência requer uma maior atenção, principalmente por ser marcada pela construção da personalidade e da individualidade, as quais são influenciadas pelas novas vivências e descobertas do indivíduo, vividas na fase de transição da infância para a vida adulta (VASCONCELOS *et al*, 2015).

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, cumpriu as orientações da Constituição Federal de 1988 e materializou o tratamento que deve ser proporcionado à população infanto-juvenil (MAIOR NETO, 2020), como pode-se verificar da leitura dos seguintes dispositivos legais:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

A doutrina da proteção integral, enfatizada pelo ECA ao afirmar que a lei “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990), assegura a esses sujeitos a possibilidade do exercício dos seus direitos fundamentais, reconhecendo-os como detentores dos direitos elementares da pessoa humana em peculiar fase de desenvolvimento (MAIOR NETO, 2020), de maneira a exceder a antiga e ultrapassada cultura “menorista”, além de romper paradigmas como o do “assistencialismo” e o da “situação irregular” (CUSTÓDIO, 2009).

No que tange à questão das drogas entre o público adolescente, o Relatório Mundial sobre Drogas do ano de 2021, produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (em inglês *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC), aponta que entre as pessoas com idade de 15 a 64 anos os níveis mais altos de uso de drogas são observados entre aqueles com 18 a 25 anos. Portanto, adolescentes e jovens são a maioria da população que consome drogas (UNODC, 2021).

Ademais, foi constatado que o uso de drogas, associado a fatores como pobreza e baixa escolaridade, ocasionam barreiras para as pessoas buscarem os serviços de saúde devido à forte presença da discriminação e do estigma, o que dificulta a intervenção de profissionais no tratamento de grupos que sofrem com transtornos relacionados ao consumo abusivo de substâncias psicoativas (UNODC, 2021).

No exercício das minhas atividades como estagiária, em contato com os procedimentos destinados à apuração de atos infracionais durante os anos de 2015 e 2016 na Promotoria de Justiça da Defesa dos Direitos da Infância e Juventude de Campina Grande, observei essa alta incidência do comércio e do consumo de drogas entre o público adolescente, consoante com as constatações feitas pela UNODC.

A título de esclarecimentos, cabe destacar que, diante da prática delituosa cometida pelo adolescente, o ECA prevê que deve ser imposta a medida socioeducativa, sendo a internação a mais rigorosa entre as medidas elencadas, em razão de privar a liberdade do indivíduo em um estabelecimento educacional fechado (BRASIL, 1990).

Como dito anteriormente, no município de Campina Grande, essa sanção judicial privativa de liberdade é determinada pela Vara da Infância e da Juventude, sendo geralmente cumprida pelo adolescente em Lagoa Seca, na unidade socioeducativa denominada “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”, a qual recebe um público de baixa renda e oriundo de contextos de vulnerabilidade social.

O próprio Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba para os anos de 2015 a 2024 afirma que a drogadição entre os adolescentes é o fator mais preocupante para os profissionais do meio fechado, pois, segundo eles, “ela atrapalha o desenvolvimento do trabalho com o jovem”. O plano decenal ainda dispõe que na década de 2002 a 2012 triplicou o número de jovens envolvidos no “tráfico” e que houve um aumento do uso de drogas entre os adolescentes, verificando-se também o consumo de uma maior variedade de substâncias (PARAÍBA, 2015, p. 49).

Em função do que estivemos a expor, a questão que nos chamou a atenção como problema de pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*, em Lagoa Seca/PB?

Consideramos que a pesquisa contribui com a construção de elementos científicos para o meio acadêmico e para os profissionais de diversas áreas, como da Educação e das Ciências Humanas e Sociais, no tocante à abordagem das drogas no campo da Educação Popular,

especialmente no contexto da socioeducação, isto é, destinada aos adolescentes em situação privativa de liberdade.

Quanto a hipótese pensada para este estudo, na lógica de considerá-la uma antecipação empreendida pela imaginação científica (BARROS, 2008), presumimos que a abordagem das drogas junto aos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade no *Lar do Garoto* tem sido desenvolvida sob a influência de três condicionalidades: 1) a perspectiva proibicionista, difundida pela tese da ‘guerra às drogas’; 2) as insuficiências para a efetivação de ações socioeducativas, tanto do ponto de vista infra estrutural como de recursos humanos especializados e 3) a inexistência de relação com o contexto de origem dos adolescentes, também no sentido de buscar o acompanhamento das famílias.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa parte dos seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, localizado no município de Lagoa Seca/PB.

Objetivos específicos:

- Apresentar aspectos da base analítica da Educação Popular que dialogam com a temática das drogas;
- Enfocar a origem do sistema socioeducativo no Brasil e, mais especificamente, do *Lar do Garoto*;
- Investigar de que maneira os professores atuantes no *Lar do Garoto*, em Lagoa Seca/PB, têm abordado as drogas no contexto escolar da referida instituição.

Vale destacar que a pesquisa incide no período após a instalação da escola no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, que ocorreu somente a partir do ano de 2017. Assim, visando atingir os objetivos acima especificados, no sentido de responder o problema de pesquisa e averiguar a hipótese, trataremos a seguir dos procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do estudo.

1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

O presente trabalho orienta-se pela perspectiva da pesquisa qualitativa, em razão da sua abordagem permitir uma interação com a subjetividade dos sujeitos e oferecer uma maior liberdade teórico-metodológica ao pesquisador, possibilitando-lhe a compreensão de grupos de indivíduos ou situações sociais, visando alcançar a essência dos fenômenos humanos. Logo, considerando o objetivo desta investigação, o estudo qualitativo configura-se como o mais apropriado (MINAYO *et al*, 2009).

Cabe destacar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Médicas (CCM) da UFPB, sob o parecer nº 5.255.702, em 22 de fevereiro de 2022. Ademais, a investigação empírica foi realizada no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, um estabelecimento educacional localizado no município de Lagoa Seca/PB que atende jovens e adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

De modo mais específico, a pesquisa tem como foco a Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS), responsável pelo atendimento escolar dos jovens e adolescentes no próprio *Lar do Garoto*, que conta com um coordenador pedagógico e 18 professores. Desse universo, consideramos relevante efetuar entrevistas semiestruturadas com o coordenador pedagógico da ECIS, tendo em vista a importância da sua função no referido contexto, como também com 7 docentes que declararam ter uma maior proximidade com a temática das drogas e/ou que já abordaram o assunto com os socioeducandos em sala de aula.

No Quadro 1, apresentamos o tempo de atuação profissional dos(as) entrevistados(as) na ECIS do *Lar do Garoto* e antes de ingressarem na instituição, tendo sido as respectivas identificações realizadas de maneira fictícia (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8):

Quadro 1 – Tempo de atuação profissional dos(as) entrevistados(as)

Entrevistado(a)	Tempo que atua como professor na ECIS	Tempo que atua como professor
E1	5 anos	8 anos
E2	5 anos	9 anos
E3	5 anos	13 anos
E4	5 anos	15 anos
E5	3 anos	7 anos
E6	3 anos	5 anos
E7	2 anos	5 anos
E8	5 anos	10 anos

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As entrevistas foram procedidas com o prévio consentimento dos participantes, que receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)², fizeram sua leitura e o assinaram, ocasião em que reforçamos a questão do sigilo de suas identidades. Conforme a devida autorização de cada entrevistado(a), as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, a fim de possibilitar uma melhor análise do conteúdo, de modo a reproduzir com o máximo de fidelidade os diálogos e enunciados dos envolvidos (FLICK, 2009).

Em relação ao ato da entrevista semiestruturada, foi seguido um roteiro de perguntas³ elaborado de maneira que o(a) entrevistado(a) pudesse discorrer a respeito do tema abordado sem se prender rigidamente à indagação formulada, possibilitando também a pesquisadora efetuar outros questionamentos que porventura surgissem através de algum elemento relevante na fala do(a) entrevistado(a) (MINAYO, 2014).

De acordo com Minayo (2014, p. 262), a entrevista consiste em uma técnica de pesquisa utilizada para obter informações que se referem a “reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia e a que os cientistas sociais costumam denominar ‘subjetivos’ e só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa”. Assim, as entrevistas permitem que os dados colhidos sejam mais direcionados ao assunto que se pretende discutir na pesquisa, com uma abertura e proximidade maior entre entrevistador(a) e entrevistado(a), o que avaliamos como relevante para o presente estudo.

No âmbito desta pesquisa, também consideramos importante a utilização da observação assistemática (BONI; QUARESMA, 2005), pois há uma série de acontecimentos e fenômenos do campo que não podem ser apreendidos por meio da entrevista, já que esta tem como foco maior a captação formal da fala sobre um determinado tema (MINAYO, 2014).

Justifica-se o emprego da observação, portanto, pela necessidade de incorporar o contexto da produção das falas da entrevista no momento de sua análise, a partir de determinados aspectos da realidade. Dessa forma, entendemos que a observação consiste em uma boa técnica complementar da entrevista, contribuindo para a interpretação do conteúdo existente nela.

A pesquisadora realizou observações do cotidiano da escola e, em geral, da dinâmica de funcionamento da instituição, como também presenciou algumas aulas de Projeto de Vida, tendo em conta que este componente curricular trabalha as dimensões pessoal, social e

² O TCLE está disponível no Apêndice B.

³ O roteiro de perguntas das entrevistas semiestruturadas está disponível no Apêndice A.

profissional do estudante, com conteúdos que trazem a possibilidade de abordar o assunto das drogas na sala de aula.

Foram ainda utilizadas notas de campo, tanto na observação, como nas entrevistas semiestruturadas. Isso porque, para o desenvolvimento da pesquisa, é importante o pesquisador colher o máximo de registros possíveis dos elementos observados ao ter seu contato com o campo, assim como deve anotar os “elementos essenciais das respostas dos entrevistados” e as “informações sobre o andamento da entrevista”, visando a produção da realidade em seu trabalho (FLICK, 2009, p. 267).

No que concerne à análise e interpretação do material das entrevistas com os sujeitos já mencionados, inicialmente, havíamos considerado trabalhar com a Análise de Conteúdo ao modo de Bardin (2011), mas, a partir do contato com o material empírico, julgamos mais pertinente adotar como técnica a Análise Temática, de tipo reflexiva, como proposta por Braum e Clarke (2006), por avaliarmos que seria mais flexível e analiticamente mais apropriada para o tratamento das entrevistas.

A Análise Temática possui a finalidade de identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir dos dados coletados, estabelecendo ainda uma relação das falas dos sujeitos da pesquisa com a literatura. Assim, a referida técnica é operacionalizada em seis fases, sendo cinco correspondentes ao tratamento empírico dos dados e a última referente à elaboração do relatório científico da pesquisa (SOUZA, 2019).

No Quadro 2⁴, pode-se verificar o processo de operacionalização da Análise Temática das entrevistas, o qual foi norteado pela busca de atingir os propósitos do estudo:

Quadro 2 – Operacionalização da Análise Temática das entrevistas

Fase 1: leitura, transcrição, familiarização, anotações iniciais	Fase 2: Geração dos códigos	Fase 3: Buscando temas	Fase 4⁵: temas que funcionam em relação aos extratos/banco de dados; mapa temático	Fase 5: Refinamento temático
- Quantidade de páginas transcritas: 93 - Anotações iniciais: palavras que mais foram repetidas:	- Códigos dos(as) entrevistados(as): E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08	CS, CF, RA, ET e DS: perfil social; VS, PED e DC: participação das	Perfil social; Participação das famílias no <i>Lar do Garoto</i> ;	1. Perfil social dos adolescentes do <i>Lar do Garoto</i> 1.1 Classe social

⁴ A análise temática é operacionalizada em seis fases, mas, no Quadro 2, descrevemos somente as cinco primeiras, já que a última diz respeito ao relatório científico da análise e, no caso do presente trabalho, este constitui o quarto capítulo da Dissertação.

⁵ A Fase 4 é constituída pelos extratos das entrevistas e pelas categorias que foram construídas em decorrência deles. Em função da extensão do material, não foi possível fazer constar na íntegra a Fase 4 na coluna do quadro acima. Portanto, ela se encontra anexada integralmente no Apêndice E.

conscientização, abstinência, efeitos colaterais, plantões pedagógicos, atividades/práticas esportivas, dependência. Condição social: baixa renda; vulnerabilidade social; pobreza; miséria; programas sociais; carência; problema familiar; de periferia; pretos; pardos; negros; de cidades pequenas. Famílias: plantão pedagógico; deveria envolver mais; visitas; dia das mães; festas. Atividades: prática esportiva; gincanas; torneios; cursos profissionalizantes; atendimento pelo corpo técnico; apresentações culturais; jogos; cineteca; artesanato. Drogas: falam abertamente/sem constrangimento/de forma natural; sentem falta/saudade; dependência; banalidade; usam normalmente; ostentação; abstinência/sintomas. Dificuldades: materiais/aparatos tecnológicos; se policiar; estrutura precária; tempo; quebra de paradigma; pensar no que vai falar; corpo técnico; contexto social e familiar dos adolescentes. Formação: tiveram que pesquisar/estudar/se preparar; insuficiente; raso; conhecimento de vivência; experiência de vida. Papel da educação: conscientizar; transformar; ressocializar; suprir a falta de educação dos pais; ver as necessidades dos adolescentes; informar; orientar; abrir a mente; alertar. Educação Popular: educação básica; todos devem ter acesso; senso comum; falar na linguagem deles; associações a partir do contexto social; universalização da educação; vivência; saberes das pessoas; conhecimento de mundo; interesses da população; menos rebuscado; do cotidiano das pessoas; falar mais informalmente da educação. Abordagens: semana de combate às drogas; cartazes; filmes; documentários; palestras; rodas de conversa; atividade interdisciplinar. E1: drogas ilícitas x drogas lícitas; conhecimento científico. E2: conscientização; conhecimento.	- Codificação das entrevistas: CS (classe social); CF (configuração familiar); RA (raça); ET (etnia); DS (desigualdade social); VS (visitas); PED (Plantões Pedagógicos); DC (datas comemorativas); AL (aulas); PE (práticas esportivas); ATL (atividades lúdicas); ATEC (atividades técnicas); FP (formação profissional); TD (tipos de drogas); VD (venda de drogas); CD (consumo de drogas); AB (abstinência); ID (informações sobre drogas); CBD (combate às drogas), BAD (barreiras na abordagem sobre as drogas); CONS (conscientização); ESD (estudos sobre drogas); CPD (conhecimento prático sobre drogas); PEP (percepções da Educação Popular); PEPOP (prática da Educação Popular).	famílias; AL, PE, ATL, ATEC e FP: atividades do Lar do Garoto; ID, TD, VD, CD e AB: relação com as drogas; ID, CBD, ESD e CPD: abordagem das drogas no Lar do Garoto; BAD: dificuldades na abordagem sobre as drogas; CONS: ação educacional sobre drogas na Escola; PE e PEPOP: compreensões sobre a Educação Popular.	Atividades desenvolvidas no <i>Lar do Garoto</i>; Relação dos adolescentes com as drogas; Abordagens das drogas no <i>Lar do Garoto</i>; Dificuldades na abordagem das drogas no <i>Lar do Garoto</i>; Ação educacional sobre drogas na Escola; Compreensões sobre a Educação Popular.	1.2 Configuração familiar 1.3 Dimensão étnico-racial 2. Presença das famílias no <i>Lar do Garoto</i> 2.1 Visitas 2.2 Plantões pedagógicos 3. Atividades desenvolvidas no <i>Lar do Garoto</i> 3.1 Aulas 3.2 Prática esportiva 3.3 Atividades lúdicas 3.4 Atividades técnicas 3.5 Formação profissional 4. Relação dos adolescentes do <i>Lar do Garoto</i> com as drogas 4.1 Consumo 4.2 Tipos de drogas 4.3 Abstinência 4.4 Venda (“boca”, “mercadinho”) 5. Abordagens das drogas no <i>Lar do Garoto</i> 5.1 Modalidades de abordagem 5.2 Dificuldades enfrentadas 5.3 Papel atribuído à educação pelos docentes 6. Compreensões sobre a Educação Popular 6.1 Percepções 6.2 Educação Popular na prática
--	--	--	--	---

E3: cartazes, documentários de “ex usuários”; conhecimento (legal: drogas ilícitas x drogas lícitas; científico: efeitos colaterais, tipos de efeitos, tipos de consumo, dependência, abstinência); contexto social; saúde; linguagem; definição de droga; causar medo; inculcar valores. E4: músicas; vídeos; filmes; conscientização; percurso do dinheiro do tráfico de drogas; mostrar a gravidade da droga; tocar no emocional; família; a droga mata pessoas; ter mais esporte. E5: questão social das drogas; linguagem; de forma franca, não sensacionalista; conscientização; reeducar ao consumo. E6: documentários; textos; músicas; conscientização; coisas do dia a dia deles; efeitos a longo prazo; palestras; linguagem; relatos reais. E7: questão social das drogas; desigualdades; não culpabilizar; preconceitos. E8: rodas de conversa; debates; palestras; cartazes; efeitos colaterais; vídeos; jogos; alertar as consequências das drogas.				
---	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Na Fase 1 da Análise Temática, realizamos leituras e releituras das transcrições das entrevistas, como também as anotações iniciais constantes na primeira coluna do Quadro 2. Além disso, destacamos os trechos que nos chamaram a atenção em função dos propósitos do trabalho, a fim de encontrar possíveis temas e ideias preliminares de codificação.

Na Fase 2, iniciamos a codificação manual dos dados, ou seja, as palavras inferidas e destacadas do texto, bem como as mais frequentes e que se repetiam, foram sendo codificadas nas siglas registradas na segunda coluna do Quadro 2. Em seguida, na Fase 3, combinamos os códigos pertinentes para formar os temas em potencial, registrados na terceira coluna do Quadro 2.

Na Fase 4, procuramos ancorar os temas em extratos das entrevistas, buscando assim respaldá-los empiricamente para definir o mapa temático da análise, conforme consta no Apêndice E. Já na Fase 5, realizamos o refinamento dos temas e definimos suas denominações. Dessa forma, apurando a sistematicidade deles, delimitamos então os subtemas, conforme consta na última coluna do Quadro 2.

Por fim, a Fase 6 da análise, que constitui o quarto capítulo deste trabalho, diz respeito ao relatório científico referente aos resultados da Análise Temática do material empírico. Com efeito, desenvolvemos abordagens a partir das interpretações dos dados e, dando voz aos entrevistados, trouxemos extratos das entrevistas que buscaram evidenciar dimensões fundamentais no sentido de responder o problema de pesquisa e verificar a hipótese do estudo, num processo de discussão relacionado com a literatura.

Para a fundamentação teórica do trabalho, desenvolvemos uma revisão de literatura relacionada ao tema central de cada capítulo. Nesse contexto, foram utilizados artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos e em anais de eventos, teses, dissertações, monografias e livros, encontrados no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no seu portal de periódicos, bem como no *Google Acadêmico*, por meio das palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “sistema socioeducativo” e “educação popular”.

No seguinte tópico, passaremos a tratar mais detalhadamente sobre o processo da pesquisa efetuada especificamente para verificar como se encontra o tema de investigação deste estudo no estado atual da produção acadêmica de dissertações, teses e artigos científicos no âmbito da Educação.

1.4 Estado do Conhecimento sobre o tema da pesquisa

O tópico em tela objetiva realizar um levantamento do Estado do Conhecimento acerca do tema central do presente trabalho em relação ao que se tem pesquisado e produzido na área da Educação. Segundo Ferreira (2002), as pesquisas referentes ao Estado do Conhecimento são definidas como de caráter bibliográfico. Além disso,

[...] elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Nesse sentido, almejamos examinar se os trabalhos científicos da área da Educação vêm tratando sobre a Educação Popular e a temática das drogas, especialmente no contexto do sistema socioeducativo. A partir deste Estado do Conhecimento, podemos analisar o que já foi

produzido nesse campo de investigação, dentro de um determinado período, assim como verificar pontos de convergência e divergência, além de possíveis lacunas e perspectivas (RODRIGUES *et al*, 2021).

A realização desta pesquisa do tipo “Estado do Conhecimento” se deu da seguinte maneira: 1) na primeira etapa, realizamos um levantamento das produções por meio de palavras-chaves ligadas ao tema central do presente estudo no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no seu repositório de dissertações e teses, como também no buscador *Google Acadêmico*, dentro do espaço temporal dos últimos cinco anos, ou seja, de 2017 a 2022 (até o mês de março), devido à questão da atualidade dos trabalhos; 2) na segunda etapa, foi efetuada a análise dos títulos das produções encontradas em cada plataforma virtual, a fim de constatar aquelas que possuíam aproximação com a Educação Popular, a temática das drogas e o sistema socioeducativo, o qual já abarca a categoria dos adolescentes; 3) na terceira etapa, fizemos uma leitura flutuante dos respectivos resumos dos trabalhos considerados pertinentes; 4) na quarta etapa, selecionados os estudos, os catalogamos em quadros de acordo com o título, a autoria e o ano de publicação, o tipo de produção acadêmica (artigo científico, dissertação ou tese), o periódico onde foi publicado ou o programa de pós-graduação no qual se desenvolveu, e as instituições de ensino em que os autores estavam vinculados na época da publicação, conforme os dados informados nos trabalhos; 5) na quinta etapa, após uma releitura dos resumos, apresentamos em um quadro somente os estudos que foram publicados em periódicos acadêmicos pertencentes especificamente à área da Educação e que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação, indicando suas respectivas instituições de ensino.

Para encontrar produções no universo dos artigos científicos, buscamos no portal de periódicos da CAPES as palavras-chave “adolescentes”, “drogas” e “educação popular” no espaço temporal dos últimos cinco anos (2017 a 2022), o que resultou em 246 estudos. Ao substituímos a palavra-chave “adolescentes” por “sistema socioeducativo”, encontramos 67 trabalhos. Fracionando as palavras-chaves, pesquisamos “sistema socioeducativo” e “drogas”, que resultou em 285 trabalhos, enquanto a busca por “sistema socioeducativo” e “educação popular” encontrou 185. Já as palavras “adolescentes” e “drogas” forneceram 3236 resultados, tendo sido 1429 trabalhos para a pesquisa das palavras “adolescentes” e “educação popular”. Por fim, as palavras “drogas” e “educação popular” geraram 633 resultados.

Das leituras dos títulos e dos resumos referentes aos estudos encontrados no portal de periódicos da CAPES, selecionamos nove estudos que mais apresentavam aproximação com a temática do presente trabalho, os quais estão listados no Quadro 3:

Quadro 3 – Artigos relacionados às palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “educação popular” e “sistema socioeducativo” selecionados através do portal de periódicos da CAPES (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Periódico
Hábito de tabagismo entre adolescentes de escolas brasileiras	Klein <i>et al</i> (2021)	Artigo científico	Universidade Estadual de Londrina	Revista SUSTINERE
Representações sociais sobre as drogas: um estudo com adolescentes em conflito com a lei	Andrade <i>et al</i> (2018)	Artigo científico	Faculdade Maurício de Nassau (Paraíba); Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Federal da Paraíba	Psicologia: ciência e profissão
Mundo da vida: influência socioambiental para o consumo de <i>crack</i> por adolescentes	Mota <i>et al</i> (2018)	Artigo científico	Universidade Federal do Rio Grande	Revista Brasileira de Enfermagem
A educação libertadora de Paulo Freire e o teatro na educação em saúde: experiências em uma escola pública no Brasil	Gonçalves e Dal-farra (2018)	Artigo científico	Universidade Luterana do Brasil	Revista Pro-Posições
Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações	Silva <i>et al</i> (2019)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Revista Temas em Educação
Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade	Godinho <i>et al</i> (2020)	Artigo científico	Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de São Carlos	Revista EccoS
A educação popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual	Leite (2018)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Revista de Educação Popular
Educação popular, sociedade e drogas: uma perspectiva para o trabalho socioeducativo	Leite (2019)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Revista Emancipação
O conhecimento nas margens, <i>outsiders</i> e a educação popular desafiada: uma abordagem sobre as drogas e o trabalho socioeducativo	Leite (2018)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Polêm!ca

Fonte: Elaboração própria, 2022.

No buscador *Google Acadêmico*, ao pesquisar as palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “educação popular” e “sistema socioeducativo” (entre aspas), encontramos 105 trabalhos. Todavia, ao buscarmos as palavras-chave “adolescentes”, “drogas” e “educação

popular”, foram encontrados muitos resultados, nos levando a selecionar apenas os artigos de revisão, o que resultou em 22 trabalhos.

Ainda com o filtro dos artigos de revisão, efetuamos a pesquisa das palavras “drogas” e “sistema socioeducativo”, pelas quais obtivemos 25 resultados. Já as palavras “educação popular” e “sistema socioeducativo” geraram somente 2 resultados, enquanto “adolescentes” e “drogas” sucedeu em 2610 trabalhos, “adolescentes” e “educação popular” 84 trabalhos, e “educação popular” e “drogas” 53 trabalhos.

Dentre os estudos que foram encontrados, ao realizarmos as leituras dos seus respectivos títulos e resumos, selecionamos os cinco constantes no Quadro 4:

Quadro 4 – Artigos de revisão e trabalhos acadêmicos relacionados às palavras-chave “adolescentes”, “drogas”, “educação popular” e “sistema socioeducativo” selecionados através do buscador *Google Acadêmico* (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Periódico/Programa de Pós-graduação
A educação sobre drogas “em cima da mesa”: estado do conhecimento na área de ensino	Lessmann (2020)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina	Educação Científica e Tecnológica
A garantia do direito à educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação	Silva (2019)	Tese de doutorado	Universidade Federal de Pernambuco	Educação
O que é socioeducação? Uma proposta de delimitação conceitual	Cunha e Dazzani (2018)	Artigo científico	Universidade Federal da Bahia	Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade
Educação privada de liberdade: um estudo das práticas pedagógicas utilizadas com adolescentes em conflito com a lei	Tristão (2019)	Dissertação de mestrado	Universidade de São Paulo	Estudos Culturais
Reflexões sobre os conceitos de adolescência e juventude: uma revisão integrativa	Barbosa-Silva <i>et al</i> (2021)	Artigo científico	Instituto Federal do Maranhão	Revista Prática Docente

Fonte: Elaboração própria, 2022.

No repositório de dissertações e teses da CAPES, optamos por pesquisar apenas duas palavras-chave por vez em razão de a plataforma apresentar muitos resultados ao utilizarmos uma quantidade maior delas. Assim, procedemos a pesquisa das palavras-chave “sistema socioeducativo” e “drogas” (entre aspas), aplicando os filtros relativos ao nome do programa “Educação” e ao período dos últimos 5 anos (2017-2022), tendo como resultado 95 trabalhos, sendo 68 de mestrado e 27 de doutorado. Já a busca dos descritores “sistema socioeducativo” e

“educação popular” forneceu 709 resultados, sendo 458 de mestrado, 241 de doutorado e 14 de mestrado profissional.

A pesquisa de maior número de resultados foi a das palavras “adolescentes” e “educação popular”, com 1286 trabalhos, sendo 855 de mestrado, 392 de doutorado e 42 de mestrado profissional. Na busca das palavras “adolescentes” e “drogas”, obtivemos 684 resultados, sendo 476 de mestrado, 180 de doutorado e 29 de mestrado profissional. Por último, as palavras “educação popular” e “drogas” geraram 744 resultados, sendo 481 trabalhos de mestrado, 254 de doutorado e 14 de mestrado profissional.

Optamos, para fins de análise dos títulos e resumos, pelos resultados da pesquisa das palavras-chave “sistema socioeducativo” e “drogas”, em virtude de se aproximar dos objetivos do presente trabalho e devido ao termo “sistema socioeducativo” já supor a presença de adolescentes. Dessa forma, após realizarmos os passos explicitados no início deste tópico, fizemos a seleção de seis estudos, presentes no Quadro 5:

Quadro 5 – Dissertações relacionadas às palavras-chave “sistema socioeducativo” e “drogas” selecionados através do repositório da CAPES (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Programa de Pós-graduação
Escolarização de jovens de 15 a 17 anos em situação de privação de liberdade: reflexões sobre o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro	Jesus (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal Fluminense	Educação
As drogas no contexto da educação popular	Silva (2020)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Educação
Prevenção ao uso de drogas em duas escolas no Distrito Federal: percepção de gestores e professores	Ribeiro (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Católica de Brasília	Educação
O educador social e o pedagogo escolar na prevenção do abuso de drogas na adolescência	Lima (2017)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal do Paraná	Educação
As drogas no contexto da rede estadual de ensino em Campina Grande/PB: um estudo em representações sociais	Souza (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal de Campina Grande	Educação
Drogas: as representações sociais de professores de escolas da rede municipal de ensino	Brandani (2017)	Dissertação de mestrado	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Educação

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observa-se que poucas produções, de fato, tratam sobre a Educação Popular e as drogas, principalmente tendo como público-alvo os adolescentes em contexto de privação de liberdade. Cabe destacar que, no repositório de dissertações e teses da CAPES, também pesquisamos a palavra-chave “Lar do Garoto”, *locus* do presente estudo, tendo encontrado apenas três resultados, nenhum deles na área da Educação e somente um referente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no campo da Sociologia, realizado em 2003, como pode-se verificar no Quadro 6:

Quadro 6 – Trabalhos correspondentes à palavra-chave “Lar do Garoto” selecionados através do repositório de dissertações e teses da CAPES (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Programa de Pós-graduação
Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração? (Etnografia de um estabelecimento educacional)	Ribeiro (2003)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Sociologia
Juventude, violência e disciplina: um estudo sobre a privação de liberdade entre jovens infratores na instituição Lar do Garoto/PB	Tavares (2004)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal de Pernambuco	Antropologia
Desenvolvimento e criminalidade: um estudo do perfil dos adolescentes em conflito com a Lei Penal internos no Lar do Garoto/PB	Lucena (2015)	Dissertação de mestrado	Universidade Estadual da Paraíba	Desenvolvimento Regional

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Também pesquisamos no buscador *Google Acadêmico* o descritor “Lar do Garoto” (entre aspas), tendo sido obtidos 70 resultados, incluindo os três estudos acima mencionados. Das leituras dos títulos e dos resumos das produções encontradas, selecionamos no Quadro 7 duas obras que citavam o referido local e apresentavam aproximação com a temática em estudo:

Quadro 7 – Trabalhos correspondentes à palavra-chave “Lar do Garoto” encontrados no buscador *Google Acadêmico* (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Periódico/Curso
Adolescentes em conflito com a lei: um olhar sobre o processo educacional institucional	Coura e Albuquerque (2020)	Artigo científico	Não informadas	<i>Open Minds Internacional Journal</i>
O cumprimento de medida socioeducativa internação de no estado da Paraíba: um estudo à luz do direito à educação	Silva Filho (2020)	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal da Paraíba	Ciências Jurídicas

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Por fim, relacionamos no Quadro 8 os onze estudos que possuíam uma maior aproximação com a temática abordada neste trabalho e, além disso, que foram publicados em periódicos acadêmicos pertencentes especificamente à área da Educação⁶ ou que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação, indicando suas respectivas instituições de ensino.

Quadro 8 – Trabalhos relacionados aos temas educação, sistema socioeducativo e drogas desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação e publicados em periódicos acadêmicos da área da Educação (2017-2022)

Título	Autoria	Tipo	Instituições dos autores(as)/autor(a)	Periódico/Programa de Pós-graduação
A educação libertadora de Paulo Freire e o teatro na educação em saúde: experiências em uma escola pública no Brasil	Gonçalves e Dal-farra (2018)	Artigo científico	Universidade Luterana do Brasil	Revista Pro-Posições
Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações	Silva <i>et al</i> (2019)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Revista Temas em Educação
Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade	Godinho <i>et al</i> (2020)	Artigo científico	Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de São Carlos	Revista EccoS
A educação popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual	Leite (2018)	Artigo científico	Universidade Federal da Paraíba	Revista de Educação Popular
A garantia do direito à educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação	Silva (2019)	Tese de doutorado	Universidade Federal de Pernambuco	Educação
Escolarização de jovens de 15 a 17 anos em situação de privação de liberdade: reflexões sobre o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro	Jesus (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal Fluminense	Educação
As drogas no contexto da educação popular	Silva (2020)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal da Paraíba	Educação
Prevenção ao uso de drogas em duas escolas no Distrito Federal: percepção de gestores e professores	Ribeiro (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Católica de Brasília	Educação

⁶ Não relacionamos trabalhos de outras áreas em razão de o foco deste Estado do Conhecimento ser o âmbito da Educação.

O educador social e o pedagogo escolar na prevenção do abuso de drogas na adolescência	Lima (2017)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal do Paraná	Educação
As drogas no contexto da rede estadual de ensino em Campina Grande/PB: um estudo em representações sociais	Souza (2018)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal de Campina Grande	Educação
Drogas: as representações sociais de professores de escolas da rede municipal de ensino	Brandani (2017)	Dissertação de mestrado	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Educação

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Diante das produções encontradas a partir deste Estado do Conhecimento na área da Educação, podemos observar que apenas três das onze relacionadas no Quadro 8 possuem como sujeitos os adolescentes em situação de privação de liberdade (GODINHO *et al*, 2020; SILVA, 2019; JESUS, 2018). No entanto, apenas uma aborda a articulação entre a educação popular e o contexto do sistema socioeducativo, em particular no ambiente fechado destinado à medida de internação. Não obstante, este estudo não traz a especificidade da temática das drogas (GODINHO *et al*, 2020).

Para além, cinco dos trabalhos citados no Quadro 8 abrangem a questão das drogas nas escolas, mas sem interligar o tema com as abordagens da educação popular (GONÇALVES; DAL-FARRA, 2018; RIBEIRO, 2018; LIMA, 2017; SOUZA, 2018; BRANDANI, 2017). Ademais, a maioria das produções tratam acerca de instituições escolares não inseridas no sistema socioeducativo (GONÇALVES; DAL-FARRA, 2018; SILVA *et al*, 2019; LEITE, 2018c; SILVA, 2020; RIBEIRO, 2018; LIMA, 2017; SOUZA, 2018; BRANDANI, 2017).

No tocante às pesquisas realizadas no âmbito do *Lar do Garoto* (RIBEIRO, 2003; TAVARES, 2004; LUCENA, 2015; COURA; ALBUQUERQUE, 2020; SILVA FILHO, 2020), constatamos que nenhuma delas apresentam a questão das drogas e a educação popular como temáticas centrais a serem estudadas na referida unidade socioeducativa, o que também demonstra a originalidade da investigação proposta neste trabalho.

Portanto, a presente pesquisa se diferencia dos mais recentes estudos desenvolvidos no campo da Educação que versam sobre o sistema socioeducativo, as drogas e a educação popular no Brasil e, mais especificamente, no estado da Paraíba. Com efeito, objetivamos apresentar uma contribuição com valor acadêmico e profissional à prática educativa, especialmente no que diz respeito ao contexto dos ambientes de privação de liberdade destinados aos adolescentes.

1.5 Estrutura de organização do trabalho

No tocante à estrutura do trabalho, ela é constituída por quatro capítulos. O Primeiro, representado pela presente Introdução, como já tem sido evidenciado, coloca em realce a trajetória da pesquisadora para demonstrar a sua vinculação ao tema do estudo, apresenta o escopo geral da pesquisa e trata do Estado do Conhecimento acerca da temática da investigação.

No Segundo Capítulo, para tratar das abordagens sobre as drogas e a Educação Popular, desenvolvemos um percurso sócio-histórico enfocando as políticas de drogas e a gênese/evolução do seu proibicionismo e criminalização. Em seguida, tivemos em conta um conjunto de dimensões conceituais e históricas da Educação Popular, assim como de suas modalidades de abordagem a respeito das drogas.

No Terceiro Capítulo, realizamos uma retrospectiva no tocante ao funcionamento do sistema socioeducativo brasileiro, relativo às instituições de socioeducação e ao cumprimento de medidas determinadas pela legislação, no caso de o menor de 18 anos vir a cometer um ato infracional. Ainda no Terceiro Capítulo, aproximamo-nos da esfera empírica do trabalho ao desenvolvermos uma abordagem sobre o Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, localizado no município de Lagoa Seca/PB, que fica a cerca de 130 km de João Pessoa.

No Quarto Capítulo, tratamos dos resultados empíricos da pesquisa e das suas discussões. Conforme os achados decorrentes da aplicação dos procedimentos metodológicos da Análise Temática, fazemos isso a partir de seis categorias, quais sejam: perfil social dos adolescentes, presença das famílias, atividades desenvolvidas, relação dos adolescentes com as drogas, abordagens sobre as drogas realizadas no *Lar do Garoto* e compreensões sobre a Educação Popular.

Por fim, nas considerações conclusivas, entre outros aspectos, retomamos o propósito do trabalho e assinalamos a necessidade de ser modificada a forma como as drogas são referidas, “descolonizando-as” do mapa discursivo proibicionista imposto pela visão bélica sobre o tema, que tem ceifado vidas e mais vidas, principalmente de jovens e adolescentes das classes populares. Nesse sentido, enfatizamos que uma Educação Popular refundamentada – à altura dos desafios sócio-políticos e cognitivos contemporâneos – tem um importante papel a desempenhar.⁷

⁷ Eventualmente, conforme tem sido o padrão instituído pelos ‘interesses de mercado’ e da burocracia acadêmica (TRAGTENBERG, 1979), poder-se-á enfatizar que teses e dissertações, assim como os trabalhos acadêmicos em geral, devem ter um tamanho diminuto. Em geral, trata-se do modelo utilizado nas Ciências Naturais, onde, não poucas vezes, é habitual que trabalhos da pós-graduação sejam apenas um artigo comunicando os resultados da

2 DROGAS E EDUCAÇÃO POPULAR

Especialmente ao se falar de drogas e Educação Popular, devemos analisar o próprio conceito de sociedade, juntamente com as relações de poder que permeiam a questão. A forte presença do discurso proibicionista e estigmatizante em relação à essas substâncias e às pessoas que as utilizam também torna pertinente desvelar o que é considerado um comportamento “desviante” e o que distingue alguém para este ser colocado às “margens da sociedade”, sendo rotulado como um *outsider*, expressão utilizada por Howard Becker (2019) (LEITE, 2018c).

Objetivando melhor discutir a relação entre a Educação Popular e as drogas, neste capítulo trataremos inicialmente acerca do proibicionismo e da criminalização do uso e da comercialização dessas substâncias, tema que impõe a necessidade de uma análise dentro das perspectivas da Criminologia Crítica e da Sociologia do Desvio, além de uma incursão sócio-histórica a respeito das políticas de drogas em sua dimensão (geo)política (IBIDEM).

Por conseguinte, analisaremos a abordagem das drogas a partir da discussão de procedimentos e concepções sob a perspectiva da Educação Popular para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo sobre o assunto.

2.1 Proibicionismo, criminalização das drogas e políticas: uma abordagem retrospectiva a partir da Sociologia do Desvio e da Criminologia Crítica

Convencionalmente, a criminologia consiste em uma ciência empírica e interdisciplinar cujo objeto de estudo é o fenômeno criminal, o qual abarca o controle social do comportamento delitivo, a conduta propriamente dita, o indivíduo que a cometeu e “os meios labor-terapêuticos ou pedagógicos de reintegrá-lo ao grupamento social” (FERNANDES, N.; FERNANDES, V., 2010, p. 38).

pesquisa. Mas muito da defesa em prol da redução do tamanho dos trabalhos advém do ambiente criado pela sociabilidade contemporânea, o ambiente apressado da lógica de mercado, conforme os parâmetros da ‘sociedade fast-food’, que contribui para a geração de uma sociedade adoentada, a ‘sociedade do cansaço’, conforme o conceito de Han (2015). Embora no campo das humanidades exista quem defenda que o tamanho das produções acadêmicas deve ser o menor possível (com consciência ou não das implicações disso), há também quem resista a subordinação das Ciências Humanas aos modelos de abordagem e de pesquisa das ditas Ciências Exatas (onde a forte herança positivista persiste), chamando atenção, ademais, para os cuidados que se deve ter com os procedimentos metodológicos na área (BIANCHETTI *et al*, 2015; LEITE, 2021c). Nessa perspectiva, os trabalhos devem ter o tamanho que seja necessário para buscar atingir os seus propósitos, bem como para tratar adequadamente dos fenômenos que eles abordam, e não ter a sua extensão subordinada a *priori* à lógica *fast-food* aplicada à esfera da produção do conhecimento. Por suposto, pela estrutura que tem, a presente Dissertação coloca-se para além de tal lógica. De resto, promover uma sociabilidade *slow* tem sido enfatizado como um ato de resistência, como sublinha o movimento *slow food* (PETRINI, 2020).

Dessa forma, a criminologia se dedica à análise das variáveis principais do crime, compreendendo este como problema individual e como problema social (MOLINA; GOMES, 2000), além das suas determinações e da reação social e institucional diante dos fatos considerados “criminosos” (AGUIAR, 2021).

Para melhor definir o que seria o “crime”, Cunha e Dazzani (2018, p. 73) afirmam que:

O crime é uma ação típica (isto é, necessariamente prevista em lei, que a define, a caracteriza e fixa-lhe uma pena), antijurídica (ou seja, afronta o Direito, enquanto conjunto de normas prescritivas para a vida coletiva) e culpável (em razão do qual se atribui a responsabilidade ao seu autor). Trata-se, por conseguinte, de uma atitude qualificada como reprovável e tipificada como punível, a depender dos critérios empregados pelo sistema jurídico de cada lugar e momento histórico, os quais variam sobremaneira.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a criminologia teve uma forte influência de ideais positivistas, advindos do positivismo criminológico da Escola Positiva⁸ italiana, a qual se interessava pela etiologia do crime, isto é, a identificação das suas causas, predominando, assim, o paradigma etiológico (MOLINA; GOMES, 2000). Nesse contexto, o indivíduo estava acima da investigação do fato, o que contribuiu para as “teorias patológicas da criminalidade” ganharem destaque ao considerar as características biológicas e psicológicas dos “criminosos” a fim de diferenciá-los das pessoas reputadas como “normais” (AGUIAR, 2021).

De acordo com Molina e Gomes (2000, p. 177), a referida etapa científica da criminologia estava centrada na “rigorosa defesa da ordem social frente aos direitos do indivíduo”, como também em “diagnosticar o mal do delito com simplistas atribuições a fatores patológicos (individuais)”.

A partir dos anos 1920 e 1930, estudos da Escola de Chicago⁹ deram ênfase, na criminologia, aos fatores sociais em detrimento dos fatores biopsicológicos que predominavam com a Escola Positiva. A violência urbana e os problemas sociais, sobretudo relacionados à “delinquência juvenil”, se tornaram objetos de estudo para os sociólogos da Escola de Chicago, tendo em vista o desorganizado e acentuado crescimento urbanístico, econômico e financeiro de cidades como Chicago, nos Estados Unidos, que se expandiam devido ao crescimento demográfico e ao alargamento da extensão urbana (AGUIAR, 2021).

⁸ Neste trabalho, a abordagem acerca da Escola Positiva será apenas aproximativa. Para maior aprofundamento do tema, ver as seguintes obras dos seus mais relevantes autores: *Tratado Antropológico Experimental do Homem Delinvente* (1876) de Lombroso, *Sociologia Criminal* (1891) de Ferri e *Criminologia - studio sul delitto e sulla teoria della represione* (1885) de Garófalo (MOLINA; GOMES, 2000).

⁹ O nome “Chicago” adveio das pesquisas realizadas no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, a partir do ano de 1892. Destacaram-se os sociólogos William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess (MOLINA, 2003).

Segundo Molina (2003), a Escola de Chicago ressaltava a importância do fator ambiental/urbanístico e sua relação com os índices de criminalidade, pois seus estudos afirmavam que as características físicas e sociais de determinados espaços urbanos poderiam gerar crimes. Nesse período, os sociólogos se atentaram ao impacto das mudanças sociais, causadas principalmente pela industrialização, pela imigração e pelos conflitos culturais.

A Escola de Chicago objetivou “[...] conocer y comprender (desde dentro) el mundo de los desviados, sus formas de vida y cosmovisiones, y trató de analizar los mecanismos de aprendizaje y transmisión de culturas asociales”. Em suma, pretendia-se compreender e explicar os problemas sociais a partir da relação entre eles e a estrutura urbana das cidades (MOLINA, 2003, p. 744).

O posicionamento dos membros da Escola de Chicago consistia em que, havendo “áreas de delinquência” nos setores urbanos, “seria necessário a alteração desses espaços para que as condutas criminosas diminuíssem”. Ademais, os sociólogos apontavam que “a prática de crimes se daria em locais e em grupos determinados, ou seja, gangues e subculturas daquela época” (AGUIAR, 2021, p. 29).

Não obstante tenha ocorrido o avanço de estudos no âmbito dos fatores sociais da criminalidade, ainda se vê que os aspectos biológicos e psicológicos do modelo positivista da criminologia estão presentes na sociologia criminal contemporânea, tendo foco nas causas da criminalidade e nas medidas adequadas para removê-la, “intervindo sobretudo no sujeito criminoso”, o que se chama de “correicionalismo” (BARATTA, 2002, p. 30).

Diante das pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago, nos anos 1950 e 1960, um novo paradigma científico veio integrar a criminologia, pelo qual o aspecto sociológico é valorizado em detrimento das perspectivas médicas, jurídicas e filosóficas até então dominantes, dando base para a chamada “Nova Criminologia” ou “Criminologia Crítica” (AGUIAR, 2021).

No denominado ‘paradigma da reação social’, o objeto e o método de estudo se tornaram a criminalização e não a criminalidade (AGUIAR, 2021), isto é, a realidade social, como, por exemplo, o crime, passou a ser vista como produto de uma ‘construção social’, definida por um processo de tipificação e de definição que advém de indivíduos e de grupos diversos (BARATTA, 2002).

Nesse sentido, enfatiza Mongí (2013, p. 96):

Se presentó, entonces, un cambio de paradigma, un viraje en el objeto de estudio de la criminología, del estudio del delincuente y las causas de su comportamiento (paradigma etiológico o causal) a estudiar el proceso de definición por el cual la

sociedad interpreta un comportamiento como desviado y la reacción frente a él. El estudio se traslada a la creación de la desviación por los grupos sociales, es decir, por los órganos de control social (policías, jueces, fiscales, asistentes) encargados de controlar y reprimir la desviación (paradigma de la reacción social), en el que el poder político y económico es que define qué se etiqueta y a quién se etiqueta.

Observa-se que essa nova concepção da criminologia teve influências de duas correntes da sociologia americana, quais sejam, a etnometodologia e o interacionismo simbólico, em virtude de perceber a sociedade como uma ‘construção social’ e não algo objetivo (aspecto da etnometodologia), bem como a partir de “interações concretas entre os indivíduos, aos quais um processo de tipificação confere um significado que se afasta das situações concretas e continua a estender-se através da linguagem” (aspecto do interacionismo simbólico) (BARATTA, 2002, p. 87).

A obra “*La nueva criminologia*” (“*The new criminology*”, título original), dos ingleses Ian Taylor, Paul Walton e Jack Young (1997), é precursora¹⁰ no âmbito da Criminologia Crítica, com sua primeira edição datada do ano de 1973. Nela, os autores apresentam uma interpretação marxista¹¹ da criminologia, com questionamentos sobre o Direito Penal e o funcionamento do sistema penal, analisando a problemática do crime e do controle social relacionados à lógica de funcionamento do capitalismo.

Para Taylor *et al* (1997), os acontecimentos e as circunstâncias particulares de vida de cada um exigem o estudo da sociedade em geral, dos conflitos sociais, do poder, dos interesses e da maneira que os processos sociais determinam as características da lei e as relações das pessoas. Portanto, o ato desviado deve ser visto nas suas origens estruturais mais amplas, dentro do contexto social das desigualdades de poder, riqueza e autoridade, podendo ser entendido em função da situação econômica e política da sociedade (TAYLOR *et al*, 1997).

Nas palavras de Baratta (2002, p. 86), a Criminologia Crítica “parte da consideração de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais”. Foi com base nessa orientação que se desenvolveu a teoria do etiquetamento.

¹⁰ A obra *The new criminology* teve sua primeira edição no ano de 1973. Já Baratta (2002) só veio tratar propriamente da Criminologia Crítica (de forma sistematizada e em um livro) em 1983, na obra “Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal”. Saliente-se que não é que, entre os anos 1970 e 1980, Baratta não tenha tomado conhecimento do debate, mas, nesse período, esteve mais numa perspectiva receptora do *labelling approach*, no âmbito do grupo alemão Arbeitskreis Junger Kriminologen (Grupo de Trabalho de Jovens Criminólogos).

¹¹ O marxismo (ou mais propriamente o marxismo mecanicista), no âmbito da Criminologia, recebe críticas quanto à associação univariável que faz entre pobreza e criminalidade. Afinal, a ação das máfias, por exemplo, não são uma imposição da condição social, mas uma opção feita pelo desvio e por seguir uma “carreira criminal”, como ocorre no caso das famílias mafiosas italianas. O mesmo vale para os crimes passionais, feminicídios, genocídios, terrorismo, etc. Dessa forma, é importante que as abordagens do desvio/marxistas se tornem autorreflexivas, e não caiam no equívoco (para o qual os seus fundadores alertaram) de assumirem a condição de “panaceia”.

Para compreender como se deu o surgimento dessa vertente na criminologia sociológica, ou seja, o estudo do crime e do sujeito através do seu convívio na sociedade, é importante sublinhar o contexto histórico e social que os Estados Unidos se encontravam, ressaltando ter sido este o país onde a teoria do etiquetamento começou a ser formulada e discutida.

Segundo Duarte *et al* (2019, p. 119), “Los años 50 y 60 fueron marcados por la emergencia de nuevas pautas. Los nuevos sujetos políticos batallaban por medidas difícilmente absorbidas en el ámbito institucional por los medios comunes de implementación de derechos”. Com isso, as manifestações populares passaram a movimentar a seara política mundial.

Nos Estados Unidos, o período da década de 1960 e início da década de 1970 foi marcado pela forte atuação de movimentos sociais¹², os quais “causaram verdadeiras oscilações na sociedade norte-americana” (SILVA, 2021, p. 420). Pode-se destacar, nesse momento, o movimento dos direitos civis, cujo objetivo era superar o contexto de exclusão social e política vivenciado pelos negros (NUNES, 2014). Assim, fatos como o assassinato do presidente John Fitzgerald Kennedy¹³ e os protestos levantados por vozes como Martin Luther King¹⁴, o qual também foi vítima de homicídio, foram de grande relevância para o contexto sócio-histórico do país.

Em 1964, a Lei dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*, em inglês) foi assinada pelo então presidente Lyndon B. Johnson, vedando qualquer forma de segregação nos espaços públicos e comerciais, bem como de discriminação em razão de cor, sexo, nacionalidade ou religião. Além disso, posteriormente, foi aprovada uma emenda com base na mencionada lei, garantindo às pessoas negras o direito ao voto (SILVA, 2021).

Os movimentos do mencionado período não possuíam um objetivo político comum, todavia, representavam o descontentamento geral a respeito dos rumos que a sociedade estava

¹² De acordo com Streck e Adams (2012, p. 254), os movimentos sociais assumem um lugar epistemológico especial, uma vez que traduzem ‘as forças da sociedade em movimento’, indo contra a força centralizadora e uniformizadora da institucionalidade, posta pelo Estado.

¹³ O assassinato do ex-presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy ocorreu no dia 22 de novembro de 1963, em Dallas, Texas. Enquanto ele desfilava em um carro aberto pelas ruas da cidade, Lee Harvey Oswald, apontado como o autor isolado do atentado, efetuou três disparos contra Kennedy do sexto andar de um prédio das proximidades, utilizando uma arma de precisão (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2022). A versão de que Kennedy teria sido assassinado por um ato isolado e individual ainda hoje é alvo de críticas, pois alguns acreditam que Oswald foi usado por Cuba ou pela União Soviética para cometer o crime ou que os adversários políticos de Kennedy podem estar por trás do assassinato, assim como o Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos (FBI). O Arquivo Nacional dos Estados Unidos possui diversos registros sobre o fato e a investigação, que ainda continuam sendo publicados em uma página eletrônica intitulada *JFK Assassination Records* (HANDLEY, 2021).

¹⁴ O assassinato do ativista Martin Luther King ocorreu no dia 4 de abril de 1968, em Memphis, Tennessee. Ao sair da sacada do quarto de um hotel onde estava hospedado, King foi alvejado no pescoço por um tiro de arma de fogo. A família de King e muitos americanos acreditam que o crime foi parte de uma conspiração entre o governo americano, a máfia e a polícia. No entanto, o supremacista branco James Earl Ray foi condenado pelo assassinato de King e morreu na prisão em 1998 (GELEDÉS, 2020).

tomando e diante da incapacidade do Estado em atender as reivindicações dos diferentes grupos do jogo político, especialmente diante das novas tensões relacionadas a igualdade e a liberdade (DUARTE *et al*, 2019).

Na época, os Estados Unidos ainda passavam o período da Guerra do Vietnã¹⁵, que gerou protestos internos e uma insatisfação popular devido à intervenção militar dos norte-americanos no referido país. Essa conjuntura acarretou instabilidade política e os movimentos sociais ganharam ainda mais destaque, vindo até mesmo a influenciar o resultado das eleições de 1968, que derrotou o presidente Lyndon Johnson (SILVA, 2021).

De acordo com Neuman (1991, p. 12),

A guerra do Vietnã, as mortes violentas do presidente John Kennedy e seu irmão Robert, como a do pastor Luther King semearam angústia e desconsolo em grande parte da população, especialmente nos mais jovens. Paralelamente, conheciam-se atrozes episódios bélicos e não bélicos de uma guerra, para muitos, incompreensível. Os soldados voltavam do Vietnã com fortes dependências, fumando marijuana e injetando-se heroína.

Conforme afirma Silva (2021, p. 421), “as campanhas promovidas pelo movimento dos direitos civis deram início ao combate a todo um sistema de repressão contra grupos minoritários nos Estados Unidos”. Foi durante o mês de setembro do ano de 1971 que ocorreu a maior revolta no sistema carcerário dos Estados Unidos, conhecida como “Rebelião de Attica” (por ter acontecido no presídio de Attica, em Nova York), trazendo à tona o tema da condição desumana dos privados de liberdade, especialmente em relação à habitação e ao exercício de direitos políticos que lhes eram constantemente negados (DUARTE *et al*, 2019).

Nesse contexto, grupos de tendência libertária atuantes em prol da liberdade de expressão disseminavam ideais contrários aos pregados pelas famílias tradicionais. Jovens de movimentos como o de contracultura¹⁶, assim chamado pela mídia estadunidense, se posicionaram contra a Guerra do Vietnã e às formas de governo autoritárias, como também contra o padrão social da época e à política capitalista, que frequentemente incentivava o consumismo da população (ZOUAIN, 2019).

¹⁵ A Guerra do Vietnã teve início no ano de 1959, em um contexto de embate e polarização entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética. A região do Vietnã, anteriormente conhecida como Indochina Francesa, foi dominada pelos franceses ao longo do século XIX. Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), movimentos de emancipação começaram a surgir, levando a divisão do território entre Vietnã do Norte, de orientação comunista e apoiado pela União Soviética, e Vietnã do Sul, uma ditadura militar de sistema capitalista, apoiada pelos Estados Unidos. A participação do governo estadunidense no conflito durou até 1973, após intensa pressão popular para um cessar-fogo.

¹⁶ No Brasil, o movimento de contracultura contestou, em particular, a Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964.

Todavia, a imprensa nos Estados Unidos não demonstrava simpatia pelos eventos e festivais artísticos organizados pelo movimento de contracultura, os quais reuniam milhares de jovens. Dessa maneira, notícias e informações sobre as manifestações eram disseminadas dando ênfase à questão do uso de drogas e à violência, retirando o foco das raízes e dos ideais que embasavam os atos (ZOUAIN, 2019).

Considerando a dimensão alcançada pela questão das drogas, o então presidente Richard Nixon (1969-1974) anunciou formalmente uma “guerra contra as drogas” e criou a Agência de Combate às Drogas (*Drug Enforcement Administration* – DEA) para garantir a aplicação das leis acerca da matéria, dentro e fora do país (LOPES, 2017). Ressalta-se que na posição assumida por Nixon havia “uma clara tentativa de manipulação político-ideológica, na medida em que atribuía a existência das drogas a uma ‘conspiração esquerdista e comunista’” (LEITE, 2021b, p. 5).

Diante desse cenário, membros da denominada Escola de Chicago observaram que a sociedade americana passava por um período de “radicalização social, política e cultural”. Com isso, “o desinteresse e a repressão dirigida aos grupos excluídos se tornavam cada vez mais evidentes”, gerando mais debates e atenção para as ciências humanas em geral e, também, para a criminologia (AGUIAR, 2021, p. 33).

Foi nessas circunstâncias que surgiu a teoria do etiquetamento, juntamente com a criminologia crítica. De acordo com Aguiar (2021, p. 34-36), “O conceito de crime passa, portanto, de objetivamente determinável, para subjetivamente problemático”, sendo o desvio um fenômeno socialmente construído. A criminologia, enquanto ciência investigativa, passou a ter como objeto de estudo o sistema penal e seus processos de criminalização, não mais o sujeito criminalizado (MONGUÍ, 2013).

No âmbito dos estudos que desenvolveram a teoria do etiquetamento, ganharam destaque autores como Edwin Lemert, Dennis Chapman, Erving Goffman e, principalmente, Howard Becker. Passaremos então a tratar da referida teoria, bem como acerca do desvio social, conforme a conceituação de Howard Becker, que é a principal referência teórica dessa abordagem.

2.1.2 Desvio social e teoria do etiquetamento

Becker (2019, p. 17) define *outsider* como uma pessoa considerada ‘desviante’, que infringiu uma ou mais regras estipuladas pelo grupo social, passando a ser encarada por este como um tipo especial. Assim, é tida como alguém de quem não se espera viver de acordo com

as normas, as quais existem com a finalidade de definir situações e determinados comportamentos apropriados para certos momentos e circunstâncias, “especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’”.

Em suma, o *outsider* “é alguém que desrespeita as regras estabelecidas, incorrendo, assim, em desvio social; ele é colocado nas margens da sociedade. Ou seja, é alguém que se releva à condição de marginal” (LEITE, 2018c, p. 5).

Para a teoria do etiquetamento, comportamentos considerados ‘desviantes’ são construídos socialmente. O sistema penal define as condutas como criminosas e reage contra elas por meio das normas penais e da ação da polícia, dos juízes e das instituições penitenciárias, que são responsáveis pela aplicação das penas (MONGUÍ, 2013). Esse sistema pode, então, ser estigmatizante, ao passo que seus agentes atribuem à pessoa o rótulo de “delinquente” (LEITE, 2018b).

Becker afirma que a pessoa rotulada como *outsider* pelos seus ‘juízes’ pode vê-los também como *outsiders*, pois apresenta uma visão distinta a respeito da situação, não enxergando aqueles que o julgam como “competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo”. Inclusive, em questões extremas, “desenvolvem ideologias completas para explicar por que estão certos e por que os que os desaprovam e punem estão errados” (BECKER, 2019, p. 17-19).

Vale destacar que as regras são, geralmente, promulgadas na forma de lei pelo Estado, mas também podem ser derivadas de acordos informais, pela força da tradição ou pelo consenso na sociedade. Para impingir essas normas, há grupos específicos, como a polícia, e, “por outro lado, pode ser uma tarefa de todos, ou pelo menos a tarefa de todos no grupo a que a regra se aplica” (IBIDEM, p. 18), caso em que o descumprimento prevê sanções informais de diversas modalidades (LEITE, 2018a).

Nesse processo, se fazem presentes questões que envolvem o poder político e econômico, pois os grupos com melhores posições sociais que estabelecem as regras, as quais variam em diferentes tipos de estrutura social:

Diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros (BECKER, 2019, p. 31-32).

Um ponto ressaltado por Becker é que “diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes”. Por conseguinte, a definição de desvio se torna diversa: pode ser uma concepção

essencialmente estatística (aquilo “que varia excessivamente com relação à média”) ou patológica (algo em desajuste, indicando a presença de uma “doença”), ou conforme o que é distinto entre o mais comum (por exemplo, “ser canhoto ou ruivo é desviante, pois a maioria das pessoas é destra e morena”) (IBIDEM, p. 19-21).

Alguns sociólogos utilizam a perspectiva médica de saúde e doença, visando especificar o que é funcional e disfuncional para uma sociedade ou um grupo social. Já outros preferem a que considera o desvio como “a falha em obedecer a regras do grupo”. Contudo, ambas concepções não levam em consideração o aspecto político do fenômeno, nem as ambiguidades que envolvem o processo de estabelecer quais regras são o padrão de comparação para o comportamento ser julgado desviante (BECKER, 2019, p. 22).

Conforme Becker (2019, p. 23-24),

[...] grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Seguindo o referido entendimento, o comportamento será considerado desviante se alguma regra é infringida e se ocorre o processo de reação pública negativa, cujo grau ainda depende de quem o comete. Becker cita como exemplo os estudos com adolescentes autores de atos infracionais. “O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia”, não obstante tenha praticado a mesma conduta que um menino de classe economicamente desfavorecida. Essa pode ser uma das diferenças na aplicação da lei na sociedade, que também observamos quando se envolve a questão racial (IBIDEM, p. 27). Assim, “muitas vezes, o grau em que um ato é tratado como *desviado* depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele” (LEITE, 2018a, p. 15).

Nas palavras de Monguí (2013, p. 97),

[...] no habrá el estatus social del delincuente ni será tratado como tal, a quien habiendo realizado la misma conducta divergente o punible, el sistema penal no reacciona y no es alcanzado ni por la norma penal ni por los agentes de control penal [...] Entendida de esa manera, la acción del sistema penal a través de los agentes de control penal cumple una función estigmatizante, a partir del momento en que definen a um indivíduo como delincuente, es decir, desde que se realiza la construcción institucional del denominado delincuente y que la sociedad, mediante los procesos de interacción, percibe como tal o los ha percibido antes y los corrobora en igual sentido.

Nessa perspectiva, o comportamento “desviado” consiste em uma consequência das normas e sanções impostas ao “infrator”, conforme o que o sistema penal e a sociedade

estabelecem. Desse modo, se torna “desviado” aquele que é “etiquetado” como tal, ou seja, quando a opinião pública julga indevida a conduta praticada por aquele indivíduo e o considera um “delinquente”, tendo a imposição de uma penalidade.

Existem vários sentidos nos quais a mesma ação pode ser considerada desviada ou não, segundo o rótulo que lhe é aplicado ou, o mais importante, o contexto social em que ela ocorre. Por exemplo, o ato de matar pode ser considerado um crime de homicídio ou pode ser visto como um comportamento patriótico, no caso de uma guerra (TAYLOR *et al*, 1997). Nesse sentido,

O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele (BECKER, 2019, p. 28).

Cohen (1966) afirma que uma coisa é cometer um ato ‘desviado’, como mentir ou roubar, e outra é ser acusado e qualificado como tal, sendo definido socialmente em uma categoria específica de pessoas. Esse rótulo posto evoca características para o indivíduo, fazendo pensar que alguém que se comporta dessa maneira habitualmente ou normalmente possui um conjunto de atributos negativos. Logo, se ativam sentimentos e reações como desprezo, suspeita, temor, ódio etc.

Enquanto um grupo social não rotular determinadas condutas como desviadas, elas não se constituem realmente como desviadas. Além disso, a reação dos agentes de controle social diante de um primeiro ato desviado do indivíduo acarreta repercussões tão poderosas que ele mesmo começa a se considerar como um ‘desviado’ e executa cada vez mais condutas do tipo. Assim, a rotulação de ‘desviado’ imposta por um grupo social ou pelas instituições de controle social pode mudar a concepção que uma pessoa possui de si mesma – a forma que agimos e nos vemos é em parte consequência de como outras pessoas atuam a respeito de nós (TAYLOR *et al*, 1997).

Ademais, as estatísticas representam a “reação do sistema penal e não dos delitos propriamente cometidos” (AGUIAR, 2021, p. 36), tendo em vista que as taxas são obtidas devido ao funcionamento da polícia, dos tribunais de justiça e dos agentes de controle social, mas estes são apenas indicadores dos casos em que as próprias instituições se ocupam, não representando, portanto, os índices efetivos de desvio existentes na sociedade (TAYLOR *et al*, 1997).

De acordo com Becker (2019, p. 29), o “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele”, ou seja, “uma consequência da aplicação de regras e punições ao que se considera um comportamento irregular, sendo o suposto infrator sancionado por terceiros” (LEITE, 2018a, p. 15). Para o autor, “la desviación no es una esencia del acto que una persona comete, sino el resultado de la aplicación de normas y sanciones sobre el ‘infractor’ a manos de terceros, como el Estado” (LEITE, 2018b, p. 183).

Entretanto, nem todas as regras são universalmente aceitas e, dessa forma, consistem em um objeto de conflito e divergência. Dessa forma, algumas normas podem ser transgredidas por um determinado grupo em razão de, para ele, existirem outras normas a serem priorizadas (BECKER, 2019). De modo geral, assinala Leite (2018a, p. 15) que

O *outsider* é produzido socialmente. Será *desviado* e posto nas *margens*, portanto, quem for assim descrito pelas regras, com estas requerendo que seja realizado um eficiente trabalho de rotulação pública dos comportamentos tidos por elas como desviados, para que então a etiquetagem comportamental que as mesmas realçam torne-se reconhecida.

Taylor *et al* (1997) apontam críticas ao fato de Becker definir o “comportamento desviado” somente em função das reações sociais que ele provoca. Isso porque determinados atos, principalmente os delitivos, recebem significados sociais. Por exemplo, a atitude de tomar para si um objeto sem permissão de seu proprietário é descrito como roubo nas sociedades em que existe a ideia de propriedade privada. Assim, a afirmação de Becker poderia ser destinada apenas para atitudes que não possuem um significado social.

A maioria da população tem conhecimento de quais atos são “desviados” ou não para a sociedade em geral, portanto, ao contrário de Becker, Taylor *et al* (1997, p. 164) consideram o “desviado” como alguém que toma decisões e, às vezes, viola diretamente “el código moral e legal de la sociedad”, sustentando que a conduta desviada é uma qualidade do ato e não um produto da reação social que acarreta.

Segundo Taylor *et al* (1997), a maior parte do “comportamento desviado” corresponde a ações conscientes dos indivíduos, destinados a fazer frente aos problemas gerados por uma sociedade sobre a qual exercem pouco controle. Por outro lado, para os teóricos da reação social, como Becker, os desviados são como receptores passivos de um certo estigma, que logo lhe criam possibilidades de escolha, porém apenas dentro dos limites de uma “carreira de desvio”.

Taylor *et al* (1997) ainda defendem que a conduta desviada pode ser compreendida como uma luta ou uma reação contra a “repressão normalizada” (a estrutura de poder e as

instituições da sociedade); uma quebra das normas aceitas, inquestionadas, investidas de poder e de sentido comum. As desigualdades estruturais, preservadas e protegidas pelos detentores de poder político e econômico atuam como forças causais que impedem a realização dos interesses dos sujeitos por meios que não sejam os “desviados”.

O ponto é que os controles sociais visam exercer poder nas atividades que são consideradas, por determinados grupos, como desagradáveis, imorais ou inconvenientes, proibindo sua prática. Todavia, as sanções podem ser ineficazes diante de certos contextos. Um exemplo é a questão do uso da *Cannabis* (também chamada de maconha ou de marijuana), tido como algo imoral e que pode atribuir a quem faz o seu consumo uma série de características negativas. A fim de aplicar o controle desse ato, limita-se o fornecimento e o acesso à droga, estabelecendo a ilicitude da posse ou da venda, bem como define-se a sua utilização como um comportamento imoral (BECKER, 2019).

A imposição da lei controla o consumo, não dissuadindo os usuários diretamente, mas tornando precárias as fontes da droga e dificultando o acesso a elas [...] Assim, os mecanismos que operam para limitar a disponibilidade da droga restringem também o seu uso. No entanto, a participação em grupos em que a maconha é consumida cria as condições nas quais os controles que limitam o acesso a ela deixam de operar (BECKER, 2019, p. 77).

O caso das drogas é um exemplo da dualidade existente nas imputações sobre o que é “certo” e “errado”, “permitido” e “proibido”, particularmente ao se falar da divisão jurídica das drogas lícitas e ilícitas. Na hipótese das lícitas, o consumo é admitido, sendo elas socialmente aceitas, como verifica-se com as bebidas alcoólicas. No caso das ilícitas, como acontece com a *Cannabis* no Brasil, o consumo não é tolerado pelos controles sociais e as pessoas que usam drogas acabam sendo destinatárias de estigma social (LEITE, 2018a).

Para sustentar os comportamentos valorizados socialmente e reprimir os considerados desviados e fora do padrão convencional, os controles sociais afetam a conduta individual através do uso do poder, isto é, aplicando sanções, uma vez que as condutas etiquetadas como negativas devem ser punidas. Na operacionalização desse processo, questões político-ideológicas, muitas vezes, se constituem “a razão de se considerar um determinado comportamento como desviado e de se rotular quem nele incorre como um *outsider*” (IBIDEM, p. 16).

A relação entre a ilegalidade e a pessoa que usa drogas leva a cabo a classificação desta última como um delinquente, um agente ilegal (ROJAS, 2018). Dependendo do contexto em que o indivíduo se fizer presente e de outros fatores como, por exemplo, classe social, raça, cor e gênero, ele pode ser rotulado um *outsider*, sendo colocado às margens da sociedade.

Aspectos que se relacionam às drogas, como as concepções do que é o “vício”, o “abuso”, a “perversão”, “a doença”, o “crime”, a “degradação”, a “desordem social”, remetem para indivíduos e grupos vistos como indesejáveis, rotulados como perigosos. Conforme assinala Ribeiro *et al* (2017, p. 102), “esses modos de olhar que estão na base da reação social às drogas – ou melhor, à droga, assim enunciada no singular, à medida que os poderes-saberes do seu controle a vão erigindo em entidade que deve estar afastada da vida comum”.

Nesse sentido, em sua posição de “guerra contra as drogas” no início dos anos 1970, o ex-presidente dos Estados Unidos Richard Nixon fez manifestações que relacionavam a dimensão político-ideológica com as drogas, afirmando-as como inimigas da sociedade. Com isso, foi intensificado o seu proibicionismo, que até os dias atuais tem servido aos interesses geopolíticos do governo estadunidense (LEITE, 2018a).

Por exemplo, a criação da Agência de Combate às Drogas, conhecida como DEA, foi uma das principais medidas implementadas pelos Estados Unidos nos anos 1970 para “coordenar as investigações e a repressão ao comércio de drogas ilícitas com os governos e as polícias locais de todo o mundo”. Assim, países como Colômbia passaram a abrigar bases militares americanas sob o pretexto da implementação de uma política internacional antidrogas (GARAT, 2016, p. 70).

Segundo Rodrigues e Oliveira (2021, p. 255),

[...] foram constatados envolvimento das organizações de combate às drogas com espionagens aos países latino americanos, até mesmo financiamento de “grupos revolucionários” de direita, tendo como exemplo os emblemáticos casos da Revolução Cubana e o apoio aos Contra Sandinistas na Nicarágua. Nesses dois episódios, o governo norte-americano trabalhou juntamente com narcotraficantes, seja no fornecimento de armas ou até mesmo com apoio financeiro, com dinheiro lavado do tráfico de drogas.

Nos anos 1980, mas principalmente após a Guerra Fria/queda do Muro de Berlim em 1989, os Estados Unidos passaram a hegemonizar globalmente o discurso proibicionista, tendo em vista a necessidade de determinar outro inimigo que fosse além do falacioso perigo representado pelo comunismo e pudesse justificar intervenções políticas e geográficas favoráveis às suas estratégias geopolíticas (ROLNIK; CALIL, 2021).

Observa-se que a política internacional de “combate às drogas” segue os preceitos norte-americanos, com o objetivo maior de controlar os países periféricos e semiperiféricos, principalmente os da América Latina e da América Central, mantendo-os “como dependentes e subalternizados aos seus interesses, de forma a manter sua hegemonia”, além de servir como

“instrumento de controle de revoltas populares ou de governos contrários aos interesses dos países do centro capitalista” (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2021, p. 255-256).

Diante das problemáticas que envolvem a temática das drogas, faz-se necessário analisar o percurso sócio-histórico das políticas de drogas e seu proibicionismo, em especial ao se falar sobre a questão na perspectiva da educação popular, em que a realidade social e a dimensão política são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo, como também no modo de se abordar o tema. É o que faremos a seguir.

2.1.3 Percurso sócio-histórico das políticas de drogas

A incursão sócio-histórica que será realizada neste tópico visa aportar conhecimentos que serão pertinentes na justificação e fundamentação do tipo de ações que devem ser desenvolvidas no âmbito das modalidades de abordagem acerca das drogas na perspectiva da Educação Popular (LEITE, 2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera “droga” toda substância química que modifica processos fisiológicos e bioquímicos no organismo (OMS, 1994). Para mais, “outra definição aponta que as drogas são aquelas que modificam o estado de consciência do usuário” (SILVA, 2020, p. 61). Há registros de que o ser humano sempre utilizou essas substâncias, as quais sempre estiveram presentes nos mais diferentes contextos, portanto, “não há como exterminá-las da face da terra. Tendo isso em conta, torna-se fundamental aprender a conviver com elas” (SILVA, 2020, p. 61).

A proibição das drogas tem seu marco na Conferência de Xangai (China) em 1909, cuja finalidade era discutir questões atinentes ao comércio internacional do ópio, uma substância derivada do suco extraído de espécies de papoulas, inicialmente vendida pelos ingleses. Nas duas guerras entre Inglaterra e China, motivadas pelo mercado do ópio, este último país foi derrotado¹⁷ (LEITE, 2018c).

¹⁷ Os ingleses estabeleceram o ópio como uma moeda de transação comercial, pela qual conseguiam dos chineses ouro, sedas, porcelanas e outros bens. Como os negócios eram favoráveis para o Império Britânico e extremamente negativos para a China, esta proibiu o consumo e a exportação do produto, ocasionando o crescimento do mercado clandestino. A Primeira Guerra do Ópio teve como principal causa a ordem do governo chinês para a destruição de um carregamento de ópio dos britânicos em 1839, que levou a derrota dos chineses e a entrega de Hong Kong aos vencedores em 1842, com a assinatura do Tratado de Nanquim. Este acordo foi considerado desfavorável à China, pois o país teve que abrir cinco portos para o comércio britânico. Posteriormente, no ano de 1856, eclodiu uma Segunda Guerra do Ópio, já que o Tratado de Nanquim não estava sendo cumprido pelo governo chinês. Nesse conflito, a Inglaterra teve o apoio da França e da Irlanda. Mais uma vez derrotada, “a China se viu obrigada a manter os seus portos abertos aos vencedores e a lhes pagar altas indenizações” (LEITE, 2018c, p. 8) (ESCOHOTADO, 1998).

Nesse cenário, os Estados Unidos organizaram a referida Conferência para “estreitar relações com a China – buscando beneficiar-se do quadro de confronto existente então entre chineses e países europeus – e intervir no comércio internacional de ópio”, o qual desencadeava muitos benefícios lucrativos (IBIDEM, p. 8).

Os Estados Unidos apresentavam um posicionamento proibicionista em relação às drogas, ao passo que a China se interessava na proibição do consumo de ópio oriundo dos ingleses, pois o negócio não lhe era vantajoso (IBIDEM). Assim, a Conferência de Xangai criou o primeiro documento relacionado ao controle de drogas, contendo recomendações para que o mercado de opiáceos fosse reduzido (LIPPI, 2013).

Ainda com o intuito de estabelecer um tratado internacional envolvendo o assunto das drogas, os Estados Unidos propuseram aos principais países da época a realização de uma nova conferência. Desta feita, no ano de 1912, a Conferência de Haia, na Holanda, passou a limitar “a produção de ópio, morfina e cocaína, as substâncias de maior visibilidade nas sociedades americana e europeia do início do século XX”, além de ter estipulado a cooperação internacional no controle de drogas, inclusive no tocante ao uso recreativo, permitindo sua utilização somente para fins médicos (IBIDEM, p. 56).

Ocorreu que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve início antes mesmo que a Convenção decorrente da Conferência de Haia pudesse ser implementada. Contudo, ao fim do conflito, foi reivindicada a sua adoção junto à “Sociedade das Nações” (ou “Liga das Nações”) – “instituição que precedeu à Organização das Nações Unidas (ONU)” (LEITE, 2018c, p. 9).

A Convenção de Haia foi ratificada e anexada ao Tratado de Versalhes, documento de paz realizado entre os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial, sendo os Estados Unidos, a França e o Reino Unido seus principais articuladores. Utilizando a Convenção como estratégia (LIPPI, 2013), os Estados Unidos passaram a efetuar alterações legislativas referentes ao proibicionismo das drogas no país, objetivando intensificá-lo (CARVALHO, 2014).

O senador Francis Burton Harrison conseguiu a aprovação do seu projeto de lei, conhecido como *Harrison Act*, vindo a condicionar o consumo de ópio, morfina e cocaína apenas para causas medicinais, por meio da imposição das diretrizes do *Narcotic Control Department*. Não obstante as disputas em torno da constitucionalidade da lei, a Suprema Corte Americana a validou em 1919 (IBIDEM).

No referido ano, também houve, em território estadunidense, a emenda constitucional *Volstead Act*, chamada popularmente de “Lei Seca”, visando pôr fim ao comércio e ao consumo de bebidas alcoólicas (LEITE, 2018c). Originalmente elaborado pelo senador Andrew Volstead, este ato foi apoiado por algumas organizações, como a conhecida *Ku Klux Klan*, de

cunho racista e de nacionalismo exacerbado, que teve um crescimento considerável de participantes a partir da campanha pró-proibição (CARVALHO, 2014).

Sobre a “Lei Seca”, Rojas (2018, p. 9) aponta o seguinte:

[...] como medida para reincorporar el control social, se expide una ley que prohíbe la producción, comercialización y consumo de bebidas que contuvieran alcohol. A partir de estos años, prohibir deja de ser un privilegio de la esfera religiosa (Hari, 2015) y comienza a consolidarse como una estrategia política poco eficiente, pero al fin y al cabo una estrategia para mitigar los diferentes fenómenos que pudiesen representar un resquebrajamiento en los valores, y así mismo un peligro para el orden social y el tipo ideal de sociedad que para la época se iba consolidando.

As consequências da “Lei Seca” nos Estados Unidos, como menciona Rojas (2018), foram o aumento dos casos de abuso no consumo de bebidas alcoólicas ilegais, as quais eram vendidas por contrabandistas e apresentavam uma má qualidade, já que os compradores não poderiam queixar-se com as autoridades a respeito do conteúdo do álcool, devido à sua ilegalidade. Assim, “la suplantación de los ingredientes, los procesos de producción clandestinos y las condiciones precarias de salubridad trasladaron un problema de orden público a un serio problema de salud pública” (IBIDEM, p. 10).

Não obstante a “Lei Seca” ter evidenciado o fracasso da estratégia proibicionista, em 1924, desta vez no âmbito da Sociedade das Nações, os Estados Unidos propuseram uma nova conferência, tendo em vista a expansão do proibicionismo em relação às drogas para outros países. Nesse sentido, ocorreu a Segunda Convenção Internacional do Ópio em Genebra, na Suíça, a qual foi marcada por significativas divergências (CARVALHO, 2014).

Segundo Leite (2018c, p. 10),

[...] alguns países produtores de cocaína não estavam de acordo com as medidas restritivas propostas, o que desencadeou acentuados desencontros, fazendo com que a Conferência fosse suspensa até 1925, o que motivou a retirada dos Estados Unidos do evento. Apesar dessa discrepância, a Convenção de Genebra adotou as propostas estadunidenses de penalização e criou o primeiro órgão multilateral responsável pela política mundial de drogas, isto é, o Comitê Central Permanente, tendo como principal atribuição realizar a fiscalização do mercado internacional das substâncias monitoradas pela Convenção (ESCOHOTADO, 1998). A marijuana foi incluída na lista das substâncias monitoradas.

O Comitê Central Permanente foi a inovação dada pela Convenção de Genebra no controle de drogas, em que os países signatários assumiram o compromisso de enviar relatórios de importação e exportação, como também estatísticas e previsões de consumo anuais das substâncias reguladas. Na época, o governo dos Estados Unidos recusou o convite para integrar o mencionado conselho, sob a alegação de que a Convenção de Genebra não era suficientemente satisfatória em certos aspectos de grande importância, como no ponto referente

a fiscalização da produção e da distribuição dos derivados de ópio e das folhas de coca (CARVALHO, 2014).

As convenções internacionais acerca do ópio abordavam acerca das drogas de modo mais regulatório do que propriamente proibitivo. Todavia, no período entre as duas convenções (décadas de 1910 e 1920), o uso das drogas psicoativas deixa de ser considerado pelos governos como um problema sanitário de pouca importância para ser tratado como crime (LIPPI, 2013). Inclusive, no Brasil, a primeira determinação legal específica sobre drogas foi sancionada em 1921, o Decreto nº 4.294 (IBIDEM).

Apesar de os Estados Unidos não terem assinado a Convenção de Genebra em 1925, o país continuou fortemente com sua política contra as drogas e participou ativamente da preparação das conferências seguintes, de 1931 e 1936, ambas em Genebra (IBIDEM). Em 1930, o governo estadunidense criou a Agência Federal de Narcóticos (*Federal Bureau of Narcotics*), uma agência do Departamento do Tesouro comandada por Harry Jacob Anslinger, o qual se destacou no planejamento de uma nova conferência visando limitar a fabricação de drogas narcóticas (LEITE, 2018c).

Percebendo que a antiga “Lei Seca” não obteve êxito, Anslinger “vislumbrou o combate à marijuana e a sua total criminalização como uma nova forma de motivação e de obtenção de apoio ao discurso proibicionista”. Com efeito, ele desempenhou um papel central na Conferência de 1931, ocasião em que ocorreu a aprovação de regras mais rígidas e a consolidação de uma base para “impulsionar a expansão internacional do proibicionismo” (LEITE, 2018c, p. 10).

Vale ressaltar que a Convenção Internacional para Limitar a Fabricação e Regulamentar a Distribuição dos Estupefacientes, firmada em Genebra e aprovada em 1931 no âmbito da Liga das Nações, sendo ratificada pelo Brasil no ano de 1934, restringiu a produção de drogas aos fins científico e medicinal, bem como regulou as quantidades de drogas disponíveis para cada Estado-parte (LIPPI, 2013), além de ter atribuído a estes e a Liga das Nações, pela primeira vez, “a luta contra o vício às drogas” (GONZÁLEZ, 2008).

Outro ponto a ser destacado quanto a referida convenção diz respeito a determinação dada aos países signatários para que estes realizassem uma política doméstica com “estruturas de controle e fiscalização do uso e comércio de drogas consideradas legais” e “de repressão às drogas ilegalizadas”, o que abriu o caminho para a implementação de medidas de caráter penal no campo das drogas (LEITE, 2018c, p. 11).

Assim, na Convenção para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas de 1936 foi estabelecida a criminalização da venda de drogas ilícitas, sendo o primeiro tratado com previsão

penal para tanto (LIPP, 2013). De acordo com Escohotado (1998, p. 529), esta convenção celebrada em Genebra “se trata de una norma que obliga a los Estados a perseguir no sólo el tráfico sino cualquier implicación en drogas nocivas, y que recomienda a todos crear servicios especializados de policía”.

Importante frisar que “essa Convenção só foi assinada por 13 países, e somente entrou em vigor durante a Segunda Guerra Mundial, quando o controle das drogas não era uma prioridade para a maioria dos países, especialmente para os europeus” (LIPP, 2013, p. 58). Dessa forma, a pauta das drogas não foi mais objeto de discussão entre os países durante o conflito. Posteriormente, já no âmbito da ONU, criada em 1945, protocolos foram firmados atualizando as questões anteriormente discutidas nas convenções, principalmente em relação a produção de opiáceos (LEITE, 2018c).

Em 1961, anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Convenção Única foi aprovada com 51 artigos, a partir das discussões efetuadas desde 1948 para substituir os tratados precedentes (LIPP, 2013). Conforme o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (em inglês *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC), a referida convenção tinha o objetivo de “combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas”, através tanto da “limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico”, como da cooperação internacional para deter o tráfico de drogas (UNODC, 2022).

Nas palavras de Leite (2018c, p. 11),

Em síntese, pode dizer-se que as linhas básicas da Convenção são as seguintes: estabelece as medidas de controle e fiscalização; disciplina o procedimento para a inclusão de novas substâncias que devam ser controladas; institui a competência das Nações Unidas em matéria de vigilância interna; descreve as medidas que devem ser adotadas em nível nacional para a ação contra o tráfico, buscando iniciativas coordenadas com os Estados; apresenta tipificações penais, recomendando que o tráfico, a produção, a posse e o consumo de drogas em desacordo com a Convenção sejam punidos rigorosamente.

Pode-se inferir com a leitura do documento em tela que o discurso dominante em relação às drogas na década de 1960 era de cunho proibicionista. Portanto, determinou-se “um amplo sistema internacional para controlar o uso e o tráfico de drogas”. Vê-se, ainda, que a Convenção de 1961 “parece refletir as preocupações da década anterior no que tange às drogas”, quando certos grupos considerados “marginais” faziam uso de substâncias, como a maconha, a qual recebeu as atribuições de “erva maldita” e “produtora de criminalidade”. Ademais, foi a primeira vez que a palavra “mal”, “dotada de carga emotiva”, constou em um documento

internacional relacionado ao controle de drogas, considerando-as “um grave mal para o indivíduo” e “um perigo social e econômico para a humanidade” (LIPP, 2013, p. 58-59).

Em âmbito nacional, na década de 1960, o paradigma proibicionista passa a operar de acordo com a lógica bélica. Além da moral, da saúde e da segurança pública, as drogas começaram a ser “um perigo associado a uma ameaça à ‘ordem mundial’”, tendo o Brasil enrijecido as leis “antidrogas” durante a ditadura civil-militar (1964-1985) (RYBKA *et al*, 2018, p. 104).

No ano de 1971, a política de drogas continuou com as mesmas perspectivas da Convenção de 1961, novamente sob a égide da ONU, em Viena. A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas restringiu a objetivos médicos e científicos o uso de drogas psicotrópicas (artificiais ou sintéticas), como a LSD, com o intuito de também criminalizar o tráfico dessas substâncias. Por conseguinte, em 1972, a referida convenção foi emendada, com a assinatura do Protocolo de Emendas à Convenção Única (IBIDEM).

Em 1973, a Agência de Combate às Drogas (em inglês *Drug Enforcement Administration* – DEA) passou a substituir a Agência Federal de Narcóticos dos Estados Unidos, tendo o então presidente Richard Nixon declarado a chamada “guerra contra as drogas”. Nesse período, o governo estadunidense iniciou intervenções em diversos países, principalmente os da América Latina, “sob o pretexto de ‘livrar o mundo o problema das drogas’” (LEITE, 2018a, p. 16).

Segundo Santos (2010, p. 70),

A partir da década de 1970, com o presidente Nixon, os EUA incluíram na sua Doutrina de Segurança Nacional a luta contra a produção e comercialização de drogas ilícitas, fato que teria, nas décadas seguintes, profundas implicações nas suas relações com a América Latina, especialmente com a Colômbia. Com Ronald Reagan (1981-1989), a política de combate às drogas esteve completamente subordinada às diretrizes da política exterior dos EUA. Nesse sentido, o tema das drogas, longe de ser tratado como um problema de saúde pública, de desajuste social ou da própria política proibitiva interna dos EUA, transformou-se numa questão de segurança nacional, pois os estrategistas conservadores logo trataram de relacionar o problema com agentes externos, tais como uma “conspiração de latinos”.

Diante da referida conjuntura, o México foi o primeiro a ser alvo das operações que visavam o combate internacional ao tráfico de drogas por parte dos Estados Unidos, em razão de ter sido considerado um dos maiores produtores de Cannabis na época. Inclusive, após o ano de 1970, todos os países latinos adequaram as suas legislações internas às convenções de 1961 e de 1971 (LEITE, 2018a).

Ainda na década de 1980, o Congresso estadunidense passou a monitorar e avaliar os esforços antinarcóticos nos países latino-americanos, suspendendo a assistência econômica,

impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos territórios que não estivessem cumprindo suas diretrizes (SANTOS, 2010).

Com sua vitória na Guerra Fria (1989) e com a desintegração da antiga União Soviética (1991), os Estados Unidos passaram a declarar o tráfico de drogas como uma grande ameaça, afirmando ser ela proveniente da América Latina. Em particular na Colômbia¹⁸, estudiosos e instituições apontam para uma ineficácia da política antidrogas dos Estados Unidos para resolver o problema no país. Além disso, a internacionalização do conflito armado ocasionou uma alta dependência do governo colombiano em relação ao estadunidense (IBIDEM).

Dessa forma, pode-se dizer que “a questão das drogas comporta uma dimensão política e está condicionada pelas disputas que envolvem as relações de poder”. Por exemplo, os Estados Unidos, ao passo que promovia o “combate às drogas”, ignorou os vínculos dos partidos políticos de apoio ao então presidente da Colômbia, Álvaro Uribe (2002-2010), com os paramilitares que tinham ligação com o tráfico (LEITE, 2018a, p. 20-21).

Por fim, a última convenção que abordou o tema das drogas aconteceu no ano de 1988, sendo denominada de Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Pela primeira vez, o uso passou a ser criminalizado, pois foram estabelecidos mecanismos de repressão contra o tráfico de drogas e contra a posse, a aquisição ou o cultivo para consumo próprio (LIPP, 2013).

Além disso, determinou-se a erradicação da cultura de qualquer planta da qual pudessem ser extraídos entorpecentes e se instituiu um sistema de monitoramento e de controle sobre as substâncias químicas utilizadas na produção de drogas. No contexto dessa convenção, a ONU ainda assumiu a obrigação de, “dentro de seu aparato burocrático, controlar o fenômeno do abuso de drogas” (IBIDEM, p. 62).

No documento da Convenção de 1988, há um reforço do estereótipo financeiro, associando o tráfico de drogas com o crime de lavagem de dinheiro. Segundo Lipp (2013, p. 62), “os redatores desse tratado consideram que o tráfico de drogas viola não somente os tratados internacionais e as leis de controle das drogas, mas também envolvem outras atividades tidas como ‘antissociais’”.

Já no ano de 1998, a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Drogas, em Nova York, “elaborou uma Declaração com orientações exortando os países a desenvolver estratégias enfocadas conjuntamente na redução da oferta e da demanda, como forma de realizar o combate global às drogas” (LEITE, 2018c, p. 12).

¹⁸ A propósito dessa temática, ver Santos (2010).

Em 2009, a Comissão sobre Entorpecentes da ONU desenvolveu uma análise dos progressos efetuados no tocante aos objetivos e metas da referida sessão de 1998, em que os países renovaram o compromisso de minimizar e, eventualmente, eliminar a disponibilidade e o uso de drogas ilícitas até o ano de 2019 (UNODC, 2022). Cabe mencionar que, na ocasião, os Estados Unidos – apoiado pela Rússia, Itália, Colômbia, Japão e Vaticano – vetaram a inclusão do termo “Redução de Danos”¹⁹ nas diretrizes da política internacional de combate às drogas (SANTOS, 2010).

Infere-se a partir do percurso sócio-histórico até aqui explicitado que o enfrentamento às drogas vem sendo pautado no discurso proibicionista e eminentemente bélico, como também em políticas de repressão, a partir de medidas de perseguição policial e de caráter penal. Tal perspectiva produziu e continua produzindo efeitos sociais danosos, marcados pela violência e pelo encarceramento em massa. Por outro lado, políticas de drogas que rompem com as estratégias de teor criminal, como se vê em Portugal, país que instituiu a promoção da Redução de Danos e buscou separar produção e tráfico do consumo, demonstram resultados positivos, por exemplo, em relação ao número de mortes por overdose (RIBEIRO *et al*, 2017).

Analisando o contexto atual em relação à temática, pode-se dizer que a chamada “guerra contra as drogas” não tem impedido o crescimento do seu consumo. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas de 2021, produzido pela UNODC, cerca de 275 milhões de pessoas no mundo usaram drogas em 2020, tendo sido verificado um aumento de 22% em comparação com o ano de 2010 (MPPR, 2021).

Ademais, “em nível global, espera-se que o número de pessoas que usam drogas aumente em 11% até 2030” (MPPR, 2021, p. 14). O relatório anterior, referente ao ano de 2020, ainda evidenciou serem os jovens o público de maior parcela “daqueles que usam drogas e os que mais consomem tais substâncias em excesso” (MPPR, 2020, p. 5).

Diante desse cenário, observa-se que os novos desafios da sociedade e seus fenômenos promovem a necessidade de se desenvolver abordagens críticas nos atuais espaços educativos, sendo as drogas uma questão que ainda ocupa um lugar de destaque nos debates contemporâneos, devendo ser enfatizada também no contexto escolar (LEITE, 2016).

¹⁹ De acordo com Petuco (2020, p. 94), a Redução de Danos (RD) abrange “um conjunto de práticas e concepções relacionadas ao cuidado de pessoas que usam drogas”, tais como a distribuição de materiais informativos, os programas de substituição opiácea, os centros de acolhimento e abrigos com equipes técnicas, as abordagens e os tratamentos multidisciplinares etc. (RIBEIRO *et al*, 2017). Portanto, “o modelo de RD tem foco no estabelecimento de estratégias que possibilitem a diminuição de danos sociais e à saúde, consequentes do consumo prejudicial das drogas, com ênfase na subjetividade e reinserção dos sujeitos na sociedade” (FARIAS *et al*, 2020, p. 221).

À vista disso, as abordagens trazidas pela Educação Popular podem contribuir para que as pessoas se tornem mais conscientes de todos os fatores socioculturais, históricos, econômicos e políticos que se relacionam com as drogas, deixando de lado a então utilizada “pedagogia do medo”, em que “a única coisa relevante são as drogas e os seus danos irreparáveis” (SILVA *et al*, 2019, p. 257).

Nesse sentido, no tópico a seguir trataremos das modalidades de abordagem da Educação Popular a respeito das drogas, objetivando apresentar aspectos da sua base analítica que dialogam com a temática.

2.2 A abordagem das drogas sob a perspectiva da Educação Popular

A Educação Popular (EP) apresenta um amplo leque de características e teóricos, dos quais Paulo Freire é um dos nomes de referência (CALADO, 2020). Ainda que não exista um conceito universal da EP, esta circunda os países da América Latina, sendo uma das tradições pedagógicas mais originais nascidas na respectiva região desde o surgimento de movimentos sociais, revolucionários e políticos, como as lutas de independência, o anarquismo, o socialismo, as resistências às ditaduras e as transições para a democracia a partir das mobilizações cidadãos (MOTA NETO; STRECK, 2019; JARA, 2020).

Para Carrillo (2010), a Educação Popular consiste numa forma de produzir conhecimento por meio de um conjunto de práticas, atores e discursos no âmbito da educação, cujo intuito é contribuir para que os diversos segmentos populares se constituam em sujeitos protagonistas de uma profunda transformação da sociedade e da realidade. Com isso, fazer educação popular é reconhecer o caráter político da educação, utilizar metodologias educativas, dialógicas e interativas que possibilitem ações emancipadoras, reflexivas, participativas e de transformação social.

Segundo Agustín Cano (2012), a Educação Popular abarca três dimensões: política, pedagógica e ético-metodológica. Política, uma vez que existe a crítica em relação à neutralidade dos processos educativos; Pedagógica, pois tanto o processo de libertação como o de consciência se constituem em um processo pedagógico, através do qual os conhecimentos vão sendo construídos a partir do diálogo e entre teoria e prática; Ético-metodológica, considerando que precisa existir uma coerência entre os meios e os fins a serem alcançados, bem como entre os objetivos e métodos utilizados, isto é, as ações empreendidas devem ser coerentes com o propósito que se pretende atingir.

Portanto, pode-se compreender a Educação Popular como uma prática social, no campo do conhecimento, que almeja contribuir para uma nova sociedade que responda aos interesses das classes populares (LEITE, 2021a), por meio de “processos político-pedagógicos ou pedagógico-políticos que se promovem desde uma perspectiva ética emancipatória e transformadora”, os quais se reinventam conforme os desafios de cada contexto e momento histórico (JARA, 2020, p. 189).

A Educação Popular tem sua origem desde as lutas de independência dos países latino-americanos, sendo figuras de destaque o escritor e professor Simón Rodríguez (1769-1854) e o filósofo e político José Martí (1854-1895), os quais evidenciaram uma educação pensada para as pessoas da América Latina e distinta da europeia, chamada por Rodríguez de “popular” (SILVA, 2020).

Em particular no Brasil, a Educação Popular surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, período marcado pela imigração dos trabalhadores europeus para trabalhar nas lavouras de café e, depois, nas atividades industriais (LEITE, 2022). A partir de então, há o aparecimento de uma população proletária no país, o que levou a uma predisposição para a militância política e sindical, logo mais consubstanciada pelas concepções anarquistas²⁰ (GHIRALDELLI, 1986).

De acordo com Ghiraldelli (1986), os programas do movimento anarco-sindicalista atuavam na questão do ensino técnico-profissional, no ensino laico e na extensão do ensino básico gratuito por meio de escolas operárias e de investimentos no âmbito cultural, tendo em vista que o analfabetismo entre os trabalhadores estava dificultando o avanço das ideias revolucionárias (LEITE, 2022).

Os anarquistas viam a educação como “a porta da revolução”, principalmente para retirar a concentração de poder da Igreja e do Estado (IBIDEM), pois, devido ao processo de colonização realizado por Portugal, a educação brasileira foi inicialmente marcada pela presença dos jesuítas, cujos interesses estavam ligados à Igreja Católica. Sendo assim, por muito tempo, houve a prática de um ensino concentrado no catecismo, com a utilização de uma política educativa de propagação da fé e da obediência, de maneira a estabelecer a cultura portuguesa no Brasil (OLINDA, 2003).

As primeiras experiências de Educação Popular em âmbito nacional ocorreram a partir da Pedagogia Libertária dos anarquistas, que possuíam o objetivo de educar politicamente a

²⁰ Os anarquistas almejavam “uma revolução individual, de tomada de consciência de cada um e apropriação não do poder estatal, doutrinário, mas da responsabilidade sobre si e do cuidado com o outro, com o público e, portanto, coletivo” (FELTRIN, 2017, p. 69).

classe operária. Mais adiante, apesar das adversidades constantes na Era Vargas (1930-1945) e nos anos seguintes, as organizações anarquistas continuaram suas atividades, com ressalvas de algumas intercorrências, como, por exemplo, na ditadura civil-militar (1964-1985) (LEITE, 2022).

O período que compreende a ditadura civil-militar abarcou o fechamento dos Centros Populares de Cultura e do Congresso Nacional²¹, extinguindo os partidos políticos e impondo censura, silenciamento e supressão de direitos. Devido à intensa repressão, que levou à prisão e à tortura de membros dos movimentos libertários, seus encontros aconteceram de maneira clandestina. Principalmente com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, se encerrou o funcionamento do Centro de Cultura Social de São Paulo, um dos espaços de concentração dos libertários, sendo este reaberto em 1985 e posto em atividade até o presente (LEITE, 2022).

Além do legado anarquista, os movimentos sociais e intelectuais das décadas de 1950 e 1960 tiveram influência no desenvolvimento da Educação Popular no Brasil. Vale ressaltar, inicialmente, o Movimento de Cultura Popular (MCP) constituído em 1960 na cidade de Recife, Pernambuco. Eram seus integrantes estudantes universitários, artistas e intelectuais, que atuavam juntamente com a prefeitura da época, chefiada por Miguel Arraes. Suas atividades eram voltadas para ações socioculturais, conscientização da população e alfabetização de adultos, tendo sido extintas com o golpe civil-militar de 1964 (LEITE, 2018a).

No referido período e na década de 1970, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos, como Venezuela, Argentina e Peru, destaca-se o método do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, o qual se baseia em experiências envolvendo manifestações da cultura popular para promover conscientização sociopolítica por meio da arte, tornando o teatro mais próximo das classes populares e rompendo com a visão elitista da época. No Teatro do Oprimido, o espectador se transforma em protagonista da ação dramática, passando de um ser “passivo, recipiente, depositário”, para um “sujeito criador, transformador”, capaz não só de “refletir sobre o passado” e “interpretar a realidade”, mas “preparar o futuro” (ALOCHIO, 2016, p. 297).

A epistemologia de Paulo Freire e suas práticas de alfabetização também foram importantes experiências no âmbito da Educação Popular, em que a reflexão crítica sobre a

²¹ No período que compreende a ditadura civil-militar (de 1964 a 1985), o Congresso Nacional foi fechado por três vezes: em 20 de outubro de 1966, sob o argumento de “conter um agrupamento de elementos contrarrevolucionários que tinha se formado no Legislativo com a finalidade de tumultuar a paz pública”; em 13 de dezembro de 1968 em razão do AI-5, decretado para “combater a subversão e as ideologias contrárias” ao regime, e em 1977, quando o general Ernesto Geisel determinou uma série de medidas para ter maior domínio e controle sobre o Parlamento, cassando mandatos, mantendo as eleições indiretas para governadores e estabelecendo que um terço dos senadores deveriam ser escolhidos pelo próprio Congresso (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018).

realidade dos educandos visava ampliar o sentido político das práticas educacionais (HADDAD; DI PIERRO, 2021). Assim, Freire trouxe importantes fundamentos, como:

[...] a educação de adultos compreendida como uma prática social escolar e não escolar; o imperativo ético da promoção da alfabetização e da escolarização de jovens e adultos, contrapondo-se ao caráter assistencial que lhe era atribuído à época e que ainda permanece aqui e ali nos tempos atuais; a responsabilidade do poder público pela oferta dessa escolarização, reconhecendo a dimensão do direito à educação escolar em qualquer etapa do ciclo de vida; a participação dos atores sociais como elemento fundamental para a construção da democracia em sociedades autoritárias como a nossa; e o diálogo e o respeito pelo conhecimento do outro como constitutivos dos processos de ensino e aprendizagem (IBIDEM, p. 4).

Outro fator relevante no desenvolvimento da Educação Popular foi a criação do Movimento de Educação de Base (MEB) em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que utilizou a perspectiva de Paulo Freire para realizar um programa de alfabetização e educação de base por meio de escolas radiofônicas, o qual contava com o apoio do governo federal e de emissoras católicas (FÁVERO, 2010). Em razão do seu vínculo com a Igreja Católica, o MEB conseguiu continuar as suas atividades durante a ditadura civil-militar, adequando-as aos condicionamentos do novo contexto (LEITE, 2018a).

No estado da Paraíba, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) integrou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, incorporada ao MEB. Esse importante movimento de educação popular, surgido no início da década de 1960, também desenvolveu práticas político-educativas a partir das bases epistemológicas de Paulo Freire, objetivando uma educação mais crítica e transformadora (MARINHO, 2017).

Mais uma fonte da Educação Popular no Brasil foi o Centro Popular de Cultura (CPC), fundado em 1962 pela União Nacional dos Estudantes, que trouxe a arte voltada para a cultura popular com fins educativos. Dessa forma, o CPC atuou nas campanhas de alfabetização, objetivando lutar pela transformação da realidade brasileira. Assim como o MCP, o CPC foi extinto pelo regime ditatorial de 1964 (VIANA, 2021).

Observa-se um núcleo programático no marco original da Educação Popular, tornando-a distinta da educação formal convencional²². Isso porque a educação popular possui “premissas

²² Essa é uma conclusão que se infere tanto a partir da observação das experiências de Educação Popular, como das abordagens de autores que realizaram clássicos estudos a seu respeito nos anos 1960/1970, a exemplo de Paiva (1987), Brandão (1981) e Beisiegel (1974). Por outro lado, é possível encontrar considerações críticas a respeito da Educação Popular, como da ideia de conscientização trazida por Paulo Freire. Segundo Brayner (2009, p. 220), a “consciência que “pronuncia o mundo” está submersa em formas “alienadas” (ingênuas) de expressão deste mundo, porque hospedam em seu interior invisíveis opressores”. Nesse sentido, o referido autor afirma que o diálogo corre o risco de ser “conduzido”. Além disso, para os indivíduos serem colocados na posição de “sujeitos conscientizados”, existe uma dependência daqueles que definem, preliminarmente, a tal consciência, tornando problemática essa relação de “diálogo-libertação” (BRAYNER, 2009).

metodológicas (conhecer a realidade), cognitivas (produzir conhecimentos), políticas (intervenção na realidade, transformação social) e de sociabilidade (busca de novas formas de relações humanas)”, as quais estão inscritas em sua historicidade (LEITE, 2018a, p. 13).

Trazendo para o cenário atual, diversas pautas contemporâneas representam desafios que estão sendo colocados no contexto da Educação Popular, os quais lhe exigem abordagens e modalidades cognitivo-pedagógicas que não chegaram a ser objeto de apreciação por parte de seus primeiros teóricos (LEITE, 2016). No tocante ao campo intelectual da Educação Popular, verifica-se “a ausência de formulações sobre temas que passaram a ocupar um lugar de relevo na agenda dos debates contemporâneos, com significativos reflexos sobre o contexto educacional” (LEITE, 2016, p. 93).

Segundo Mejía (1996, p. 5),

[...] las fundamentaciones, los modelos de intervención y los instrumentos han ido variando como fruto de la nueva época. La E.P. recompone sus cargas hoy, para dar una respuesta más sólida y concreta en este entrecruce de caminos históricos, buscando sus nuevos rumbos y organizando una agenda de trabajo que le permita reconstituirse en estos años, para reorganizar su intervención conservando como entonces, su opción ética de transformación social.

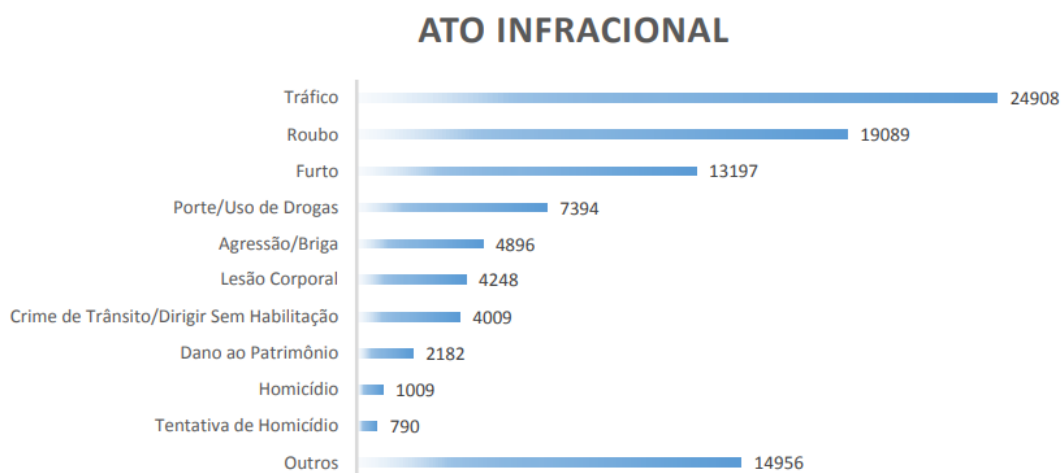
Os novos desafios da sociedade e seus fenômenos geram a necessidade de serem desenvolvidas abordagens sob a ótica da Educação Popular, de modo a permitir que temas que não foram anteriormente tratados na sua abordagem clássica agora o sejam (LEITE, 2016). Dessa forma, é importante compreender as novas condições do contexto e trazer para a Educação Popular novos questionamentos, ampliando suas problemáticas (MEJÍA, 1996), tendo em atenção os requisitos metodológicos necessários para tratar delas.

Nesse âmbito, a questão das drogas ocupa um lugar de destaque na sociedade contemporânea (LEITE, 2016). O trabalho socioeducativo com as drogas sob a perspectiva da Educação Popular constitui-se em uma alternativa distinta do que as políticas proibicionistas baseadas na ‘guerra às drogas’ vêm difundindo ao longo dos anos, a partir das quais surgem diversas problemáticas, como o encarceramento em massa, o aumento da violência, o extermínio de pessoas pertencentes às classes populares, a destruição das perspectivas de futuro de jovens e adolescentes etc.

Conforme dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), obtidos no ano de 2016, o ato infracional mais praticado pelos adolescentes é o análogo ao tráfico de drogas, como pode-se observar no Gráfico 1. Com isso, vê-se a “vulnerabilidade adolescente diante da perspectiva proibicionista que algumas substâncias historicamente vêm

atravessando no século XX, em especial a maconha, a cocaína e, mais recentemente, o crack” (SNAS, 2018, p. 20).

Gráfico 1 – Atos infracionais mais praticados pelos adolescentes segundo o levantamento do SINASE em 2016



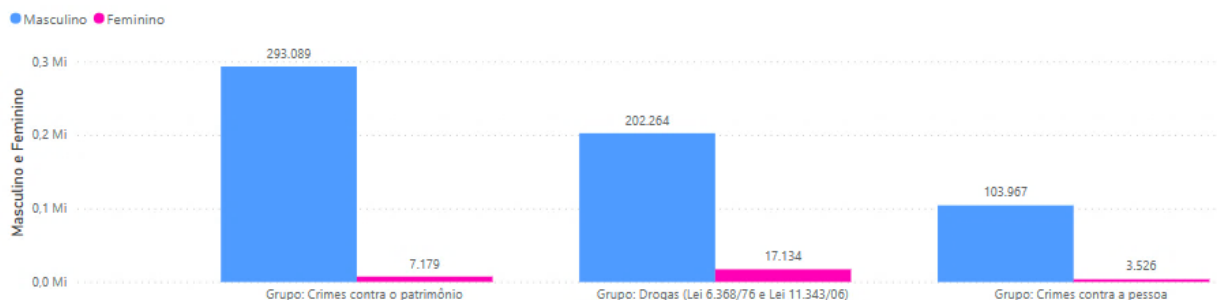
Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS, 2018, p. 20).

No Brasil, a maioria das decisões que aplicam a medida de internação para os adolescentes, independentemente de se verificar ou não a reiteração da prática infracional análoga ao tráfico de drogas, remete ao discurso da ‘guerra às drogas’, com argumentos como o da “gravidade abstrata do crime de tráfico”, o da “reprovabilidade social do tráfico”, o da “proteção da sociedade e da ordem pública” e o da “hediondez do tráfico” (CNJ, 2021, p. 73).

Ao mobilizar os discursos de “Guerra às drogas”, as pesquisas indicam que a autoridade judicial adota argumentos pouco fundamentados sobre a temática dessa economia criminal, reduzindo uma realidade complexa a uma gravidade abstrata e que subjaz as consequências de aplicação de medida extrema aos(às) adolescentes, como é o caso da privação de liberdade, ao elegerem a internação como medida mais adequada, ao invés de adotarem aquelas protetivas, como recomendam os tratados internacionais de direitos humanos e as normativas nacionais, ou mesmo medidas socioeducativas em meio aberto – em vista do melhor interesse do(a) adolescente (CNJ, 2021, p. 74).

A opção político-institucional de proibição às drogas, apoiada na doutrina estadunidense, sucedeu a atual Lei nº 11.343, a qual estabeleceu “normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas” (BRASIL, 2006). O mencionado dispositivo legal, datado de 2006, se tornou um dos principais responsáveis pelo crescimento da população prisional do país, como pode ser constatado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Quantidade de incidências por tipo penal no sistema penitenciário brasileiro entre os meses de julho a dezembro de 2021



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (2021).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, o Brasil permaneceu na terceira posição do *ranking* dos países que mais prendem no mundo, atrás da China e dos Estados Unidos, tendo a população carcerária aumentado 7,6% entre abril de 2020 e maio de 2022, com a média de 61 mil pessoas privadas de liberdade no referido período, totalizando 919.951 (CARTA CAPITAL, 2022).

O estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem a maior taxa de aprisionamento do Brasil, com 748 presos para cada 100 mil habitantes, número superior ao dos países que fazem parte do *ranking* do *World Prison Brief*, um banco de dados que oferece acesso a informações sobre sistemas prisionais de todo o mundo. Isso porque, segundo a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul, o referido estado faz parte de uma das principais rotas para a entrada de drogas ilícitas no país, pois possui fronteira com a Bolívia e o Paraguai, territórios considerados predominantes produtores de maconha e cocaína (SILVA *et al*, 2021).

A Amazônia também consiste em uma região estratégica para a geopolítica do ‘narcotráfico’. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 57) aponta que a elevação dos dados referentes à violência no local se relaciona com os mais variados crimes, como os ambientais, mas põe em destaque o ‘tráfico de drogas’, particularmente nas cidades e nos pontos considerados como grandes “corredores” de circulação de mercadorias ilícitas, a exemplo do Vale do Javali, o qual “convive com uma série de problemas de segurança pública que atingem as comunidades indígenas e os ribeirinhos da região”.

Assim, discursos e práticas proibicionistas no tocante às drogas movimentam instrumentos de repressão e acionam todo um mecanismo policial-penal (SERRA *et al*, 2020). Para mais, “o contexto proibicionista mais amplo articulado à condição de classe e relações

familiares conflituosas contribui fortemente a possíveis processos de marginalização” (GOMES; MESSEDER, 2015, p. 81).

Na cidade do Rio de Janeiro, entre 2021 e 2022, foram registradas três das quatro operações policiais mais letais da história (G1, 2022). As intervenções policiais, baseadas nos confrontos e pela lógica da política de repressão às drogas, levam a mortes de filhos e filhas das classes populares, tendo em vista que ocorrem em favelas e periferias (TELLES *et al*, 2018), sob a premissa de que nelas estão localizados os “criminosos” (MPRJ, 2019).

Com isso,

A guerra às drogas sob a égide moral de defender a sociedade, elege os chamados “traficantes” como inimigos a serem combatidos, constrói uma matriz discursiva que associa intencionalmente adolescentes e jovens moradores de periferia ou de favelas, via de regra, negros, à promotores de toda sorte de violência e ao tráfico de drogas [...] Os bairros empobrecidos, periferizados e favelizados, na lógica de operação das “Guerra às Drogas” são entendidos como territórios inimigos, logo, operações militares de guerra se justificam para atuação nesses lugares, o que do fim ao cabo, apenas servem para fazer pequenas apreensões de drogas, produzir muitas prisões de jovens e fortalecer a construção de imagem negativa a respeito desses territórios (BELCHIOR; MOREIRA, 2021, p. 2).

Os conflitos armados ainda atingem áreas escolares das comunidades, afetando o cotidiano escolar de cerca de 800 favelas e acarretando mais assassinatos de crianças e adolescentes (PAIVA, 2020). Portanto, tais práticas de enfrentamento armado impactam na prestação de serviços públicos. Segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro (2019), “no Complexo da Maré, por exemplo, 16 operações policiais em 2018 tiveram como saldo 10 dias de atividades suspensas nas escolas e 11 dias sem o funcionamento de unidades de saúde”.

O estado do Rio de Janeiro é um exemplo do fracasso da política nacional sobre drogas, em especial a instituída em 2019, que consiste no combate ao crime organizado por meio de ações repressivas para reduzir a oferta de substâncias ilícitas. As estatísticas mostram uma taxa de 37,6 homicídios a cada 100 mil habitantes – maior que a média nacional de 31,6 – resultado da intensa disputa entre organizações criminosas pelo controle de territórios e mercados, bem como com as polícias Civil e Militar, responsáveis por um terço dos assassinatos na capital do estado em 2020 (AMÂNCIO; ANIZELLI, 2020).

Com isso, “a política de guerra às drogas, ainda vigente no Brasil, configura-se enquanto um dispositivo militarizado de controle punitivo que potencializa em larga escala a letalidade do Estado” (SERRA *et al*, 2020, p. 101), numa ideia de que “o traficante sempre estará na comunidade e o consumidor nos bairros nobres” (SILVA, 2020, p. 65).

De acordo com Silva (2020, p. 64-65),

A política de guerra às drogas, para além das suas outras motivações, seria uma tentativa de acabar com o tráfico e o consumo. Porém, nos países que adotaram essa política, os resultados não são positivos. Alguns estudos apontam que o proibicionismo e a repressão não alcançaram os resultados esperados. Pois, se o objetivo da política era exterminar ou diminuir o consumo de drogas e baixar os índices de violência, o efeito foi totalmente contrário. A cada ano que passa surgem novas drogas mais fortes, a violência continua sendo impulsionada pelo comércio ilegal, e as pessoas continuam consumindo as substâncias.

Dessa forma, as drogas passam a ser objeto de enfoque da Educação Popular na medida em que elas têm implicado um conjunto de questões problemáticas envolvendo imensas parcelas de pessoas do meio popular. Vê-se que as políticas proibicionistas têm significado infortúnio, repressão e morte para esse segmento da sociedade, sendo a ‘guerra às drogas’ um fracasso que continua incapaz de reduzir o consumo e o número de consumidores, sempre produzindo efeitos sociais danosos (RIBEIRO *et al*, 2017).

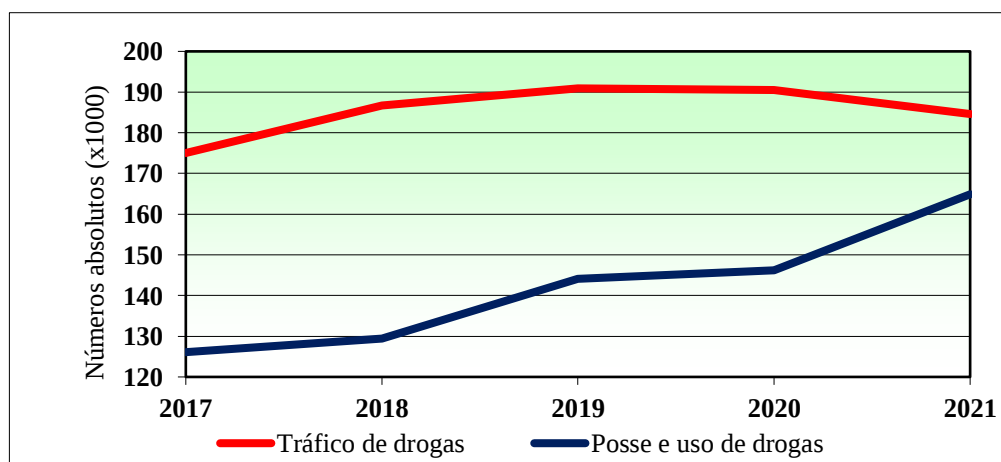
A propósito desse fracasso, dados obtidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que, ao longo dos últimos 5 anos, os números de ocorrências envolvendo posse e uso de drogas têm aumentado consideravelmente no Brasil. Quanto ao tráfico de drogas, verifica-se que os números também são ascendentes, havendo apenas uma pequena redução de 2020 para 2021, como pode ser constatado na Tabela 1 e no Gráfico 3:

Tabela 1 – Números absolutos de tráfico, posse e uso de drogas no Brasil (2017-2021)

Ano	Tráfico de drogas	Posse e uso de drogas
2017	175.030	126.091
2018	186.643	129.460
2019	190.911	144.054
2020	190.563	146.210
2021	184.586	164.879

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019; 2020; 2021; 2022).

Gráfico 3 – Números absolutos de tráfico, posse e uso de drogas no Brasil (2017-2021)



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019; 2020; 2021; 2022).

Portanto, os procedimentos da Educação Popular na operacionalização do trabalho socioeducativo a respeito das drogas rejeitam as práticas das políticas proibicionistas. Nesse sentido, consideramos necessário abordar a temática desde a Educação Popular, a partir de perspectivas contrárias ao modelo repressivo e hegemônico, de modo a contextualizar as drogas como um importante fenômeno da sociedade e de maneira a promover a construção de sujeitos autônomos e críticos. Isso porque, diferentemente da educação tradicional, a Educação Popular apresenta uma postura contrária à dominação política, não a reproduzindo, mas sim questionando e problematizando a realidade, visando sua transformação (SILVA, 2020).

Por outro lado, as drogas não representam o mesmo para todos. A questão comporta as mais variadas opiniões, as quais provocam diferentes compreensões acerca de como deve ser tratada, principalmente quando se refere ao público dos jovens e adolescentes. Diante disso, é relevante que nos posicionemos da forma mais “objetiva” possível, para deixar de lado representações e preconceitos construídos com base nas ideologias dominantes e em informações não confiáveis (LOSADA; CASTRO, 2008).

Na ótica da Educação Popular, a abordagem das drogas preza por uma orientação discursiva não marcada pela estigmatização, pois o tipo de linguagem utilizada gera um forte impacto na maneira como a sociedade enxerga aqueles que consomem drogas, em particular ao se falar das ilícitas. Algumas expressões comumente empregadas depreciam “generalizadamente as pessoas que usam drogas e dissemina o medo coletivo a respeito delas”, além de as classificarem como “indivíduos à parte da sociedade, moralmente defeituosos e inferiores”, os *outsiders*, conforme discutido anteriormente (LEITE; CARNEIRO, 2018, p. 5).

Todavia, os veículos de comunicação, não raras as vezes, utilizam de uma linguagem depreciativa, o que também influencia na forma como a sociedade percebe as drogas e seu consumo, reproduzindo o estigma²³. Ademais, a difusão de termos degradantes pode causar o distanciamento das pessoas que necessitam dos serviços relacionados ao uso abusivo de drogas,

²³ Um exemplo para ser citado no tocante ao estigma difundido pela mídia sobre o consumo de drogas, é o caso do ator Sérgio Hondjakoff, o qual possui dependência às drogas e teve sua imagem disseminada de maneira estigmatizada, limitando-o tão-somente ao uso das substâncias. Devido aos meios de comunicação terem utilizado trechos de um vídeo que ele mesmo gravou enquanto estava sob efeito de drogas, ao pesquisar seu nome na plataforma *Google*, apenas aparecem as mesmas imagens, associando-o ao episódio, não obstante o ator tenha realizado trabalhos de destaque no meio televisivo. Uma das reportagens veiculadas pode ser visualizada aqui: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2022/06/sergio-hondjakoff-aparece-alterado-em-live-e-ameaca-matar-o-pai.html> (REVISTA QUEM, 2022).

principalmente os de saúde, dando-lhes menos oportunidade de ajuda e de tratamento ao consumo problemático (LEITE, 2019).

Conforme sublinha Silva (2020, p. 99),

O estigma surge associado a uma determinada característica ou comportamento que pode ser considerado estranho ou moralmente condenado pela sociedade. Esse é o caso dos sujeitos que consomem drogas, que passam a ser considerados transgressores por adotarem um comportamento que é considerado ilegal. Um dos grandes problemas da criação e da adoção de uma linguagem estigmatizante é que essa forma de tratar as pessoas pode trazer sérias consequências sociais e também para a saúde física e mental, além de atrapalhar a realização das abordagens educativas, pois podem promover o afastamento dos sujeitos.

As maneiras repressivas de abordar as drogas ainda se manifestam nos “discursos moralistas e alarmistas”, os quais contribuem na propagação de informações incorretas. Com isso, se pretende assustar as pessoas, em especial os mais jovens, para que rejeitem as drogas. Não obstante, esse público em específico logo descobre que podem sentir bem-estar e prazer ao usarem drogas, portanto, “mesmo sem os conhecimentos e as orientações adequadas, muitos acabam iniciando o consumo, podendo, assim, desenvolver ou não uma dependência” (SILVA, 2020, p. 70).

Sobre a mudança discursiva em relação às drogas, Leite (2019, p. 14) afirma que esse imperativo chancela a Educação Popular como “enfoque analítico credenciado a respeito e como dispositivo pertinente de intervenção teórico-prática”, pois a linguagem estigmatizante e a propagação do temor às drogas provocam a desumanização das pessoas que usam as substâncias, bem como intensificam a proibição e a punição, além de promoverem uma postura não educativa acerca do tema.

No Quadro 9, pode-se verificar alguns termos que podem ser evitados e outros que podem ser utilizados no contexto de um trabalho socioeducativo com as drogas sob a perspectiva da Educação Popular, tendo atenção na natureza sociolinguística, a fim de superar os estigmas.

Quadro 9 – Termos recomendáveis e não recomendáveis na abordagem sobre drogas

Expressões a evitar	Expressões a utilizar
Usuário de drogas	Pessoa que usa drogas
Adito, abusador de drogas, drogado, maconheiro, etc.	Pessoa com dependência às drogas, pessoa com uso problemático de drogas, pessoa que usa drogas (quando o uso não problemático)
Viciado em drogas	Desordem por uso de substâncias; uso problemático
Adito a drogas	Tem uma desordem com drogas
Limpo	Abstêmio; pessoa que deixou de usar drogas
Contaminado	Positivo ao uso de substâncias

Lutar, guerrear contra as drogas (e outros termos violentos)	Abordar as drogas, gerir a questão das drogas
Narcosalas; salas de injetar-se; picaderos	Salas de consumo supervisionado
Ex adito, adito reformado	Pessoa em recuperação, pessoa em recuperação a longo prazo
Usuário de drogas injetáveis	Pessoa que se injeta drogas
Terapia de reposição de opioides	Terapia de substituição de opioides

Fonte: LEITE (2019, p. 13).

No âmbito da Educação Popular, também se faz relevante trabalhar com ações subsidiadas pelo conceito da Redução de Danos (ou RD), tanto no contexto do uso problemático das drogas, como na perspectiva de serem elaboradas políticas nesse sentido (LEITE, 2019). Entretanto, no Brasil, a política estabelecida pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, retirou a RD para instituir em seu lugar a proposta de abstinência, isto é, a ausência absoluta de qualquer consumo de substâncias, apesar de as evidências científicas anunciarem o fracasso dessa proposta, a qual caminha ao contrário da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial²⁴ (SURJOS; SILVA, 2019).

A respeito da definição da Redução de Danos, a Conferência de Consenso Sobre Redução de Danos Relacionados com as Drogas, realizada em 2001 na cidade de Barcelona, afirma o seguinte:

Mais do que a eliminação do uso de drogas, a redução de danos busca através de estratégias planificadas e articuladas favorecer que o uso de drogas produza o mínimo de danos possíveis à sociedade e aos cidadãos. A estratégia fundamental desta última, competência dos governos, se apoia na educação sanitária, voltada para alcançar a modificação de conhecimentos, atitudes e comportamentos de saúde das pessoas, grupos e comunidades, incidindo sobre os determinantes de saúde individuais, comunitários e sociopolíticos (IBIDEM, p. 5).

Nesse sentido, a RD surgiu como uma estratégia de saúde pública para evitar consequências adversas decorrentes do consumo de drogas, sem necessariamente interromper esse uso, buscando ainda inclusão social e cidadania para as pessoas em situação de uso problemático. Inclusive, quando se fala sobre drogas na perspectiva da RD, é importante

²⁴ No período da ditadura civil-militar, houve incentivo estatal para a construção de hospitais privados, tendo como base a lógica dos negócios, ocasião em que as internações psiquiátricas e a prescrição de drogas psicotrópicas ascenderam consideravelmente. Com a experiência traumática da Segunda Guerra Mundial, surgiram “críticas mais sistemáticas ao modelo manicomial e à grave violação de direitos humanos nele perpetrada”, principalmente no tocante à forma de organização da assistência à saúde. Dessa maneira, os movimentos da Luta Antimanicomial, das Reformas Sanitária e Psiquiátrica e Antiproibicionista tiveram grande visibilidade no final da década de 1970. Após as denúncias das péssimas condições dos manicômios, se iniciou o questionamento a respeito dos próprios fundamentos filosóficos e da função social da Psiquiatria. Com isso, ocorreu a “substituição progressiva das instituições psiquiátricas tradicionais por serviços comunitários de saúde mental, articulados em uma ampla rede intersetorial produtora de vida, de sentido e de sociabilidade”, visando uma rede de atenção psicossocial, inclusive com serviços de caráter interdisciplinar para pessoas em situação de sofrimento psíquico (RYBKA *et al*, 2018, p. 105-106).

atentar-se para a distinção entre o consumo problemático e não problemático, ou seja, na forma de consumo e no tipo de vínculo que a pessoa estabelece com as substâncias, considerando que o uso não é determinado por fatores estritamente individuais, muitas vezes definidos como patologias (LEITE, 2019).

A RD leva em consideração as características e necessidades de cada indivíduo, o tipo de droga consumida, as circunstâncias ambientais, sociais e políticas envolvidas no consumo da droga, além da complexidade e da dificuldade existente na modificação duradoura dos comportamentos humanos. Com efeito, parte-se do entendimento de que “a abstinência deve ser considerada uma possibilidade, nunca uma obrigação a ser obtida pelo tratamento e, sempre, em consonância com o desejo e as circunstâncias nas quais se encontra o usuário” (SURJOS; SILVA, 2019, p. 6).

No Quadro 10, apresentamos exemplos de ações que podem ser realizadas tendo como base a RD:

Quadro 10 – Propostas de Redução de Danos

Tipos de drogas	Ações baseadas na RD
Álcool	Ingestão de água e líquidos não alcoólicos e de vitaminas do complexo B; nutrição adequada; evitar atividades compatíveis com embriaguez
Crack	Ingestão de água; utilizar cachimbo individual e com filtro; reservar tempo para dormir e fazer as refeições adequadamente; misturar maconha ao crack ou trocar o crack pela maconha
Cocaína	Ingestão de água; utilizar instrumentos individuais e limpos para o consumo, como seringas estéreis; fracionar as doses; lavar as mãos antes de preparar doses injetáveis; usar água destilada; injetar lentamente para avaliar o efeito
Tabaco	Reduzir o número de cigarros ao dia; não usar “baixos teores” que levam ao consumo de um maior número de cigarros para obter a mesma satisfação, uma vez que isso pode aumentar o risco de câncer; ingestão de vitamina C; controlar outros fatores de risco para infartos, como obesidade, sedentarismo e ansiedade
Outras substâncias que alteram as funções motoras e cognitivas	Usar em companhia de alguém sóbrio; trocar uma droga por outra que diminua riscos e danos; evitar o uso em situações incompatíveis com os efeitos, como dirigir, trabalhar e praticar esportes; não se envolver em situações de violência; cuidar da saúde física e mental

Fonte: Elaboração própria, 2022. Adaptado do Ministério da Saúde²⁵.

Desse modo, a RD opõe-se à ideia da abstinência e do isolamento, contribuindo para que o consumidor problemático deixe de ser visto como um “doente” ou “criminoso” e passe a ser entendido como “um ser humano possuidor de direitos, mas que, na maioria das vezes, se encontra em situação de vulnerabilidade” (SILVA, 2020, p. 73).

²⁵ Redução de Danos: saúde e cidadania. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/-bvsmis/folder/10006003202.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

Em suma, a Redução de Danos

[...] centra-se um conjunto de saberes e práticas acerca do uso de drogas fundamentados no conhecimento amplo da realidade histórica e sociocultural. Dentre eles, destaca-se a evidência de que a produção, o comércio e o consumo de drogas são práticas que sempre estiveram presentes na história da humanidade, ganhando significados e funções de acordo com o momento social, político e econômico de cada sociedade. Considerando a inevitabilidade do uso de drogas, as ações de RD objetivam minimizar os prejuízos individuais e sociais associados a essa prática a partir do respeito às diversas singularidades e do resgate do direito individual de escolha e de acesso aos serviços de saúde (ADADE; MONTEIRO, 2014, p. 217).

Como bem mencionado pelas referidas autoras, as drogas sempre estiveram presentes na humanidade (IBIDEM). Há registros do uso de drogas por diversos povos e culturas, a exemplo do Ópio, como visto, que tem sido utilizado há mais de cinco mil anos na Ásia, em ilhas do Mediterrâneo e no Oriente Médio; a Iboga, que foi conhecida pelos pigmeus na África e até hoje são realizados rituais com a planta nas regiões de Angola, Gabão e Camarões; a Ayauasca, chamada de “vinho dos espíritos” pelos índios peruanos quíchuas, que é consumida na forma de chás há mais de quatro mil anos; a folha da coca, inicialmente adorada pelos indígenas, os quais a mascavam, tendo sido disseminada nos continentes americano e europeu pelos espanhóis; e, também, a *Cannabis Sativa* (maconha), consumida há cerca de 10 mil anos (LEITE, 2015).

Conforme assinala Ribeiro *et al* (2017, p. 110), “em praticamente todas as culturas e povos se encontram referências ao uso esporádico de drogas, principalmente durante cerimônias religiosas”, variando as formas e os padrões de consumo. Dessa maneira, pode-se dizer que essas substâncias “estão presentes em vários momentos de sociabilidade dos seres humanos” (SILVA, 2020, p. 97), os quais necessitam aprender a conviver com a existência delas, inclusive com as drogas lícitas (que, não poucas vezes, causam danos impactantes).

Uma visão muito disseminada, por exemplo, em especial pelos meios de comunicação, é a de que a droga consiste na “desgraça” da sociedade. No entanto, como visto, as drogas fazem parte do contexto social do ser humano. São substâncias inertes e os indivíduos que entram em contato com elas das mais diversas formas, se tornando dependentes ou não, de maneira semelhante como acontece com jogos, internet, comida, entre outros. Assim, “es el individuo el que por factores diversos, es capaz de vincularse en forma adictiva. También es el individuo el que consume drogas u otros objetos y el que en ocasiones abusa de ellas” (LOSADA; CASTRO, 2008, p. 18).

A reflexão acerca dos malefícios advindos dos mercados ilegais e não regulados de drogas, como temos no Brasil, se faz necessária, para então serem definidas ações baseadas na

política da Redução de Danos, superando o equívoco das abordagens que limitam os danos a uma visão sanitária. Os prejuízos do modelo proibicionista podem ser verificados não só no âmbito da saúde, mas também nos campos social, econômico, político, cultural e da segurança pessoal, como descrito no Quadro 11:

Quadro 11 – Classificação de danos decorrentes de mercados de drogas ilegais e não regulados

Contexto	Danos
Saúde e segurança pessoal	- Mortes - Acidentes no trabalho - Violências interpessoais diversas
Social	- Delinquência organizada - Delinquência comum - Degradação urbana - Perda de espaços públicos - Insegurança cidadã (objetiva e subjetiva) - Estigmatização de minorias - Colapso/ineficiência do sistema penal - Mais controle/repressão sobre populações específicas
Econômico	- Enriquecimento ilícito - Evasão fiscal - Fuga de capitais - Conluio com empresas ilegais - Custos bilionários da repressão
Político	- Corrupção e participação de funcionários públicos em ilícitos - Deslegitimação institucional - Violações dos direitos humanos e das liberdades civis - Narcodiplomacia
Cultural	- Sexismo - Lei do mais forte - Desvalorização da educação como canal de mobilidade social, abandono escolar, cultura do crime

Fonte: LEITE (2019, p. 14).

Em 2001, Portugal se tornou o primeiro país europeu a descriminalizar o uso e a posse de drogas ilícitas, permitindo o funcionamento de locais para uso de maconha e seus derivados, tendo estes a limitação de cinco gramas por cliente, com a vedação para os menores de 18 anos. O Estado ainda forneceu recursos para serviços e programas de prevenção e tratamento ao uso problemático, em especial na luta contra a morte por *overdose*, que promoveram resultados positivos (RIBEIRO *et al*, 2017).

Na América Latina, apesar de o Uruguai já permitir o consumo e a posse de uma pequena quantidade de drogas para uso pessoal, a legislação proibia sua produção e venda. Em função disso, várias pessoas que faziam o cultivo da maconha eram presas, levando parte da população, principalmente da juventude política, realizar manifestações em defesa da sua “legalização”. Em 2013, o Uruguai foi o primeiro país latino-americano a estabelecer uma

regulação da produção, comercialização e do cultivo da maconha e seus derivados, com o Estado assumindo o controle das atividades de importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, compra, venda, armazenamento e distribuição (LEITE, 2018b).

Segundo Leite (2018b, p. 172-173), “la política uruguaya relativa al *cannabis* es marcadamente inédita”. De maneira estratégica, não foi utilizado o termo “legalização”, mas sim “regulación del mercado por el Estado”, de modo a evitar que as organizações criminosas definam preços, qualidade do produto e formas de acesso a ele, objetivando a redução de danos, a debilidade do tráfico e a garantia da segurança pública.

A política de drogas do Uruguai apresenta um enfoque educativo, com sugestões de atividades didático-pedagógicas que visam a discussão do processo de regulação da maconha, o qual confronta o proibicionismo. Observa-se, ainda, um déficit de iniciativas para as modalidades de educação não-formal, bem como a ausência de uma abordagem sobre a linguagem a ser utilizada a fim de superar os estigmas que envolvem as pessoas que consomem drogas e seus contextos. Todavia, as propostas do país são desafios próprios das experiências que se configuram contra o proibicionismo e a ideia da ‘guerra às drogas’ (LEITE, 2018b).

Seguindo o entendimento de políticas como a implementada pelo Uruguai, no Quadro 12 estão sintetizadas ações baseadas na redução de danos para o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo sob a perspectiva da Educação Popular, considerando a promoção dos direitos humanos, a interdisciplinaridade e a intervenção no âmbito formal e não formal da educação.

Quadro 12 – Trabalho socioeducativo de redução de danos sob a perspectiva da educação popular

Dimensões	Ações
Promoção dos direitos humanos	- Defender o garantismo nos trâmites judiciais, penais e processuais em geral, ou seja, o respeito ao devido processo legal. - Rejeitar estados de exceção, violação dos direitos individuais e a tortura. - Repelir a aplicação da pena de morte.
Construção de aportes interdisciplinares	- Superar as abordagens fragmentadas sobre as drogas, que geralmente se apoiam apenas numa área científica. - Produzir enfoques com evidência científica no sentido de desconstruir a retórica moral e ideológica das cruzadas antidrogas, principalmente a sua “missão” politicamente rentável aos seus patrocinadores, ao combinar um alto grau de discurso populista, o financiamento de uma massiva casta de supostos especialistas, funcionários de captura/apreensão e operações espetaculosas com a cobertura da mídia.
Intervenção no contexto da educação formal	*Preliminarmente, ter presente dois postulados, inclusive na contracorrente de versões laudatórias da Educação Popular, quais sejam: 1) A Escola, em meios sociais de alta vulnerabilidade e vácuo das instituições, ainda é provavelmente a única instituição oficial a se fazer presente, detendo (também ainda) algum respeito material e simbólico. No mais, prevalece a deslegitimação institucional, a criminalidade e a sua lógica. Portanto, faz-se necessário repelir os discursos que desprezam a Escola, sob as mais diversas justificativas, como, por

	exemplo: ‘é uma instituição tradicional’, ‘está em crise’, ‘a educação ocorre na rua, no mundo, em nome da liberdade’ (uma compreensão enviesada que se apoia numa dicotomia entre educação formal e não formal e que, muitas vezes, equivocadamente encontra abrigo na Educação Popular). 2) Defesa do ofício docente, tendo-se presente que o professor é um mediador indispensável no tocante à socialização escolar e à relação de ensino-aprendizagem. Isso significa recusar as visões segundo as quais a função docente vai desaparecer ou então que, para a aprendizagem ocorrer, não é necessária a presença de um professor, ‘porque as pessoas se educam na interação com o mundo’ (outra compreensão enviesada que também, muitas vezes, encontra abrigo na Educação Popular). Partindo destes dois postulados, desenvolver ações no seguinte sentido: - Esclarecer o significado do conceito de drogas, enfocando a construção sócio-histórica da distinção entre drogas lícitas e ilícitas. - Desenvolver atividades na Escola, como oficinas, conjuntamente para pais e alunos sobre o tema. - Proporcionar aportes de formação continuada sobre drogas aos professores, tendo como diretrizes o enfoque sócio-histórico a respeito do tema, a noção de medicalização da sociedade, a abordagem do campo da saúde coletiva, o conceito de <i>ownership</i> (propriedade de si, autodomínio), etc.
Intervenção no contexto da educação não formal	- Difundir conhecimentos de promoção da saúde, socializando estes no âmbito do uso problemático de drogas, no sentido de as pessoas assimilarem informações pertinentes ao seu estado. - Produzir conhecimentos a respeito das drogas em parceria com instituições/entidades que desenvolvem atividades ligadas à área, como ONGs. - Socializar na esfera da sociedade civil conhecimentos sobre as drogas, com base em evidência científica, em contraposição às informações sensacionalistas e preconceituosas sobre o assunto que são divulgadas frequentemente por diversos meios.

Fonte: LEITE (2019, p. 15).

Como descrito no Quadro 12, do ponto de vista de um trabalho socioeducativo acerca das drogas sob a perspectiva da Educação Popular, as abordagens e ações, juntamente com a iniciativa voltada para a redução de danos, devem pautar-se na promoção dos direitos humanos, os quais existem em razão da qualidade de ser humano do indivíduo, tendo a sociedade e o Estado o dever de protegê-los e assegurá-los a todos (LEITE, 2019).

Nesse sentido, é fundamental rechaçar a visão de que os confrontos policiais, realizados particularmente nas comunidades carentes das grandes cidades, consistem na solução para os problemas de segurança pública. Sob o argumento de “combate às drogas”, a força policial, muitas vezes, é utilizada nesses espaços. Entretanto, essa estratégia de guerra tem causado um aumento no índice de mortes, em que as classes populares são as mais atingidas pelas consequências da violência (SILVEIRA, 2019).

Ressalta-se que a construção de aportes interdisciplinares nas escolas objetiva “superar as abordagens fragmentadas sobre as drogas, que geralmente se apoiam apenas numa área científica”, para que sejam utilizados conteúdos que não promovam o sensacionalismo e a

retórica moral e ideológica de ‘guerra às drogas’ (LEITE, 2019, p. 15). Conforme assinala Silva (2008, p. 30),

La dimensión actual del problema de las drogas revela y denuncia la profunda erosión de esos viejos pilares simbólicos, la urgente necesidad de revisar los fundamentos mismos de nuestro sistema social, y la imposibilidad de abordar tal problemática desde una perspectiva que no sea la interdisciplinaria.

É possível integrar as áreas de Ciências Humanas e da Natureza, como também Educação Física, Matemática e Linguagens, de modo que haja um diálogo entre as diferentes disciplinas e os conteúdos, propiciando uma aproximação entre estes assuntos e o contexto de vida dos estudantes (SILVA *et al*, 2019). No Quadro 13, Leite (2019, p. 16) aponta as respectivas áreas com os temas e as diretrizes a serem seguidas para desenvolver uma abordagem interdisciplinar das drogas no ambiente escolar.

Quadro 13 – Padrão interdisciplinar para abordagem das drogas nas escolas

Áreas	Temas	Diretrizes e conteúdos
Ciências da Natureza	As pessoas e a saúde	Abordagem específica do consumo de drogas e seus efeitos sobre o organismo. Elementos conceituais e atitudinais em relação a estilos de vida saudáveis, organização do tempo e ócio, etc.
Educação Física	Condição física; qualidades motoras; expressão corporal; esportes; atividades no meio natural	Conteúdos conceituais relacionados com a saúde e as alternativas de ócio. Entre os conteúdos atitudinais, a melhora da capacidade de relação com os outros, o trabalho em equipe, a aceitação e o respeito a regras. Enfoque sobre o valor do esporte frente ao desenvolvimento integral da personalidade, refletir sobre êxito e preparação para alcançá-lo.
Matemática	Interpretação, representação e tratamento de informação	Tendo em conta que um dos objetivos da área de Matemática é o desenvolvimento de competências relativas à capacidade de tomar decisões fundamentadas e acerca de estratégias de resolução de problemas, os conteúdos conceituais referidos ao tratamento estatístico da informação podem ser utilizados sobre dados de consumo de drogas, incidência de problemas relacionados, etc.
Ciências Humanas	A população e o espaço urbano; a atividade humana e o espaço geográfico; sociedade e mudança no tempo; economia; arte, cultura e sociedade; a vida social e a reflexão ética	Os aspectos históricos e socioculturais do consumo de drogas, assim como os determinantes sociais que se encontram na base da questão das drogas.
Linguagem	Usos e formas da comunicação oral e escrita; a literatura; sistemas de comunicação verbal e não oral	O uso da linguagem como mecanismo básico de comunicação, tendo em vista melhorar a assertividade e a resistência à possível pressão do grupo. O gosto pela leitura e escrita como forma de aportar possibilidades de utilização criativa do ócio. Os meios de comunicação, sua lógica, sua influência, etc.

Fonte: LEITE (2019, p. 16).

Os Quadros 12 e 13 foram pensados de forma a destacar como as abordagens contemporâneas da Educação Popular podem auxiliar no desenvolvimento de um trabalho socioeducativo acerca das drogas para a escola regular, sem especificamente ter como foco o público adolescente. Ressalta-se, também, que tais diretrizes podem ser trabalhadas em outros espaços educativos e a partir de disciplinas específicas (LEITE, 2019). Por exemplo, na ECIS do *Lar do Garoto*, locus da presente pesquisa, o(a) professor(a) de Língua Portuguesa utiliza a música e a literatura para discutir sobre as drogas, a partir de diferentes gêneros textuais, como notícias e reportagens, tendo em vista que a temática é considerada importante de ser abordada e chama a atenção dos adolescentes, trazendo mais engajamento no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, entendemos que as intervenções no contexto formal da educação são essenciais, uma vez que a escola, em ambientes sociais de maior vulnerabilidade, “ainda é provavelmente a única instituição oficial a se fazer presente, detendo (também ainda) algum respeito material e simbólico” (LEITE, 2019, p. 15). Segundo Silva (2020, p. 102), “a escola é uma das instituições responsáveis pelo aprendizado, principalmente daqueles conhecimentos que são considerados fundamentais para a sustentação e desenvolvimento da sociedade”.

Para além,

[...] a educação é um fenômeno que não somente reproduz os parâmetros da socialização instituída, mas também ela própria gera novos tipos de sociabilidades e comportamentos que incidem de modo diferente nas mais diversas esferas sociais, como nas formas de organização familiar, na própria escola, no âmbito político, etc (LEITE, 2019, p. 17).

O professor, em sua função docente, consiste em “um mediador indispensável no tocante à socialização escolar e à relação de ensino-aprendizagem” (LEITE, 2019, p. 15). Por isso, é importante serem proporcionados aportes de formação continuada sobre drogas aos professores, conforme um enfoque sócio-histórico a respeito do tema, como também abordando a noção de medicalização da sociedade²⁶, o que é algo que se relaciona à saúde coletiva.²⁷ Importa também ter em atenção o conceito de *ownership* (LEITE, 2019), o qual apresenta os

²⁶ Trata-se de algo relacionado à construção social que conferiu à indústria farmacêutica o poder de produzir uma sociedade dependente das drogas legais que ela mesma comercializa, ditando critérios sobre “a normalidade” e “o patológico”. Assim, “la utilización de medicamentos ha sido banalizada como la única terapéutica para los diversos problemas del cuerpo y del alma, y muchas veces para enfrentar determinadas circunstancias sociales (como ante “la necesidad de calmarse”)” (LEITE, 2018c, p. 210).

²⁷ Segundo Paim e Almeida Filho (1998, p. 309), “a saúde coletiva contribui com o estudo do fenômeno saúde/doença em populações enquanto processo social; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde (processo de trabalho) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los”.

seguintes aspectos: 1) que as decisões dos indivíduos relacionadas ao que eles fazem com as suas próprias vidas, como em relação aos seus corpos, não podem ser submetidas à imperativos de agentes externos, como o Estado e 2) que o debate referente ao uso de drogas não seja tomado pelos dispositivos proibicionistas, os quais dificultam ou impedem o processo do diálogo (LEITE, 2018c).

Como assinala Teixeira *et al* (2011), alguém que esteja passando por momentos de tensão, conflitos e/ou problemas nos relacionamentos familiares ou afetivos, às vezes, recorre às drogas para enfrentar a depressão e os sentimentos indesejados, como uma forma de fuga desses problemas. Nessas situações, é importante ressaltar a necessidade de serem efetivadas políticas de saúde mental que acolham as pessoas, bem como, no caso dos escolares, que seja dada atenção quando se verifique mudança de comportamento ou no desempenho referente ao processo de ensino-aprendizagem.

No espaço escolar, a conversa com os estudantes deve ter como foco o tema específico das drogas, sem vincular com outros problemas envolvidos no contexto da escola, como o rendimento escolar. A escuta é prioridade nesse momento, a fim de se obter o máximo de informações, sendo importante que ocorra de modo individual a depender do caso, como em situações consideradas de emergência. Posteriormente, avaliando e analisando as circunstâncias apresentadas, pode ser necessário trabalhar de forma coordenada com o setor da saúde e a família do estudante deve ser convocada (LEITE, 2019).

Em conjunto com familiares, responsáveis e alunos da comunidade escolar, a escola pode ainda promover atividades relacionadas ao assunto das drogas, com a prática de oficinas, por exemplo. Sobre a metodologia das oficinas nos processos de educação popular, Agustín Cano (2012, p. 36-37) explicita que ela constitui um dispositivo de trabalho educativo a ser desenvolvido com e em grupos pela concepção da “pedagogía de la praxis”, em que “la práctica (la experiencia) es la fuente fundamental de la reflexión teórica, la cual -por su parte- posibilita nuevas miradas sobre la intervención, e incidirá en ésta en un proceso espiralado de retroalimentación dialéctica”.

Com as pessoas organizadas em formato de círculo, deve ser limitado um tempo para que os objetivos da oficina sejam alcançados, os quais necessitam ser previamente organizados, visando a utilização de determinadas técnicas (como, por exemplo, dinâmicas que estimulem a participação), baseando-se no conteúdo a ser abordado e nos recursos disponíveis. Dessa maneira, o processo pedagógico é sustentado pela interação entre teoria e prática, em que há um “aprender fazendo” e um “fazer aprendendo”, como também pelo protagonismo dos sujeitos, pelo diálogo e pela produção coletiva de aprendizagens (CANO, 2012).

Destarte, parte-se da história, da cultura, dos conhecimentos e dos interesses dos participantes e são desenvolvidas análises e problematizações, concebendo as contradições como o motor do processo de aprendizagem. De acordo com Agustín Cano (2012), o número adequado para formar o grupo seria entre 10 e 30 pessoas, a depender dos objetivos pretendidos pela oficina.

A participação ativa dos sujeitos nas ações educativas baseadas na Educação Popular, estimulada, por exemplo, a partir de oficinas, jogos, dinâmicas, rodas de diálogo e exibição de filmes, busca a construção compartilhada de conhecimento e não apenas a transmissão de informações. Desse modo, procura-se promover a problematização das temáticas com metodologias que envolvem os participantes. No caso das drogas, não somente isso, mas também aplicando-se uma concepção educativa contrária e crítica ao modelo repressivo hegemônico, visando a emancipação e o processo de formação educativa e política das classes populares (SILVA, 2020).

No tocante ao contexto da educação não-formal, cabe a produção de conhecimentos científicos acerca das drogas e sua socialização com a sociedade civil, em especial no que se refere ao uso problemático, para que as pessoas consigam assimilar informações pertinentes ao seu estado. Além disso, é possível a realização de atividades com instituições, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos sociais, assumindo uma postura contrária às informações preconceituosas e sensacionalistas frequentemente disseminadas (LEITE, 2019).

Após as abordagens realizadas neste capítulo, consideramos que a Educação Popular pode contribuir para o processo de empoderamento dos indivíduos, visando a transformação da sociedade atual em uma mais igualitária e reconhecedora das diferenças (MEJÍA, 2014), podendo estar presente nos espaços formais e não-formais de educação.

Para além de uma repetição das abordagens clássicas da Educação Popular, a questão das drogas é um dos temas da contemporaneidade que se insere no âmbito da EP para ser trabalhado de uma maneira inclusiva e em contraposição ao modelo difundido pela ‘guerra às drogas’, em especial com os adolescentes, público este que apresenta uma maior vulnerabilidade e incidência no consumo abusivo de drogas.

Tendo em vista que neste capítulo abordamos o trabalho socioeducativo sobre as drogas na perspectiva da Educação Popular, no próximo adentraremos no contexto do sistema socioeducativo brasileiro, principalmente em relação às instituições de socioeducação e ao cumprimento de medidas determinadas pela legislação no caso de o menor de 18 anos vir a cometer um ato infracional. Em seguida, aprofundaremos mais especificamente sobre o campo empírico da presente pesquisa, isto é, o Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*.

3 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

No final do século XVIII, tivemos o surgimento da expressão “adolescência”, a qual vem do latim *adolescens*, cujo significado é crescer. Tal ideia se relacionava a um “período de flutuação” situado entre a infância e a idade adulta, que possui origem recente na história social do Ocidente. Além disso, a noção de ser adolescente remetia-se, primeiramente, ao campo da medicina, haja vista as peculiaridades do psiquismo do jovem e a chamada “crise” que caracteriza a puberdade (COUTINHO, 2005; LE BRETON, 2017).

Com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, conforme a modificação nas formas de organização da sociedade, as concepções de adolescência/juventude/trabalho e suas relações vão aderindo ao *modus operandi* do capitalismo, o qual baseia-se nos fluxos da produtividade e da distribuição, promovendo as desigualdades sociais, a propriedade privada e a manutenção das relações sociais subordinadas à sua lógica (SILVA, 2005).

Por conseguinte, no século XIX, o Brasil passou pela transição de um país rural-agrário para um país urbano industrial, vivenciando o aumento da população das cidades ao passo que se elevava o número de pessoas sem acesso ao trabalho. Nesse período, manifestou-se a categoria adolescência/juventude a partir de questões envolvendo o “adolescente-problema”, isto é, adolescentes e jovens que carregavam o estigma social de “indisciplinados”, pois eram excluídos socialmente, em razão de não se encaixarem nas regras sociais e no comportamento moral esperado para as suas idades, além de não estarem inseridos no mundo do trabalho. Dessa forma, esse público se tornou uma “preocupação” das autoridades públicas por representarem uma “ameaça” à ordem social (SILVA, 2005).

Com a abolição da escravidão no final do século XIX, meninos e meninas empobrecidos passaram a circular pelos centros urbanos das cidades brasileiras (CUSTÓDIO, 2009). O espaço público, como os parques, as praças e as ruas, antes percebidos como ambientes de aprendizagem, sociabilidade e desenvolvimento social, se transfiguraram em locais para brincadeiras, algazarras e violências, em que crianças, adolescentes e jovens eram tidos como “potencialmente perigosos”, sujeitos que comprometiam as relações sociais e a tranquilidade das elites locais (SILVA, 2005).

Os altos índices de crimes no Brasil levaram as autoridades a acreditarem que o problema seria solucionado através do “cuidar” das crianças, buscando na infância a sua origem. Contudo, na maioria das vezes, esse cuidado se referia à obrigação ao trabalho e à penalização de ilícitos (LINHARES, 2016).

Na época, o discurso era caracterizado pela dualidade, ora em defesa da criança e do adolescente e ora em defesa da sociedade, objetivando vigiar o “menor” para evitar sua degradação, educar para moldá-lo ao hábito do trabalho e de obediência às regras e recuperá-lo, visando sua reabilitação ou reeducação por meio do trabalho e da instrução, a fim de retirá-lo da delinquência e torná-lo útil à sociedade (RIZZINI, 2008).

Existia, portanto, uma convicção que associava a juventude a atos infracionais e estes a pobreza e ao ócio, sendo a educação para o trabalho e o controle dos pobres “a estratégia para combater a vadiagem e moralizar a juventude” (OLIVEIRA, 2010, p. 27). Nessa lógica, crianças, adolescentes e jovens foram objeto de diversas formas de atendimento por parte da família, da Igreja e do Estado para reproduzir valores morais, religiosos e culturais, tornando-se receptores de ordenamentos que mantivessem a ordem social (OLIVEIRA, 2015).

Tanto no Brasil como na América Latina, políticas e ações sociais voltadas para crianças e adolescentes em estado de pobreza eram “marcadas pelo autoritarismo e disciplinamento, pela discriminação social, clientelismo e descaso pelos direitos civis e sociais”, a partir de iniciativas da Igreja Católica e de elites locais, através de instituições religiosas, filantrópicas e de caridade, objetivando o recolhimento dos abandonados, o aliciamento e a repressão dos desviantes, muitas vezes perante a omissão do poder público (ROMAN, 2007, p. 42).

Em razão do contexto sócio-histórico apresentado, formou-se no Brasil a categoria “menor”, tendo sido instituído no país o primeiro Tribunal de Menores no ano de 1923. Vale destacar que, segundo Roman (2007, p. 43), o termo “menor” passou a ser preconceituoso e discriminatório, com conotação de classe social, que designava principalmente as crianças pobres, abandonadas ou que incorriam em delitos (PASSETTI, 2010). Para Dias (2011, p. 37), a infância e a juventude foram divididas em duas: “a das crianças e jovens ricos e bem nascidos, e os das camadas populares”.

Em 1926, o caso do engraxate Bernardino, de apenas 12 anos, tomou repercussão nacional. A criança foi colocada em uma prisão junto a 20 adultos por ter jogado tinta em uma pessoa que não pagou pelo seu serviço. Vítima de várias formas de violência na prisão, a situação de Bernardino mobilizou debates sobre locais específicos para destinar crianças ao cumprimento de algum tipo de “pena” (PEDROSA, 2020).

No ano de 1927, foi promulgada a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, chamada como “Código de Menores”, a qual passou a representar a Doutrina do Direito do Menor (CUSTÓDIO, 2009). A referida legislação também ficou conhecida como Código Mello Mattos, em referência ao primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, denominado José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (OLIVEIRA, 2014).

O Código de Menores de 1927 trouxe contribuições significativas para a sociedade da época, apesar de sua perspectiva jurídica repressiva e moralista. A noção de infância, por exemplo, adquiriu um novo sentido social, inclusive tendo ocorrido a regulamentação do trabalho infanto-juvenil, que proibiu crianças de serem empregadas com menos de 12 anos de idade e estabeleceu, para os menores de 18 anos, uma jornada de trabalho de no máximo 6 horas diárias (EREZ; PASSONE, 2010).

Pelas disposições do Código de Menores, a faixa etária dos 14 aos 18 anos de idade era passível de responsabilização pela prática de delitos, passando por um processo que incluía o recolhimento do “menor” em uma instituição disciplinar (OLIVEIRA, 2014). Aqueles entre 14 e 17 anos eram destinados a um reformatório, onde recebiam educação e aprendiam um trabalho, enquanto os menores de 14 anos sem família eram mandados para a escola de preservação, uma versão abrandada do reformatório (PEDROSA, 2020). Na prática, entendia-se este público como indivíduos que estavam “privados das condições tidas como apropriadas ao bom desenvolvimento físico, psicológico ou ‘moral’, que eram vítimas de abuso ou maus-tratos no seio familiar e que praticavam atos infracionais” (RAMON, 2007, p. 43).

O referido dispositivo legal se voltou ao grupo infanto-juvenil de classe pobre, constituído por crianças e adolescentes considerados carentes em razão da manifesta incapacidade dos pais ou responsáveis para mantê-los; abandonados, tendo em conta a falta ou ausência dos pais ou responsáveis na sua representação legal; inadaptados, devido ao desajuste da família ou da comunidade na qual viviam; e infratores ou delinquentes, isto é, autores de atos infracionais (OLIVEIRA, 2015).

Nas instituições da época, a educação era baseada no aspecto profissionalizante e para a “correção do comportamento”, visualizando integrar o “menor” no mercado de trabalho, o que significava tirá-lo da “vida delinquencial”. Nesse sentido, a política assistencial e de intervenção do Estado adotava mecanismos de controle, disciplina, educação, trabalho e higiene, o que não modificava a situação concreta dos adolescentes e de suas famílias (OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, as famílias eram culpabilizadas e a solução consistia em institucionalizar o “menor”, retirando a responsabilidade do Estado em oferecer condições para transformar essa realidade.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), foi instituída a Doutrina da Segurança Nacional juntamente com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a qual caracterizava-se pelo assistencialismo e por políticas excludentes, discriminatórias e autoritárias, tendo em vista o ideário repressivo do regime ditatorial (CUSTÓDIO, 2009).

Ainda no referido período, houve a promulgação do novo Código de Menores em 1979, porém com a mesma filosofia do Código Mello Mattos de 1927, consubstanciando-se na Doutrina da Situação Irregular. O dispositivo legal foi inspirado no modelo do Estado do Bem-Estar Social, ocasião em que a expressão “menor abandonado” foi substituída pela terminologia “situação irregular”, em conformidade com leis semelhantes de outros países da América Latina e da Europa. Ademais, foi promovida a ampliação da tutela do Estado sobre os menores de 18 anos (SILVA, 2005).

De acordo com Oliveira (2010, p. 30),

O Código de Menores de 1979 surgiu em um período ainda sob ditadura militar, em que o Estado brasileiro preservava o seu caráter autoritário, de acordo com a doutrina de segurança nacional, marcada por atrocidades, torturas e direitos violados, dirigindo às crianças e adolescentes uma política de atendimento de caráter assistencialista, paternalista e repressivo. Cabia ao Estado disciplinar, reprimir e “reeducar” a criança abandonada, para que futuramente ela não se tornasse um instrumento de oposição ao sistema capitalista.

A Doutrina da Situação Irregular foi consolidada por inspiração das políticas nacionalistas da Era Vargas (1930-1945), dentre as quais destacou-se a do Sistema de Assistência ao Menor (SAM), vinculada ao Ministério da Justiça de 1941 (RAMON, 2007), que estabelecia a internação dos “menores delinquentes” em colônias correcionais e reformatórios (PEDROSA, 2020), com uma “atuação estatal direcionada para a violação e restrição dos direitos humanos” (CUSTÓDIO, 2009, p. 23).

A noção de “situação irregular” se fazia “ampla, complexa e ambígua”, pois existiam diversas hipóteses de “enquadramento” para tal, como abandono, carência, vitimização, perigo moral, privação eventual de representação legal, desvio de conduta e autoria de ato infracional, além de várias possibilidades de interpretação para o que a lei indicava como práticas de “bons costumes”, “desvios de conduta”, “perigo moral” e “infração penal”. Não obstante, a autoridade judiciária poderia aplicar aos “menores em situação irregular” as medidas de ‘assistência’, ‘proteção’ e ‘vigilância’ estabelecidas no artigo 14²⁸ do respectivo código (SILVA, 2005, p. 98).

Nas palavras de Silva (2005, p. 99-100), “o modelo “situação irregular” era um mecanismo que visava a um ‘maior controle social’ (não apenas penal) de crianças e de adolescentes com ‘menor capacidade’ de engajamento nas relações sociais e de trabalho”.

²⁸ O art. 14 do Código de Menores previa o seguinte: “São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária: I - advertência; II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade; III - colocação em lar substituto; IV - imposição do regime de liberdade assistida; V - colocação em casa de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado” (BRASIL, 1979).

Nesse contexto, o poder discricionário dos juízes que integravam o “Juizado de Menores” levou a ‘judicialização das questões sociais’, ou seja, se institucionalizavam os conflitos que tinham natureza social e não jurídica.

Ao final da ditadura civil-militar, o Brasil passou por um processo de abertura política em que surgiram críticas ao modelo repressivo das políticas sociais destinadas às crianças e adolescentes, principalmente em relação às indiscriminadas internações determinadas pelos “Juizados de Menores” (OLIVEIRA, 2015; RAMON, 2007), em que havia a repressão e a regulação do Estado na vida da população, produzindo e reproduzindo histórias de violência, maus-tratos, castigos, abandono, discriminação e segregação (NUNES; CORSINO, 2012).

No processo de redemocratização do país, os movimentos sociais voltados à infância e adolescência intensificaram-se na luta para que um sistema de direitos destinados às crianças e adolescentes fosse instituído. Nesse campo, se destacaram o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente²⁹ (DCA) e o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que conseguiram influenciar decisivamente a mudança da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral a partir da Constituição Federal de 1988 (OLIVEIRA, 2015; RAMON, 2007).

O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua organizou encontros regionais e no Congresso Nacional, que visavam os direitos de crianças e adolescentes, enquanto o Fórum DCA também articulou mobilizações. Inclusive, este último participou da criação da emenda popular “Criança Prioridade Nacional”³⁰, que resultou na promulgação do art. 227³¹ da Constituição Federal de 1988, um dos mais importantes dispositivos constitucionais (MOREIRA; SALLES, 2018).

Nessa conjuntura, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 representou “um marco para a existência de um novo paradigma de percepção dos direitos da infância, surgindo como dispositivo jurídico central da Doutrina da Proteção Integral” (OLIVEIRA, 2010, p. 32), a qual afirmou o compromisso de promover as garantias necessárias para que todas as crianças e adolescentes

²⁹ Em vigor até hoje, a principal tarefa do Fórum DCA é lutar pela efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes por meio de proposição e monitoramento de políticas públicas (PEDROSA, 2020).

³⁰ A Emenda “Criança, Prioridade Nacional” objetivou “consagrar direitos à infância e à adolescência; impelir o Estado a oferecê-los e; constituir estruturas para a participação da sociedade na gestão das políticas e dos programas relacionados a esta área” (MOREIRA; SALLES, 2018, p. 185).

³¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

possam vivenciar a plenitude de seus direitos, inclusive com políticas sociais voltadas aos seus interesses (AMORIM, 2017).

Após os vários debates e as intensas mobilizações por parte de entidades e movimentos sociais, como o Fórum DCA, o Código de Menores de 1979 foi revogado no Brasil, sendo aprovada a Lei nº 8.069/90, o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fundamentado na nova Doutrina da Proteção Integral (BRASIL, 1990).

No tocante às principais alterações promovidas pelo ECA, pode-se citar a substituição do termo “menor” por “criança” para pessoas com a faixa etária de zero a doze anos de idade, a utilização da palavra “adolescente” para se referir aos indivíduos de 12 a 18 anos e a expressão “autor de ato infracional” (ao qual devem ser aplicadas medidas socioeducativas), que tomou o lugar da nomenclatura “infrator”. Constata-se ainda, pela primeira vez na legislação brasileira, o vocábulo “socioeducativo” (CUNHA; DAZZANI, 2018).

Além disso, verificaram-se mudanças no “reordenamento político institucional nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal”, como também a “participação direta da sociedade no exercício da democracia³²”, com a “universalização do acesso às políticas públicas básicas para todas as crianças e adolescentes”, e a valorização e a elevação de “sujeitos portadores de direitos com características e necessidades próprias”, isto é, passou a ser assegurado todo um Sistema de Garantia de Direitos, inclusive em relação à responsabilização penal juvenil (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

Tais diretrizes exigiram, portanto, “uma grande reestruturação do sistema de administração e execução da Justiça voltada para a infância e a juventude”. A propósito, foram criadas “Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Promotorias, Juizados e Centros de Atenção Socioeducativos” (IBIDEM, p. 38). Não obstante, muito embora o ECA seja um dispositivo legal avançado na questão da garantia de direitos, isso não significa que, na realidade, suas disposições sejam sempre seguidas.

Atualmente, os menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis, ou seja, não possuem capacidade mental e discernimento para entender o caráter ilícito do fato praticado (BRASIL, 1940), sendo tal determinação alvo de constantes ataques e críticas. Inclusive, existe a Proposta de Emenda à Constituição nº 115/2015 que versa sobre a redução da maioridade penal, estabelecendo-a para 16 a 17 anos de idade caso as infrações cometidas sejam hediondas, texto que recebeu aprovação na Câmara dos Deputados em 2015 e tramita no Senado Federal.

³² A participação popular nas questões da infância e juventude foi institucionalizada através dos Conselhos de Direitos das Crianças e dos Adolescentes e dos Conselhos Tutelares, criados para exercitar a ação popular no contexto governamental público (SILVA, 2005).

Todavia, até o momento (2023), os adolescentes estão passíveis de responsabilização, nos termos do ECA, caso venham a praticar conduta definida como crime ou contravenção penal na legislação brasileira, o que passa a ser chamado tecnicamente de “ato infracional”, não obstante haja a necessidade de se remeter principalmente ao Código Penal vigente para tipificar a ação executada (BRASIL, 1990).

Assim, cabe um juiz da Vara da Infância e Juventude conduzir o devido processo e julgamento de um procedimento especial para apuração de ato infracional praticado por adolescente, podendo aplicar qualquer das seguintes medidas socioeducativas³³: 1) advertência; 2) obrigação de reparar o dano; 3) prestação de serviços à comunidade; 4) liberdade assistida; 5) inserção em regime de semiliberdade e 6) internação em estabelecimento educacional ou 7) uma das medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA³⁴ (IBIDEM).

Na advertência, a autoridade judiciária realiza uma repreensão verbal ao adolescente, orientando-o para que não volte a praticar o ato infracional. Por sua vez, na obrigação de reparar o dano, o adolescente deve restituir o valor patrimonial do bem danificado ou perdido mediante o ato infracional, compensando, de alguma forma, o prejuízo material sofrido pela vítima. Já a medida de prestação de serviços comunitários consiste em determinar que o adolescente realize tarefas gratuitas de interesse geral, por até 6 meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (IBIDEM).

A liberdade assistida, cujo prazo mínimo é de 6 meses, visa acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente por meio de uma pessoa capacitada para tanto, devendo esta supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula na escola, como também inserir sua família, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social e diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho (IBIDEM).

Por conseguinte, a semiliberdade é a medida que determina a colocação do adolescente em uma casa de internação durante os dias da semana para que ele realize atividades

³³ Apesar da nova nomenclatura e de a proposta do ECA ser a socioeducação no lugar da punição, as medidas socioeducativas trazidas pelo referido diploma legal não se diferenciam tanto assim, do ponto de vista formal, do antigo Código de 1979, como vemos com a medida de internação.

³⁴ As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados. Diante disso, pode-se determinar: I) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II) orientação, apoio e acompanhamento temporários; III) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII) acolhimento institucional; VIII) inclusão em programa de acolhimento familiar; e IX) colocação em família substituta (BRASIL, 1990).

pedagógicas, de escolarização e profissionalização, possibilitando seu retorno para casa nos finais de semana (BRASIL, 1990).

Dentre as medidas socioeducativas previstas no ECA, a de internação é considerada a mais rigorosa, pois apresenta parâmetro na legislação penal correspondente ao regime fechado de cumprimento de pena relativo aos adultos e precisa ser reavaliada pelo magistrado a cada 6 meses. Tendo isso em vista, os seguintes princípios devem ser observados na sua aplicação: 1) brevidade, em respeito a necessidade de readaptação do adolescente; 2) excepcionalidade, pelo qual a referida medida deve ser a última a ser aplicada pelo juiz, ou seja, quando houver a ineficácia de outras, e, por fim, 3) de respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento a qual se encontra o adolescente (IBIDEM).

Conforme prevê o ECA, “a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração”. Na hipótese de a internação ocorrer antes da sentença, com o objetivo de garantir a segurança do adolescente ou da ordem pública, tem-se a denominada “internação provisória”, que não poderá ultrapassar o período de 45 dias. Sendo em razão de sentença da autoridade judiciária competente, trata-se de “internação definitiva”, cuja duração máxima é de 3 anos ou até o adolescente completar 21 anos de idade, situação que acarreta a sua liberação compulsória (IBIDEM).

Diante do caso, a autoridade judiciária poderá escolher qualquer das medidas socioeducativas em torno de três critérios: 1) a gravidade da conduta, como, por exemplo, se o ato infracional foi cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; 2) a primariedade do adolescente, ou seja, se ele praticou infrações graves³⁵ pela primeira vez ou não, e 3) sua vinculação com a família natural ou extensa, ocasião em que será avaliado se há uma chance de ele se recuperar junto ao seio familiar, aplicando-lhe uma medida mais branda ou com o acompanhamento de um setor técnico e da própria família (ISHIDA, 2015).

Ressalta-se que a medida socioeducativa possui a finalidade principal de reeducar e ressocializar o adolescente, com um contínuo tratamento psicossocial a ser efetuado durante todo o período de sua privação de liberdade (DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A., 2020). Conforme assinala Oliveira (2015, p. 121), “no panorama da Doutrina da Proteção Integral, a socioeducação surge como uma nova perspectiva de atendimento aos adolescentes/jovens que cumprem medidas socioeducativas, tendo como fim a educação para socialização”.

³⁵ O ECA não estipula critérios objetivos para considerar uma infração grave, “devendo a autoridade judiciária, em cada caso, respeitados os parâmetros e princípios próprios do Direito da Criança e do Adolescente, analisar a presença de gravidade na conduta do adolescente” (DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A., 2020, p. 257).

Assim, de acordo com a referida autora, as medidas socioeducativas correspondem a:

[...] uma resposta sancionatória do Estado, só que por se tratar do público em questão, comportam além deste aspecto jurídico, a natureza ética e pedagógica, de modo a contribuir com seu desenvolvimento pessoal e social, levando-os a reconhecer e reparar o erro cometido. Segundo os preceitos do ECA, ao contrário do que muitos críticos destacam, embora inimputáveis, o adolescente é responsável por todos os seus atos, e ao cometer uma infração, encontra-se sujeito a responder por ela. [...] estas medidas são impostas aos adolescentes quando apurado o ato infracional, afirmando seu caráter pedagógico em substituição a ações punitivas (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

Considerando esse caráter eminentemente pedagógico/educativo das medidas dispostas no ECA, e após terem sido envidados esforços por parte de representantes de entidades da sociedade civil e de especialistas do âmbito da infância e da adolescência, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) levou resoluções para a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a fim de garantir a inserção de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na rede pública de educação, como também para definir com mais clareza objetivos, parâmetros e diretrizes de efetivação da ação socioeducativa (OLIVEIRA, 2010).

Segundo a Lei nº 12.594/12, a qual instituiu o SINASE, as medidas socioeducativas podem ser executadas em meio aberto, como ocorre com a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, ou em meio fechado, como a internação (BRASIL, 2012). O dispositivo legal também estabelece que os municípios serão responsáveis pelas medidas em meio aberto, enquanto os estados pelas medidas em meio fechado, tendo a União que “fixar diretrizes sobre a organização, funcionamento e programas de atendimento das unidades e as normas de referência destinadas ao cumprimento dessas medidas” (CARREIRA; ANDRADE, 2016, p. 418). Com o SINASE, deu-se uma maior importância a questão educativa nas medidas aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais, visando romper, portanto, os aspectos meramente punitivos e coercitivos, para dar ênfase a sua natureza pedagógica (OLIVEIRA, 2015).

Como afirma Oliveira (2015, p. 47), “as ações socioeducativas devem possibilitar aos adolescentes um espaço pedagógico que os favoreçam pensar e criar possibilidades de superação das condições que os levaram a cometer o ato infracional”. No âmbito da medida restritiva de liberdade, o jovem ou adolescente deve ter seu direito à educação³⁶ garantido

³⁶ A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.934/96) preconizam que o acesso ao ensino é obrigatório, gratuito e um direito público subjetivo. Portanto, a educação básica deve ser oferecida às crianças e aos adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade, bem como àqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria ou adequada, em qualquer situação na qual se encontre o educando e de acordo com suas necessidades (BRASIL, 1988; 1996).

dentro da própria unidade de internação, na qual devem funcionar escolas comuns e profissionalizantes, sendo a frequência escolar também capaz de possibilitar ao socioeducando uma rotina minimamente convencional, além de lhe promover formação e desenvolvimento (BAZON *et al*, 2013).

Segundo as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, definidas na Resolução nº 3 do Ministério da Educação em 13 de maio de 2016, os estabelecimentos socioeducativos devem oferecer atendimento escolar durante o cumprimento da medida, com um espaço próprio, infraestrutura adequada, recursos pedagógicos e equipe pedagógica e administrativa qualificada, garantindo-se a qualidade do ensino ofertado (BRASIL, 2016), sendo responsabilidade do poder público investir em práticas pedagógicas inovadoras a serem destinadas aos socioeducandos (SILVA, 2019).

Dessa maneira, a socioeducação pode ser compreendida como:

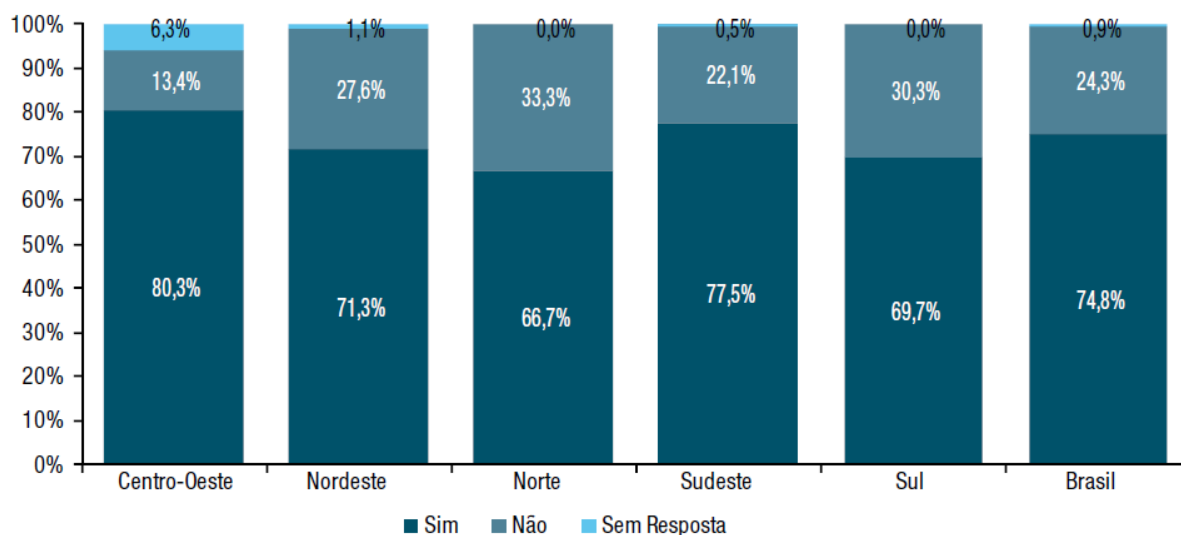
[...] o conjunto de processos de cunho educativo, teoricamente fundamentados, metodologicamente sistematizados, ideologicamente alicerçados na convicção de que o indivíduo pode se transformar através da ação educativa, direcionados a adolescentes e jovens, que praticaram atos delinquentes, que possuem as seguintes finalidades: (i) a incorporação de valores e princípios éticos, morais e civis [...] (ii) a aquisição de competências pessoais, sociais e relacionais [...] (iii) a ressignificação dos sentidos atribuídos à infração [...] (iv) a construção de um projeto de vida [...] caracterizado pelo estabelecimento de um novo compromisso consigo mesmo, com a lei e com a coletividade e pelo cultivo de um sentimento de pertença a uma comunidade e seus valores (CUNHA; DAZZANI, 2018, p. 78).

Os espaços de privação de liberdade possuem a necessidade de as propostas educativas almejarem envolver todos os inseridos naquele contexto, considerando “as aprendizagens e desaprendizagens informais e essenciais que acontecem entre pares” (CARREIRA; ANDRADE, 2016, p. 423). Todavia, o atendimento socioeducativo demanda qualificação, especialmente no quesito da educação, devido à especial circunstância em que se encontram os socioeducandos, além do fato de a maioria destes entrarem nas unidades de internação apresentando um histórico acentuado de evasões escolares, idade defasada na vida escolar e relação estreita com o consumo de drogas. Assim, a partir do melhor conhecimento da realidade desses jovens e adolescentes, se torna oportuna a definição de estratégias compatíveis com as suas necessidades (CNJ, 2012).

No que diz respeito ao uso de substâncias psicoativas, um estudo de âmbito nacional realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2012 demonstra que, dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa entrevistados, cerca de 75% faziam uso de drogas ilícitas. No Gráfico 4, representando os dados do referido estudo de 2012, pode-

se verificar, em percentual, a quantidade de socioeducandos, por região, que consumiam drogas no período de desenvolvimento da pesquisa.

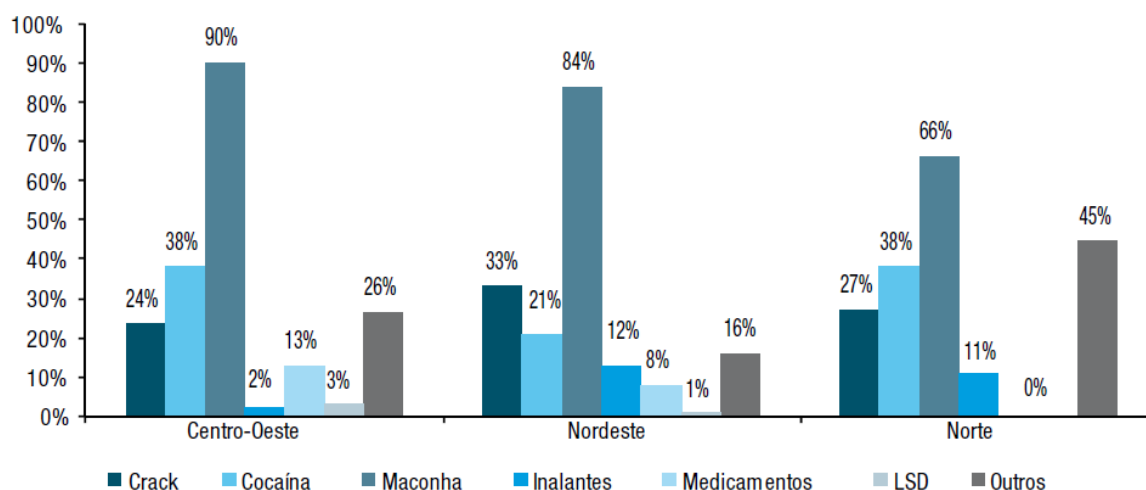
Gráfico 4 – Uso de drogas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas por região



Fonte: CNJ (2012, p. 19).

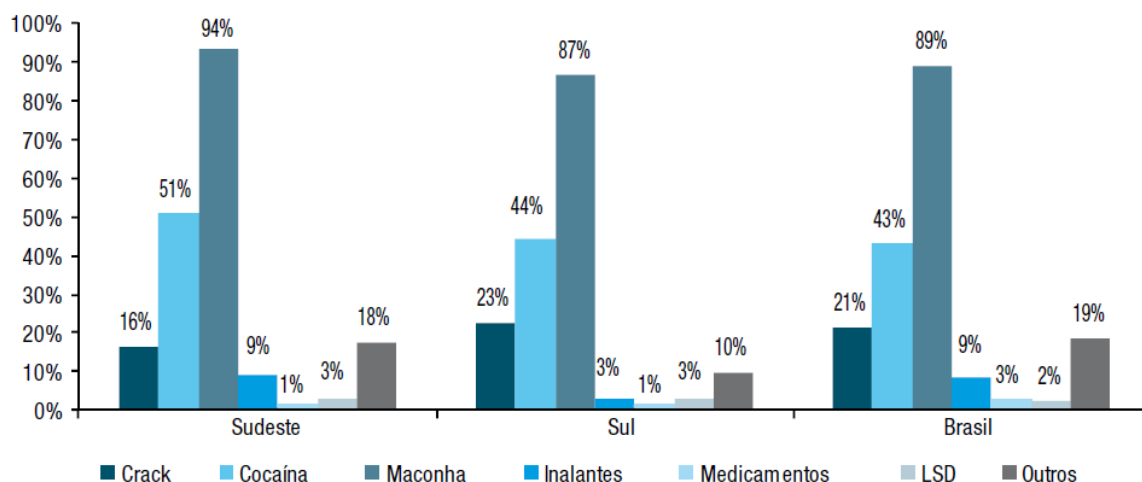
Segundo dados do mesmo estudo, pode-se constatar do Gráfico 5 e do Gráfico 6 que, dentre as substâncias consumidas pelos adolescentes que declararam usar drogas, a maconha foi a mais citada (89%), com índices de 90% no Centro-Oeste, 84% no Nordeste, 66% no Norte, 94% no Sudeste e 87% no Sul. A segunda mais citada foi a cocaína (43%), com exceção da Região Nordeste, onde o crack ocupou a posição (33%).

Gráfico 5 – Tipo de droga utilizada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil



Fonte: CNJ (2012, p. 20).

Gráfico 6 – Tipo de droga utilizada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil e nas regiões Sudeste e Sul do país



Fonte: CNJ (2012, p. 20).

Especificamente quanto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no estado da Paraíba, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo com validade de 2015 a 2024 dispõe que na década de 2002 a 2012 triplicou a quantidade de jovens envolvidos no tráfico de drogas, assim como aumentou o número de adolescentes que usam drogas (PARAÍBA, 2015). No Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, que constitui o campo empírico da presente pesquisa, foi apontado por Lucena (2015) que 54% dos adolescentes utilizavam drogas.

Para mais, dados obtidos em relação à capital, João Pessoa, demonstraram que a droga mais consumida pelos adolescentes em cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade, no ano de 2006, era a bebida alcoólica. Em 2010, acrescentou-se a maconha. Já em 2013, houve um aumento na variedade de substâncias citadas, pois, além da bebida alcoólica e da maconha, foi registrado o uso de cocaína, crack e outras. Em relação aos adolescentes em cumprimento da medida de liberdade assistida, enquanto em 2010 registrava-se apenas o uso da maconha, em 2013 registraram-se bebidas alcoólicas, maconha, cocaína e outras (PARAÍBA, 2015).

Vale ressaltar que o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba faz parte do que estabelece a Lei do SINASE, a qual afirma que “o Estado tem como atribuição elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Plano Nacional”, objetivando garantir a proteção integral de crianças e adolescentes do estado, mas principalmente no que se refere aos adolescentes autores de atos infracionais, servindo de

referência para a efetividade na execução e articulação de políticas públicas desse segmento, assegurando-se a efetividade dos direitos humanos. Ademais, o Plano Estadual tem vigência de 10 anos e deve apresentar ações que articulem as áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Lazer, Cultura e cursos profissionalizantes, em consonância com o ECA (SILVA; GOMES, 2017, p. 359).

Considerando a origem popular dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, a abordagem das drogas demanda a operacionalização dos procedimentos pedagógicos da Educação Popular, que podem contribuir para a redução de danos, a inclusão e a participação efetiva dos sujeitos no processo de prevenção ao consumo abusivo de álcool e outras substâncias, indo além do tradicionalmente visto pelas políticas proibicionistas, as quais têm significado infortúnio, repressão e morte para as pessoas pertencentes às classes populares.

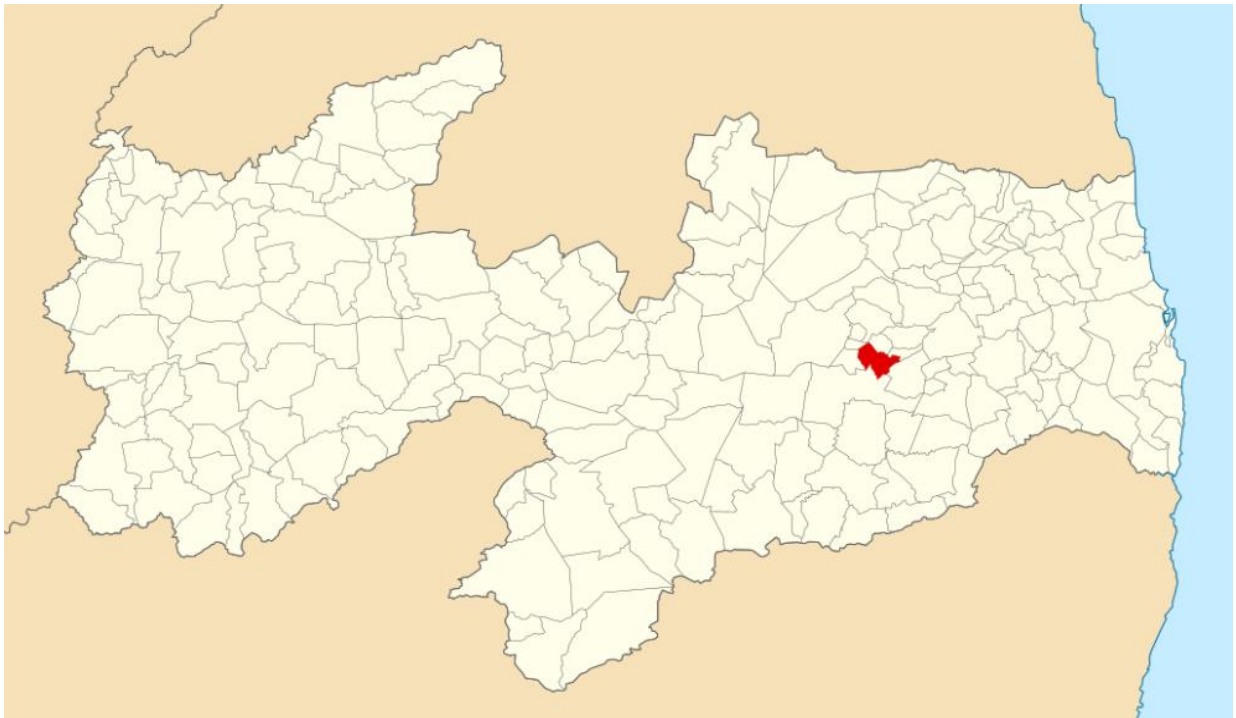
Diante de todo o exposto, a seguir iremos tratar da parte empírica deste estudo, a fim de conhecermos como a questão das drogas tem sido abordada com os adolescentes e jovens do Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, procurando verificar a hipótese da qual estamos partindo, delineada no primeiro capítulo.

3.1 O Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*

A pesquisa empírica deste trabalho está sendo desenvolvida no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto Padre Otávio Santos*, “uma unidade de internação que atende adolescentes e jovens do sexo masculino na faixa etária dos 12 aos 21 anos” (PARAÍBA, 2019, p. 26). Por conseguinte, objetivamos responder o problema de pesquisa posto, qual seja, como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*, localizado no município de Lagoa Seca/PB?

A referida unidade socioeducativa, também denominada de “Complexo Lar do Garoto e Internação Provisória”, é gerida pela Fundação de Atendimento Socioeducativo “Alice de Almeida” (FUNDAC), integrando a Rede de Atendimento da Política Socioeducativa do meio fechado no Estado da Paraíba. Ademais, está situada na Zona Rural de Lagoa Seca, município que integra a região metropolitana de Campina Grande e faz parte da Mesorregião do Agreste Paraibano (PARAÍBA, 2019). Pode-se observar mais precisamente sua localização através da Figura 1:

Figura 1 – Mapa do estado da Paraíba com os limites do município de Lagoa Seca em vermelho



Fonte: Oliveira Júnior (2019).

Para possibilitar uma melhor visualização acerca da localização e do caminho para se chegar ao *Lar do Garoto*, a pesquisadora realizou os seguintes registros fotográficos:

Figura 2 – Estrada da BR-104, sentido Campina Grande para Lagoa Seca



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 3 – Zona Urbana de Lagoa Seca. Caminho em direção ao *Lar do Garoto*



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 4 – Zona Rural de Lagoa Seca. Caminho em direção ao *Lar do Garoto*



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 5 – Entrada do *Lar do Garoto*



Fonte: Autoria própria, 2022.

A rota percorrida para o *Lar do Garoto* é a da BR-104, saída da cidade de Campina Grande rumo a Lagoa Seca (Figura 2). Ao chegarmos em Lagoa Seca, passamos pela Zona Urbana do município, como se vê na Figura 3, e, após um curto trajeto, entramos na Zona Rural, constituída por estradas de chão batido, muitas fazendas e ranchos (Figura 4). Em uma região mais alta, depois de algumas propriedades rurais, se encontra o *Lar do Garoto*, cuja entrada pode ser visualizada na Figura 5.

É importante destacar que, das fotografias, se pode inferir o modo como os adolescentes que cometeram atos infracionais são concebidos e tratados, na medida em que é perceptível que a instituição que os acolhe, o *Lar do Garoto*, situa-se em um contexto de segregação espacial, haja vista estar localizada em uma região distante da área que possui uma maior circulação de pessoas, sendo ainda de difícil acesso, principalmente pela precariedade da estrada e por esta não ter qualquer sinalização. Ou seja, é uma situação tipicamente equivalente à segregação espacial das prisões.

O espaço do Centro Socioeducativo *Lar do Garoto* foi fundado na década de 1960 por meio de um padre chamado Otávio dos Santos, o qual realizava um trabalho de iniciativa filantrópica e de cunho religioso com crianças órfãs, de baixa renda ou que haviam incorrido

em delitos. A instituição, que funcionava em regime de internato ou seminário, passou a ser uma unidade de acolhimento para “menores de idade” na década de 1970 a partir da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBM), criada em 1964 durante a ditadura civil-militar (PARAÍBA, 2019).

No ano de 1971, a unidade estabeleceu um convênio com a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância ou, em inglês, *United Nations International Children's Emergency Fund*) através da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e da Fundação Universidade Regional do Nordeste (atual Universidade Estadual da Paraíba) para prestar atendimento a crianças e adolescentes abandonados, reconhecidamente pobres, órfãos e/ou delinquentes (PARAÍBA, 2019; TAVARES, 2004).

Ainda nesse período, a Secretaria de Estado do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS) criou o “Departamento do Menor”, que passou a abarcar o “Plano de Prevenção” da FUNABEM em relação aos “menores desassistidos e em situação irregular”. Todavia, em 1975, foi criada a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor “Alice de Almeida” (FEBEMAA) no âmbito da SETRASS para ser o órgão responsável pela política do “bem-estar do menor” na Paraíba (PARAÍBA, 2019, p. 13).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a promulgação da Lei nº 8.069/90, a qual instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 1990, a Lei Estadual nº 5.743/93 modificou a denominação da FEBEMAA para FUNDAC: Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”, transformando-a em Fundação de Direito Público (PARAÍBA, 2019).

Em outubro de 1993, o *Lar do Garoto* passou a ter em sua denominação “Pe. Otavio Santos”, fazendo uma referência a seu fundador. Para mais, a instituição começou a ser gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) através da FUNDAC, em atenção aos preceitos legais do ECA no tocante à responsabilidade na realização do atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais (PARAÍBA, 2019).

Atualmente, para fins de execução da medida socioeducativa de internação no estado da Paraíba, temos o Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, situado em Lagoa Seca, o Centro Socioeducativo Edson Mota, o Centro Educacional do Adolescente, o Centro Educacional do Jovem e o Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha, localizados na capital João Pessoa, bem como o Centro Educacional do Adolescente, situado no município de Sousa (PARAÍBA, 2021).

O *Lar do Garoto* abarca 81 municípios da Paraíba, entre eles o de Campina Grande, um dos maiores do estado, que conta com mais de 413 mil habitantes (IBGE, 2021). Saliente-se

que “a organização geográfica por região geoadministrativa tem por propósito garantir o princípio da territorialização, de forma que o serviço possa estar mais próximo da moradia das famílias”, objetivando o acompanhamento e a participação dos familiares na medida socioeducativa (PARAÍBA, 2019, p. 28). Além disso, o ECA prevê em seu artigo 124, inciso VI, o direito do adolescente privado de liberdade “permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável” (BRASIL, 1990).

A referida instituição tem capacidade para 89 adolescentes e jovens do sexo masculino, porém, até o mês de dezembro de 2022, o local contava com 21 socioeducandos, na média dos 17 anos de idade, em cumprimento de medida de internação devido à prática dos atos infracionais elencados no Quadro 14:

Quadro 14 – Atos infracionais e número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto* (mês de dezembro de 2022)

Atos infracionais	Quantidade
Análogo ao crime de roubo (art. 157 do Código Penal)	15
Análogo ao crime de homicídio (art. 121 do Código Penal)	4
Análogo ao crime de furto (art. 155 do Código Penal)	1
Internação Sanção ³⁷ (art. 122, III, do ECA)	1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no <i>Lar do Garoto</i>	21

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O *Lar do Garoto* reflete a queda no número de internações de adolescentes no Brasil, já constatado pelo Fórum de Segurança Pública. Como possível causa para essa redução, o Fórum aponta a questão da pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou a adoção de providências visando a redução dos riscos epidemiológicos, com isso significando a “a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram a internação provisória” (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 447).

Além disso, foi verificado pelo Fórum de Segurança Pública uma redução do número de roubos no país durante o período da pandemia, o que refletiu na quantidade de adolescentes submetidos à privação de liberdade, tendo em vista que os atos infracionais cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, em regra, não são sujeitos à medida socioeducativa de internação, mas sim outra mais branda, a depender de algumas circunstâncias, como a primariedade do adolescente (IBIDEM).

³⁷ A internação sanção é aplicada ao adolescente quando este incorre no descumprimento reiterado e injustificável da medida que lhe foi anteriormente imposta (BRASIL, 1990).

Destaca-se que, no processo socioeducativo, os estudos são obrigatórios e possuem uma carga horária integral, sendo um item considerado relevante na avaliação semestral do adolescente, isto é, quando a equipe multidisciplinar, de agentes socioeducativos, direção e advogados irão analisar a continuidade da medida ou a desinternação, sugerindo a sua extinção ou a progressão para o cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade (COURA; ALBUQUERQUE, 2020).

A escola responsável por prestar atendimento escolar aos adolescentes do *Lar do Garoto* foi implementada após a ocorrência de uma “rebelião” no ano de 2017, em que sete adolescentes foram à óbito e seis conseguiram empreender fuga (G1, 2017), tendo o acontecido chamado atenção do Poder Judiciário e do governo estadual. Nesse período, a instituição estava em condição de superlotação e descaso, abrigando cerca de 200 jovens e adolescentes (UOL, 2017).

A tragédia de 2017 trouxe marcas profundas para o *Lar do Garoto*, tanto no que diz respeito ao funcionamento da instituição, como para a vida das famílias dos adolescentes vitimados. Tendo em conta a magnitude do acontecido, detalharemos no seguinte subtópico como foi desencadeada a “rebelião” e acerca das medidas tomadas depois do episódio objetivando o cumprimento da garantia de direitos dos adolescentes no centro socioeducativo.

3.1.2 *Lar do Garoto* e vidas aquém da vida: a “rebelião” de 2017

Na madrugada do dia 3 de junho de 2017, adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto* cometeram uma série de atos tentando empreender fuga da instituição. Seis jovens conseguiram evadir-se da unidade, sendo um deles recapturado, enquanto quatro se aproveitaram da situação para assassinar seus desafetos, o que acabou por atingir outros socioeducandos que não possuíam relação com a rivalidade (G1, 2017).

Após o fato, o Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT), juntamente com o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados da Paraíba (CDH-OAB/PB) realizaram uma visita ao *Lar do Garoto* e, em relatório, afirmaram que os adolescentes que se encontravam nas alas de segurança e isolamento eram alvos dos internos que iniciaram a movimentação na unidade, ateando fogo em colchões e móveis:

Começou a haver intensa movimentação na Unidade, com os jovens tentando deixar seus quartos, em busca de proteção. Foram colocados colchões em local próximo aos

quartos do isolado, e em seguida ateou-se fogo a esses colchões, de forma a impedir a saída dos adolescentes que ali estavam custodiados. Os jovens que estavam no local morreram queimados. Dois outros jovens do abrigo tentaram fugir, mas foram alcançados por outros internos, que os mataram, esquartejaram e neles atearam fogo. Os internos do “seguro” conseguiram fugir dos seus atacantes com a ajuda dos agentes, que os conduziram a um lugar onde não corriam mais perigo (MPF, 2017, p. 1-2).

No ocorrido, cinco das sete vítimas foram carbonizadas e duas foram levadas até o pátio do estabelecimento para serem espancadas até a morte, tendo uma delas seu corpo também carbonizado. Três maiores de idade que lideraram a “rebelião” e assassinaram os adolescentes foram presos em flagrante e encaminhados para o Presídio do Serrotão, em Campina Grande, enquanto a quarta pessoa envolvida, um adolescente, conseguiu se evadir do centro socioeducativo (G1, 2017).

Com o marco de 100 dias da “rebelião” no *Lar do Garoto*, órgãos e entidades ligadas à temática da socioeducação no estado realizaram uma audiência pública, em que foi transmitido o documentário “Vidas aquém da vida” produzido pelo Ministério Público Federal (MPF). O vídeo, com duração de 14 minutos, conta com entrevistas realizadas com familiares dos adolescentes vitimados. A fala de uma das entrevistadas assevera que no período da tragédia não havia uma escola estruturada na unidade, como também faltavam banheiros e propostas de atividades para os adolescentes: *“Queria que mudasse tudo ali. Fizesse sala. Tivesse escola, banheiro, atividade, jogo ‘pra’ ‘eles’ jogar. Não ficar o mês ‘todinho’ trancado, feito animais”* (VIDAS..., 2017, 12:19).

Em uma das entrevistas, a mãe de uma das vítimas contou que, logo após o ocorrido, o local estava aglomerado de pessoas tentando saber informações dos adolescentes, o que gerou um tumulto na entrada do *Lar do Garoto*. Por sua vez, outra entrevistada relatou, emocionada, o momento que foi preciso realizar o reconhecimento do corpo de um dos adolescentes que foram carbonizados:

A senhora tem coragem? [...] ‘pra’ reconhecer ele? Porque ‘tá’ muito estragado, e ‘tá’ tudo queimado [...]. A senhora tem coragem? Eu disse, tenho, né. Ele não abriu o caixão todo. Ele ‘tava’ num saco preto e a cabeça coberta. Ele mostrou só metade assim do caixão ‘pra’ mostrar só uma parte da cabeça. Menina, pelo amor de Deus, quando eu cheguei, que ele puxou ‘pra’ olhar assim, que ele ainda olhou assim, “mainha, é ele” [...] Eu saí daquele IML louca, louca, louca (VIDAS..., 2017, 10:33).

Os familiares entrevistados também contaram os desejos que os adolescentes tinham para sua vida no futuro, como se tornar ‘vaqueiro’, bombeiro ou policial, bem como ajudar financeiramente a família. Diante disso, percebemos que o estado social não alcançou esses jovens, mas o estado penal e punitivo sim. O Poder Público e o Judiciário prestaram suas

condolências para as vítimas da “rebelião”, mas foram omissos ao descaso que se encontrava a unidade socioeducativa, sendo graves as violações de direitos que pudemos constatar com essa tragédia ocorrida no *Lar do Garoto*.

No período da “rebelião”, o local estava em situação de superlotação e não atendia às determinações do ECA, tanto em relação à estrutura física de um centro socioeducativo, como de atendimento pelo corpo técnico, que não possuía condições de atender tantos jovens e adolescentes. A capacidade do estabelecimento era para 51 internos, porém na época do acontecido existiam 204, número muito superior à infraestrutura disponível. Inclusive, algumas salas que eram destinadas para os adolescentes assistirem aulas tiveram que ser transformadas em alojamentos, devido a lotação dos quartos (MPF, 2017).

Uma das causas apontadas para explicar a superlotação foi a questão do tempo de internação, que estava sendo fixado de acordo, principalmente, com a natureza do ato infracional praticado pelos adolescentes, não se levando em consideração fatores como atividades desenvolvidas, comportamento e evolução do socioeducando ao longo da medida de internação com a finalidade de ser determinada sua extinção ou ser promovida sua progressão para a medida de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade (MPF, 2017).

De acordo com o relatório da visita realizada pelo CEPCT, CEDH, CEDCA e pela CDH-OAB/PB, as instalações do *Lar do Garoto* apresentavam deficiências estruturais graves que inviabilizavam o trabalho socioeducativo. Alguns dos quartos onde os adolescentes ficavam não tinham energia elétrica e todos os alojamentos não possuíam as condições mínimas de higiene, como, por exemplo, banheiros e papel higiênico. Os adolescentes utilizavam garrafas de plástico para fazer suas necessidades fisiológicas básicas e arrancavam pedaços dos colchões para usar como papel higiênico. A água era armazenada em baldes colocados nas entradas dos quartos, já que a unidade não recebia abastecimento próprio. Inclusive, a água (que chegava em carro pipa do corpo de bombeiros) era utilizada tanto para lavar roupas como para consumo pessoal. Os socioeducandos também não estavam recebendo tratamento de saúde na unidade. Portanto, aqueles que estavam em situação de dependência de drogas não tinham acesso ao atendimento adequado (MPF, 2017).

Na época do fato, o Tribunal de Justiça da Paraíba apontou que a responsabilidade na administração dos estabelecimentos socioeducativos era do Poder Executivo, ao passo que este respondeu afirmando que o problema nas condições do *Lar do Garoto* chamava todas as instâncias de poder à responsabilidade, inclusive o Judiciário, que deveria respeitar os prazos para promover a liberação dos adolescentes quando estes concluíssem o cumprimento da medida socioeducativa, a fim de reduzir a lotação na unidade (G1, 2017).

Não obstante o conflito em torno de a quem caberia a responsabilidade pela situação do *Lar do Garoto*, providências precisariam ser tomadas para atender a legislação e oferecer o tratamento que ela assegura aos adolescentes durante a execução da medida socioeducativa de internação. Assim, órgãos e entidades como o CEPCT, o CEDH, o CEDCA, a CDH-OAB/PB, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), o Conselho Regional de Psicologia, a Defensoria Pública da Paraíba, o Ministério Público e a Assembleia Legislativa da Paraíba se reuniram logo após a “rebelião”, por meio de seus representantes, para articular medidas emergenciais e a longo prazo visando a reestruturação da unidade (MPF, 2017).

Em 19 de julho de 2017, a FUNDAC publicou o Decreto nº 37.505, pelo qual o governo estadual criou o Programa de Educação Cidadã Integral Socioeducativa ‘Janela para o futuro’, tornando anexo do *Lar do Garoto* a Escola Cidadã Integral Hortêncio Silveira, localizada em Campina Grande, que ficou responsável por prestar atendimento escolar para os adolescentes enquanto uma escola não era implementada no interior da unidade. Além disso, foram adquiridos materiais como livros didáticos e paradidáticos, kits escolares, fardas e cadeiras (MPF, 2017).

Por meio das nossas visitas, pudemos observar que houve, de fato, a implementação de uma escola dentro do próprio *Lar do Garoto*. A escola, todavia, ainda apresenta uma infraestrutura precária, bem como faltam aparatos tecnológicos para os professores utilizarem e as salas de aula têm pouca luminosidade. Em relação aos alojamentos dos adolescentes, não chegamos a visualizá-los por serem afastados do espaço destinado à escola e pela maior dificuldade em acessar o local, por questões de segurança. Dessa forma, não há como evidenciarmos se houve melhorias na estrutura dos quartos.

No tocante à atuação do Judiciário nos processos infracionais dos adolescentes, temos visto uma melhora. Em 2020, apesar do período de isolamento social desencadeado pela pandemia da Covid-19, a Vara da Infância e Juventude de Campina Grande utilizou tecnologias para o andamento dos processos dos adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto* não ser interrompido. Ocorreu, portanto, a digitalização dos processos e a realização de audiências por videoconferência, o que conferiu mais agilidade no andamento dos procedimentos.

Por exemplo, em um único dia de 2020, 22 processos de socioeducandos foram analisados, em que se decidiu pela extinção de quatro medidas (MODESTO, 2020). A quantidade de internos diminuiu consideravelmente devido não apenas ao contexto de pandemia, como apontado pelo Fórum de Segurança Pública (2022), mas também pela melhoria

na celeridade dos atos processuais e pela nova gestão da equipe responsável pelo atendimento socioeducativo em Campina Grande e região.

Atualmente, a Vara da Infância e Juventude de Campina Grande realiza audiências concentradas a cada 3 meses para avaliar a evolução dos socioeducandos do *Lar do Garoto*. Nas ocasiões, o procurador da FUNDAC, o Ministério Público, a Defensoria Pública, psicólogas e o diretor da instituição analisam juntamente com o juiz, o próprio adolescente e sua família a viabilidade da desinternação e/ou a necessidade de um acompanhamento por meio da aplicação de uma medida socioeducativa mais branda, como a liberdade assistida, prevista nos artigos 118 e 119³⁸ do ECA. Ressalta-se que o bom comportamento, o empenho nos estudos e a realização de cursos na unidade são critérios valorizados para ser concedida a progressão da medida ou a sua extinção.

No dia 5 de dezembro de 2022, a pesquisadora teve acesso a uma manhã de audiências concentradas com socioeducandos do *Lar do Garoto*, as quais ocorreram de forma virtual pela plataforma *Zoom*. Nessa oportunidade, foi possível observar que cada adolescente vem recebendo atendimento individualizado pela equipe da socioeducação durante o cumprimento da medida de internação no *Lar do Garoto*, tendo em conta a garantia da sua proteção integral.

Importante destacar que a situação de vulnerabilidade de muitas das famílias dos adolescentes que se encontram no *Lar do Garoto* faz ser necessário o acompanhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou pelo Serviço de Atendimento ao Egresso (SAE) para garantir que o adolescente frequente regularmente a escola ao sair da unidade, tenha acompanhamento psicossocial e, em alguns casos, seja incluído no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)³⁹.

³⁸ Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I - Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - Apresentar relatório do caso (BRASIL, 1990).

³⁹ O PPCAAM tem por finalidade proteger, em conformidade com o ECA, “crianças e adolescentes expostos a grave e iminente ameaça de morte, quando esgotados os meios convencionais, por meio da prevenção ou da repressão da ameaça”. Com efeito, o PPCAAM compreende as seguintes ações, aplicáveis isolada ou cumulativamente, em benefício do protegido e da sua família, quando necessário: transferência de residência ou acomodação em ambiente compatível com a proteção, com a transferência da execução de medida socioeducativa em meio aberto para novo local de residência do adolescente, se necessário; inserção dos protegidos em programas sociais com vistas à sua proteção integral; apoio e assistência social, jurídica, psicológica, pedagógica e financeira, conforme a construção do Plano Individual de Acompanhamento; apoio ao protegido, quando necessário, para o

De maneira geral, no processo de reestruturação do *Lar do Garoto*, consideramos que a organização de uma escola teve elevada importância, principalmente para que os socioeducandos não precisem sair da unidade a fim de ter acesso à educação. Assim, devido ao caráter de urgência na implementação da escola, a contratação dos professores se deu através de um processo seletivo simplificado de análise curricular e entrevista. A seguir, abordaremos sobre o funcionamento e a estrutura da escola implementada no referido centro socioeducativo, a qual constitui o campo empírico da presente pesquisa.

3.1.3 A Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS) do *Lar do Garoto*

A Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS) do *Lar do Garoto* foi implementada entre 2017 e 2018 após a tragédia que detalhamos anteriormente. O fato de a escola ter sido prioridade na reconfiguração do *Lar do Garoto* demonstra a importância da educação no desenvolvimento dos jovens e adolescentes, com intencionalidade pedagógica para que eles construam uma perspectiva diferente da que os levaram ao cumprimento da medida de internação. Ademais, a educação é um dos direitos que devem ser garantidos em situações de privação de liberdade, o que não vinha sendo efetivado na instituição e, infelizmente, só se teve em conta o descaso após a “rebelião”.

No *Lar do Garoto*, a ECIS consiste em um anexo da Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) Francisca Martiniano da Rocha, do município de Lagoa Seca. Isso significa que a ECIS está ligada administrativamente à referida ECIT, sendo o corpo docente vinculado a esta última. Dessa forma, ao iniciarem o cumprimento da medida socioeducativa de internação, os socioeducandos são matriculados na ECIT Francisca Martiniano da Rocha, porém frequentam as aulas e as atividades na própria ECIS, ou seja, dentro da própria unidade. Cabe mencionar que os adolescentes que frequentam a ECIS podem estar em cumprimento de Medida Provisória, a qual tem o limite de até 45 dias, ou de Medida de Internação Definitiva, que pode durar de 6 meses a 3 anos (PARAÍBA, 2021).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da ECIS do *Lar do Garoto* prevê seu funcionamento em tempo integral, com um corpo de professores próprios vinculados também

cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o seu comparecimento, garantida a sua segurança no deslocamento; preservação da identidade e da imagem do protegido e manutenção do sigilo dos seus dados e das informações que comprometam a sua segurança e a sua integridade física, mental e psicológica; garantia de acesso seguro a políticas públicas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho, transporte, habitação, esporte, lazer, cultura e segurança; manutenção no serviço de acolhimento institucional (BRASIL, 2018).

à Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia do estado. No referido documento, é enfatizado que a escola “constitui um importante instrumento de transformação social”. Além disso, reforça-se que “as ações promovidas na grande área da educação têm que garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural” (PARAÍBA, 2019, p. 29).

Na ECIS em questão, é utilizado o modelo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devido ao alto índice de distorção idade/série percebido entre os socioeducandos, de mais de 90% (PARAÍBA, 2021). Ademais, o processo educativo orienta-se pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e pelas Diretrizes Nacionais para as Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas, seguindo-se também os parâmetros da Lei Estadual nº 11.100/18, que estabeleceu o Programa de Educação Integral (PARAÍBA, 2019). Assim, a seriação se organiza por ciclos, os quais correspondem aos anos e séries do Ensino Regular: CICLO I - 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental; CICLO II - 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental; CICLO III - 6º ao 7º ano do Ensino Fundamental; CICLO IV - 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental; CICLO V - 1ª a 2ª série do Ensino Médio; CICLO VI - 3ª série do Ensino Médio.

No âmbito da ECIS, são ministradas as disciplinas obrigatórias previstas na BNCC e as disciplinas eletivas, como a de Direitos Humanos. A disciplina “Projeto de Vida” é considerada o “principal eixo curricular, visto que busca problematizar as múltiplas dimensões da identidade e dos cotidianos dos adolescentes e jovens” (PARAÍBA, 2019, p. 30). Como atividades socioeducativas, são oferecidos jogos de tabuleiro e a prática de esportes, com competições/gincanas supervisionadas pelos professores de Educação Física.

Em relação ao ambiente e a estrutura da ECIS do *Lar do Garoto*, esta conta com uma sala para os professores, banheiros, uma quadra de areia, um auditório, uma área para o cultivo de uma horta e cinco salas de aula pequenas, cada uma contendo uma lousa e poucas carteiras. Nas visitas realizadas, pudemos observar que o local não dispõe de muitos recursos tecnológicos a serem utilizados pelos professores, tendo estes que revezar o uso de uma televisão.

Os socioeducandos são divididos por grupos nas salas de aula, a depender da relação que possuem uns com os outros, pois alguns não conseguem ter uma boa convivência em razão de serem membros de facções diferentes⁴⁰. A divisão também se dá de acordo com o ciclo que

⁴⁰ As organizações criminosas, também conhecidas como facções, são associações de 4 (quatro) ou mais pessoas que visam obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais

os adolescentes são designados pelo nivelamento, o qual é efetuado a fim de “identificar, acompanhar e avaliar os níveis e necessidades de aprendizagem dos estudantes especialmente nas habilidades referentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática” (PARAÍBA, 2021, p. 117).

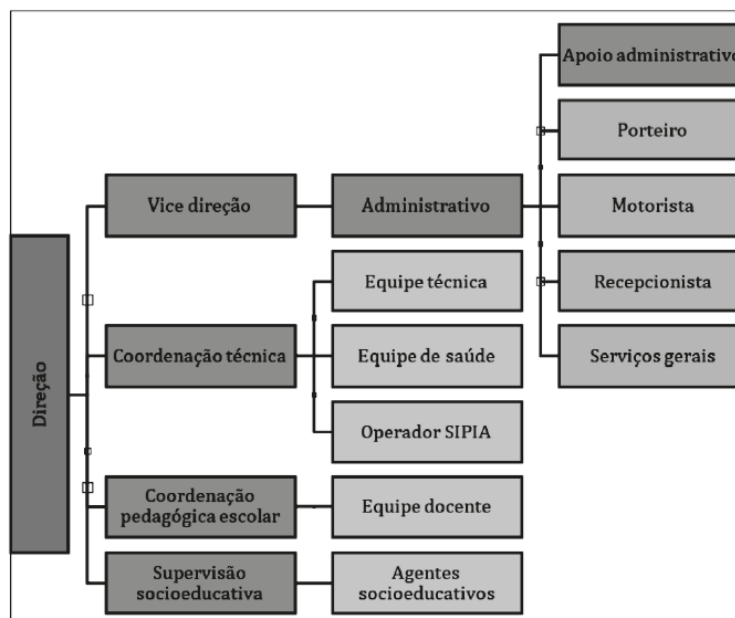
Em cada sala, no momento que o docente está ministrando sua aula, um agente socioeducativo permanece ao lado da porta visando garantir “a preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários quanto às atividades pedagógicas”, conforme determina a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012). Nesse contexto, tal vigilância nos mostra os limites da autonomia da ação educativa existentes nas instituições do sistema socioeducativo.

O SINASE também estabelece a participação da família no desenvolvimento das ações socioeducativas (BRASIL, 2012). Para tal, a ECIS realiza Plantões Pedagógicos a cada bimestre, os quais ocorrem preferencialmente nos dias de visita, ou seja, nos finais de semana, possibilitando o contato dos familiares com os professores para receberem as informações referentes ao desempenho escolar do adolescente.

O modelo de gestão adotado pela ECIS do *Lar do Garoto* baseia-se na concepção de gestão democrática, que visa “a participação efetiva de todos que fazem parte da instituição educativa”, inclusive nas decisões sobre o projeto pedagógico, o currículo e as relações sociais internas (DANTAS; RACHADEL, 2021, p. 142). De acordo com as diretrizes para as Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba, são realizadas reuniões de fluxo a cada semana, objetivando o “acompanhamento e desenvolvimento de estratégias para melhoria das ações realizadas no âmbito escolar” (PARAÍBA, 2021, p. 111).

A estrutura administrativa do Centro Socioeducativo *Lar do Garoto* pode ser visualizada através da Figura 6:

cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional, de maneira estruturalmente ordenada e com uma divisão de tarefas, ainda que de modo informal (BRASIL, 2013a). Na Paraíba, as principais facções são as chamadas “Al-Qaeda” ou “Okaida (OKD)” e “Estados Unidos”, que disputam o controle do tráfico de drogas no estado. Inicialmente, as facções se faziam presentes apenas nos presídios paraibanos, mas atualmente isso também se verifica no âmbito do sistema socioeducativo. Por isso, no *Lar do Garoto*, para evitar situações de conflito no espaço da escola, a divisão dos adolescentes nas salas de aula é pensada de forma que os membros das facções rivais não fiquem no mesmo ambiente (SANTOS, 2015).

Figura 6 – Estrutura administrativa do Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*

Fonte: PARAÍBA (2019, p. 47).

Observa-se que a equipe docente da ECIS está vinculada a coordenação pedagógica, a qual está vinculada a direção. Nota-se, ainda, que existe um corpo técnico multidisciplinar presente no *Lar do Garoto* para a execução das atividades socioeducativas, que devem conter práticas pedagógicas que garantam “possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o socioeducando”, segundo prevê o CONANDA (PARAÍBA, 2019, p. 102).

O corpo docente da ECIS do *Lar do Garoto* é constituído por 18 professores(as). Por meio de conversas informais com alguns deles, tivemos conhecimento que a maioria dos socioeducandos usavam drogas antes de iniciarem o cumprimento da medida de internação, sendo o primeiro contato motivado por diversos fatores, mas principalmente em razão de a família já consumir bebidas alcoólicas e outras substâncias, apresentando-as desde muito cedo para os adolescentes, ainda quando estes eram crianças. Além disso, o tráfico de drogas na comunidade de origem os leva para esse caminho, como também a influência de amigos, a ideia de *status* e pertencimento a um grupo e a busca por uma sensação de bem-estar.

Entre os meses de março, abril e maio de 2022, período de realização das nossas visitas, verificamos que a quantidade de adolescentes em cumprimento de medida de internação no *Lar do Garoto* diminuiu muito em relação aos anos anteriores. Todavia, o perfil social dos socioeducandos é de adolescentes do sexo masculino, na média dos 17 anos de idade, envolvidos em problemas com a lei penal e, conforme informações que nos foram repassadas, apresentando defasagem escolar e oriundos de contextos de vulnerabilidade social, marcados

pela presença do uso e da comercialização de drogas. Assim, no próximo capítulo, trataremos dos resultados empíricos específicos da pesquisa e suas discussões.

4 ABORDAGENS DOCENTES SOBRE AS DROGAS NO CONTEXTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO LAR DO GAROTO

*Acho que o segredo de vencer na vida
Talvez é compreender sua dor de agora
Ninguém nasceu no topo da montanha
E a escalada sempre vai ser árdua
Só aquele que resistir o processo
Vai ter direito à vista mais fantástica
(Tribo da Periferia)*

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados da pesquisa, resultantes das observações assistemáticas e das entrevistas semiestruturadas feitas com oito professores da Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS) do *Lar do Garoto*. Conforme explicitado na operacionalização dos procedimentos metodológicos, utilizamos a técnica da Análise Temática de Braun e Clarke (2006), que sucedeu a categorização de seis temas, quais sejam: Perfil social dos jovens e adolescentes do *Lar do Garoto*; Presença das famílias no *Lar do Garoto*; Atividades desenvolvidas no *Lar do Garoto*; Relação dos adolescentes do *Lar do Garoto* com as drogas; Abordagens das drogas no *Lar do Garoto*; Compreensões sobre a Educação Popular.

Os docentes entrevistados foram identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8. E1, E2, E3, E4 e E8 atuam na ECIS do *Lar do Garoto* há cinco anos, enquanto E5 e E6 atuam há três anos e E7 há dois anos. Passaremos, então, à abordagem dos resultados decorrentes do exame do material empírico, sendo as categorias temáticas da análise que estruturam o presente capítulo.

4.1 Perfil social dos adolescentes do *Lar do Garoto*

A categoria em tela objetiva analisar as respostas dos entrevistados que descrevem o perfil social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*. A partir das falas dos professores, foi possível perceber que a maioria dos socioeducandos são pardos ou negros e pertencentes às classes populares, como descreveu E5: “Então, a maioria é de periferia, pobre, é... a maioria pretos e pardos [...] E a maioria vinda de bairros bem periféricos, ou se não, cidades pequenas da Paraíba”.

Além disso, segundo E2, é preponderante a quantidade de adolescentes que vivem “em situação de vulnerabilidade social”. Nesse sentido, E3 destacou que “a maior parte das famílias dos adolescentes estão cadastradas em programas sociais do governo federal, que é o Bolsa Família, o Auxílio Gás...” devido ao estado de pobreza no qual se encaixam. Portanto, conforme

E3, a maioria dos socioeducandos se classifica “na classe mais baixa”, sendo, de acordo com E6, “raros os que são de uma condição financeira boa”.

Assim, verifica-se que o perfil social dos adolescentes que se encontram no *Lar do Garoto* está em consonância com o observado no contexto brasileiro. Segundo dados obtidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) no ano de 2017, 56% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados pardos/negros e 81% de suas famílias foi classificada como sem renda ou dentro da faixa de renda mensal inferior a um salário mínimo, ou seja, R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) (BRASIL, 2019).

A configuração familiar desses adolescentes também revela a situação de exclusão social na qual eles estão inseridos. O referido levantamento do SINASE ainda apontou que 72% das famílias dos adolescentes em atendimento socioeducativo possuem entre 4 a 5 membros. Além disso, 98% desses adolescentes têm como responsáveis as mães e, num universo de 26.109, 9,2% já eram pais/mães, tendo sido na região Sudeste do país onde tal situação foi visualizada como mais frequente, seguido do Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte (BRASIL, 2019).

Ademais, muitos dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo têm pais, familiares e amigos envolvidos no tráfico de drogas, principalmente no âmbito da comunidade em que vivem. Dessa forma, em determinados casos, existe um histórico familiar de uso e venda de drogas que os levam a ter contato com esse meio desde a infância, o que pode ser constatado na fala de E4: “[...] tem problema familiar, a estrutura familiar, o pai é traficante, o pai é ladrão, a mãe é prostituta⁴¹”. E8, por sua vez, corrobora com o que foi afirmado por E4, ao expor que:

[...] eles contam que a droga foi apresentada a eles muito cedo né, quando criança, e aí a gente também fica muito surpreso porque não envolve só eles né, é a questão familiar também [...] “ah, professora, quem me apresentou as drogas”, aí diz, “foi fulano”, às vezes é o pai, às vezes é alguém já da família.

Em muitos casos, os adolescentes inseridos no sistema socioeducativo pertencem a um contexto social e familiar em situação de vulnerabilidade, sendo o tráfico de drogas visualizado como a única via para seu sustento, o que também envolve outros crimes como o roubo, o furto e o homicídio, conforme visualizamos no Quadro 13 do capítulo anterior. Ressalta-se que a vulnerabilidade desse grupo não está associada apenas ao fator renda, mas também a desigualdades de acesso à bens e serviços.

⁴¹ Por fidelidade à fala dos entrevistados, os termos foram reproduzidos *ipsis litteris*, também na forma pela qual eles se expressaram ortograficamente.

Como discutido no segundo capítulo, a problemática do crime, especialmente na adolescência, deve ser estudada partindo de suas origens estruturais mais amplas, tendo em conta, por exemplo, o contexto social dos indivíduos e em que situação econômica e política a sociedade se encontra. Conforme enfatizamos a princípio neste trabalho, de acordo com Becker (2019), os grupos sociais que possuem ‘diferenciais de poder’ impõem suas regras e aquele que as infringir recebe o rótulo de ‘desviado’, bem como a consequência de uma sanção.

Todavia, o processo de reação pública negativa vai depender de fatores como idade, sexo, etnicidade e classe. Com efeito, as pessoas mal posicionadas social e economicamente são as mais atingidas pela máquina do aprisionamento, ao passo que são colocadas às “margens da sociedade”, sendo vistas como *outsiders* (BECKER, 2019). O resultado desse processo pode ser observado nos presídios e estabelecimentos socioeducativos, os quais estão superlotados por uma grande maioria de pessoas pobres e negras.

Nesse sentido, em seu trabalho envolvendo jovens e adolescentes do *Lar do Garoto*, Tavares (2004, p. 23) sublinha que:

[...] na vida cotidiana e na relação com as instituições, os jovens internos do Lar do Garoto vivem a condição instável de estar entre a desarmonia e a proteção familiar; entre a educação e o projeto de integração e a vigilância da escola; entre a possibilidade de melhora e a repressão das instituições de reabilitação; entre a dificuldade e direito à profissionalização e a necessidade de trabalho; entre a possibilidade de diversões - onde podem exercer seus modos de ser - e a impossibilidade de um lazer valorizado socialmente e adequado a sua condição, entre outros dilemas.

A marginalização desses grupos está atrelada aos aspectos inerentes à desigualdade social, que envolvem questões étnico-raciais, de classe, gênero e referentes ao processo de modernização, relacionado ao capitalismo e à ideia de os indivíduos serem socialmente úteis, além de disciplinados e produtivos para a lógica do mercado. Mas não só isso, as concepções morais e políticas da sociedade, advindas de tempos atrás, provocam a exclusão desses setores marginalizados (SOUZA, 2005).

Foi nesse sentido que a família, a Igreja e o Estado passaram a tentar controlar crianças, adolescentes e jovens pobres, abandonados, sem trabalho ou escolaridade e considerados infratores e indisciplinados. A partir da penalização e da reprodução de valores morais, religiosos e culturais, as instituições desejavam torná-los úteis à sociedade por meio da educação para o trabalho. Com isso, esses grupos foram retirados das ruas e enviados às instituições disciplinares, tendo o assistencialismo, a repressão, a discriminação social e o autoritarismo caracterizado o início do contexto sócio-histórico de formação do sistema socioeducativo no Brasil, conforme discutido no terceiro capítulo.

Como apontado por Jesus (2018, p. 43), cujo trabalho identificamos durante o levantamento de teses e dissertações, as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil foram norteadas pela perspectiva do adolescente como um “problema social” e “como um potencial trabalhador a ser preparado para o mercado de trabalho”, sem dedicar a devida atenção às peculiaridades desses sujeitos.

A histórica divisão entre crianças, adolescentes e jovens de melhores condições financeiras e aqueles pertencentes aos segmentos populares têm deixado marcas que continuam se fazendo presentes na sociedade brasileira, pois observamos uma relação direta das instituições de controle com determinados grupos sociais, os retirando do seu contexto para locais separados da sociedade, como as prisões, as unidades de internação, a “boca⁴²”, o “submundo” etc.

Tendo isso em conta, vemos que o perfil social dos adolescentes do *Lar do Garoto*, segundo a perspectiva dos entrevistados, não se distancia dessa realidade. Ademais, a partir da fala de E5, podemos perceber que houve uma maior quantidade de adolescentes negros ingressando na unidade nos últimos anos: “Nem alunos pretos retintos tinha na turma, era só de pardos e brancos. Mas aí depois da pandemia eu vim percebendo que esse público tem crescido”.

Nesse contexto, fazendo uma relação entre classe social e a dimensão étnico-racial, E6 chegou a mencionar que “quanto mais a pele é mais escura, mais negra, é mais pobre, e quanto mais a pele vai clareando ele vem de uma situação financeira melhor”. Todavia, percebe-se que sua fala coloca a questão da desigualdade social somente em termos étnico-raciais, porém é necessário pontuar que “a discriminação ‘racial’ é, sem nenhuma dúvida, apenas parte do problema mais geral da discriminação social” (KLUCKHON, 1972, p. 134).

Com a abolição da escravidão, a integração dos negros na sociedade ocorreu ainda sob a perspectiva da discriminação, a qual os colocou em uma situação subalterna e de marginalização social. Portanto, no capitalismo contemporâneo, as classes exploradas continuaram sendo aquelas do modo de produção escravista. Contudo, vale destacar que as sociedades capitalistas contemporâneas vivem uma constante luta de classes, pela qual é suscitada a competição social que reproduz a mentalidade burguesa e seu anseio por ascensão social, *status* etc. (SANTOS; VIANA, 2009).

Dessa forma, a desigualdade social não só se deve à discriminação ‘racial’, mas também às contradições do capitalismo e a luta de classes que ele provoca, sendo importante frisar que

⁴² Os locais destinados à venda de drogas ilícitas são popularmente chamados de ‘boca de fumo’.

não se pode limitar ou ignorar os determinantes de classe da desigualdade e, assim, ocultar as raízes efetivas da pobreza presentes no contexto brasileiro.

Dito isso, esta categoria buscou compreender o perfil social dos socioeducandos do *Lar do Garoto* a partir de aspectos relacionados à sua classe social e configuração familiar, conforme as percepções dos professores entrevistados. Por conseguinte, a próxima categoria objetiva verificar como se dá a participação das famílias no âmbito da referida unidade, considerando a importância do envolvimento dos familiares no processo socioeducativo dos adolescentes.

4.2 Presença das famílias no *Lar do Garoto*

Nessa categoria, almejamos verificar de que forma as famílias dos adolescentes se fazem presentes no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*, uma vez que o ECA estabelece como direito do socioeducando este corresponder-se com seus familiares (BRASIL, 1990). Ademais, o envolvimento da família é fundamental no processo de ressocialização, além de ser importante para o desenvolvimento do adolescente, especialmente em virtude de a família ser sua primeira referência na vida.

A partir da análise das entrevistas, pudemos constatar que as famílias dos adolescentes têm pouco contato com o corpo docente da escola do *Lar do Garoto*, pois é mais comum estarem na unidade nos momentos das visitas, as quais ocorrem nos finais de semana. No entanto, alguns socioeducandos recebem visitas em dias úteis da semana. As chamadas “visitas assistidas” são permitidas em casos específicos, quando os familiares ou responsáveis do adolescente não podem ir até à unidade aos domingos.

O ECA estabeleceu que o adolescente deve ter assegurada sua convivência familiar e comunitária. Dessa forma, as visitas semanais são um direito dos adolescentes privados de liberdade, devendo ser suspensas somente quando a autoridade judiciária verificar motivos sérios e fundados da prejudicialidade das visitas aos interesses do socioeducando (BRASIL, 1990). Todavia, a participação das famílias não deve se restringir apenas aos dias de visita.

Nesse sentido, visando possibilitar uma maior proximidade da família com a escola, são realizados Plantões Pedagógicos no *Lar do Garoto*, os quais acontecem ao final dos bimestres e em dias de visita, ou seja, nos finais de semana, em que professores são designados para prestar atendimento aos familiares e responsáveis dos socioeducandos, esclarecendo dúvidas e mostrando o desempenho escolar de cada um. Assim, é por meio dos Plantões Pedagógicos que

os docentes podem ter um contato mais próximo com as famílias, já que durante os dias úteis da semana não é frequente a ida de familiares ou responsáveis à unidade.

De algumas falas dos professores entrevistados, foi possível observar que os familiares não se interessam tanto sobre o desempenho escolar dos adolescentes, havendo uma certa distância das famílias com o âmbito da ECIS, tal como se verifica nas escolas convencionais. Portanto, quando indagam a respeito, objetivam saber se eles estão estudando, tendo em vista, por vezes, confirmar a matrícula para conseguirem se cadastrar em programas sociais, como o Bolsa Família. De todo modo, as famílias dos socioeducandos consideram os estudos como algo positivo no contexto da medida socioeducativa, como relatou E8:

[...] elas ficam contentes porque muitas das vezes eles não ‘tão’ estudando fora né, e aqui quando a gente pergunta eles tão dois, três anos sem estudar, e quando chega aqui eles voltam a estudar, eles ficam surpresos porque é obrigação do Estado garantir né, a educação ‘pra’ eles, e aí de certa forma elas ficam contentes né, porque vê que o aluno não fica ocioso, ele fica com aquelas tarefas ‘pra’ fazer no dia a dia.

No mais das vezes, o estudo não é visto como um caminho possível para esses adolescentes. A ausência de políticas públicas efetivas, a carência financeira da família e o fator consumo contribuem para que eles busquem uma maneira mais rápida de conseguir suprir suas necessidades, considerando a prática de atos ilícitos como uma alternativa para tanto.

Contudo, a medida socioeducativa possui um caráter pedagógico, almejando modificar as condições que levaram o adolescente a praticar o ato infracional. Nesse contexto, a educação tem fundamental importância para que o adolescente consiga visualizar outras possibilidades para seu futuro e possa evoluir na sua formação e desenvolvimento, o que pode ser potencializado com o incentivo da sua família ou dos seus responsáveis.

Nas falas dos entrevistados, vimos ainda que as datas comemorativas do ano, como o Dia das Mães, também são uma oportunidade para os familiares ou responsáveis irem ao *Lar do Garoto* além dos dias das visitas regulares e dos Plantões Pedagógicos. Conforme apontou E5,

[...] às vezes tem umas festas tipo Dia da Família, Dia das Mães, festa de final de ano, aí a gente vem né [...] e aí a gente tem contato com os familiares, e pelo que a gente observa é bem... é bem... aquela coisa de... visita mesmo e que o sistema adota, né. Fica cada um com a sua mãe ou pai, não vem famílias, muita gente, vem pouca gente, às vezes quando vem muita gente reveza o tempo. Aí fica uma cadeira com um aluno com o acompanhante, fica lá conversando, e é isso.

Pudemos constatar que a unidade, de fato, permite a celebração de algumas datas. Em uma de nossas visitas ao *Lar do Garoto*, chegamos a participar de uma pequena festa de

aniversário, em que a avó e a mãe de um adolescente estavam presentes e realizaram a comemoração juntamente com os professores da escola.

Cabe destacar que no período de março de 2020 ao final de 2021 foram reduzidas as atividades que envolviam a presença de pessoas externas à instituição em razão da pandemia da Covid-19, o que levou a suspensão dos Plantões Pedagógicos e a limitação das visitas. Em 2022, após a vacinação, houve o retorno das visitas dos familiares e responsáveis a cada final de semana e a escola passou a realizar suas atividades de modo presencial, inclusive os Plantões Pedagógicos.

Não obstante a volta do cotidiano presencial, E2 declarou que a participação das famílias no *Lar do Garoto* é “muito pontual”, pois ocorrem mais nos momentos das visitas e, por isso, deveria existir mais envolvimento das famílias em algumas atividades. Dessa forma, por meio da presente categoria, observamos a necessidade de a unidade como um todo promover o fortalecimento dos vínculos entre a escola e os familiares ou os responsáveis pelos adolescentes, como, por exemplo, convidando-os a participar de rodas de conversa e encontros mensais, os quais devem ser planejados para acontecer em um horário oposto ao turno de trabalho.

Juntamente a isso, é importante o adolescente estar inserido em atividades socioeducativas diversas, que visem lhe proporcionar desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Tendo isso em conta, na seguinte categoria, objetivamos investigar acerca da oferta dessas atividades no âmbito do *Lar do Garoto*.

4.3 Atividades desenvolvidas no *Lar do Garoto*

Conforme mencionamos no terceiro capítulo, o ECA prevê que os adolescentes em cumprimento de medida de internação têm direito a realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, as quais devem ser propiciadas pela unidade socioeducativa (BRASIL, 1990). Assim, na presente categoria, buscamos verificar quais atividades vêm sendo desenvolvidas junto aos socioeducandos no *Lar do Garoto*.

Conforme a análise do material empírico, foi possível identificar que os adolescentes saem de seus quartos para frequentar as aulas, praticar esportes, participar de atividades lúdicas, cumprir alguma atividade técnica e/ou realizar cursos profissionalizantes. No tocante às aulas, estas ocorrem de segunda-feira à sexta-feira, a partir das 7:00 até às 11:30, aproximadamente, nas salas que constituem o espaço físico da escola no interior da unidade socioeducativa.

Durante os anos de 2020 e 2021, o surgimento da pandemia da Covid-19 modificou a rotina das aulas, que passaram a ser realizadas de maneira síncrona por meio de um computador,

reunindo um pequeno número de adolescentes em uma sala de aula para assisti-las à distância do professor. A partir de 2022, com a flexibilização das medidas de segurança sanitária, as atividades da escola voltaram a modalidade presencial e, como a pesquisa teve início em março de 2022, foi possível observar a volta da rotina convencional da ECIS do *Lar do Garoto*.

Em algumas de nossas visitas, vimos os adolescentes jogando futebol em um campo de areia que fica localizado ao lado do espaço destinado às salas de aula, sempre sob a supervisão de professores graduados em Educação Física. Verificamos nas falas dos entrevistados que o esporte é muito bem aderido pelos socioeducandos, sendo considerado um momento de lazer e, portanto, os educadores têm investido na realização de gincanas e competições, como foi destacado por E7: “a grande maioria gosta muito de esporte, então faz sucesso. Os próprios professores de educação física de vez em quando fazem gincana, competições entre eles, de vôlei, de outras coisas⁴³”.

Além da prática de esportes, a escola também realiza atividades lúdicas com os adolescentes, como constatamos na fala de E3, ao mencionar sobre os professores de Educação Física trazerem jogos de tabuleiro para a sala de aula: “a parte de educação também, de educação física, envolve jogos né, dama, xadrez, ludo, jogos de estratégia, jogos de memória, dominó [...]”.

Ainda no âmbito das atividades lúdicas, em conjunto com a direção da unidade, o corpo docente da ECIS do *Lar do Garoto* criou uma sala que contém livros didáticos e de variados temas disponíveis para leitura, bem como um espaço chamado “cineteca”, que possui uma televisão para transmitir filmes e documentários, atividade que os socioeducandos demonstraram se interessar. Inclusive, observamos que na disciplina eletiva de Direitos Humanos o conteúdo audiovisual foi utilizado para os adolescentes conhecerem mais a respeito da cultura africana.

A partir de iniciativas como essa, percebemos a preocupação dos próprios professores em proporcionar ambientes e atividades que favoreçam a aprendizagem dos adolescentes, principalmente no incentivo à leitura, a qual é fundamental no desenvolvimento global do indivíduo, na sua inserção na sociedade e na formação do pensamento crítico.

Na perspectiva cultural, verificamos que a escola organiza apresentações culturais, conforme destacou E5: “[...] às vezes a gente consegue trazer algumas [...] apresentações,

⁴³ Cabe mencionar que as competições podem ser um atrativo pedagógico nas práticas esportivas com os adolescentes, mas, por outro lado, em razão de eles viverem num ambiente social de constante disputa, as competições podem ter um efeito adverso. Portanto, se faz importante o desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas que sejam capazes de estimular a solidariedade.

inclusive a gente tem uma parceria com o Maraca Grande, que é um grupo de maracatu de Campina [...] de percussão em maracatu... e um grupo de estudos de cavalo marinho, que é de cultura popular também [...]

Atividades como a relatada por E5 são importantes para a formação dos adolescentes, que muitas vezes não possuem a oportunidade de ter contato com outras culturas no contexto onde vivem. Essa interação com diferentes culturas, seja por meio de documentários ou de apresentações culturais, possibilitam os socioeducandos ampliarem sua visão de mundo, compreendendo a diversidade de costumes, tradições e modos de vida existentes na sociedade, o que favorece a construção de conhecimento e de valores.

Já no âmbito da profissionalização, verificamos que o *Lar do Garoto* dispõe de um espaço para os socioeducandos praticarem atividades de artesanato independente e tecelagem. Além disso, a unidade oferece cursos profissionalizantes em informática, energia solar, eletricidade, entre outros, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com uma empresa de *telemarketing* da cidade de Campina Grande, sendo alguns deles remunerados.

Ao mencionar acerca da formação profissional, E4 relatou que os socioeducandos apresentam interesse em participar dos cursos, chegando até mesmo a renunciar a sua liberação da unidade socioeducativa por um determinado período para ter uma fonte de renda:

Você sabe que tem um curso que é remunerado? Tem um curso remunerado aqui que os meninos saem daqui com 3 mil reais, passa um ano [...] ‘Pra’ você ver como eles querem a oportunidade, já teve adolescente que ‘tava’ ‘pra’ sair faltava seis meses, então o diretor chegou lá e disse ‘ó, tem um curso que é remunerado, só que vai ter que passar um ano’, ele disse ‘eu fico’, ou seja, ele preferiu passar mais seis meses aqui e fazer o curso.

A fala em questão demonstra a forte desigualdade existente no país, deixando evidente a falta de oportunidades para muitas pessoas pertencentes às classes populares, tanto a ponto de o adolescente renunciar sua liberdade a fim de garantir uma remuneração. Inclusive, também existem casos em que o jovem necessita voltar a atividade do tráfico de drogas por não ter outra alternativa para seu sustento.

Segundo o ECA, a escolarização e a profissionalização também são direitos dos adolescentes privados de liberdade, as quais são essenciais para promover a ressocialização, principal finalidade da medida socioeducativa no panorama da Doutrina da Proteção Integral (BRASIL, 1990). Em consonância com esse entendimento, E4 ressaltou a importância de serem oferecidas tais atividades para os socioeducandos no *Lar do Garoto*:

Dentro do *Lar* tem muita coisa. É como eu ‘tô’ dizendo, lembra quando eu disse a você que o pessoal só olha o que é ruim? Se no *Lar do Garoto* aqui tiver uma rebelião, o pessoal vai sair na manchete e tudo, mas ninguém, poucas pessoas, eu nunca vi nem a imprensa chegar aqui e mostrar esse curso que é remunerado que tem aqui [...] É importante demais, sem essas atividades aqui eu acho que o *Lar do Garoto* seria um presídio [...] Claro, tem uns que não vão seguir, tudo bem, mas de qualquer forma ajuda ele no comportamento aqui, muito, né, porque isso é uma forma de ele se distrair.

Além das atividades esportivas, lúdicas, culturais e profissionalizantes, os socioeducandos possuem ocupações que envolvem o acompanhamento por parte de profissionais da unidade, realizado para que os objetivos da medida socioeducativa sejam alcançados e, com isso, verificar se o adolescente pode ter extinta a medida de internação ou se melhor afigura esta ser progredida para uma medida mais branda.

Assim, o *Lar do Garoto* possui uma equipe multiprofissional constituída por assistentes sociais, psicólogas, advogados, pedagogas e profissionais da área da saúde que tem constante contato com os socioeducandos para prestar o atendimento socioeducativo e elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA), um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente e sua família no decorrer do cumprimento da medida (BRASIL, 2012).

Diante das falas dos entrevistados, foi possível perceber que o *Lar do Garoto* passou por mudanças no tocante ao oferecimento de atividades para os socioeducandos, pois, antes da implementação da ECIS, não havia o acompanhamento de professores de Educação Física nas práticas esportivas e muito menos ocorriam as demais atividades mencionadas pelos professores em suas entrevistas. Dito isso, através desta categoria, observamos que os referidos direitos previstos na legislação do ECA vêm sendo cumpridos por parte da instituição.

Em conjunto com as atividades socioeducativas, a temática das drogas é abordada pela direção da unidade e pelos professores da ECIS do *Lar do Garoto*, haja vista a necessidade observada pela equipe em discutir o assunto com os socioeducandos devido ao histórico apresentado pela maioria deles no que diz respeito ao uso de drogas. Assim, a seguinte categoria tem a finalidade de investigar a relação dos adolescentes do *Lar do Garoto* com as drogas segundo as perspectivas dos docentes entrevistados.

4.4 Relação dos adolescentes do *Lar do Garoto* com as drogas

Com o propósito de atingir os objetivos e verificar a hipótese da pesquisa, questionamos os entrevistados no tocante à relação dos socioeducandos com as drogas. A partir da análise do material empírico, segundo os professores entrevistados, a maioria dos

adolescentes já usava drogas (lícitas e ilícitas) antes de iniciarem o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Além disso, E6 chegou a mencionar que alguns socioeducandos já relataram que as drogas foram a “porta de entrada” para a “vida do crime” e que as utilizam no momento de praticar o ato infracional.

Constatamos, por meio de relatos dos professores, que os socioeducandos têm conhecimento acerca das drogas – muitas vezes até os surpreendendo –, principalmente por elas serem muito presentes no contexto social e familiar em que estão inseridos. De forma unânime, os docentes afirmaram já terem presenciado os adolescentes comentarem sobre drogas, tanto em sala de aula, como em momentos de conversa e lazer, quando contam quais drogas mais consomem, os efeitos que ocasionam, onde podem ser encontradas, e questionam também se eles já usaram ou se têm vontade de experimentá-las.

Para os adolescentes do *Lar do Garoto*, as drogas representam algo “natural”, “comum” e “normal”, com exceção do crack (derivado da cocaína), que é visto como a última opção para ser utilizada dentre as drogas ilícitas, em razão da sua capacidade destruidora. Segundo os professores, o cigarro comum e a bebida alcoólica são as drogas lícitas que os adolescentes geralmente utilizam.

Em relação às drogas ilícitas, foram citadas “pó” (cocaína), “lança perfume” e “loló” (solvente inalante), porém a maconha se apresenta como a mais consumida. Conforme destacou E5, “fumar maconha ‘pra’ eles é a mesma coisa que ‘tá’ bebendo um copo d’água, é tão natural quanto”. Inclusive, tal informação coincide com o panorama nacional, que aponta ser a maconha a droga ilícita mais usada entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil (ANDRADE *et al*, 2018).

As falas dos entrevistados expõem que os socioeducandos se referem às drogas, especialmente a maconha, no sentido de “saudades”, muito em razão de estarem em um contexto de privação de liberdade, sem qualquer contato com substâncias psicoativas. É o que se depreende, por exemplo, da narrativa de E6, ao contar que os estudantes desenham a folha da maconha nos cadernos e nas mesas da escola: “Eles desenham no caderno. Se você pegar o caderno você vai ver... Desenham na mesa [...] Então assim, eu acho que... a falta né, que eles sentem, o desejo de usar, eles ficam... desenhando”. Por conseguinte, E7 também afirmou que “a maioria tem algum envolvimento com maconha” e, por sentirem falta de usá-la, “simulam às vezes na sala com um papel ou alguma coisa assim que é um cigarro”.

Identificamos a palavra “abstinência” como de frequente repetição nas falas dos entrevistados, a qual está associada a essa falta que os adolescentes sentem em relação às drogas ao ingressarem na unidade socioeducativa. Juntamente a isso, os professores declararam já

terem presenciado socioeducandos com sintomas decorrentes da abstinência, como relatou E4: “a abstinência é grande, de um menino que vem aí usando maconha todo dia, e muitas vezes até duas ou três vezes por dia. Aí quando chega aqui... teve menino aqui que teve abstinência, ‘tava’ tendo convulsões aí, entendeu”.

Do mesmo modo, E8 comentou a respeito dos sintomas desencadeados pela abstinência às drogas que os adolescentes já apresentaram no *Lar do Garoto*:

[...] tinham uns que até entravam em abstinência, que tinham que ser atendidos por um médico, às vezes tinha que levar ‘pra’ atendimento, porque sentiam muito essa falta e chegavam a ter abstinência. A gente de vez em quando via, eles mudavam de humor, ficavam estressados e a gente percebia, falava com a assistente social ou a psicóloga dele, e aí eles eram atendidos [...].

Por sua vez, E5 relatou que chegou a presenciar um adolescente tendo uma “crise de abstinência” no *Lar do Garoto*:

[...] Acho que foi uma das cenas mais chocantes que, que eu vi aqui dentro, porque eu nunca tinha visto uma pessoa tendo abstinência de, de... do jeito que eu vi [...] teve que vários agentes segurar o menino... babando né... como se ‘tivesse’ vomitando, se debatendo. Na época ‘tava’ o advogado aqui, o advogado colocando ele no colo ‘pra’ tentar controlar. E era um menino bem novinho, sabe? Um ‘pirralhinho’. Foi muito chocante [...].

Segundo Reis e Loureiro (2015), o quadro de abstinência diz respeito a uma síndrome específica que o indivíduo desenvolve devido à cessação ou redução do uso pesado e prolongado da droga, resultando em sintomas físicos e neurológicos, como tremores, náuseas, vômitos, irritabilidade e convulsões. Diante da referida definição, em razão de os socioeducandos apresentarem um histórico de consumo de drogas, os relatos dos professores correspondem à sintomas ocasionados pela abstinência às drogas, provavelmente em razão de o uso ter sido interrompido abruptamente a partir da entrada do adolescente na unidade.

A partir das falas dos entrevistados, ainda foi possível perceber que as drogas estão presentes nos espaços ocupados por esses adolescentes, além de muitos deles terem a venda de substâncias ilícitas como um negócio, até mesmo inserido na família. Conforme destacou E3,

[...] no contexto deles às vezes pai, mãe e irmão, tudo é usuário. Tem meninos aqui que ‘tão’ preso porque tem, como popularmente chamado, uma boca de fumo. [...] “Ah, eu tenho um mercadinho”, “Ah, eu tenho uma boca de fumo”. É um meio de vida né, de você conseguir dinheiro [...].

Dessa forma, a influência da família e da comunidade de convivência, como o uso e o comércio de drogas por parte dos pais e de pessoas próximas, consistem em facilitadores do

consumo de drogas pelos adolescentes, uma vez que o excesso de oferta naturaliza o acesso (SCHENKER; MINAYO, 2005). Nesse sentido, também afirmou E3:

[...] “Mas professora, a gente acha tão fácil!”, certo, é fácil, mas é proibido. “Mas professora, a gente pode comprar bebida alcoólica a qualquer momento, em qualquer lugar”, certo, mas é proibido, você é menor de idade. Então eles não têm essa noção, assim, de, porque é fácil, ‘pra’ eles é, é... lícito. E por ser natural também, por ser comum, eles podem utilizar. E por eles não conhecerem ninguém que tenha morrido, ou que todo mundo use, inclusive os pais, então ‘pra’ eles é... é saudável, pode... então, assim... há todo um contexto social [...].

Para mais, observamos que a sensação de pertencimento a um grupo pode ser uma questão inserida no consumo de drogas entre os adolescentes, como podemos inferir da seguinte fala de E3: “quando eles ‘tão’ na rua, eles consomem no meio da rua, é um fator social, porque todo mundo faz, eles ‘tão’ enturmados fazendo também”.

Nesse aspecto, E4 comentou acerca da necessidade que os adolescentes possuem em compartilhar nas redes sociais o momento que estão usando drogas, relacionando isso à ideia de “ostentação”, ou seja, a exibição realizada com a finalidade de demonstrar valor pessoal e diferenciação em determinado grupo social (RABUSKY, 2017): “eles fazem questão de no *Instagram*, no *Facebook*, no *status*, ‘tá’ postando cigarro, um baseado, eles fazem questão disso, porque eles acham isso bonito”.

De acordo com Becker (2019), quando pessoas que se envolvem em condutas consideradas desviantes para os membros mais convencionais da sociedade têm a oportunidade de interagir entre si, elas aprendem a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante, o que revela o caráter social, por exemplo, do uso de drogas. Segundo o referido autor,

Membros de grupos desviantes organizados tem, claro, algo em comum: o desvio. Eles dá um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco. A partir desse sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele – e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante (BECKER, 2019, p. 49-50).

Com isso, a droga é “um fenômeno social envolto em um contexto sociocultural”, bem como uma facilitadora de vínculos, capaz de promover a formação de uma imagem e identidade, que gera nos adolescentes o desejo de utilizá-las ou experimentá-las para se sentirem entre pares (ANDRADE *et al*, 2018, p. 438). Em particular na adolescência, a inserção em um grupo e a busca pela afirmação perante os pares pode ser determinante para que o uso de drogas seja

iniciado e continuado. Inclusive, para os adolescentes que carecem de relacionamentos familiares positivos, esses grupos podem se tornar uma família substituta.

Além disso, identificamos na fala de E1 que o efeito de bem-estar gerado pelas substâncias psicoativas, como “a sensação de tranquilidade”, também pode ser um dos fatores que levam os adolescentes a usarem drogas. De maneira similar, E4 comentou acerca dessa questão: “Tem muitos que usa droga ‘pra’ isso, é aquela coisa, eu vou beber ‘pra’ esquecer os meus problemas, então tem uns que fumam ‘pra’ esquecer os problemas, porque ele vive como ele vive, em outra *vibe*, em outro mundo, entendeu como é que é?”.

Vemos nas referidas falas que o uso de drogas também pode estar relacionado com a busca pela sensação de prazer imediato ou satisfação, que envolve desde a curiosidade até a fuga dos problemas e a tentativa de minimizar sofrimentos. A partir disso, se faz relevante investigar as especificidades do adolescente que recorre ao uso de drogas, principalmente a respeito das disfunções que o levam às substâncias, como, por exemplo, relações familiares conflituosas, fracassos nas tentativas de ascensão social e mau desempenho escolar.

Por meio desta categoria foi possível identificar que os adolescentes do *Lar do Garoto* possuem uma relação estreita com as drogas. Isto posto, consideramos que a temática merece a devida atenção no referido espaço, especialmente no contexto escolar. Assim, na seguinte categoria, discutiremos os resultados da análise que tratam sobre as abordagens das drogas desenvolvidas com os socioeducandos na instituição.

4.5 Abordagens das drogas no *Lar do Garoto*

A partir dessa categoria, buscamos analisar como a temática das drogas tem sido abordada junto aos socioeducandos no *Lar do Garoto*. Através da análise do material empírico, identificamos modalidades de abordagem utilizadas pelos docentes para tratar acerca das drogas com os adolescentes, bem como aspectos relacionados às dificuldades enfrentadas por eles ao trabalhar com o assunto e suas percepções sobre o papel da educação diante da questão das drogas.

O *Lar do Garoto* promove atividades a respeito das drogas na semana do dia 20 de fevereiro, data em que foi instituído no Brasil o Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo. Nessa semana, a unidade socioeducativa oferece palestras para os adolescentes, as quais priorizam abordar questões relacionadas às consequências que as drogas causam à saúde. Todavia, devido à maneira de os palestrantes tratarem o assunto, E3 afirmou que as palestras não têm o engajamento esperado:

[...] já veio palestrante aqui falar muito bonito e eles ficaram olhando ‘pro’ tempo, dizendo “oxe professora, que horas vai terminar isso?”, sabe? Já veio especialistas, médicos, falar aqui. Teve, né, todo um processo, botar os meninos ali no auditório, a pessoa vir com o microfone, com *data show*, e os ‘muleque tudin’ “ô professora, vai terminar não? Pode ir ‘pro’ quarto não?”, sabe? Porque veio com muita informação científica, muito dado... É difícil de ficar vendo gráfico. “Ah, no Brasil 90% já consumiu, outros 30% querem consumir e a faixa etária...”. Eles não querem saber disso não.

As palestras ofertadas no *Lar do Garoto* não tomam a atenção dos socioeducandos por deixarem de abordar a temática a partir do contexto social no qual eles estão inseridos, utilizando ainda informações de cunho científico, sem a devida mediação pedagógica, o que dificulta a compreensão. Ademais, as palestras geralmente apresentam uma perspectiva ligada às políticas de prevenção baseadas no proibicionismo, como também não possuem uma metodologia que propicie a participação do público, o que não contribui para a formação dos adolescentes e seu desenvolvimento crítico.

De acordo com E5, as abordagens promovidas pela direção da unidade são “nesse contexto que é tradicionalmente utilizado na mídia, nas escolas, nas campanhas publicitárias, nas campanhas de governo”, em que, como vemos, se prioriza o discurso proibicionista, trazendo os danos que as drogas causam à saúde e à família, bem como “as tragédias que provocam na vida das pessoas”. Inclusive, tal prática se deve, como disse E5, à reprodução da própria sociedade e das instituições em tratar do tema sob o viés repressivo das políticas de ‘guerra às drogas’.

Além das palestras, pessoas que passaram pelo uso problemático de drogas são convidadas para irem ao *Lar do Garoto* contar sua experiência de vida. Em comparação com as palestras, esse tipo de atividade parece ter mais adesão pelos adolescentes, como afirmou E8:

Eles acharam bem interessante, porque eles pensam que vai entrar no mundo das drogas e nunca mais vai sair né. Então eles têm que ver que uma pessoa entrou no mundo das drogas, mas conseguiu sair. Então quando eles veem uma pessoa assim de perto, perto da realidade deles, eles ficam bem chocados né, bem dizer. ‘Oxente’, ele conseguiu sair, é uma pessoa que hoje tem uma estrutura boa, e vir uma pessoa ‘pra’ cá falar isso ‘pra’ eles é bem interessante né, porque é uma pessoa que já passou, já reconstituiu a sua vida.

Atividades com essa abordagem de trazer pessoas que já tiveram uma relação de dependência com as drogas para contar sua história podem ser bem recepcionadas pelos adolescentes provavelmente por existir uma identificação com o relato de vida que é mostrado, em particular quando o contexto de origem de quem fala é semelhante ao deles.

No entanto, as histórias de vida podem ser impactantes para os adolescentes naquele momento, mas não são capazes de modificar a percepção deles a respeito das drogas, já que “oculta-se o prazer, excitação, sensações agradáveis e de relaxamento que podem ser proporcionados pelo consumo dessas substâncias, principalmente quando feito de forma recreativa” (SILVA, 2020, p. 113). Logo, nesse tipo de abordagem, os danos e as consequências do consumo e a responsabilização individual acabam sendo os pontos centrais e, com isso, são deixados de lado fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que fazem parte da questão e devem ser discutidos (SILVA, 2020).

Por conseguinte, a própria ECIS do *Lar do Garoto*, assim como a direção da unidade, também realiza suas atividades na referida semana de “combate às drogas”. Sob uma perspectiva interdisciplinar, cada professor planeja aulas e dinâmicas direcionadas ao tema dentro de sua área do conhecimento. A partir das entrevistas, foi possível perceber que E5 e E7 sentem mais segurança em abordar as questões sociais e políticas envolvidas no fenômeno das drogas, muito em razão dos conteúdos que já costumam trabalhar em suas aulas:

E5: [...] eu também trabalho pensando muito a questão social das drogas, de como ela é utilizada socialmente, seja para excluir, seja para criminalizar, seja para encarcerar... As questões mais orgânicas né, eu não tenho nem competência ‘pra’ falar de quais são as reações biológicas que desenvolvem, eu conheço... eu conheço o que o senso comum conhece, então eu me apego mais a questão político-social.

E7: Mas, por exemplo, quando a gente fala sobre desigualdade, eu já dei aula sobre desigualdade esse ano, então sempre vem aquela coisa do uso das drogas, ela ‘tá’ muito nessa questão social, né. [...] ‘Pra’ mim, como eu dou aula de geografia, de Projeto de Vida e de sociologia, ‘pra’ geografia e sociologia estaria muito atrelado a essa coisa do social, né, das desigualdades, do porquê as pessoas acabam se voltando às drogas e tal, e em Projeto de Vida dá ‘pra’ trabalhar a questão de se cuidar né, de fazer escolhas que sejam boas ‘pra’ você, ‘pra’ que você garanta um futuro melhor, esse tipo de coisa.

Como afirmou E7, a disciplina Projeto de Vida possui especificidades que permitem o docente abordar a temática das drogas com os socioeducandos. E2, que também já foi lecionou esse componente, relatou ter trabalhado nele o assunto das drogas, mostrando as definições básicas das substâncias, aprofundando acerca dos seus componentes e em relação ao que elas podem acarretar para a vida deles, seguindo o “sentido de conscientização”.

Por sua vez, E3 afirmou que, quando entra no tema das drogas em sua disciplina, inicia a abordagem com a definição de droga e a distinção entre as drogas lícitas e ilícitas, para, posteriormente, discutir sobre outras temáticas relacionadas:

Primeiro, o que é droga. A gente trabalha o que é droga? Droga é tudo aquilo que pode mudar um estado seu físico ou mental. “Certo, professora, e droga de farmácia?”, muda o estado físico, você ‘tá’ com dor e toma um analgésico, não passou a dor? Não

mudou? Então isso também é droga. Mas a diferença é só na questão de lei, a droga pode ser lícita ou ilícita [...] Então a gente incute também na cabeça deles que existe essa diferenciação. Não é só porque ‘tá’ na farmácia que pode, não é só porque ‘tá’ vendendo no boteco da esquina que pode, entendeu?

Nesse aspecto referente à proibição das drogas, E3 busca enfatizar que até mesmo o cigarro e as bebidas alcoólicas, que são facilmente encontradas, não são permitidas por lei aos menores de 18 anos, caso em que os socioeducandos se afiguram: “É... cigarro e, e... bebida alcoólica, pode? “Pode!”. Pode não! Por lei tem dizendo que se você não tiver ‘dezoitinho’ você não pode. Nem consumir, nem portar, nem usar, nem vender, nem trocar, mesma coisa das drogas ilícitas”.

Dentre os assuntos que E3 mencionou contemplar em suas abordagens, também há a questão dos efeitos colaterais provocados pelo uso de drogas, incluindo a dependência que pode ser desenvolvida e os sintomas da abstinência, bem como os tipos de efeito que as substâncias causam no organismo e as diferentes maneiras de consumi-las. Em seguida, tais aspectos são discutidos no âmbito de cada droga em específico:

A gente trabalha o que é droga, lícita e ilícita, e os efeitos. Efeito depressor do sistema nervoso central, quais são, excitadores do sistema nervoso central, quais são. Aí os tipos de consumo, é... inalantes, injetáveis, as “cheiráveis”, que eu digo aos meninos, as “cheiráveis”, né, que são drogas que fazem através da mucosa nasal. Então a gente também fala os tipos de, de como você pode usar. E aí até chegar em cada uma delas. Ah, hoje a gente vai trabalhar maconha, o que é a maconha, o que ela causa, quais são os efeitos colaterais, é... durante o consumo, porquê você sente isso [...] O que é que vai ocasionar, se você quiser parar? Olhe, você vai sentir isso, isso e isso, que são os efeitos da abstinência. Vai começar a sentir suor, vai começar a sentir irritabilidade, dor de cabeça, ânsia de vômito, tontura.

Não obstante ser um tema mais abordado por E5 e E7, E3 citou que também discute com os adolescentes a respeito do contexto social que envolve os fenômenos de uso, abuso e dependência às drogas:

A gente tenta também falar do contexto social. Menino que começa vendendo drogas, depois é levado ao consumo, depois não consegue pagar o próprio consumo, entra no crime e muitos ‘tão’ presos por porte ilegal de armas, por roubo qualificado, roubo majorado, latrocínio, porque começaram a consumir drogas. Então isso é um fator social. E a gente tenta incutir na cabeça deles, que droga não é só lazer.

Percebemos na fala de E3 que a ideia de incutir uma determinada concepção nos socioeducandos contradiz o discurso da Educação Popular na medida em que remete a uma noção de hierarquia entre professor e aluno, em que o primeiro é considerado o detentor de todo o saber e o segundo é um simples depositário desse conhecimento, recordando a concepção bancária de educação de Paulo Freire.

Além disso, a narrativa diz respeito ao debate em torno do que Brayner (2009) já discutiu sobre conscientização, isto é, que o diálogo corre o risco de ser “conduzido”, visto que é necessário um agente externo para examinar nossa própria consciência, pois tem-se a ideia que nos faltam instrumentos para tanto e que, para os indivíduos serem colocados na posição de “sujeitos conscientizados”, existe uma dependência daqueles que definem, preliminarmente, a tal consciência.

Assim como E3, E8 comentou que os efeitos colaterais causados pelas drogas é um dos tópicos tratados quando resolve abordar a temática, além das consequências danosas que o consumo provoca na vida das pessoas:

[...] no mundo deles é como se existisse só coisa boa né, ele não vê aquilo como uma coisa que vai gerar problemas de saúde, vai gerar aquele vício, afastamento do âmbito familiar, eles veem como se fosse coisa boa. Eu percebo isso. Mas aí quando a gente chega e fala “ó, vai acarretar doenças...”, a gente mostra o que vai acontecer e eles ficam até surpresos, porque eles não conseguiam enxergar aquilo. Para eles era só um momento de brincadeira, uma ilusão né, na hora. Eles não conseguem enxergar que vem outras coisas futuras [...]

Percebemos, portanto, uma característica proveniente das políticas proibicionistas nas abordagens de E3 e E8, ao focar conteúdos que destacam, sobretudo, as consequências negativas do consumo de drogas e associam as substâncias com a prática de crimes. Dessa maneira, são desconsiderados outros fatores importantes de serem pontuados acerca do tema, como, por exemplo, as especificidades dos indivíduos que experimentam ou usam drogas, os danos decorrentes dos mercados de drogas ilegais e não regulados e a construção sócio-histórica em torno das políticas de drogas.

Seguindo com a análise do material empírico, observamos que o corpo docente do *Lar do Garoto* busca a interdisciplinaridade ao planejar as atividades sobre o tema das drogas de forma conjunta, as quais incluem também a ludicidade, conforme inferimos das seguintes falas:

E2: [...] a gente trabalha em eletivas, trabalha na disciplina de biologia, enfim, trabalha de forma interdisciplinar, trabalha em Projeto de Vida.

E6: E aí eu conversei com os professores de educação física e vão baixar agora e vão passar o filme mesmo de Diego Maradona, o que eu falei a você. ‘Pra’ a gente fazer essa atividade meio que interdisciplinar, né. E aí eu pensei nessa estratégia né, como porta de entrada, vou começar com a música que eles gostam, e aí a professora de biologia trouxe a questão do documentário que fala, e depois ela deu aulas né, de efeitos das drogas no corpo humano, e assim a gente vai fazendo [...]

E8: [...] é uma atividade interdisciplinar e que todo ano vai ter, todo ano a gente vai abordar sobre o tema [...] Teve até um joguinho que a gente fez de tabuleiro, também falando sobre as drogas. Era tipo assim, se você fumou maconha, volte duas casas, aí tinha uma consequência, porque às vezes aprende na brincadeira né, então a gente sempre ficava pesquisando sobre. Foi um momento bem interessante.

Tanto E4 como E6 citaram artistas que costumam trazer nas suas aulas, como os grupos Neurônios SubConsciente – NSC, Tribo da Periferia, Racionais e o cantor *Black Alien*, todos inseridos no *rap* brasileiro, considerando o gosto musical dos adolescentes. Para E4, é importante o docente ter atenção à realidade dos socioeducandos, a fim de tornar o conteúdo mais atrativo, principalmente porque a maioria deles não frequentava a escola antes de iniciar o cumprimento da medida ou não a frequentava regularmente pela falta de interesse nos estudos. Assim, E4 afirmou:

Eles sempre querem assistir minha aula por causa disso, porque eu coloco coisa que são do contexto deles. Agora claro, desmistificando, ‘pra’ eles entenderem, saber que dentro da música não é apologia à droga, nem de droga fala, né. Incentivar, fazer com que eles saiam da vida do crime, mostrar que eles são capazes, ou seja, são letras de superação né, que falam sobre superação.

É possível identificar nas narrativas dos professores que eles buscam abordar o assunto das drogas por meio de uma linguagem comum, dentro do universo vocabular dos socioeducandos, inclusive utilizando suas formas de expressão. A propósito, E3 apresentou uma narrativa nesse sentido, ao mencionar que usa gírias para se comunicar melhor com os adolescentes e promover mais engajamento na sala de aula:

Então a gente tem que chegar na linguagem deles [...] Uma linguagem bem coloquial, bem... assim, possível, a ideia de falar de gírias também é muito importante no contexto. Dizer “e aí, como é na sua quebrada?”, “fala aí na sua boca”, entendeu? [...] Do jeito que eles entendem, entendeu? Então, “fala aí como é lá nas suas quebrada aí questão de droga” “Oxe professora, é na real, todo mundo usa”. Entendeu? Então a gente vai entrar, a gente vai fazer uma imersão no contexto social deles [...] Eu vou dizer ‘ó, aqui é papo reto, ‘tá’? Vou entrar no pote de vocês’. Entendeu? ‘Bote isso no pote, guarde no pote’”.

Percebemos que os socioeducandos possuem uma abertura ao diálogo com os professores, inclusive em relação às drogas, ocasião em que é possível uma maior interação a respeito do conhecimento sobre o tema, com uma significativa reciprocidade. E1, por exemplo, chegou a afirmar que aprendeu muito no período em que ministrou uma disciplina eletiva com a temática na ECIS do *Lar do Garoto*, principalmente porque os próprios adolescentes traziam informações que ela desconhecia: “já dei uma disciplina eletiva de drogas [...] Foi muito positivo. Primeiro porque eu aprendi muito com eles, muita coisa que eu não sabia que existia que eles mesmos falavam”.

Assim como afirmou E1, E3 e E8 relataram que a escola já ofertou uma disciplina eletiva específica sobre drogas, a qual se deu no ano de 2017:

E3: Eu tive já duas eletivas que abordavam o assunto [...]

E8: A gente criou uma eletiva ‘pra’ falar sobre as drogas né, porque na Escola Cidadã tem a parte que é diversificada e a gente pode montar uma disciplina e aí a gente já criou uma eletiva falando sobre as drogas [...] E aí a gente tem essa abertura de montar eletivas ‘pra’ falar com eles, além de poder encaixar nas aulas, porque aí a gente tem um guia de aprendizagem que a gente pode colocar assuntos fora da BNCC, então é bem interessante falar sobre esse assunto [...] A gente fez em 2017, só que na disciplina a gente sempre pode colocar o assunto e todo ano a gente trabalha quando tem a semana de combate às drogas [...] A gente, eu e a professora (*disse o nome*), observou que a gente poderia fazer uma eletiva ‘pra’ falar mais sobre né [...]

Segundo as diretrizes operacionais do governo do estado da Paraíba para as Escolas Cidadãs Integrais, as eletivas devem apresentar interdisciplinaridade e integrar, pelo menos, dois professores e, no mínimo, duas disciplinas de áreas diferentes, tendo duração de um semestre. Ademais, devem ter como objetivo trabalhar temas, conteúdos e áreas que não foram alcançados nas disciplinas obrigatórias da base comum e técnica, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências (PARAÍBA, 2021).

Nesse sentido, E1, E3 e E8 comentaram sobre o que foi realizado durante a disciplina eletiva sobre drogas:

E1: [...] a gente ‘tá’ tentando sempre tocar na tecla de que... drogas ilícitas né... [...] o conhecimento deles científico dessas, das drogas que a gente apresentava ‘pra’ eles, eles não sabiam, já era mais popular né [...] eu falei muito das drogas que, é... caseira [...]

E3: [...] tivemos exposição de cartazes feitos por eles mesmos, e durante a eletiva a gente passou diversos documentários, de usuários, ex usuários, ‘pra’ a gente inserir nele a ideia de que droga não é comum [...]

E8: [...] foi bem proveitosa, porque além das aulas que a gente dava, da BNCC, a gente tinha esse momento ‘pra’ fazer reuniões com eles, como debates, palestras, e aí foi bem interessante [...] (*trouxe*) materiais, debates, a gente trouxe vídeos também, mostrando os efeitos [...] tinham aulas que eram vídeos, outras aulas eram rodas de conversas, outra aula era confecção de cartazes. Então tudo envolvendo a temática, a gente tudo trabalhava referente ao tema das drogas [...]

No decorrer da eletiva, um dos pontos mais enfatizados por E3 na sua abordagem foi expor que o uso de drogas acarreta a dependência, a qual resulta em abstinência caso o indivíduo pare de consumi-las. Além disso, por meio de analogias, E3 chegou a comentar com os adolescentes acerca das dificuldades que uma pessoa com dependência em drogas enfrenta para conseguir interromper o uso:

Sair é a mesma coisa que um parto, eu digo a eles. Fazer um menino, ó, ligeiro. Agora botar o menino ‘pra’ fora é outros quinhentos. Aí eu digo “levanta a mão aqui quem queria ter um parto”. “Deus me livre, professora!”. Pois é. A droga é igual, você começa no lazer e na diversão, agora ‘pra’ sair, muita gente precisa ir ‘pro’ hospital, e não é só hospital não viu. Tem tratamento da sua cabecinha também, tem o tratamento psicológico, ‘pra’ você não voltar, e pergunta se os que saem logo de boa

já fica bom? Tem a questão das recaídas, você se torna doente ‘pra’ vida toda, é uma doença.

Para mais, como disse E8, a disciplina ainda contou com rodas de conversa, confecções de cartazes e apresentações de vídeos com histórias de pessoas que iniciaram o uso de drogas e tiveram consequências danosas. A propósito, um dos vídeos utilizados foi lembrado por E8 na seguinte fala:

[...] a gente mostrou que um professor, acho que em São Paulo, na cracolândia, ele era professor bem sucedido e aí ele entrou no mundo das drogas e a gente trouxe esse vídeo, foi bem impactante ‘pra’ eles, porque eles viram que esse professor já tinha sua estrutura, já tinha seu ambiente familiar, seu trabalho, e a gente mostrou que quando ele entrou no mundo das drogas ele perdeu tudo, perdeu a família, perdeu tudo que ele tinha e ele foi morar nas ruas e aí eles viram que mexe com tudo né.

A partir dos relatos, é possível perceber que, para abordar os conteúdos na disciplina eletiva, foi utilizada uma perspectiva próxima ao difundido pela política de ‘guerra às drogas’, em que se enfatiza a dimensão negativa das substâncias, como ao se discutir somente acerca dos malefícios elas que provocam e ao associar o uso de drogas com a prática de crimes, principalmente ao se falar das drogas ilícitas.

Tanto E1 como E8 afirmaram que o assunto das drogas não foi abordado em seus respectivos cursos de graduação, enquanto E3 disse tê-lo estudado, mas de forma superficial, apenas em relação aos efeitos ocasionados pelas substâncias no organismo. Por isso, antes de darem início a disciplina eletiva, E1, E3 e E8 tiveram que pesquisar para se aprofundarem no conteúdo, como também estudar o que poderia ser trazido para o contexto do *Lar do Garoto*, conforme destacou E3:

[...] eu não vou falar aqui sobre metanfetamina, não vou falar sobre heroína, porque são drogas de difícil acesso aqui e com um custo muito alto. Eles pegam drogas baratas [...] A gente teve que fazer um estudo, um levantamento de quais drogas eles utilizavam. Então isso foi preciso eu estudar, me aprofundar em cada droga, foi preciso eu fazer pesquisas do conteúdo que eu poderia passar que ‘pra’ eles [...]

Portanto, para E3, a melhor maneira de abordar as drogas com os adolescentes é utilizando uma linguagem mais simples e direta: “literalmente é chegar e falar. Como eles dizem, “na real, papo reto”. Por quê? Porque os meninos aqui, por ter déficit de... dificuldade de assimilar informações, enfim, a gente não pode chegar todo cheio de ‘pompa’. Então a gente tem que chegar na linguagem deles”.

Contudo, como dito anteriormente, os docentes entrevistados não receberam uma capacitação referente às drogas na sua formação profissional, sendo o aprofundamento do conteúdo e das formas de abordá-lo estimulado pela necessidade imposta pelo trabalho que

passaram a exercer no *Lar do Garoto*. Assim sendo, o entendimento que os professores possuem acerca do tema se baseia em compreensões comuns gerais e nos estudos que realizam por conta própria, conforme destacaram E1 e E8:

E1: [...] a gente teve que pesquisar, pelo menos eu, que nunca tive conhecimento de alguns tipos de droga que eles falavam.

E8: Eu tive que pesquisar por fora, porque na faculdade eu não estudei assim sobre o assunto, mas quando eu cheguei aqui eu vi a necessidade, que a gente teria que pesquisar sobre o assunto.

Em alguns casos, também dão suporte a esse conhecimento a vivência em escolas da periferia, as experiências de vida e os conteúdos sobre drogas vistos na época do ensino básico, como podemos observar nas seguintes falas de E4, E5 e E7:

E4: Sobre a questão dessa propriedade de falar do tráfico é vivência mesmo, é o que eu vivi tanto quando era adolescente quanto como professor lá no (*nome do bairro*), foi uma vivência gigante. Eu ia nas bocas de fumo pegar aluno meu lá, eu chegava lá e chamava ele, conversava com ele e levava ‘pra’ escola. E eu sempre fui respeitado lá na comunidade, né. [...] É sobre essa questão de experiência de vida, eu ficava de frente com o tráfico mesmo, de lutar contra isso lá na escola [...] O conhecimento que eu tenho é o conhecimento de vivência.

E5: [...] De ter debates sobre foi mais no Ensino Médio... que vinha convidados... eu construí muito mais de vivência, de... assistir na televisão né, informação vinda de fora, por parte de campanhas publicitárias, por parte de documentários, de experiência de vida de outras pessoas [...] eu não tive formação ‘pra’ isso. É conhecimento de mundo mesmo.

E7: [...] durante o ensino básico eu tive palestras, teve gente falando, aquela coisa do diga não às drogas e tudo mais, então o que eu sei é muito mais porque eu fui atrás ou porque me ensinaram na questão mais básica da escola.

Por essa razão, destacamos da importância de serem oferecidas formações continuadas sobre drogas para os professores, tendo em vista ser uma questão frequentemente discutida no cotidiano escolar. Inclusive, a escolha da temática das drogas para uma disciplina eletiva na ECIS do *Lar do Garoto* surgiu do interesse dos professores em falar mais a respeito do assunto com os socioeducandos, já que as drogas são muito presentes no contexto em que eles vivem e, além disso, a maioria deles apresenta um histórico de uso, até mesmo problemático.

Todavia, E6 afirmou que a escola deve trabalhar mais o tema, pois ainda o considera “muito escasso”, e que começaram a abordá-lo tardiamente. Por sua vez, E2 falou que a abordagem é suficiente por parte da ECIS, mas que realmente é preciso potencializar, somando esforços com o corpo técnico⁴⁴ da unidade. De forma similar, E1 comentou que tratar das drogas

⁴⁴ O corpo técnico do *Lar do Garoto* é composto por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, equipe administrativa e agentes protetivos (PARAÍBA, 2019).

com os adolescentes deveria ser um trabalho conjunto, com apoio de psicólogos, assistentes sociais e Ministério Público, devido à alta responsabilidade colocada no docente em tratar disso no âmbito da sala de aula.

Na narrativa de E6, também encontramos indicações acerca da necessidade de a temática ser trabalhada juntamente com o corpo técnico, uma vez que as modalidades de abordagem dos professores podem não ser bem recepcionadas pelos outros profissionais da unidade:

Pode ser que às vezes elas não concordem com a maneira que a gente vai abordar o tema na escola. A gente tem que entrar nesse acordo com todos eles, entende? [...] Eu tenho autonomia, mas eu ainda tenho que ter o cuidado porque tem sempre alguém na porta né, com a gente. Então eles já olham assim com cara feia e tal, porque eles têm outra visão, diferente da nossa visão da educação né, em relação aos meninos, em relação a todos esses problemas sociais... Mas assim, acho que eu já superei isso algumas vezes, antes eu ficava mais privada em falar alguma coisa, sabe? Com medo de um julgamento.

Conforme apontou E6, há uma diferença de entendimento entre o corpo técnico do *Lar do Garoto* e o corpo docente da ECIS na maneira de abordar o tema das drogas com os adolescentes, o que também foi destacado por E1:

[...] o próprio material que a gente vai trazer, o conteúdo, a gente tem que verificar se pode ou não, porque às vezes não é nem a questão de você falar da droga, é como você fala da droga. Porque às vezes as pessoas levam para o outro lado [...] a gente tem que ‘tá’ se policiando sempre no que faz.

O medo do julgamento e das críticas negativas, como relataram E1 e E6, pode ser decorrente de todo o percurso sócio-histórico das políticas de drogas que apresentamos no segundo capítulo, em que a visão bélica de ‘guerra às drogas’ foi disseminada e, conseqüentemente, os aspectos negativos passaram a ser colocados em evidência ao se falar sobre o assunto. Com efeito, abordar um tema que é socialmente propagado de maneira repressiva e associado à violência, causa insegurança para aqueles que buscam discuti-lo sob outra perspectiva.

No que se refere à infraestrutura da ECIS do *Lar do Garoto*, E1, E2, E6 e E8 a consideram uma dificuldade enfrentada no contexto do trabalho socioeducativo dentro da unidade. A única televisão destinada à escola precisa ser dividida entre os docentes, sendo necessária a colaboração de todos na organização de seu uso. Já para as atividades que utilizam a música, eles costumam levar sua própria caixa de som. Segundo E6, muitas vezes, os docentes precisam levar seus *notebooks* para apresentarem algum conteúdo audiovisual aos socioeducandos, devido à escassez de aparatos tecnológicos disponíveis na instituição:

Estrutura precária demais [...] Quando precisa de um Datashow, alguma coisa, é o coordenador que traz o dele. É tudo pessoal. Eu já também trouxe já meu *notebook* de casa ‘pra’ passar alguma coisa ‘pros’ meninos quando não tinha TV e aí eu ligava na tela, colocava eles pertinho. É horrível, porque a tela é pequena né. Mas foi o que eu me virei, eu precisava passar.

Além das questões infraestruturais do *Lar do Garoto* e das divergentes perspectivas entre os profissionais da unidade sobre como o tema das drogas deve ser discutido com os adolescentes, o histórico do consumo abusivo em substâncias psicoativas e o contexto social no qual eles estão inseridos foram apontados como obstáculos na abordagem do assunto no contexto da unidade socioeducativa.

Tendo em conta que muitos dos socioeducandos desenvolvem abstinência após ingressarem no *Lar do Garoto*, os professores temem utilizar certos tipos de conteúdo que possam desencadear a chamada “fissura”, isto é, o “desejo intenso pelo uso de determinada substância psicoativa, manifestado por certo indivíduo, e direcionado a uma droga previamente consumida”, em busca de aliviar os sintomas desagradáveis que compõem o quadro de abstinência (SANTOS; VECCHIA, 2018, p. 201).

Nesse sentido, E6 destacou: “a gente tem que pensar primeiro como vai trabalhar com eles [...] pensar bastante no que vai falar, pensar nos textos que vai trazer [...] tem que ser muito bem pensado”. De forma similar, E3 afirmou: “não era todo conteúdo que eu poderia passar, principalmente aqui, como muitos passam por abstinência, imagina eu trazer conteúdo que incitasse a vontade do menino de consumir? Então, eu tive que realmente me preparar ‘pra’ isso, como abordar”.

Assim, observamos que se faz necessária a compreensão em torno do uso problemático de drogas, principalmente das intervenções no campo da Redução de Danos (RD). Como discutimos no segundo capítulo, as estratégias baseadas na RD são contrárias à interrupção e abstinência abrupta, objetivando a modificação da maneira de usar drogas ou da própria substância em uso.

Nessa perspectiva, esconder do indivíduo determinados pontos a respeito das drogas não é suficiente para que os dispositivos intrapsíquicos sejam bloqueados. Ademais, a RD defende que o corte do uso não seja realizado abruptamente, devendo-se estabelecer uma fase de transição na qual continua-se com o uso e procura-se a redução dos danos trazendo a pessoa para o uso não problemático e/ou para o consumo de uma substância mais leve, visto que a interrupção abrupta pode gerar uma abstinência prejudicial, que, mais cedo ou mais tarde, levará a pessoa novamente às drogas.

Portanto, do ponto de vista das políticas proibicionistas, existe uma compreensão psicológica superficial e fraca na questão de que omitir, por exemplo, as sensações agradáveis geradas pelo uso das drogas, e enfatizar apenas os aspectos negativos que elas carregam, é a estratégia mais eficaz para se abordar a temática. Porém, tal concepção se assemelha à falsa noção de “pecado” e “pecador” diante de algo que proporciona fruição, pois tem-se a ideia de ocultar o “objeto”/“situação” que desperta interesse para que nele(a) não se pense, e assim não se caia na “tentação” do “pecado”.

No decorrer da análise, verificamos ainda que alguns dos entrevistados consideram fácil falar sobre drogas com os socioeducandos. E3, por exemplo, expôs o seguinte:

É muito fácil abordar drogas aqui. Primeiro, porque todos eles já tiveram contato com algum tipo de droga. E segundo, por eles acharem tão natural, a gente começa a dizer “gente, e aí, quais são as drogas que vocês consomem?”. Já, já puxa assunto. Então é muito fácil a abordagem [...] a abordagem é tão natural que é como a gente perguntar se ele comeu cuscuz com ovo hoje.

A narrativa de E4 complementa a fala de E3, quando afirma que as drogas fazem parte do contexto dos socioeducandos e, por isso, “seria fácil de conversar com eles” a respeito delas. Do mesmo modo, E8 mencionou que os adolescentes já têm uma vivência com as drogas, o que facilita a comunicação sobre o assunto em sala de aula. Assim, E8 destacou: “Eles falam coisa de drogas que a gente nem conhece [...] E a gente fica surpresa em sala porque vê que a realidade que a gente vive é totalmente diferente, né, e ‘pra’ eles é tão simples falar desse assunto e ‘pra’ a gente às vezes não é”.

Ao passo que falar das drogas com os socioeducandos é considerado fácil por alguns dos entrevistados, principalmente devido à naturalidade com que eles conversam sobre o tema e tendo em vista o interesse que demonstram ter em relação a ele, o objetivo que os professores almejam de modificar a percepção dos adolescentes para com as drogas apresenta o obstáculo do contexto social em que eles estão inseridos fora da unidade socioeducativa.

Como vimos, os adolescentes que se encontram no *Lar do Garoto* geralmente apresentam um histórico de uso de drogas, bem como advêm de localidades onde o comércio e o consumo das substâncias são cotidianamente praticados, como foi dito por E4: “às vezes a coisa é tão banal que muitas vezes quando você vai orientar ele a não usar ele diz que isso é normal”. Logo, apesar dos conhecimentos e relatos abordados durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, ao regressarem ao contexto em que vivem, os adolescentes voltam ao hábito de usar drogas e à realidade do tráfico.

Conforme assinalou E3, “o difícil é justamente essa quebra de paradigma aqui dentro [...] como é a realidade deles, eles acreditam que é o correto, que é fácil, que é simples. É difícil

quebrar isso”. De forma similar, E4 afirmou que quando os socioeducandos cumprem a medida e retornam à sua comunidade “já veem outra realidade, a realidade da periferia, os assédios”. Nesse aspecto, E4 ainda contou um relato de um adolescente que, ao sair da unidade, recebeu de um traficante de drogas dinheiro, arma de fogo e prostitutas para ele “tomar conta de uma boca”.

O adolescente que cumpriu medida socioeducativa sabe dos riscos que o envolvimento com as drogas pode provocar em vários âmbitos de sua vida, mas, ao voltar para o convívio em sociedade, esta reproduz diversos estigmas que não lhe possibilitam oportunidades para mudar de vida. Portanto, o jovem ingressa novamente no tráfico visando conseguir dinheiro, satisfazer os desejos de consumo advindos da lógica capitalista, ou até mesmo para sobreviver.

Nesse contexto, ainda pode haver problemas familiares, a questão da dependência em relação às drogas, que o faz recorrer ao meio do tráfico para voltar a consumi-las, como também a sensação de pertencimento a um grupo, propiciada a partir do uso de drogas. Dessa forma, como disse E7,

[...] são coisas muito basilares, eles cresceram a vida toda vendo aquilo ali, então é muito difícil nesse sentido, assim, você convencer, a partir de argumentos científicos, uma pessoa que muitas vezes não ‘tá’ aberta aos argumentos científicos porque ela sequer sabe qual é o rigor da ciência. Então, por que eu vou acreditar no que você ‘tá’ me dizendo? Aí eu digo, “ai, porque é ciência”. E daí? Na minha opinião, ‘tá’ errado. Então assim, é muito difícil você querer estruturar do nada uma coisa que é muito desestruturada. Teria que ser uma mudança de mentalidade social, não só de um menino ou outro. É uma questão mais social, é uma questão de grupo, é uma questão que teria que ser atacada em diversas vertentes diferentes, em diversos âmbitos diferentes da sociedade [...]

Não obstante as dificuldades que foram citadas, os docentes consideram a educação importante e fundamental diante da questão das drogas, principalmente no sentido de informar os efeitos colaterais ocasionados pelas substâncias no organismo e de discutir os danos sociais e individuais que elas acarretam. Por conseguinte, muitos professores tentam fazer com que os adolescentes passem a enxergar a realidade deles como a “errada”, mostrando os malefícios que as drogas apresentam para afastá-los de seu uso.

Nas narrativas dos entrevistados, também pudemos perceber que a educação é associada à ideia de conscientização, objetivando transformar o modo como os adolescentes pensam acerca das drogas, inclusive suprimindo a falta de orientação da família nesse aspecto. Para tanto, uma estratégia utilizada pelos docentes consiste na transmissão de conhecimento científico sobre a temática, conforme destacou E2:

[...] eu acredito que ainda que das muitas negações, privações, que esses adolescentes, eles têm, não só da liberdade, mas outras privações que a vida já impôs a eles, eu acho

que das poucas ferramentas que eles podem ter em mãos é o conhecimento, né, e aí a gente tem essa missão de conscientizar, de proporcionar a evolução educativa deles, porque por meio da educação é que eles conseguem transformar o modo de pensar, o modo de agir, né.

Por sua vez, E4 expôs que uma de suas abordagens consiste em falar a respeito do percurso do dinheiro oriundo das drogas ilícitas, para o adolescente compreender que, ao adquiri-las, ele está contribuindo com o tráfico e todas as violências decorrentes de sua prática: “Ele fuma o baseado dele lá, ele compra com o dinheiro dele, ele faz mal a alguém? [...] Atualmente faz. Ele financia o tráfico [...] Ele tem as mãos sujas de sangue também, indiretamente, né”.

Complementando, outra forma de abordagem apontada por E4 foi no sentido de tocar no emocional dos adolescentes a partir de depoimentos de mães, pais e pessoas que já usaram drogas, no intuito de mostrar sua gravidade e o que elas podem causar numa família, considerando que a maioria tem fortes vínculos de afetividade com suas mães e avós. De maneira semelhante, E8 afirmou que, ao abordar as drogas, o professor deve mostrar as consequências que elas causam, tanto no âmbito da saúde como no da família, enfatizando que a droga “não é uma coisa boa”.

Para tanto, E8 acredita que seria preciso transmitir para os adolescentes que usar drogas acarreta danos futuros, como o “vício”, a fim de que eles não se atenham somente ao prazer momentâneo que elas oferecem. Do mesmo modo, E3 entende que “causar medo” é uma boa estratégia para ser utilizada com os socioeducandos, abordando os efeitos a longo prazo que as drogas geram no organismo e como é difícil cessar o uso.

Porém, ao se depararem com essa forma de abordagem, os próprios adolescentes dizem que o(a) professor(a) está praticando “terrorismo” em relação às drogas, como relatou E3: “Então a gente trabalha muito com isso. Fazendo medo mesmo. Terrorismo, como eles dizem. ‘Aff professora, a senhora ‘pra’ fazer terrorismo”’.

Diante das percepções mostradas acima e das abordagens realizadas por E3 e E8 na disciplina eletiva sobre drogas, vemos que a propagação do “temor às drogas” consiste em uma maneira de os professores falarem a respeito da temática. Todavia, segundo Silva (2020, p. 119), “O amedrontamento cria uma névoa que impossibilita o desenvolvimento da consciência crítica, pois entrega um discurso que deve ser aceito como o único verdadeiro, e não admite que possam existir outras compreensões sobre a realidade”.

Com efeito, é preciso levar em conta que as drogas fazem parte da vida social e do cotidiano desses adolescentes. Portanto, para eles, o uso de drogas é considerado mais vantajoso do que evitá-las por causa dos efeitos colaterais ocasionados. De acordo com E5, os

socioeducandos mostram ter mais interesse em conversar sobre o assunto, conhecer os efeitos das substâncias no organismo e porque eles acontecem, sendo ineficaz falar da temática sob uma perspectiva de proibição:

Eu acho que não seja eficaz dizer “ai, não pode”, “é proibido” [...] eles gostam de conversar sobre, não é que eles estejam sedentos por salvação, “ah, me salve com informação”, “eu vou deixar de usar drogas”... é porque eles gostam de conversar sobre isso, eles gostam de conhecer, eles gostam de saber a substância, eles gostam de saber os efeitos da substância no organismo, porque é uma forma de entender porque eles sentem tais coisas quando ‘tão’ usando tais substâncias.

Contudo, E5 complementou que ainda não foi encontrado o “tipo de abordagem” ou o “método” ideal para abordar a questão das drogas, mas que deve ser “de forma franca, não punitiva, não sensacionalista”, de modo que contribua para transformar a visão que as pessoas possuem sobre as drogas e a reeducá-las em relação ao seu consumo, fazendo-as enxergar que a criminalização impede o desenvolvimento de tratamentos de saúde, como se verifica no caso da maconha.

Do mesmo modo, E6 opinou que o discurso proibicionista causa entraves na abordagem das drogas com os socioeducandos, assim como o emprego de termos estigmatizantes: “se a gente chegar com aquela abordagem e dizer “é errado, não pode, você é isso”, né, nomear eles de alguma coisa, já vai ter aquele entrave, e aí não vai fluir a aula”.

Em sequência, E7 apresentou um entendimento semelhante ao de E5 e E6, ao afirmar que a “demonização” e a “culpabilização” no tocante ao uso de drogas deve ser evitada ao se abordar a temática. Portanto, para E7, “a melhor forma é trazer a informação de uma forma mais neutra, de uma forma que não cause esse mal estar nas pessoas”.

E4, por sua vez, acredita que deve ser realizado um trabalho educacional em relação às drogas, principalmente a partir da ideia de conscientização e do incentivo ao esporte, sem focar tanto em conteúdos acerca dos danos causados à saúde, uma vez que tais abordagens não são levadas em consideração pelos adolescentes, sobretudo porque existem alimentos e bebidas, por exemplo, que também provocam males ao corpo humano e as pessoas consomem normalmente.

Nesse sentido, E4 ainda destacou que há uma resistência por parte dos socioeducandos em concordar com discursos que enfatizam os aspectos negativos da maconha, por exemplo:

[...] E com relação aos adolescentes, seria fácil de conversar com eles, né. Agora alguns iriam não concordar. “Ah, maconha é isso e aquilo”. Porque é como eu disse a você, a banalidade. Aí ‘pra’ dizer que ela isso, que ela é aquilo, ele não vai concordar, ele vai ter uma resistência, certo? E se eu falar de saúde, eles vão, é como eu disse a você, tem refrigerante, tem outras coisas [...]

Diante da narrativa de E4, podemos perceber que as abordagens alimentadas pelo discurso proibicionista não apresenta efetividade com os socioeducandos, pois, como disse E7, muitos deles “têm um preconceito positivo sobre as drogas [...] de que isso é legal, de que isso me faz mais homem, de que eu fico com cara de mau, então isso me protege”. Portanto, enfatizar somente os elementos negativos em torno das substâncias pode causar um impacto naquele momento, mas não se mostra uma estratégia eficaz para atingir a finalidade pretendida pelos professores, qual seja, a de afastá-los do uso.

Seguindo com a análise, identificamos na fala de E2 que sua abordagem é pautada na transmissão de conhecimento a respeito do tema, partindo das definições básicas do que é a droga e quais substâncias existem na sua composição. Nessa mesma perspectiva, E3 chegou a comentar que, ao abordar o assunto, inicia com a conceituação de droga, para em seguida apresentar os efeitos colaterais do seu uso, mas sempre utilizando uma linguagem coloquial e gírias vinculadas ao contexto dos adolescentes, a fim de possibilitar um melhor entendimento.

Assim, por meio desta categoria, pudemos analisar as modalidades de abordagem utilizadas pelos docentes da ECIS do *Lar do Garoto* para tratar a temática das drogas. Não obstante alguns professores, como E3, E4 e E6, buscarem associar o contexto de origem dos socioeducandos com o processo de ensino-aprendizagem, ainda observamos narrativas e práticas que se aproximam das políticas de prevenção baseadas no proibicionismo e no viés repressivo, o que reforça a importância de discutirmos o tema a partir de outros entendimentos.

4.6 Compreensões sobre a Educação Popular

Finalizando a análise do material empírico, a partir das percepções dos entrevistados, buscamos identificar como eles compreendem a Educação Popular (EP). Inicialmente, encontramos na fala de E1 que a EP seria uma educação básica, “para que todos tivessem acesso”. De modo semelhante, E3 afirmou que a EP seria “a universalização da educação”, a oferta de uma educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente da classe social a que pertencem e onde estão localizadas, seja na área urbana ou rural. Nesse sentido, E3 complementa: “as leis são universais, mas as práticas não [...] É essencial popularizar. ‘Tá’, uma coisa que devia ser popularizada, é a educação, porque é essencial”.

Por conseguinte, E7 entende a EP como uma educação voltada aos “interesses da população” e mais próxima a ela, sendo “menos rebuscada” e mais ligada ao cotidiano das pessoas: “educação popular talvez seja mais voltado aos interesses da população menos, menos... científico, não no sentido da validade da informação, mas menos rebuscado [...]”. E8

também apresentou um ponto de vista parecido em sua fala, ao afirmar que a EP seria para se “falar mais informalmente da educação”.

Semelhante à E1 e E3, podemos inferir das falas de E7 e E8 que o termo “popular” é frequentemente associado à população, ao povo, seu modo de vida e seu cotidiano. Contudo, E3 destacou que algumas pessoas tendem a remeter o nome “popular” a algo de inferior qualidade, porém, na sua visão, a expressão “educação popular” está relacionada à “popularização da educação”, ou seja, a educação que todos devem ter acesso.

As perspectivas trazidas acima relembram que, quando se falava em “educação popular”, se entendia a “educação pública”, juntamente com a ideia de que ela não deveria ser um privilégio da burguesia, mas sim um direito de toda a população (JARA, 2020). Isso porque, antes da abordagem contemporânea da EP, esta era entendida como uma educação “feita para o povo” ou “própria do povo”, que visava o combate ao analfabetismo (BATISTA, 2007).

Todavia, o movimento da EP que emerge nos anos 1960 passa a se preocupar não apenas com a alfabetização do grande contingente de analfabetos que existiam no Brasil – uma vez que o direito ao voto estava condicionado a alfabetização –, mas também com a participação política da população, sendo a educação vista como um instrumento de conscientização e de libertação para isso ser efetivado (SILVA *et al*, 2019). Portanto, a EP surgiu como um ato de resistência, objetivando romper com a reprodução ideológica dominante, e assim continua sendo.

Em partes, os entrevistados ainda expressaram compreender o que seria a EP, mesmo que de forma intuitiva e sem compreensão teórica. Ressalta-se que E7, em um primeiro momento, até se referiu corretamente quando mencionou sobre a EP ser uma educação “voltada aos interesses da população” e “mais ligada ao cotidiano das pessoas”, ou seja, a entrevistada ainda consegue perceber que a EP tem como ponto de partida os interesses e o contexto dos sujeitos.

Contudo, cabe destacar acerca das falas de E7 e E8 que atribuem a EP como algo “menos rebuscado” e “informal”, mas que, na realidade, não é dessa forma, pois ela consiste em uma concepção educativa com suas próprias práticas, conceituações e metodologias (SILVA, 2020). Isso nos faz questionar por que os entrevistados possuem essa visão e, por exemplo, se ela decorre devido ao nome “popular” ser frequentemente associado à população pobre e que possui pouca ou nenhuma instrução, ou, inclusive, se esse entendimento é reflexo da histórica invisibilização que a EP sofre em torno dos debates no campo da educação.

Sob outra perspectiva, E2 comentou que a EP está vinculada ao “senso comum”, isto é, “o conhecimento passado de geração ‘pra’ geração, que se difunde na sociedade”. De maneira similar, E5 entende que a EP abarca “os saberes das pessoas [...], dos populares, como um

processo de formação”. Já E6 mencionou acerca do “conhecimento de mundo”, vendo a educação popular como uma educação trazida “da rua”.

Nesse contexto, vemos que a EP é confundida com o saber popular, o senso comum e o conhecimento de mundo. Apesar do equívoco na percepção dos entrevistados, os elementos apresentados por eles não se dissociam da EP, pois ela promove a interação entre o “saber científico” e o “saber do senso comum”, na medida em que só podemos enriquecer o “conhecimento científico” quando apreendemos o “conhecimento do senso comum”, o qual está relacionado de uma certa forma ao saber popular.

Assim, como afirmamos anteriormente, a essência da EP é educar partindo dos interesses e das inquietações dos sujeitos, colocando-os na posição de seres históricos e considerando as experiências, as subjetividades e os conhecimentos que foram adquiridos ao longo da existência de cada um por meio da sua interação com os outros. Por isso, tanto o saber popular como o saber científico são relevantes, visto que ambos podem dialogar e se complementar, desde que de forma crítica.

Prosseguindo com a análise do material empírico, verificamos percepções que relacionam a EP com a profissão docente. Como declarou E4, a EP seria uma vivência com as classes populares, tendo o educador conhecimento dos problemas que os educandos possuem, principalmente no âmbito familiar. Para E4, “a educação tem que ir mais além”, devendo o professor assumir o compromisso de “formar cidadãos melhores”, se preocupar com o próximo e “beneficiar a sociedade”.

Nesse sentido, E3 afirmou que a EP ocorre na prática quando o professor associa o contexto social dos estudantes com o processo de ensino-aprendizagem para que eles possam assimilar mais facilmente o conteúdo, utilizando uma linguagem que faça parte do cotidiano deles, por exemplo. Todavia, E3 declarou que “nunca ouviu falar” da educação popular, não tendo, portanto, conhecimento sobre ela e suas abordagens.

Não obstante, foi possível perceber que E3 utiliza de estratégias inseridas no universo da EP em sua metodologia de trabalho com os adolescentes, chegando, inclusive, a afirmar que no *Lar do Garoto* existem práticas de educação popular:

A educação popular justamente é o que a gente faz aqui, porque não tem como a gente chegar com linguagem científica [...] Então o possível que a gente faz aqui de fazer com que eles associem o contexto real com o contexto educacional é mais fácil. Então falar na linguagem deles, mostrar coisas que ele tem no dia a dia [...] a educação popular eu acho que é justamente a gente fazer com que eles entendam o contexto educacional a partir do contexto social onde eles estão inseridos [...] Por isso eu trabalho a aula inteira com analogia e as analogias ‘é’ o mundão onde eles ‘tão’ inseridos, porque eles entendem [...].

De forma similar, E4 afirmou que talvez já tenha “feito a educação popular”, mesmo sem possuir conhecimento teórico a respeito dela: “Talvez até já tenho feito ela né [...] essa educação que você fala aí, que eu não sei sobre ela, vou até dar uma olhada, mas eu acho que é mais ou menos isso tudo que eu falei, essa vivência né [...]”. Além disso, E4 enfatizou a importância de o professor associar os conteúdos da escola ao contexto dos estudantes:

Por exemplo, será que os adolescentes iam gostar de Carlos Drummond de Andrade? Né? José de Alencar. Não, não iria gente, isso não iria atrair eles, é a mesma coisa de eu chegar aqui no Cariri e trabalhar com maçã e uva. Os caras iam dizer, não dá não aqui não, aqui a gente só planta palma, planta macaxeira. Então você tem que colocar uma coisa que seja do meio deles, do meio deles, né, e isso se torna atrativo.

Conforme exposto na categoria “Abordagens das drogas realizadas no *Lar do Garoto*”, os docentes buscam compreender o contexto de origem dos socioeducandos para desenvolver práticas educativas mais participativas e que favoreçam a aprendizagem. A propósito, vimos que E3 realizou um tipo de levantamento de quais drogas os adolescentes mais usavam para poder abordá-las durante a eletiva sobre drogas, o que mostra que o contexto de origem dos socioeducandos foi levado em consideração no planejamento das aulas da disciplina, partindo da realidade vivenciada por eles para discutir o assunto.

Ao abordarem as drogas, os professores usam documentários, filmes, textos, músicas e vídeos, por exemplo, com histórias de vida de pessoas famosas ou músicos do universo dos adolescentes que deixaram de fazer um uso problemático de drogas. Inclusive, E4 e E6, professores de Língua Portuguesa, utilizam desses recursos como estratégia metodológica para trabalhar alguns conteúdos da disciplina, como a interpretação de texto e a gramática:

E4: [...] eu uso a música, o *hip hop*, essas músicas assim que eles gostam, e nela eu trabalho a interpretação de texto, trabalho os verbos, a gramática, tudo isso. Pronto, tem uma banda que eles gostam muito, que é um grupo de *hip hop*, que é NSC, Neurônios SubConsciente [...] Então como eu gosto desse som também, aí eu mostro a parte da interpretação e mostro o que é que esse cantor quer passar ‘pra’ eles [...]

E6: [...] eu trabalho muitos textos, gêneros textuais, e aí eu trago histórias reais, músicas né, alguns *rappers*, que têm as letras da música que falam de reabilitação, então eles gostam muito [...] Eu comecei pela música, né, porque eles sempre me pedem, eles gostam muito de ouvir *rap* [...] eu peguei ‘pra’ trabalhar a própria interpretação de texto. Eu trouxe logo assim, foi a porta de entrada. E aí eu fui unindo os outros gêneros textuais, documentário, entrevista, notícia, e agora eu ‘tô’ com reportagem, que vai entrar aí a reportagem de Diego Maradona, que une as drogas à máfia, que também é super interessante.

É importante ressaltar que, no âmbito da EP, o professor atua como um mediador para que, a partir da sua prática pedagógica, contribua para a formação crítica do sujeito. Com isso, as práticas da EP visam romper com a hierarquia educacional e a educação bancária, isto é,

quando o professor se considera o detentor de todo o saber e visualiza o aluno apenas como um “banco”, no qual ele deposita seus conhecimentos.

Para tanto, Paulo Freire (1989, p. 9) afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Dessa forma, a ação educativa deve apresentar um significado para os educandos, tendo como ponto de partida seus interesses e o contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, através da análise das entrevistas, foi possível perceber que os docentes da ECIS do *Lar do Garoto*, de maneira despretensiosa, colocam em prática tais princípios da EP.

Isto posto, observamos que os docentes têm atenção à realidade dos socioeducandos, a fim de aproximar os conteúdos escolares do contexto de vida deles, buscando, desse modo, associar o processo de ensino-aprendizagem com a cultura local. Por conseguinte, a abordagem de temáticas como a das drogas, assim como a utilização das músicas de *rap* e o emprego de uma linguagem de fácil compreensão, inclusive fazendo o uso de gírias faladas pelos adolescentes, são estratégias que se aproximam da EP na prática, apesar de os professores não a conhecerem teoricamente.

4.7 Escrutínio dos resultados da pesquisa

Da análise do material empírico, foi possível constatar que a maioria dos socioeducandos do *Lar do Garoto* advêm de contextos em situação de vulnerabilidade social e apresentam uma relação estreita com as drogas, tendo alguns desenvolvido abstinência devido ao interrompimento abrupto do consumo a partir do ingresso na instituição. Dessa forma, muitos adolescentes sentem falta das drogas, principalmente da maconha, e às vezes comentam sobre o assunto na sala de aula, bem como nos momentos de lazer e de conversa com os professores da escola.

Pode-se inferir da fala dos entrevistados que a tentativa de fugir dos problemas, a busca por sensações de prazer, a ideia de pertencimento a um grupo e a questão da influência social⁴⁵ são possíveis fatores que levam os adolescentes ao uso de drogas. Segundo Leite (2018b), cabe destacar que os aspectos que contribuem para o desenvolvimento de padrões de consumo problemático de drogas têm mais relação com questões referentes às condições de vida, à fragilidade das redes de sociabilidade, aos problemas emocionais etc.

⁴⁵ Pesquisas apontam que os adolescentes tendem a tomar decisões mais emocionais, sem levar em conta resultados de longo prazo. No entanto, isso não está exclusivamente relacionado à maturação do cérebro, mas sim às influências sociais (CRONE; DAHL, 2012).

Nesse sentido, deve ser considerado que a adolescência é um momento da vida com características muito peculiares, de interações, descobertas e propensões a novas experiências, até mesmo independente do segmento social⁴⁶ ao qual se pertença (classe, gênero e esfera étnica-racial). Trata-se de uma variável a ser considerada na análise da relação dos adolescentes com as drogas, entendidas aqui em sentido amplo, isto é, ilícitas e lícitas, como o álcool.

A propósito, levantamentos epidemiológicos nos Estados Unidos na década de 1990 foram paradigmáticos a esse respeito. Os dados mostraram que cerca de 3 milhões de crianças e adolescentes fumavam tabaco; o álcool era usado por mais de 50% dos estudantes do correspondente Ensino Médio brasileiro, sendo que 31% se embriagavam mensalmente; 5% dos jovens de 15 a 18 anos faziam uso regular de maconha (20 ou mais dias no mês) e 30% faziam uso frequente de cocaína (MARQUES; CRUZ, 2000).

Tendo em conta essa realidade, o tema das drogas é visto como necessário de ser abordado, tanto pela direção do *Lar do Garoto*, como pelos docentes da ECIS. Com isso, a própria unidade promove palestras na semana do Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo, instituído no dia 20 de fevereiro. Ademais, na referida semana, os professores da escola desenvolvem atividades relacionadas ao assunto de acordo com sua respectiva área do conhecimento.

Por conseguinte, professores de diferentes áreas planejam aulas e dinâmicas abrangendo a temática, o que mostra uma busca pela interdisciplinaridade na abordagem do conteúdo. Desse modo, recordamos o que foi destacado no segundo capítulo deste trabalho a respeito da importância do diálogo entre as disciplinas e os conteúdos para que o assunto não seja discutido com base em somente uma área do conhecimento, considerando as diferentes perspectivas que o envolvem (LEITE, 2019).

Além disso, a harmônica convivência que os socioeducandos possuem com os docentes também favorece o processo de diálogo e a construção de uma relação horizontal, elementos fundamentais para a realização das práticas de Educação Popular. Portanto, vislumbramos um contexto promissor para o desenvolvimento de abordagens baseadas nos seus dispositivos analíticos, em que discussões como a referente às drogas sejam conduzidas de maneira não inquisitiva ou autoritária, mas compreensiva e problematizadora.

Todavia, a fim de que a Educação Popular se concretize no espaço em questão, é necessário promover formações continuadas para os professores conhecerem suas

⁴⁶ É importante desmistificar uma determinada visão do senso comum que reproduz uma compreensão estereotipada relacionando o uso de drogas apenas à origem social das populações em situação de vulnerabilidade social.

especificidades e sua importância no processo de formação educativa e política das classes populares, uma vez que constatamos a falta de conhecimento deles a respeito do tema.

Sabemos que o conceito da Educação Popular (EP), bem como sua práxis e filosofia, não são reconhecidos da maneira correta pela sociedade, e, inclusive, pelos educadores. Isso ocorre devido à herança histórica que se tem em relação à EP como uma educação voltada apenas para o povo, especialmente para os mais pobres. No entanto, é importante romper com essa concepção equivocada. Afinal, ao considerarmos o contexto onde a presente pesquisa foi desenvolvida, percebemos que a EP é um princípio fundamental e indispensável na construção de práticas educativas que visem a emancipação e a autonomia dos adolescentes, fazendo-os enxergar como seres capazes de transformar a realidade e o mundo no qual estão inseridos.

Ainda na análise do material empírico, observamos que as drogas são abordadas em outras ocasiões no cotidiano escolar dos adolescentes, a depender do conteúdo a ser ministrado e da escolha do professor em trazer o tema para suas aulas, como vimos nos casos dos docentes de Língua Portuguesa. Todavia, por englobar as dimensões pessoal e social do estudante, a disciplina Projeto de Vida é a que oferece mais abertura para se discutir a questão das drogas com os socioeducandos.

Não obstante, a escola já ofertou uma disciplina eletiva sobre a temática, na qual foram abordados somente assuntos relacionados às drogas. Nesse contexto, percebemos que as professoras demonstraram também ter aprendido com os adolescentes a partir de seus saberes e conhecimentos prévios, o que consideramos relevante na construção do diálogo, uma vez que este só existe “quando aceitamos que o outro é diferente e pode nos dizer algo que não conhecemos” (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 19).

Para Paulo Freire, o diálogo “é o instrumento que possibilita desvelar um contexto a partir dos diferentes pontos de vista dos envolvidos; é a base de uma comunicação entre pessoas cuja relação não é de hierarquia ou de sobreposição, mas de solidariedade” (GONÇALVES; DAL-FARRA, 2018, p. 404).

Como dito por Silva (2020), as ações educativas baseadas na Educação Popular almejam promover o desenvolvimento crítico por meio da participação dos sujeitos e da problematização das temáticas, o que pode ser viabilizado pelo diálogo. Com isso, “a problematização é fruto do diálogo, e se dá quando há uma investigação do universo temático do povo”, bem como ao resgatar “saberes locais/regionais, valorizando o patrimônio cultural dos educandos e, ao mesmo tempo, levando a estes o saber acadêmico” (GONÇALVES; DAL-FARRA, 2018, p. 404-405).

Portanto, na perspectiva da Educação Popular, o processo do diálogo, juntamente com a construção de conhecimentos de forma compartilhada e a problematização da realidade, possibilita a prática de uma educação transformadora, propiciando subsídios para que os educandos desenvolvam a capacidade de reflexão e possam responsabilizar-se por suas escolhas, as quais devem ser feitas de maneira consciente (SILVA *et al*, 2019).

No decorrer da análise, ainda encontramos elementos que evidenciam uma preocupação dos professores em compreender o contexto de origem dos adolescentes para abordar as drogas e os conteúdos das disciplinas, sendo exemplos disso o uso de gírias, a linguagem coloquial e as músicas de *rap*, estratégias que se fazem relevantes para ressignificar o processo de aprendizagem, a fim de torná-lo mais interessante e atrativo.

Em sentido contrário à negação da cultura e dos saberes das classes populares, esse diálogo entre educador e educando evidencia a natureza política da profissão docente, sendo os “processos político-pedagógicos” ou “pedagógico-políticos”, como diz Jara (2020), elementos basilares da Educação Popular. Dessa forma, a escola não se limita ao aspecto formal da escolaridade, mas é (re)descoberta como um espaço preenchido de opções políticas, em que o profissional da educação atua diretamente na transformação de vidas (FREIRE; NOGUEIRA, 1993).

Por outro lado, conforme a análise, foi possível perceber que algumas abordagens utilizadas para tratar da temática das drogas, tanto no âmbito da disciplina eletiva ofertada pela ECIS, como no cotidiano escolar, se inserem na perspectiva de prevenção das políticas proibicionistas, as quais, em modo de pânico moral, buscam enfatizar os males que as substâncias causam, disseminando a ideia do “temor às drogas”. Inclusive, a associação das drogas com a prática de crimes e a violência também foi algo visualizado em algumas falas.

Porém, em uma abordagem educativa acerca das drogas, se faz relevante destacar os aspectos positivos de não as consumir, em comparação com os aspectos negativos. Afinal, é a atitude do indivíduo perante a droga que pode levá-lo ou não à dependência. Existem pessoas que usam a maconha, por exemplo, de forma recreativa e não apresentam uma relação problemática com a substância. Segundo Becker (2019), são os consumidores psicologicamente “normais”.

É importante frisar que narrativas como, por exemplo, a que se atribui uma culpa à pessoa que usa drogas por estar financiando o tráfico e outros delitos, estão baseadas na lógica repressiva e reforçam a ideia de que quem faz uso de drogas ilícitas é responsável pela violência, acarretando ainda mais exclusão social, estigma e sofrimento para tais indivíduos (ANDRADE *et al*, 2018). Nesse processo, todos que utilizam drogas ilícitas são tidos como *outsiders*

(BECKER, 2019), gerando entraves para que eles consigam desenvolver suas escolhas de forma livre e com responsabilidade, sem sentir medo de assumir o uso das substâncias devido ao receio de sofrer a violência vinda por parte dos representantes estatais e de outras pessoas ao seu redor.

Para mais, entendemos que o emprego de uma “pedagogia do medo” não gera resultados positivos, principalmente porque o discurso proibicionista não é bem aceito pelos socioeducandos e não leva em consideração sua realidade, além de que o referido tipo de abordagem deixa de lado a problematização dos fatores socioculturais, históricos, econômicos e políticos envolvidos na questão das drogas, promovendo uma postura não educativa acerca da temática.

Conforme as discussões tecidas no segundo capítulo deste trabalho, o modelo da política proibicionista fracassou, visto que tem provocado a desumanização das pessoas que usam drogas, sobretudo as ilícitas, e ainda tem contribuído para o aumento da violência, em particular nas periferias. Ademais, esse paradigma não surtiu efeitos na diminuição do consumo, pois dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019; 2020; 2021; 2022) apontam um constante crescimento do uso, da venda e da compra de drogas no Brasil.

Por isso, abordagens baseadas na perspectiva da Educação Popular fazem oposição aos enfoques hegemônicos norteados pela visão bélica de ‘guerra às drogas’. Como dito por Leite (2019), um trabalho socioeducativo acerca das drogas sob a ótica da Educação Popular procura abordar o significado do conceito de drogas por meio de uma incursão sócio-histórica do tema, rechaçando o viés proibicionista das políticas antidrogas, a propagação de informações sensacionalistas e o uso de uma linguagem estigmatizante. Nesse sentido, também são valorizados o diálogo e o contexto de origem dos sujeitos, assim como o desenvolvimento de ações interdisciplinares e baseadas no conceito da Redução de Danos, reconhecendo-se os direitos humanos das pessoas que usam drogas e os conhecimentos de promoção da saúde.

No entanto, observamos a ausência de capacitação para os professores no tocante às drogas, em particular na sua formação inicial. Infelizmente, essa omissão em abordar a temática se deve muito ao viés proibicionista e repressivo instituído no Brasil, em que não tem se dado a devida importância para uma política educativa sobre drogas. Essa mesma omissão é ainda observada em relação à socioeducação, área que também não foi abordada nos respectivos cursos de formação dos docentes entrevistados. Foi possível perceber, portanto, como a socioeducação é invisível na formação dos professores, os quais só tomam conhecimento do seu contexto ao, de fato, trabalharem nele.

Conforme pudemos constatar por meio das falas dos entrevistados, a invisibilidade da socioeducação reflete na falta de investimentos nas unidades socioeducativas, tendo em vista a

infraestrutura precária do *Lar do Garoto* e suas instalações. Além disso, a própria sociedade provoca a exclusão dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo ao desacreditarem que eles são capazes de ter um futuro diferente, sob uma perspectiva distinta daquela que lhe levou a praticar o ato infracional. Como assinalou E4 em um trecho de sua fala, “essa sociedade que critica é a mesma que vira as costas”.

Tais processos de rotulação negativa pelos quais referido grupo sofre nos faz recordar da discussão realizada ao longo do segundo capítulo deste trabalho. Conforme a Criminologia Crítica, o desvio consiste em um fenômeno socialmente construído, definido por um processo de tipificação e de definição dado por indivíduos e grupos diversos (BARATTA, 2002). Por conseguinte, a Sociologia do Desvio aponta acerca da categorização de determinadas pessoas no caso de elas não se enquadrarem nas normas estabelecidas por esses grupos, como na hipótese de virem a cometer crimes ou consumir drogas. Dessa forma, “infratores devem ser descobertos, identificados, presos e condenados ou notados como “diferentes” e estigmatizados por sua não-conformidade” (BECKER, 2019, p. 167).

Contudo, esse processo acaba por atingir, principalmente, pessoas pobres e de regiões periféricas, tornando-as alvos de estigma e exclusão social. Assim, as oportunidades são reduzidas para o adolescente que passa pelo sistema socioeducativo, pois sua identidade será caracterizada pelo desvio praticado e pela ideia de que ele voltará a incorrer no mesmo. Nesse sentido, os *outsiders* são mantidos em seu *status* de inferior.

Relembrando a hipótese pensada para este estudo, presumimos que a abordagem das drogas junto aos jovens e adolescentes do *Lar do Garoto* estava sendo desenvolvida sob a influência das seguintes variáveis: 1) a perspectiva proibicionista, difundida pela tese da ‘guerra às drogas’; 2) as insuficiências para a efetivação de ações socioeducativas, tanto do ponto de vista infra estrutural como de recursos humanos especializados e 3) a inexistência de relação com o contexto de origem dos adolescentes, também no sentido de buscar o acompanhamento das famílias.

A partir da pesquisa, a primeira variável da hipótese foi parcialmente confirmada. Isso porque as abordagens realizadas por meio das atividades oferecidas pela direção do *Lar do Garoto* e pelos professores das áreas de Química, Biologia e Língua Portuguesa apresentam elementos próximos da perspectiva das políticas proibicionistas, nas quais é propagada a ideia do “temor às drogas”, objetivando que as pessoas se sintam amedrontadas em ter qualquer contato com as substâncias devido aos males que elas podem provocar.

Dessa forma, é necessário realçar que “o problema do uso de drogas não está centrado nas drogas em si” e que elas sempre estiveram presentes na humanidade, sendo preciso saber

conviver com sua existência. Dito isso, há uma distinção a se fazer entre o uso problemático e não problemático, ou seja, na forma de consumo e no tipo de vínculo que a pessoa estabelece com as substâncias, levando em conta que o uso não é determinado por fatores estritamente individuais, muitas vezes definidos como patologias (LEITE, 2019, p. 15).

Por outro lado, observamos nas narrativas das professoras das áreas de História e Geografia um entendimento distinto, assim como vimos em algumas falas dos professores de Língua Portuguesa. Por exemplo, encontramos argumentos a respeito da falta de efetividade nas abordagens que discutem a temática de forma proibicionista, sensacionalista e punitivista, as quais tem como foco tratar somente dos malefícios que as drogas apresentam.

Em relação à segunda variável da hipótese, esta foi totalmente confirmada. Encontramos narrativas referentes à precariedade da infraestrutura do *Lar do Garoto*, sendo tal circunstância uma dificuldade na realização de algumas atividades. Por exemplo, a escassez de aparatos tecnológicos para os professores, como *notebooks*, foi relatada como um problema, já que a abordagem dos conteúdos se torna mais dinâmica e atrativa com a utilização desse tipo de recurso, porém nem sempre está disponível quando o docente necessita.

Além disso, os professores não possuem uma formação apropriada para abordar as drogas com os adolescentes, uma vez que não tiveram uma capacitação relacionada ao assunto e, durante seus respectivos cursos de licenciatura, o estudaram de maneira superficial ou não o estudaram de forma alguma. Portanto, ao trabalharem no contexto da socioeducação, alguns docentes sentiram a necessidade de buscar um aprofundamento na temática, o que os levaram a pesquisá-la por conta própria. Dessa forma, pudemos inferir que não existem recursos humanos especializados na escola do *Lar do Garoto* para promover a realização de um trabalho socioeducativo acerca das drogas.

Por último, a terceira variável da hipótese, assim como a primeira, foi parcialmente confirmada. Identificamos elementos nas abordagens desenvolvidas pelos professores entrevistados que se relacionam com o contexto de origem dos socioeducandos, como, por exemplo, na utilização das músicas de *rap*, no emprego de uma linguagem simples e de fácil entendimento, inclusive com o uso de gírias, e ainda nas discussões trazidas a respeito dos aspectos sociais e políticos envolvidos na questão das drogas, como sobre a desigualdade social.

Todavia, no tocante ao acompanhamento das famílias, verificamos que estas geralmente comparecem ao *Lar do Garoto* em datas comemorativas, como o Dia das Mães, ou nos finais de semana para a realização da visita e durante os Plantões Pedagógicos promovidos pela escola, os quais visam tratar do desempenho escolar do socioeducando. Sendo assim, não

constatamos a participação dos familiares ou responsáveis pelos adolescentes em ações socioeducativas, particularmente que abordem as drogas.

Diante disso, esperamos que mais ações envolvendo as famílias dos adolescentes sejam promovidas pela escola em conjunto com o corpo técnico do *Lar do Garoto*. Isso porque a participação da família é importante para que se atinja a finalidade da medida socioeducativa, e o adolescente possa voltar ao contexto familiar com outra perspectiva, bem como que a família também possa oferecer o apoio que ele necessita.

Além do mais, a maioria dos adolescentes que entram no *Lar do Garoto* para cumprir a medida socioeducativa utilizavam drogas ou já tiveram contato com elas, tendo sido visto pelos professores casos em que o adolescente chegou a apresentar sintomas decorrentes da abstinência. Nesse sentido, o acompanhamento das famílias se torna ainda mais significativo, articulando-se ao trabalho da própria escola e de profissionais da área da saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de dissertação teve como objetivo principal analisar como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo *Lar do Garoto*, localizado no município de Lagoa Seca/PB.

Inicialmente, apresentamos a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, demonstrando a sua vinculação com o tema do estudo, bem como o escopo geral da pesquisa. Por conseguinte, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa e o Estado do Conhecimento referente ao tema no campo da produção acadêmica em Educação, através do qual foi possível constatar uma escassez de trabalhos acerca das abordagens da Educação Popular sobre a temática das drogas, particularmente quanto à discussão do assunto na esfera do sistema socioeducativo.

Em seguida, desenvolvemos um percurso sócio-histórico das políticas de drogas e da gênese/evolução do seu proibicionismo e criminalização, contextualizando o tema com a Criminologia Crítica e a Sociologia do Desvio. A referida discussão envolvendo os assuntos drogas, sociedade, normas e desvio social se fez necessária para compreendermos as circunstâncias que se relacionam com o objetivo deste estudo e, assim, possibilitar o delineamento de estratégias no campo da Educação Popular para enfocar as drogas em suas abordagens.

Segundo Becker (2019), principal referência teórica da Sociologia do Desvio, o indivíduo que não se enquadrar nas normas estabelecidas por determinados grupos será “etiquetado” como um “desviado” ou um “infrator”, sendo posto às “margens da sociedade”. Diante disso, os controles sociais objetivam afetar a conduta individual para rechaçar comportamentos considerados “desviantes”, muitas vezes acionando variáveis político-ideológicas, como se observa no caso das drogas.

Nas discussões acerca das políticas de drogas, foi evidenciado que o atual modelo repressivo tem se mostrado um fracasso na tentativa de reduzir o consumo. Além disso, todo o fenômeno em torno da proibição do uso e da comercialização de determinadas substâncias tem provocado consequências danosas para diversos setores da sociedade, mas, sobretudo, para as pessoas pertencentes às classes populares.

Identificamos, através dos dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), que houve um aumento considerável dos números de ocorrências envolvendo a posse e o uso de drogas no Brasil nos últimos 5 anos: de 126.091 para 164.879. Quanto ao

tráfico de drogas, observamos que os números também são ascendentes: de 175.030 para 184.586.

Ademais, na cidade do Rio de Janeiro, entre 2021 e 2022, verificamos que foram registradas três das quatro operações policiais mais letais da história (G1, 2022), evidenciando que as intervenções policiais, baseadas nos confrontos e pela lógica da política de repressão às drogas, levam a morte de filhos e filhas das classes populares, pois tais operações ocorrem em favelas e periferias, sob a premissa de que os “criminosos” estão somente nelas.

A construção da ideia de periculosidade das drogas e das pessoas que as utilizam ainda suscita mais exclusão e distancia quem necessita de acolhimento e tratamento adequado para o uso problemático, colocando-as numa categoria de desvio e marginalidade. Portanto, os discursos repressivos e as medidas de caráter penal visando o “combate às drogas” têm produzido efeitos sociais danosos, marcados pela violência, pelo encarceramento em massa e pelo extermínio de jovens e negros moradores das periferias.

Vimos que, por trás da ‘guerra às drogas’ (que, ademais, é uma guerra contra pessoas – principalmente do meio popular), se encontram motivações do governo estadunidense para atingir os seus propósitos político-ideológicos e interferir na vida interna de outros países, o que foi impulsionado pela administração do ex-presidente Richard Nixon (1969-1974) no início dos anos 1970, o qual declarou as drogas como “inimigas da sociedade”.

Desse modo, políticas proibicionistas foram instituídas em diversos países, disseminando-se a visão de que os crimes associados às drogas e à corrupção são de responsabilidade exclusiva dos territórios latino-americanos. Mas, por outro lado, o próprio governo estadunidense é leniente com o tráfico quando este tem relação com variáveis políticas e econômicas do seu interesse, como se observou durante a presidência de Álvaro Uribe na Colômbia.

Diante disso e tendo em atenção a urgência de uma abordagem distinta da realizada pelo proibicionismo, as drogas são concebidas sob a ótica da Educação Popular numa perspectiva contrária ao fracassado modelo hegemônico norteado pela irracionalidade das determinações repressivas. Logo, apresentamos dimensões conceituais e históricas da Educação Popular e suas modalidades de abordagem a respeito das drogas.

Com isso, enfatizamos que os desafios da sociedade contemporânea, os quais não foram objeto de apreciação da versão clássica da Educação Popular desenvolvida nos anos 1960, impõem a necessidade de serem formuladas abordagens sob sua perspectiva, como ocorre no caso das drogas, em que se verifica a urgência de “descolonizá-las” do mapa discursivo proibicionista imposto pela visão bélica sobre o tema.

Dessa forma, ações sob a ótica da Educação Popular devem se basear na concepção de Redução de Danos no contexto do uso problemático e na elaboração de políticas, como também em uma proposta metodológica fundamentada no diálogo e na problematização, em que se utilize uma linguagem não estigmatizante e conteúdos que não propaguem a ideia do “temor às drogas”. A postura aterrorizadora provoca a desumanização das pessoas que consomem essas substâncias, assim como intensifica o binômio proibição-punição, produzindo uma perspectiva não educativa sobre a temática.

No contexto desse trabalho socioeducativo, também destacamos que se faz pertinente a interdisciplinaridade e a promoção dos direitos humanos, em particular nas escolas, abrangendo diferentes áreas do conhecimento. Na educação formal, por exemplo, há de se esclarecer o conceito de droga por meio de uma análise sócio-histórica, assumindo uma concepção contrária às políticas proibicionistas e às informações sensacionalistas constantemente disseminadas na sociedade, principalmente através dos veículos de comunicação.

Adentrando no contexto do campo empírico da pesquisa, desenvolvemos uma retrospectiva do sistema socioeducativo brasileiro e, particularmente, da unidade socioeducativa em que o estudo foi realizado. A propósito, evidenciamos a “rebelião” ocorrida em 2017, que marcou tragicamente a história do *Lar do Garoto* e provocou o impulso para a execução de uma série de medidas visando a melhoria da unidade, como a implementação de uma escola, a atual Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS).

Na origem do sistema socioeducativo no Brasil, assinalamos que as crianças e os adolescentes pobres, sem a autoridade de pais ou responsáveis e sem acesso ao trabalho, passaram a ser alvos do controle estatal e suas instituições em razão de representarem uma “ameaça” à ordem social, já que ocupavam os espaços públicos dos centros urbanos das cidades e nesses locais cometiam atos considerados ilícitos e imorais.

Assim, sob um aspecto autoritário, punitivista e sem garantia de direitos, foi promulgado o primeiro Código de Menores no ano de 1927, apoiado na chamada Doutrina da Situação Irregular, a qual ainda perdurou durante o Código de Menores de 1979. Somente em 1990, por meio da luta dos movimentos sociais e a partir da abertura política do país após o regime ditatorial, foi que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído a fim de promover a reestruturação do sistema voltado para a infância e a juventude, tendo como base o consenso internacional do novo paradigma da Doutrina da Proteção Integral.

Com a promulgação do mencionado estatuto, os adolescentes passaram a ter um sistema legal de direitos a serem assegurados, inclusive por ocasião da prática de delitos. Nesta hipótese, o ECA estabeleceu que o adolescente deve ser submetido ao cumprimento da denominada

medida socioeducativa, uma resposta sancionatória do Estado que deve comportar, além do enfoque jurídico, uma natureza ética e pedagógica.

Dentre as medidas socioeducativas elencadas pelo referido dispositivo legal, a da internação em estabelecimento educacional se configura como a mais rigorosa, uma vez que determina a privação da liberdade do adolescente e, por isso, só deve ser estipulada mediante requisitos específicos. Assim, nas unidades destinadas ao cumprimento dessa medida, devem funcionar escolas comuns e profissionalizantes, bem como devem ser oferecidas atividades culturais, esportivas e de lazer, objetivando o desenvolvimento completo do socioeducando.

Ainda no âmbito do sistema socioeducativo brasileiro, vimos que um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2012 apontou que a maioria dos adolescentes entram nas unidades de internação com um histórico acentuado de evasões escolares, idade defasada na vida escolar e histórico de consumo de drogas (CNJ, 2012). Em particular na Paraíba, o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo para os anos de 2015 a 2024 também mostrou um aumento no número de adolescentes que usam drogas e possuem envolvimento no tráfico (PARAÍBA, 2015).

Diante dessa realidade, percebemos que a temática das drogas merece atenção no contexto dos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. Mais especificamente na unidade de internação *Lar do Garoto*, campo empírico desta pesquisa, o referido assunto costuma ser abordado em atividades promovidas pela própria direção e pelos professores, tanto durante a semana do Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo, como nos conteúdos dos componentes curriculares previstos na BNCC, na oferta de disciplinas eletivas e na disciplina Projeto de Vida.

Assim, foram realizadas observações assistemáticas no *Lar do Garoto*, como também entrevistas semiestruturadas com oito docentes da ECIS e, por meio da análise do material empírico, foi possível – tendo presente a hipótese assumida pelo trabalho – chegar a achados como: 1) tanto há professores que utilizam uma perspectiva proibicionista ao abordar as drogas, assim como há os que apresentam um entendimento distinto a esse enfoque; 2) a escola carece de aperfeiçoamento na infraestrutura, que é reflexo da escassez de investimentos na instituição; 3) os docentes não recebem capacitação para abordar a temática das drogas com os socioeducandos; 4) alguns professores buscam associar o contexto de origem dos adolescentes às aulas e atividades, o que se aproxima dos elementos da Educação Popular; 5) não encontramos evidência do acompanhamento das famílias dos socioeducandos, na instituição, para tratar de temas como o referente às drogas.

Em geral, os resultados da pesquisa mostraram como a perspectiva proibicionista e repressiva continua presente nas percepções que grande parte das pessoas possuem em relação às drogas, principalmente ao se dar ênfase aos malefícios provocados pelas substâncias, em particular as ilícitas, a fim de causar amedrontamento e disseminar “terrorismo”, como os próprios adolescentes afirmam.

Todavia, a maneira pela qual nos referimos às drogas precisa ser mudada para que as nossas percepções sobre elas também o sejam. Dessa forma, verificamos a necessidade de serem proporcionados aportes de formação continuada sobre drogas aos professores, uma vez que a temática requer conhecimento próprio adequado para ser abordada.

Para tanto, as modalidades de abordagem da Educação Popular se fazem promissoras, principalmente com elas se definindo nos marcos de uma Educação Popular refundamentada, que vá além dos seus enfoques clássicos desenvolvidos nos anos 1960. Assim, vemos a importância de serem utilizadas metodologias que estimulem a participação dos adolescentes, valorizem os seus saberes e propiciem a problematização da temática a partir do diálogo e da construção empoderada (*empowerment*) de conhecimentos, não havendo apenas a transmissão de informações. Ademais, consideramos importante que a unidade como um todo envolva mais as famílias dos adolescentes ou seus responsáveis em atividades durante o cumprimento da medida, haja vista ser fundamental esse acompanhamento no processo socioeducativo.

Apesar das dificuldades que possam ser verificadas para efetivar as melhorias necessárias na unidade, sobretudo por questões financeiras e burocráticas inerentes ao sistema socioeducativo, vimos que tanto o corpo docente da escola do *Lar do Garoto* como a própria direção e a Vara da Infância e da Juventude de Campina Grande se mostram dispostos a proporcionar condições para que os adolescentes se integrem à sociedade com uma perspectiva de futuro melhor, principalmente por meio da educação. Com isso, temos a esperança de que, com o empenho dos profissionais, as trajetórias desses adolescentes sejam transformadas, sendo a educação colocada sempre como prioridade.

REFERÊNCIAS

ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014.

AGUIAR, Guilherme Nobre. **Teoria do etiquetamento social, criminalização e estigmatização de jovens periféricos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

ALOCHIO, Thiago de Oliveira. Dimensões Socioeducativas do Teatro do Oprimido: Cultura, Teatro e Educação Populares. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 2, p. 287-304, maio/ago. 2016.

AMÂNCIO, Thiago; ANIZELLI, Eduardo. Brasil aposta no enfrentamento armado, que vitima jovens e negros. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/brasil/efeitos-da-guerra-as-drogas/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

AMORIM, Deborah Cristina. **A doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas sociais: a realidade de Chapecó**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ANDRADE, Samkya Fernandes de Oliveira; ALVES, Railda Sabino Fernandes; BASSANI, Máine Helen Pereira de Almeida. Representações sociais sobre as drogas: um estudo com adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, 2018, p. 437-449, jul./set. 2018.

APÓS rebelião que deixou 7 mortos na PB, governo e juízes trocam acusações de culpa. **UOL**, 4 jun. 2017, 17:49. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/04/apos-rebeliao-que-deixou-7-mortos-na-pb-governo-e-juizes-trocam-acusacoes-de-culpa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARBOSA, Hamilton Elias. **A construção histórica do sentimento de infância: da idade Média à Idade Moderna**. 2007. 40 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Goiânia.

BATISTA, Aline Maria de Melo. Educação popular: algumas reflexões para uma análise prospectiva desse paradigma educativo. **Comunicação & Educação**, v. 12, n. 3, p. 35-42, 2007.

BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz da; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 175-199, jun. 2013.

BELCHIOR, Douglas; MOREIRA, Adriana. Notas sobre bem viver: a guerra às drogas e a educação no Brasil. **Drogas: quanto custa proibir**, 28 abr. 2021. Disponível em:

<https://drogasquantocustaproibir.com.br/artigos/notas-sobre-bem-viver/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros Pereira. **O fim dos intelectuais acadêmicos?** Induções da Capes, desafios às associações científicas e a emergência do intelectual institucionalizado. Campinas: Autores Associados, 2015.

BONI, Valdete Boni; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDANI, Jéssica Zanetti. **Drogas: as representações sociais de professores de escolas da rede municipal de ensino**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. 1. ed. Brasiliense, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, DF: Diário Oficial da União, [2022]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9579.htm. Acesso em: 5 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, p. 77-101, 2006.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Homens e mulheres de “palavra”: diálogo e educação popular. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, p. 207-224, 2009.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular**. João Pessoa: UFPB, 2020.

CANO, Agustín. La metodología de taller en los procesos de educación popular. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**, [s.l], v. 2, n. 2, p. 22-51, 2012.

CARREIRA, Denise; ANDRADE, Leila. A educação popular em contextos de privação de liberdade: a arte-educação na Fundação Casa. **Revista e-Curriculum** (Programa de Pós-graduação em Educação - PUC/SP), São Paulo, v. 14, n. 2, p. 414-436, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27665>. Acesso em: 4 dez. 2020.

CARRILLO, Alfonso Torres. Educación popular y producción de conocimiento. **La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política**, Ciudad de Panamá, n. 32, p. 8-25, 2010. Disponível em: <https://ceaal.org/images/stories/LaPiragua/la%20piragua%2032%20v.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. A emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras conferências internacionais do ópio. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 153-176, jan./jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Manual para incidência da temática do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Panorama nacional**: a execução das medidas socioeducativas de internação. Programa Justiça ao Jovem, 2012. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/panorama_nacional_doj_web.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

COHEN, Albert Kircidel. **Deviance and control**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

COURA, Valdenôra Torres; ALBUQUERQUE, Helder Neves de. Adolescentes em conflito com a lei: um olhar sobre o processo educacional institucional. **Open Minds International Journal**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 137-157, 2020.

COUTINHO, Luciana Gageiro. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Revista de Psicanálise Pulsional**, [s.l.], n. 181, p. 13-19, 2005.

CRONE, Eveline; DAHL, Ronald. Understanding adolescence as a period of social-affective engagement and goal flexibility. **Nature Reviews Neuroscience**, p. 636-650, 2012.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. O Que é Socioeducação? Uma Proposta de Delimitação Conceitual. **Revista Adolescência e Conflitualidade**, n. 17, p. 71-81, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da criança e do adolescente**. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2009.

DANTAS, Jéferson Silveira; RACHADEL, Maria Eduarda Marcelino. Gestão escolar democrática e gestão gerencialista: a disputa pela Educação Básica pública. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 140-153, 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 7 dez. 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 8. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2020.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa; GARCÍA, Rafael de Deus. La Rebelión de la Prisión de Attica (Nueva York, 1971): opresión racial, encarcelamiento em masa y la retórica de la igualdad. **Revista Socio-Jurídicos**, Bogotá, v. 22, n. 1, p. 113-144, 2019.

EM 14 meses, Rio registra 3 das 4 operações mais letais da história, com ao menos 71 mortos. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022, 00:01. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/22/em-14-meses-rio-registra-3-das-4-operacoes-mais-letais-da-historia.ghtml?utm_source=push&utm_medium=app&utm_campaign=pushg1. Acesso em: 22 jul. 2022.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Alianza, 1998.

EREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento à crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sP8smWgyn5fJS77m6Cv4npj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

FARIAS, Hannah Shiva Ludgero; OLIVEIRA, Luciana Figueiredo de; SILVA, Idaene Socorro da; SILVA, Hosana Silmara Eleutério. Educação popular no cuidado integral ao usuário de álcool e outras drogas: um caminho possível. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 219-232, jul. 2020.

FARIELLO, Luiza. Tráfico de drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, 25 nov. 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/9qrj>. Acesso em: 24 dez. 2020.

FÁVERO, Osmar. **Movimento de educação de base - MEB**. In: Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

FELTRIN, Tascieli. **Educação Popular no Brasil**: forças que concorrem para a emergência da escola nacional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia integrada**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/09/anuario-brasileiro-seguranca-publica-2021.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer**: teoria e prática em Educação Popular. Petrópolis: Vozes, 1993.

GARAT, Guillero. **Marihuana y otras yerbas**: prohibición, regulación y uso de drogas en Uruguay. Montevideo: Sudamericana, 2016.

GHIRALDELLI, Paulo. Movimento Operário e Educação Popular na Primeira República. **Cadernos De Pesquisa**, p. 30-38, maio 1986.

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Cammarosano. Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 52, p. 1-19, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.17100>. Acesso em: 30 maio 2022.

GOMES, Rogério Rodrigues; MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. Juventude e substâncias psicoativas: uma perspectiva relativizadora da problemática do desvio. In: FERNANDEZ, Ribas Lobos; ANDRADE, Marcelo Magalhães; NERY FILHO, Antonio (Orgs.). **Drogas e políticas públicas**: educação, saúde coletiva e direitos humanos. Salvador: EDUFBA; Brasília: ABRAMD, 2015. p. 67-84.

GONÇALVES, Fernanda Carneiro Leão; DAL-FARRA, Rossano André. A educação libertadora de Paulo Freire e o teatro na educação em saúde: experiências em uma escola pública no Brasil. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 401-422, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8656428>. Acesso em: 5 jun. 2022.

GONZÁLEZ, Marianela. Genealogía de las drogas en la sociedad. In: **Los usos de drogas y su abordaje en educación – Educación Media**. Montevideo: Junta Nacional de Drogas y Administración Nacional de Educación Pública, 2008. p. 44-47.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HANDLEY, Paul. EUA publica tesouro de arquivos secretos sobre assassinato de John F. Kennedy. **Folha de Pernambuco**, 15 dez. 2021, 20:14. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/eua-publica-tesouro-de-arquivos-secretos-sobre-assassinato-de-john-f/209442/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estado. **Campina Grande**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/campina-grande.html>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana**: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa/CEAAL/ENFOC, 2020.

JESUS, Iris Menezes de. **Escolarização de jovens de 15 a 17 anos em situação de privação de liberdade**: reflexões sobre o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

KENNEDY é morto a tiros em Dallas. **Memorial da democracia**, 2022. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/presidente-dos-eua-e-assassinado>. Acesso em: 4 jun. 2022.

KLUCKHON, Clide. **Antropologia**: Um Espelho para o Homem. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972.

LE BRETON, David. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

LEITE, Ivonaldo. A educação popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 3, p. 10-27, set./dez. 2018.

LEITE, Ivonaldo; CARNEIRO, Samira Fontes. Direitos humanos, drogas e educação: contribuições para uma abordagem inclusiva. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 3., Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/44538>. Acesso em: 17 out. 2021.

LEITE, Ivonaldo (Org.). **Drogas, saúde coletiva e educação**: conhecimentos para a ação formativa. João Pessoa: Idea, 2015.

LEITE, Ivonaldo. **De la sociología de la desviación a la sociología de la educación**: drogas, una perspectiva sobre la política uruguaya de regulación del cannabis y las bases hacia el trabajo socioeducativo. Pós-doutorado em Sociologia – Universidad de La República, Montevideo, 2018.

LEITE, Ivonaldo. Educação popular, ontem e hoje: perspectivas e desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, [s.l.], v. 15, n. 176, p. 89-98, jan. 2016.

LEITE, Ivonaldo. Educação popular, sociedade e drogas: uma perspectiva para o trabalho socioeducativo. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 1-19, 2019.

LEITE, Ivonaldo. La Educación Popular, Paulo Freire y la “muerte” de la dialéctica. **Rebelión**, 8 jul. 2021. Disponível em: <https://rebellion.org/la-educacion-popular-paulo-freire-y-la-muerte-de-la-dialectica/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

LEITE, Ivonaldo. O conhecimento nas margens, *outsiders* e a educação popular desafiada: uma abordagem sobre as drogas e o trabalho socioeducativo. **Revista Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1-22, 2018.

LEITE, Ivonaldo. O insubmisso fio sócio-histórico autogestionário: o lugar da educação popular libertária na história brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 234, p. 97-109, 2022.

LEITE, Ivonaldo. **Nas margens do raio verde, a cannabis e a desocultação dos segredos do proibicionismo**: o escrutínio da sociologia do desvio sobre as drogas. 2021.

LEITE, Ivonaldo. Os (des)caminhos da pesquisa em educação: o feito e o fazer. **Espaço Acadêmico**, ago. 2021. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2021/01/08/os-descaminhos-da-pesquisa-em-educacao-o-feito-e-o-fazer/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LIMA, Tatiane Delurdes de. **O educador social e o pedagogo escolar na prevenção do abuso de drogas na adolescência**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LINHARES, Juliana Magalhães. **História social da infância**. 1. ed. Sobral: Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016.

LIPP, Camila Soares. O discurso das drogas construído pelo direito internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 53-65, 2013.

LOPES, João Eric Mendes. América: as drogas, políticas proibicionistas e uma nova percepção do futuro. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 141-170, jul./dez. 2017.

LOSADA, María Lorenzo; CASTRO, Ana. Consumo de drogas. ¿Desviación o adaptación? La necesidad del análisis cultural y la perspectiva histórica. In: **Los usos de drogas y su abordaje en educación – Educación Media**. Montevideo: Junta Nacional de Drogas y Administración Nacional de Educación Pública, 2008. p. 15-29.

LUCENA, Elis Formiga. **Desenvolvimento e criminalidade**: um estudo do perfil dos adolescentes em conflito com a Lei Penal internos no Lar do Garoto/PB. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, p. 32-36, 2000.

MARINHO, David Glasiel de Azevedo. Vozes de uma história interdita: a educação popular e os direitos humanos na práxis da CEPLAR 1960-1964. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MARTIN Luther King, morte brutal até hoje não foi esclarecida. **Portal Geledés**, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/martin-luther-king-morte-brutal-ate-hoje-nao-foi-esclarecida/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MEJÍA, Marco Raúl. Educación popular hoy: entre su refundamentación o su disolución. **Nómadas**, Bogotá, n. 5, 1996. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105118998010>. Acesso em: 11 jun. 2022.

MEJÍA, Marco Raúl. La Educación Popular: una construcción colectiva desde el Sur y desde abajo. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona, v. 22, n. 62, p. 1-31, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR). **Relatório Mundial sobre Drogas 2020**: Breves Considerações da Coordenação do Comitê do MPPR de Enfrentamento às Drogas. Curitiba: Coordenação do Comitê do Ministério Público do Estado do Paraná de Enfrentamento às Drogas, 2020. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/arquivos/File/Relatorio_Mundial_Drogas.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR). **Relatório Mundial sobre Drogas 2021**: Breves Considerações da Coordenação do Comitê do MPPR de Enfrentamento às Drogas. Curitiba: Coordenação do Comitê do Ministério Público do Estado do Paraná de Enfrentamento às Drogas, 2021. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/arquivos/Relatorio_Mundial_sobre_Drogas_2021_BREVES_CONSI

DERACOES_DA_COORDENACAO_DO_COMITE_DO_MPPR_DE_ENFRENTAMENT
O_AS_DROGAS_5.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ). **Letalidade Policial no Rio de Janeiro em 10 pontos**. 2019. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Após recomendações, Lar do Garoto apresenta melhorias na unidade e redução de internos**. 17 set. 2017. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/apos-recomendacoes-lar-do-garoto-apresenta-melhorias-na-unidade-e-reducao-de-internos>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MODESTO, Celina. Audiências concentradas: Vara da Infância de CG reavalia 22 processos de internos do Lar do Garoto. **Tribunal de Justiça da Paraíba**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/audiencias-concentradas-vara-da-infancia-de-cg-reavalia-22-processos-de-internos-do-lar-do#:~:text=A%20Vara%20da%20Inf%C3%A2ncia%20e,Santos%27%2C%20em%20Lagoa%20Seca>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MOLINA, Antônio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOLINA, Antônio García-Pablos de. **Tratado de criminología**. 3. ed. Valencia: Tirant Lo Branch, 2003.

MONGUÍ, Pablo Elías González. **Procesos de selección negativa**. Bogotá: Universidad Libre, 2013.

MOREIRA, Adriano; SALLES, Leila Maria Ferreira. Crianças e adolescentes na constituinte: fragmentos de luz sobre os invisíveis. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 174-199, 2018.

MOTA NETO, João Colares da; STRECK, Danilo. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 78, p. 207-223, nov./dez. 2019.

NEUMAN, Elias. **La legalización de las drogas**. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1991.

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s.l], p. 131-147, 2014.

NUNES, Maria Fernanda; CORSINO, Patrícia. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação infantil: cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2012.

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. A educação no Brasil no Período Colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 29, p. 153-162, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Josiane Toledo. **O código de menores Mello Mattos de 1927: a concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

OLIVEIRA, Júlia Galeza de. **A concepção socioeducativa em questão: entre o marco legal e limites estruturais à concretização de direitos do adolescente**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Vivian de. **Sistema socioeducativo: uma análise sobre as concepções dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos do Rio de Janeiro**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Marcos Elias de. **Brazil Paraíba Localization Map**, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3K7RdXG>. Acesso em: 2 abr. 2022.

OMS (Organización Mundial de la Salud). **Glosario de términos de alcohol y drogas**. Madrid: Ministerio de Sanidad y Consumo, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3nI8omF>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PAIM, Jairnilson S.; ALMEIDA FILHO, Naomar de Almeida. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

PAIVA, Letícia. A luta de professoras para proteger crianças das balas perdidas no Rio. **Revista Claudia**, 17 fev. 2020, 11:37. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/professoras-favelas-bala-perdida-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5. ed. São Paulo: Ibrades, 1987.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Fundação de Atendimento Socioeducativo “Alice de Almeida” (FUNDAC). **Projeto Político-Pedagógico - Centro Educacional Socioeducativo “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”**. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/indiretas/fundac/arquivos/05-ppp-lar-do-garoto-ls-1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2024)**. 2015. Disponível em: https://www.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/FUNDACPB2019/edital/PLANO-ESTADUAL-DE-ATENDIMENTO-SOCIOEDUCATIVO-DA-PARA-BA_Para-a-Internet.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba**. 2021. Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/eci>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PARLAMENTO brasileiro foi fechado ou dissolvido 18 vezes. **Agência Câmara de Notícias**, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545319-parlamento-brasileiro-foi-fechado-ou-dissolvido-18-vezes/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PASOLINI, Pier P. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2000.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 193-206.

PEDROSA, Leyberson. ECA completa 25 anos: mas ações de proteção a crianças começaram na época colonial. **Portal EBC**, 6 ago. 2020, 14:05. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-direitos-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PETUCO, Dênis. As Três Ondas da Redução de Danos no Brasil. **BIS - Drogas & 30 Anos de Redução de Danos**, [s.l.], v. 21, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361560/bis-v21n2-drogas-30-anos-de-94-103.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

POPULAÇÃO carcerária tem recorde histórico durante a pandemia. **Carta Capital**, 5 jun. 2022, 11:48. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-carceraria-tem-recorde-historico-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

RABUSKY, Amanda Henes. Fenômeno da ostentação: contemporaneidade e constituição da identidade de adolescentes. **Perspectivas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 101-125, jul./dez. 2017.

REIS, Fernando Teixeira; LOUREIRO, Rubens José. O uso do crack durante a gestação e suas repercussões biopsicossociais e espirituais. **Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 105-111, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 dez. 2022.

RIBEIRO, Fernando Bessa; PEREIRA, David A. Iria; MARCIEIRINHA, Cristina. Interpelando o proibicionismo: o caso português como possibilidade de outros caminhos para as políticas de drogas. In: LEITE, Ivonaldo (Org.). **Educação e Sociedade: perspectivas sobre saúde, ambiente e formação**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 101-128.

RIBEIRO, Josimary. **Prevenção ao uso de drogas em duas escolas no Distrito Federal: percepção de gestores e professores**. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. **Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração?** (Etnografia de um estabelecimento educacional). 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2003.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Márcio Urel (Org.). **Análise de conteúdo nas pesquisas qualitativas na área de educação matemática**. Curitiba: CRV, 2019.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Jaqueline Michele Nunes da; RODRIGUES, Rosiane Souza da Silva. Estado da arte de dissertações e teses no Brasil sobre educação financeira e/ou matemática financeira no período de 2000 a 2020. **Em teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [s.l], v. 12, n. 2, 2021.

RODRIGUES, Pedro de Oliveira; OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A política antidrogas dos EUA como estratégia de controle econômico e político da América Latina. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 2, p. 254-270, jul./dez. 2021.

ROJAS, Carolina Ruiz. **Que los jóvenes decidan**: diseño de una propuesta pedagógica desde la educación popular, para abordar el consumo problemático de drogas en los jóvenes. Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia) – Universidad de Antioquia, Colômbia, 2018.

ROLNIK, Raquel; CALIL, Thiago Godoi. Território e proibição: guerra às drogas ou guerra aos pretos e pobres. **Drogas: quanto custa proibir**, 8 maio 2021. Disponível em: <https://drogasquantocustaproibir.com.br/artigos/proibicao-e-territorio/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

ROMAN, Marcelo Domingues. **Psicologia e adolescência encarcerada**: a dimensão educativa de uma atuação em meio à barbárie. 2007. 285 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RYBKA, Larissa Nadine; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, p. 99-109, 2018.

SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos. **“Okaida” e “Estados Unidos”, organizações criminosas**: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo (Orgs.). **Capitalismo e Questão Racial**. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

SANTOS, Júlia Loren dos; VECCHIA, Marcelo Dalla. A vontade em Vygotski: contribuições para a compreensão da “fissura” na dependência de droga. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 200-211, 2018.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/6351?locale-attribute=es>. Acesso em: 5 jun. 2022.

SCARELI, Giovana; DIAS, João Paulo Barreto. Educação e cinema: por uma pedagogia corsária. In: Reunião Nacional ANPED, 40., 2021. **Anais [...]**. Universidade Federal do Pará, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_40_14. Acesso em: 22 jul. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SNAS). Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório da Pesquisa Nacional das medidas socioeducativas em**

meio aberto no sistema único de assistência social. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

SÉRGIO Hondjakoff se nega a ser internado por consumo de drogas e ameaça matar o pai. **Revista QUEM**, 7 jun. 2022, 07:50. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2022/06/sergio-hondjakoff-aparece-alterado-em-live-e-ameaca-matar-o-pai.html>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; CIRILLO, Fernanda Russo. Guerra às drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. **Teoria e Cultura – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**, v. 15, n. 2, 2020.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, p. 707-717, 2005.

SILVA FILHO, Valter Félix da. **O cumprimento de medida socioeducativa de internação no Estado da Paraíba**: um estudo à luz do direito à educação. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2020.

SILVA, Camila Rodrigues da; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo. **G1**, 17 maio 2021, 05:01. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SILVA, Gilvaneide Nunes da; GOMES, Gabriel dos Santos. Sistema socioeducativo no estado da Paraíba: avanços e desafios. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 356-370, maio/ago. 2017.

SILVA, Ione Gomes da. **As drogas no contexto da educação popular**. Orientador: Pedro José Santos Carneiro Cruz. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Ione Gomes da; CRUZ, Pedro José Santos C.; FALCÃO, Emmanuel Fernandes. Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 247-261, jan./abr. 2019.

SILVA, Karla Cristina da. **A garantia do direito à educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. Orientadora: Alice Miriam Happ Botler. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. **Entre proteção e punição**: o controle sociopenal dos adolescentes. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Miguel. Profundizando un enfoque desde lo vincular. In: **Los usos de drogas y su abordaje en educación – Educación Media**. Montevideo: Junta Nacional de Drogas y Administración Nacional de Educación Pública, 2008. p. 30.

SILVA, Wilton Bruno Cardoso da. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 9, 2021.

SILVEIRA, Daniel. Violência policial não diminui ocorrência de crimes no RJ, aponta estudo do Ministério Público. **G1**, Rio de Janeiro, 29 set. 2019, 9:14. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/29/violencia-policial-nao-diminui-ocorrencia-de-crimes-no-rj-aponta-estudo-do-ministerio-publico.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 43-69, maio 2005.

SOUZA, Lais Santos Barbosa de. As drogas no contexto da rede estadual de ensino em Campina Grande/PB: um estudo em representações sociais. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, p. 51-67, 2019.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-257, 2012.

SURJOS, Luciana Togni de Lima e Silva; SILVA, Patricia Carvalho (Orgs.). **Redução de danos: ampliação da vida e materialização de direitos**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo, 2019.

TAVARES, Adeilson da Silva. **Juventude, violência e disciplina: um estudo sobre a privação de liberdade entre jovens infratores na instituição Lar do Garoto/PB**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La nueva criminología: contribución a una teoría social de la conducta desviada**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1997.

TEIXEIRA, Patrícia Santos; STEFANINI, Maria Cristina Bergonzoni; MARTINS, Raul Aragão; CRUZ, Luciana Aparecida Nogueira da. Desenvolvimento cognitivo e sintomas depressivos em adolescentes que fazem uso de bebidas alcoólicas. **Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 3-9, abr. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762011000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 dez. 2022.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raul. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. **Boletim de**

Análise Político-Institucional, n. 18, dez. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4807-181206bapi18cap12.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. **A delinquência acadêmica**: o poder sem saber e o saber sem poder. São Paulo: Rumo Editora, 1979.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). **World Drug Report 2021**. Vienna: United Nations, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/res/wdr2021/field/WDR21_Booklet_2.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). **Drogas**: marco legal. 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 21 maio 2022.

ÚLTIMO corpo de morto em rebelião no Lar do Garoto, na PB, é liberado pelo Numol. **G1**, 5 jun. 2017, 19:16. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/ultimo-corpo-de-morto-em-rebeliao-no-lar-do-garoto-na-pb-e-liberado-pelo-numol.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VASCONCELOS, Antonio Cleano Mesquita *et al.* Educação popular em saúde na abordagem sobre drogas com adolescentes. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2015.

VIANA, Marta Loula Dourado. O CPC da UNE e o debate sobre educação e cultura popular no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 246-269, jun. 2021.

VIDAS aquém da vida. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal MPFPB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=akgK4m-LNAE>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ZOUAIN, Ellen. **Contracultura, experiência e juventude**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2019.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro da entrevista semiestruturada

Esta entrevista tem como pretensão a obtenção de dados para a elaboração da dissertação intitulada “*A questão das drogas no contexto dos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade em Lagoa Seca/PB: uma análise a partir da Educação Popular*”, que está sendo desenvolvida por Thaís Farias de Almeida, estudante do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Educação Popular, sob a orientação do Professor Dr. Ivonaldo Neres Leite. A pesquisa tem como objetivo geral “Analisar como a temática das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes de origem popular que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*, situado no município de Lagoa Seca/PB”.

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Atua como professor(a) há quanto tempo?
- 3) Atua como professor(a) na escola em funcionamento no Centro Socioeducativo Lar do Garoto há quanto tempo?
- 4) Como você define o perfil social dos jovens e adolescentes que estão no Lar do Garoto ou já passaram por ele?
- 5) Tendo em vista a sua vivência no Lar do Garoto, como você avalia e descreve a participação das famílias dos jovens e adolescentes nas atividades desenvolvidas durante o cumprimento de suas medidas socioeducativas?
- 6) Já presenciou ou ouviu falar de jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa no Lar do Garoto comentarem sobre drogas na sala de aula?
- 7) Tem conhecimento de que há socioeducandos no Lar do Garoto usuários de drogas?
- 8) De acordo com sua experiência no Lar do Garoto, qual a sua visão geral em relação às drogas?
- 9) Como você analisa a abordagem das drogas nas atividades desenvolvidas no Lar do Garoto?
- 10) Quais atividades socioeducativas e de lazer são realizadas no Lar do Garoto?
- 11) Enquanto professor(a), você já abordou o tema das drogas na sala de aula? Se sim, de que maneira?
- 12) Na sua opinião, qual o papel da educação e da escola diante da questão das drogas entre os adolescentes e jovens?

- 13) Para você, como o assunto das drogas deve ser abordado no contexto escolar dos jovens e adolescentes do Lar do Garoto?
- 14) Como você avalia a sua formação do ponto de vista dos conhecimentos necessários para abordar a temática das drogas com os socioeducandos do Lar do Garoto?
- 15) Na sua opinião, quais seriam as dificuldades e os obstáculos para se realizar um trabalho educativo sobre o tema das drogas no Lar do Garoto e em unidades semelhantes?
- 16) Qual a sua visão a respeito da Educação Popular? Tem conhecimento sobre suas abordagens ou já ouviu falar?

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012

Prezada/o XXX,

Esta pesquisa, intitulada “*A questão das drogas no contexto dos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade em Lagoa Seca/PB: uma análise a partir da Educação Popular*”, está sendo desenvolvida pela pesquisadora Thaís Farias de Almeida, estudante do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Educação Popular, sob a orientação do Professor Dr. Ivonaldo Neres Leite.

Seu objetivo principal consiste em analisar como a temática das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes de origem popular que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no *Lar do Garoto*, situado no município de Lagoa Seca/PB.

A finalidade deste trabalho é, em suma, investigar como a Educação Popular pode auxiliar na abordagem sobre as drogas entre os jovens e adolescentes de origem popular, averiguando se seus pressupostos teóricos e metodológicos, mais especificamente no tocante à questão das drogas, vem sendo postos em prática no mencionado local de estudo, tendo em vista que este é constituído, em sua maioria, por jovens e adolescentes em vulnerabilidade social, vindos de uma conjuntura marcada pela comercialização e pelo consumo abusivo de drogas.

Como benefício, esta pesquisa contribuirá para que se aborde acerca das drogas nas atividades socioeducativas desenvolvidas no estabelecimento fechado destinado aos adolescentes que praticaram atos infracionais, sem a utilização de estratégias coercitivas, almejando a conscientização. Além disso, irá fornecer elementos científicos em Educação Popular para o âmbito acadêmico e para os profissionais da área de educação, principalmente na prevenção ao consumo abusivo de drogas.

Solicitamos a sua colaboração para a aplicação de entrevista semiestruturada e para a realização de observação participante na instituição, como também sua autorização para

apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados seu nome será mantido em sigilo.

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, já que não serão utilizados métodos invasivos. Todavia, no momento da entrevista semiestruturada, poderá ocorrer um desconforto psicológico do/a entrevistado/a, o que pode levá-lo/a a não querer responder as perguntas postas. Portanto, para que isso seja evitado, deverá ser escolhido um local privado livre da presença de pessoas alheias ao estudo e a pesquisadora fará o possível para minimizar o possível constrangimento, dando o direito de o/a entrevistado/a não responder a qualquer pergunta que lhe cause desconforto.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela mestranda. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na instituição.

A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato da pesquisadora responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Thaís Farias de Almeida - Telefone: (83) 999251719 - E-mail: thaisfalmeida@gmail.com, ou para o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar - CEP 58051-900 - João Pessoa/PB - Telefone: (83) 3216-7791 - E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br.

Apêndice C: Carta de anuência da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e
Tecnologia da Paraíba



ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNO DO ESTADO

SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



OFÍCIO Nº SEE-OFI-2021/04854

Sra.

Thaís Farias de Almeida

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFPB

Universidade Federal da Paraíba

Assunto: Ofício, Carta, Requerimento, Moção ou Voto, Abaixo-assinado

Prezada Senhora,

Ao cumprimentá-la e em atenção ao seu requerimento, que passou a constituir o processo SEE-PRC-2021/11692, levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria que está autorizada a realização do projeto de pesquisa intitulado: "A questão das drogas no contexto dos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade em Lagoa Seca/PB: Uma análise a partir da Educação Popular", na ECI Socioeducativa no Lar do Garoto, Município de Lagoa Seca/PB, conforme pareceres favoráveis da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica - SEGEP e da Assessoria Técnico-Normativa desta Secretaria.

Atenciosamente,

Elis Regina Neves Barreiro

Secretária Executiva de Administração de Suprimentos e Logística

SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRACAO DE SUPRIMENTOS E LOGISTICA



Assinado com senha por ELIS REGINA NEVES BARREIRO em 15/10/2021 - 20:19hs.
Documento Nº: 540247-3325 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=540247-3325>

Classif. documental 06.01.10.03



SEE0FI202104854A

Apêndice D: Termo de autorização da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba – SEDH / Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – FUNDAC



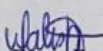
Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH
FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
“ALICE DE ALMEIDA” – FUNDAC

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” – FUNDAC autoriza **THAIS FARIAS DE ALMEIDA**, aluna de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB), realizar a pesquisa intitulada “A questão das drogas no contexto dos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade em Lagoa Seca/PB: uma análise a partir da Educação Popular”, sob a orientação do Professor Doutor Ivonaldo Neres Leite, no Complexo Lar do Garoto “Padre Otávio” - Lagoa Seca/PB. A referida pesquisa tem por objetivo analisar como a temática das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes de origem popular que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo “Lar do Garoto”, situado no município de Lagoa Seca/PB. Ressalta-se que a referida pesquisa está **APROVADA** pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer número 5.255.702 de 22 de fevereiro de 2022.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2022.


Waleska Ramalho Ribeiro

Presidente FUNDAC

Waleska Ramalho Ribeiro
Presidente FUNDAC
Matrícula 663.746-0

FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
“ALICE DE ALMEIDA” – FUNDAC

Avenida Rio Grande do Sul, nº 956 – Bairro dos Estados – João Pessoa-PB
CEP: 58.030-020 Tel.: (83) 3218-5404 (Gabinete)
Email: presidencia@fundac.pb.gov.br

Apêndice E: Quadro 15 – Operacionalização da Fase 4 da Análise Temática das entrevistas

Problema: como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no <i>Lar do Garoto</i>, em Lagoa Seca/PB? Hipótese: a abordagem acerca das drogas junto aos jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade no <i>Lar do Garoto</i> tem sido desenvolvida sob a influência de três condicionalidades: I) a perspectiva proibicionista, difundida pela tese da ‘guerra às drogas’; II) as insuficiências para a efetivação de ações socioeducativas, tanto do ponto de vista infra estrutural como de recursos humanos especializados e III) a inexistência de relação com o contexto de origem dos adolescentes, também no sentido de buscar o acompanhamento das famílias. Objetivos geral e específicos: Geral: Analisar como a questão das drogas tem sido abordada no contexto escolar dos jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo <i>Lar do Garoto</i>, localizado no município de Lagoa Seca/PB. Específicos: - Apresentar aspectos da base analítica da Educação Popular que dialogam com a temática das drogas; - Enfocar a origem do sistema socioeducativo no Brasil e, mais especificamente, o contexto do campo empírico da pesquisa; - Investigar de que maneira os professores atuantes no <i>Lar do Garoto</i>, em Lagoa Seca/PB, têm abordado as drogas no contexto escolar da referida instituição.		
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	-	PERFIL SOCIAL
E2	A grande maioria é baixa renda , né, e em situação de vulnerabilidade social	
E3	A maioria é de baixa renda , né, considerado baixa renda. Existe pobreza extrema aqui né, alunos em estado de miséria , mas a maioria está em estado de pobreza, né. É a classe mais baixa . Mas existe uma pequena porcentagem de alunos de classe média [...] como os meninos são considerados pobres, então a maior parte das famílias estão cadastradas em programas sociais do governo federal, que é o Bolsa Família, o Auxílio Gás...	
E4	[...] respondendo a sua pergunta, como eu vejo a parte social deles, você ‘tá’ dizendo isso, perguntando isso, assim, é essa carência [...] tem problema familiar, a estrutura familiar , o pai é traficante, o pai é ladrão, a mãe é prostituta	
E5	Então, a maioria é de periferia , pobre, é... a maioria pretos e pardos . Há anos que eu percebo... Quando eu cheguei aqui era uma maioria parda, aí depois da pandemia, não sei qual o fenômeno ocorreu, mas aí eu tenho percebido que um público maior preto entrou na unidade. Porque eu observo muito essa questão racial dos adolescentes, é algo que eu observo na vida, né. Então, quando eu cheguei, eu tinha turmas com 1, 2 adolescentes pretos, a maioria parda. Tinha adolescentes que... Nem alunos pretos retintos tinha na turma, era só de pardos e brancos. Mas aí depois da pandemia eu vim percebendo que esse	

	público tem crescido... E a maioria vinda de bairros bem periféricos, ou se não, cidades pequenas da Paraíba [...] de classe média eu nunca cheguei a ter nenhum aluno, mas, assim, que tenha uma vida financeiramente mais confortável, são pouquíssimos assim, 10% vamos dizer, se fosse quantificar, é 10% [...] são alunos que... adolescentes que já têm um histórico na família (<i>de drogas</i>), então é algo naturalizado [...] é algo que eles veem na família, nos amigos, na comunidade em que eles vivem [...]	
E6	[...] a maioria... Quanto mais a pele é mais escura, mais negra, é mais pobre , e quanto mais a pele vai clareando ele vem de uma situação financeira melhor [...] são raros os que são de uma condição financeira boa, mas tem também	
E7	[...] a grande maioria é um pessoal já fragilizado, vamos dizer assim né. Que já vem de lares fragilizados ou de um bairro ou uma comunidade fragilizada, no sentido monetário. É um pessoal pobre mesmo, a maioria [...] a maioria é ou misturado ou negro	
E8	Eles são pobres , a maioria são... Já chegou menino de rua aqui... e a classe social deles se encaixa como pobreza, são poucos quando aparecem que tem uma condição média... eu já vi alguns aparecerem aqui que já tem uma condição média, mas é raro quando aparece [...] Tem a cor negra , na maioria dos casos, mas também tem cor branca [...] eles contam que a droga foi apresentada a eles muito cedo né, quando criança, e aí a gente também fica muito surpreso porque não envolve só eles né, é a questão familiar também [...] a gente percebe que não é deles, também tem o contexto familiar e onde eles moram também, tem apresentado muito cedo [...] eles conhecem, então... “ah, professora, quem me apresentou as drogas”, aí diz, “foi fulano”, às vezes é o pai, às vezes é alguém já da família	
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	Na escola não perguntam sobre o desempenho. Antes da pandemia que acontecia mais, porque tinha o plantão pedagógico no auditório	
E2	[...] pode melhorar, mas é muito pontual, né, as famílias participam mais nos momentos de visitas , mas eu, eu acredito que deveria envolver mais as famílias em algumas atividades que são desenvolvidas aqui [...] Geralmente é mais questão documental mesmo, quando precisa de uma declaração ou alguma coisa. Mas a questão pedagógica em si eles não procuram saber muito não	
E3	Então, as famílias, elas têm mais contato com o corpo técnico, que são as assistentes sociais, psicólogas, porque esse contato familiar é só nas visitas, certo? E as visitas ocorrem no fim de semana. Então, os professores trabalham só de segunda a sexta. Aí, para que a gente tenha contato com as famílias, a gente faz plantões pedagógicos , todo bimestre, todo final de bimestre, a gente pega as notas dos meninos e vem aqui no final de semana, e fica disponível para qualquer pai que quiser informações do filho no âmbito escolar ele entrar em contato com a gente, que a gente ‘tá’ disponível ‘pra’ mostrar as notas do bimestre, dizer quais as matérias que ele ‘tá’ tendo dificuldade, quais que ele ‘tá’ se sobressaindo. Então os plantões pedagógicos é só no final dos bimestres [...] Os pais se interessam de perguntar ‘pra’ gente, mas, assim, não é uma coisa de perguntar com muita ênfase, é só assim “ei, e aí? Meu filho passa esse ano?”. Sabe? É só interesse realmente em saber se o menino ‘tá’ na escola. A maioria é por conta do bolsa família [...]	PRESENÇA DAS FAMÍLIAS
E4	[...] não tem nem como, só tem a visita . Agora quando tem algum evento , dia das mães , dia do... aí eles vêm. Mas as mães e os pais têm a visita aqui no sábado e no domingo. Aí nós professores não temos contato com a família [...] Perguntam [<i>sobre o desempenho escolar</i>] [...] Mas só que também eles sabem, é... eles [<i>pais</i>] já têm uma noção que eles [<i>adolescentes</i>] são bem tratados	

E5	Então, a unidade em si ela é mais fechada a presença externa. Eu sei que há visitas, é... durante a semana, mas são casos específicos, que são as visitas assistidas. São dos pais e mães que não podem vir durante a semana, e aí vem um dia específico da semana, mas no geral as visitas 'é' em final de semana, então a gente não tem muito acompanhamento de como são realizadas as atividades da unidade juntamente à família. É... às vezes tem umas festas tipo Dia da Família, Dia das Mães, festa de final de ano , aí a gente vem né [...] e aí a gente tem contato com os familiares, e pelo que a gente observa é bem... aquela coisa de... visita mesmo e que o sistema adota, né. Fica cada um com a sua mãe ou pai, não vem famílias, muita gente, vem pouca gente, às vezes quando vem muita gente reveza o tempo. Aí fica uma cadeira com um aluno com o acompanhante, fica lá conversando, e é isso [...] como a gente não tem esse contato durante a semana, aí uma vez por mês... uma vez por bimestre, a gente realiza o plantão pedagógico . Aí a gente vem nos finais de semana [...] 'pra' conversar com os familiares, dizer como é que 'tá' o desempenho do adolescente na escola, mas... a gente não tem muito contato. Quando os pais vinham... os pais que vinham durante a semana... agora com a pandemia né, tudo mudou, mas antes, quando a gente 'tava' aqui integralmente os familiares podiam vir presencialmente, aí era que a gente conseguia ter um contato maior com esses familiares que vinham durante a semana; a gente conversava, já conhecia, se identificava, tinha uma relação mais próxima	
E6	[...] sempre tem a presença da família na visita [...] Mas assim, aqui, vamos supor que seja mediana [...] a gente faz o plantão pedagógico . E às vezes, como a visita vem muito focada 'pra' ver mesmo o adolescente, eles nem dão tanta importância assim a saber a situação escolar. Mas acontece de ter, sabe? Acontece de ter pais que se interessam, e perguntam a gente como é, ficam felizes porque dizem que o filho 'tá' estudando [...]	
E7	[...] como 'tava' em período de pandemia quando eu entrei as visitas 'tavam' muito limitadas, então a gente não 'tava' fazendo plantão pedagógico [...] Eu tive contato com as famílias na festa de natal , mas foi só de vista [...]	
E8	As famílias, elas sempre vêm nas visitas no final de semana [...] A gente tem os plantões pedagógicos durante o ano, a gente tem quatro plantões 'pra' dizer as notas bimestrais a eles, às famílias, e aí elas ficam contentes porque muitas das vezes eles não 'tão' estudando fora né, e aqui quando a gente pergunta eles tão dois, três anos sem estudar, e quando chega aqui eles voltam a estudar, eles ficam surpresos porque é obrigação do Estado garantir né, a educação 'pra' eles, e aí de certa forma elas ficam contentes né, porque vê que o aluno não fica ocioso, ele fica com aquelas tarefas 'pra' fazer no dia a dia	
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	Tem as atividades esportivas que a escola oferece, que é justamente no horário do banho de sol deles, que antes da escola o horário de banho deles eles jogavam bola apenas, não era direcionada com o professor [...] Tem um professor de educação física, tanto no período da manhã como da tarde [...] a gente fazia os tabuleiros de xadrez, que eles jogavam, tinham sempre jogos de, como chama? De mesa? De tabuleiros	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LAR DO GAROTO
E2	[...] temos as aulas né, que pertencem a escola, a prática esportiva , que é junto com o solário deles, temos cursos profissionalizantes , temos os atendimentos técnicos e as visitas nos finais de semana	
E3	Então assim, é muito importante essas atividades, por quê? Porque o banho de sol, como eles chamam, é o momento de eles fazerem exercício físico. Os meninos da nossa unidade, eles saem do quarto em 3 momentos. A do banho de sol, que é onde eles podem fazer os esportes , educação física, se movimentar, correr, extravasar energia,	

	desopilar, certo, é esse momento. O segundo momento é o momento da escola, quando eles saem, certo, e muitos não gostam de aula, é comum, muitos evadidos né. Fora não assiste aula, então aqui eles são obrigados, então muitos não vêm com bom humor, né. E o terceiro momento é quando eles vão fazer alguma atividade técnica, se eles vêm falar com a psicóloga, assistente social ou médico [...] quando eles têm esse momento do banho de sol, de prática esportiva, eles têm a oportunidade de conversar com meninos de outros quartos. Então é realmente muito importante essa parte do esporte. Por isso que a gente tem dois professores que fazem atividades como futebol, de quadra, futebol de areia, vôlei, eles trabalham o vôlei de duplas, o vôlei de praia, que seria o vôlei na areia, eles fazem gincanas, corridas, salto à distância, e enfim, várias... jogos. A parte de educação também, de educação física, envolve jogos né, dama, xadrez, ludo, jogos de estratégia, jogos de memória, dominó, entendeu? Então isso faz parte também desse, dessa parte de lazer, que eles chamam de banho de sol, né	
E4	Atividade de esporte eu sempre ‘tô’ envolvido com os meninos [...] Aqui tem, tem essa quadra aí, tem o campo, tem o vôlei de areia que eles gostam muito [...] Dentro do Lar tem muita coisa. É como eu ‘tô’ dizendo, lembra quando eu disse a você que o pessoal só olha o que é ruim? Se no Lar do Garoto aqui tiver uma rebelião, o pessoal vai sair na manchete e tudo, mas ninguém, poucas pessoas, eu nunca vi nem a imprensa chegar aqui e mostrar esse curso que é remunerado que tem aqui. Você sabe que tem um curso que é remunerado? Tem um curso remunerado aqui que os meninos saem daqui com 3 mil reais, passa um ano [...] É um curso que tem aí que é em parceria com a, acho que é com a AeC Relacionamento, com o SENAI também [...] ‘Pra’ você ver como eles querem a oportunidade, já teve adolescente que ‘tava’ ‘pra’ sair faltava seis meses, então o diretor chegou lá e disse ‘ó, tem um curso que é remunerado, só que vai ter que passar um ano’, ele disse ‘eu fico’, ou seja, ele preferiu passar mais seis meses aqui e fazer o curso [...] É importante demais, sem essas atividades aqui eu acho que o Lar do Garoto seria um presídio. Tem curso aqui de energia solar. Teve um curso aqui de encanador, curso de eletricidade, curso de informática. Então tudo isso é importante, né. Claro, tem uns que não vão seguir, tudo bem, mas de qualquer forma ajuda ele no comportamento aqui, muito, né, porque isso é uma forma de ele se distrair	
E5	Os meninos têm prática esportiva, é o que eles têm de lazer. Às vezes a escola promove algumas atividades lúdicas ‘pra’ tentar quebrar a rotina, promove uma olimpíada... Esporte é algo que funciona muito com eles, então a gente promove uma olimpíada, promove uma gincana, promove uma sala de, de... agora que a gente ‘tá’ com uma televisão fixa a gente ‘tá’ trazendo documentários, filmes, é... inserindo leitura com eles, então às vezes a gente consegue trazer algumas [...] apresentações, inclusive a gente tem uma parceria com o Maraca Grande, que é um grupo de maracatu de Campina [...] de percussão em maracatu... e um grupo de estudos de cavalo marinho, que é de cultura popular também [...] a escola tenta promover essas atividades dentro do calendário que a gente consegue organizar	
E6	Eles têm as práticas esportivas [...] Eu acredito que todo mês tem algum torneio de futebol, de vôlei, de... Essas atividades esportivas que os professores trazem. A gente já fez também de jogos de tabuleiro né que chama [...] Principalmente de esportes, é o que eles mais gostam né	
E7	Eles têm o solário né, que é o banho de sol, que muitas vezes acontece junto do momento de prática esportiva dos professores de educação física, eles já aproveitam o momento ‘pra’ fazer isso, que a grande maioria gosta muito de esporte, então faz sucesso. Os próprios	

	professores de educação física de vez em quando fazem gincana, competições entre eles, de vôlei, de outras coisas, que se deixar eles querem só fazer futebol o tempo todo. Os professores tentam incentivar outras modalidades. E fora do esporte eu sei que tem os meninos que fazem artesanato independente , lá dentro, ‘pra’ passar o tempo. Então eles pedem às vezes material ‘pra’ gente, como celofane, folha de ofício, folhas coloridas, ‘pra’ eles fazerem essas coisas [...] Aí agora a escola criou também a cineteca , em conjunto com a direção do Lar, em que tem uma TV lá e que os professores têm utilizado semanalmente ‘pra’ passar algum conteúdo na TV [...]	
E8	Eles jogam futebol, eles jogam vôlei, aí em sala de aula eles podem brincar de dominó, a gente tem tabuleiro de damas, dominó, essas coisas básicas [...] os professores de educação física geralmente se dividem ‘pra’ ficar com eles na prática esportiva e também em sala de aula [...] quando tem algum aluno que a gente percebe que ele ‘tá’ um pouco inquieto e a gente não consegue dar aula aí a gente vai falar um pouquinho sobre projeto de vida, aí a gente traz um jogo ‘pra’ brincar com eles, coloca uma música, e aí ‘pra’ ver se o aluno relaxa, porque você não pode chegar e dar aula você vendo que o aluno não ‘tá’ bem, então a gente tem que ter todo esse cuidado	
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	Sim, várias vezes. Falam para liberar o uso, que se sentem melhor quando utilizam, perguntam se eu já experimentei e falam para eu experimentar porque é bom. Falam sem constrangimento [...] eles falam abertamente e sabemos porque eles têm abstinência também [...] eu percebo, pelo menos, a falta que eles sentem no início, quando eles chegam aqui, mas com um certo tempo você percebe que eles, tipo, nem comentam mais sobre isso [...] tem até a questão ‘deles’ ‘comprar’ droga, ficar devendo, não poder pagar, e aí ‘pra’ não acontecer isso eles mesmos faziam as suas drogas, inclusive aqui antigamente eles faziam... misturavam várias coisas ‘pra’ poder se doparem na época, sabe... antigamente né... [...] na realidade ‘pra’ eles, essas drogas, mesmo assim sendo feita por eles mesmos, eles misturavam seja o que fosse só ‘pra’ dar uma sensação de tranquilidade a eles, diferente...	RELAÇÃO COM AS DROGAS
E2	Vários, em sala de aula, em momentos de conversa, de lazer deles, enfim [...] eles se autodeclaram	
E3	Sempre [...] É super corriqueiro. Eles falam todos os dias, se a gente deixar. E 100% são usuários, ou são usuários, é... ou desenvolveram algum tipo de, é... algum vício. Já desenvolveram vício . Assim, uma pouca quantidade tem vício, mas, assim, que já consumiram ou que consomem quando não estão aqui, que aqui é proibido, né, não entra, então... nem cigarro, né, porque cigarro , de qualquer forma, pela lei, é só ‘pra’ ser consumido ‘pra’ maiores de 18 anos. Então aqui não entra nenhum tipo de droga, nem lícita, nem ilícita. É ‘pra’ ser assim, né. E aí eles comentam que ‘tá’ com saudade de fumar , de tudo... E quando a gente pergunta eles respondem de forma bem natural né, de que fazem o uso quando estão livres [...] Bebida alcoólica eles consomem quando eles falam que vão ‘pro’ ‘rolêzinho’, né, festa, essas coisas. Mas o maior consumo que a gente verifica aqui é maconha [...] com relação aqui ao Lar do Garoto, eles acreditam que porque a droga é lícita, ou seja, é permitido o consumo, o porte, o uso, a venda, enfim, eles acreditam que eles podem consumir a qualquer momento, independente se for maior ou menor. Então, se é lícito, é porque não tem problema, eles podem consumir a qualquer hora. Eles não têm noção de problemas de saúde, de questão, é... Se vai desenvolver alguma dependência , eles não se incomodam com isso. E a outra coisa que a gente verifica muito aqui é que se é natural, pode à vontade. E a gente sabe que a diferença de um veneno ‘pra’ um medicamento é só a dosagem. Então, os princípios ativos que existem nas plantas eles podem ser fatais se consumidos, se tiver uma overdose né, se for a dose	

	acima do que o corpo, é... consegue assimilar. Então, eles acreditam que maconha é natural, pode. Pode ser feito o consumo. E eles não acreditam que por ser tão comum seja ilícito. Mesmo no Código Penal dizendo que porte, posse e consumo, é... venda, troca, é tudo proibido. Então eles não têm essa noção. “Mas professora, a gente acha tão fácil!”, certo, é fácil, mas é proibido. “Mas professora, a gente pode comprar bebida alcoólica a qualquer momento, em qualquer lugar”, certo, mas é proibido, você é menor de idade. Então eles não têm essa noção, assim, de, porque é fácil, ‘pra’ eles é, é... lícito. E por ser natural também, por ser comum, eles podem utilizar. E por eles não conhecerem ninguém que tenha morrido, ou que todo mundo use, inclusive os pais, então ‘pra’ eles é... é saudável, pode... então, assim... há todo um contexto social [...] o terceiro fator de que há um desnível aqui é justamente porque muitos são dependentes [...] Então por esses meninos já estar num uso constante de maconha, cerca de... Teve menino que disse que usava 18 cigarros de maconha por dia, então chega um momento que ele ‘tá’ perdendo já essa capacidade de aprender. Então a gente passa uma informação ‘pra’ ele, além de ele não prestar atenção ele não assimila. Então a gente ‘tá’ constantemente repetindo informações. Então, imagina uma professora de matemática, <i>(foi citado o nome da professora de matemática)</i> ‘tá’ de prova, você passar quase 1 ano todo dando as 4 operações básicas. Porque ele não evolui ‘pra’ potência, ele não evolui ‘pra’ raiz quadrada. Porque já é mais uma evolução das quatro operações básicas. E aí com esse déficit de atenção, as informações vão ter que ser repetitivas, então a gente tem um desnível muito grande e eu creio que muito desse desnível, além dos fatores sociais, dos fatores, da situação deles com problema de lei, é justamente pelo consumo de drogas [...] eles acreditam que as drogas, por serem de fácil acesso, são legais, por serem naturais não tem nenhum tipo de perigo, e é o dia a dia deles. Quando eles ‘tão’ na rua, eles consomem no meio da rua, é um fator social, porque todo mundo faz, eles ‘tão’ enturmados fazendo também [...] Eles já se enturam, eles já falam, eles já dizem que ‘tá’ com saudade, eles já contam como é os efeitos colaterais, eles perguntam ‘pra’ gente se a gente consumiu, se tem vontade, se a gente tem curiosidade, fala ‘pra’ gente como é que é, onde encontra. Então, assim, ‘pra’ eles é um tema muito... de tão corriqueiro [...] no contexto deles às vezes pai, mãe e irmão, tudo é usuário. Tem meninos aqui que ‘tão’ preso porque tem, como popularmente chamado, uma boca de fumo. ‘Pra’ eles é normal, entendeu? É como se fosse um negócio. “Ah, eu tenho um mercadinho”, “Ah, eu tenho uma boca de fumo”. É um meio de vida né, de você conseguir dinheiro [...] a gente começa a falar em maconha e o menino já fica “eita meu irmão, ‘tô’ com saudade!”, sabe?
E4	Aqui eles falam assim, que na escola, fora, na cidade né, nos bairros deles, tem sim. Isso é normal [...] Tem muitos que iam ‘pra’ escola só ‘pra’ traficar [...] Fumar um cigarro de maconha ‘pra’ eles é normal [...] eles usam droga normalmente, como se fosse uma coisa normal, ‘pra’ eles aquilo é normal [...] A maioria desses adolescentes usam droga, e é como eu disse, é coisa natural ‘pra’ eles. Eles fumam maconha normal né, antes de entrar aqui eles já usavam. É a banalidade como eu ‘tô’ dizendo. Muitos é como ostentação, eles fazem questão de no Instagram, no Facebook, no status, ‘tá’ postando cigarro, um baseado, eles fazem questão disso, porque eles acham isso bonito [...] A escola ajuda muito nisso porque tem várias atividades, né, tem várias atividades. Porque aqui é diferente do presídio, não existe nem cigarro. Então o que é que acontece. Eles não têm acesso a isso. Então a abstinência é grande, de um menino que vem aí usando maconha todo dia, e muitas vezes até duas ou três vezes por dia. Aí quando chega aqui... teve menino aqui que teve abstinência, ‘tava’ tendo convulsões aí, entendeu [...] A vantagem também do Lar do Garoto né, de eles

	estarem aqui, é justamente isso, porque tem muitos que acabam deixando a droga, justamente porque passa 2 anos aqui sem usar aí às vezes deixa mesmo, entendeu, tem essa vantagem também [...] Tem muitos que usa droga ‘pra’ isso, é aquela coisa, eu vou beber ‘pra’ esquecer os meus problemas, então tem uns que fumam ‘pra’ esquecer os problemas, porque ele vive como ele vive, em outra <i>vibe</i> , em outro mundo, entendeu como é que é? ‘Pra’ esquecer, matar a fome, tudo, apesar de que aquilo dá muita fome, hoje em dia os “caba” tem fome quando usa né, depois que usa, é a chamada larica. Então assim, a questão da droga é a banalização, não tem como. Então eles não têm uma orientação de nada, aí junta tudo, banalização, parte financeira...	
E5	Sim. Sempre. Desde o comentário corriqueiro sobre <i>maconha</i> , sobre <i>cheirar pó</i> , sobre ‘piadinhas’, saudade disso, saudade daquilo, também nas discussões em sala de aula quando um assunto puxa a conversa. Mas é um assunto presente [...] Boa parte já ‘tiveram’ experiência com algum tipo de droga, desde a... não são todos, já teve adolescente que disse que não, não, não fuma maconha, não fuma cigarro, o máximo de, de contato é com bebida alcoólica. E já presenciei adolescentes tendo crise de <i>abstinência</i> . Acho que foi uma das cenas mais chocantes que, que eu vi aqui dentro, porque eu nunca tinha visto uma pessoa tendo abstinência de, de... do jeito que eu vi. Eu já vi pessoas tendo abstinência de álcool no hospital, quando meu pai foi internado, aí ficou numa ala onde tinha uma pessoa que era viciada, e ela teve uma crise, mas não, não foi do jeito que eu vi um adolescente que teve que vários agentes segurar o menino... babando né... como se ‘tivesse’ vomitando, se debatendo. Na época ‘tava’ o advogado aqui, o advogado colocando ele no colo ‘pra’ tentar controlar. E era um menino bem novinho, sabe? Um ‘pirralhinho’. Foi muito chocante [...] são alunos que... adolescentes que já têm um <i>histórico na família</i> , então é algo <i>naturalizado</i> [...] é algo que eles veem na família, nos amigos, na comunidade em que eles vivem [...] Fumar <i>maconha</i> ‘pra’ eles é a mesma coisa que ‘tá’ bebendo um copo d’água, é tão natural quanto	
E6	Com certeza. Todo dia, todas as aulas eles comentam. Eles <i>sentem muita falta</i> né, a maioria. Assim, os que são mais abertos a falar né, falam mesmo, sem vergonha, tem uns que ficam mais calados, mas se a gente perguntar eles respondem [...] Normalmente. Desenham muito a folha de <i>maconha</i> , muito, a maioria tem, muitos tem tatuada na pele né. Eles desenham no caderno. Se você pegar o caderno você vai ver... Desenham na mesa. Eu fico o tempo todo “Ei, quem limpa essas mesas aí é a gente, não risque não”. Quando eu vou olhar o que tem na mesa é o desenho. Então assim, eu acho que... a falta né, que eles sentem, o desejo de usar, eles ficam... desenhando [...] usam bastante e falam né, os tipos, a qualidade. Esse que passou aqui agora, ele uma vez quase me deu uma aula falando da qualidade, dos preços [...] eles têm <i>conhecimento</i> , assim... muito vasto [...] Eles me falam muito, alguns, que foi a porta de entrada né, ‘pra’ vida do crime, foi as drogas [...] Mas assim, até as drogas mais que a gente considera fracas, <i>lóló</i> ... muitos já me disseram que começaram, que a porta de entrada foi o <i>lóló</i> , a maconha, e aí o <i>pó</i> , é uma escadinha né, crescente. E muitos já me disseram também que usam que é ‘pra’ na hora de praticar o ato, né, infracional. Então é tipo o que dá o estiga, dá a vontade, a adrenalina aumenta, não sei [...] São raros os que me disseram que não usa nada, assim, conta uns 2, 3 [...] também já houve casos de a gente ver o menino meio que passando mal, não sei se era quase uma crise de <i>abstinência</i> . Em sala de aula, muito agitado, muito nervoso, muito... Não, leva ‘pro’ quarto, né, que a gente não tem, não tem o que fazer aqui, não sabe como agir [...] <i>[já identificou sinais de abstinência?]</i> Já, já, várias vezes. E têm uns que falam, quando chega	
E7	Comentários? Já, já sim, é bem normal, é bem comum. A maioria tem algum envolvimento com <i>maconha</i> , então eles <i>sentem falta</i> , falam às	

	vezes, simulam às vezes na sala com um papel ou alguma coisa assim que é um cigarro ; drogas lícitas, todos falam em álcool , a maioria fala em álcool, alguns até falam em cigarro mesmo, cigarro normal. Inclusive recentemente um menino se incomodou porque sentiu o cheiro de cigarro aqui e ficou, né. Eles ficam em abstinência , né, então bateu aquela coisa. E outras drogas eles evitam falar, mas já ouvi sobre lança perfume também, de vez em quando soltam comentários [...] Sim, que eram, no momento não, mas sim, já foram, com certeza. Tanto lícitas quanto ilícitas	
E8	Já, antes eles falavam muito. Assim, 217, 218 a quantidade de alunos que falava era maior, mas hoje em dia, em sala de aula, eu não vejo eles falando, mas antes era muito recorrente. Assim que eu entrei aqui era natural falar sobre maconha , sobre as drogas que eles usavam. Mas eu percebo que atualmente eles estão falando pouco, eu acho que é o respeito que eles têm, ‘pra’ não ‘tá’ falando mais sobre esse assunto em sala de aula, mas esse ano, assim, eu vi que diminuiu bastante os assuntos sobre as drogas, mas antes eles falavam muito [...] Antes tinham uns que até entravam em abstinência , que tinham que ser atendidos por um médico, às vezes tinha que levar ‘pra’ atendimento, porque sentiam muito essa falta e chegavam a ter abstinência. A gente de vez em quando via, eles mudavam de humor, ficavam estressados e a gente percebia, falava com a assistente social ou a psicóloga dele, e aí eles eram atendidos [...] eles contam que a droga foi apresentada a eles muito cedo né, quando criança, e aí a gente também fica muito surpreso porque não envolve só eles né, é a questão familiar também [...] a gente percebe que não é deles, também tem o contexto familiar e onde eles moram também, tem apresentado muito cedo [...] eles conhecem, então... “ah, professora, quem me apresentou as drogas”, aí diz, “foi fulano”, às vezes é o pai, às vezes é alguém já da família. Então ‘pra’ eles falar de drogas é fácil, porque é uma vivência deles. Eles falam coisa de drogas que a gente nem conhece né, então ‘pra’ eles é bem fácil [...] você vê que não é todas as turmas que os meninos comentam não, tem uns que falam que não usam né [...] a maioria já conheceu já. Pelo tempo que eu ‘tô’ aqui a maioria já conheceu já, com certeza [...] chegou um adolescente agora recente na provisória que ele disse que era muito viciado em cigarro , só que ele disse que quando entrou aqui começou a pensar que ele não tem mais essa necessidade de fumar, então ele disse que não quer mais quando sair [...] ele não ‘tá’ em abstinência né, então ele disse que quando saísse não ia sentir a falta de cigarro, porque entrou aqui e ‘tá’ bem de boa. Aí ele disse que quando saísse não ia procurar mais esse vício e ‘pra’ não decepcionar mais a mãe dele e nem a avó [...]	
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	<i>Já abordou</i> – [...] já dei uma disciplina eletiva de drogas e no início foi bem mais difícil para falar porque a gente teve que pesquisar , pelo menos eu, que nunca tive conhecimento de alguns tipos de droga que eles falavam [...] a gente ‘tá’ tentando sempre tocar na tecla de que... drogas ilícitas né... [...] Foi muito positivo. Primeiro porque eu aprendi muito com eles, muita coisa que eu não sabia que existia que eles mesmos falavam [...] o conhecimento deles científico dessas, das drogas que a gente apresentava ‘pra’ eles, eles não sabiam, já era mais popular né [...] eu falei muito das drogas que, é... caseira [...] tem uma parcela muito alta de responsabilidade em orientar os jovens em relação a isso [...] eu acho que deveria ser uma parceria, não só a escola , ‘tá’ entendendo? Ficar com esse papel de ‘tá’... [...] Até porque tem os psicólogos, tem assistente social, tem o Ministério Público, que vem sempre aqui, ‘tá’ entendendo? Eu acho que deveria ser uma parceria, que ajudasse mais nesse trabalho [...] Materiais , como posso dizer... tecnológicos, ‘pra’ poder assistir vídeos, ‘tá’ entendendo? Até que tinha, mas acaba desgastando com o tempo [...] estrutura de um	ABORDAGENS DAS DROGAS NO LAR DO GAROTO

	local adequado para poder trazer isso, para poder... Até porque o próprio material que a gente vai trazer, o conteúdo, a gente tem que verificar se pode ou não, porque às vezes não é nem a questão de você falar da droga, é como você fala da droga. Porque às vezes as pessoas levam para o outro lado. Ah, 'tá' incentivando o menino a isso e aquilo... Até uma canção que eu trabalhei em Projeto de Vida, 'tava' falando sobre prender, é... prender pobre, sem prova, e soltar o vestido de paletó, tá entendendo? [...] a gente tem que 'tá' se policiando sempre no que faz [...] se você vai ser criticado ou não [...] é um papel que eu posso dizer que tem uma parcela muito alta de responsabilidade em orientar os jovens em relação a isso [...] deveria ser um tema, é... recorrente nas escolas, 'tá' sempre promovendo, é... eventos 'pra' que viessem pessoas de fora pra 'tá' trabalhando... é... pessoas que já foram usuárias pra 'tá' trazendo exemplos 'pra' eles, porque muitas vezes eles acreditam que não são capazes de deixar, porque não conseguem. Então, é muito importante o papel da escola [...] até porque eles precisam saber quais os efeitos colaterais né, que muitos sentem, veem, mas não... como é que eu posso dizer? Eles não conseguem ligar, é... o mal que faz... do uso [...] Não, na realidade nenhum [conhecimento]. Na graduação e na especialização não, vem incrementar se for nos cursos que eu fiz né, após entrar na área, porque eu tive a necessidade. Aí sim, a gente busca, mas, antes, não	
E2	Eu considero que é uma abordagem suficiente por parte da escola, né, a gente trabalha em eletivas, trabalha na disciplina de biologia, enfim, trabalha de forma interdisciplinar, trabalha em Projeto de Vida, mas a gente precisa potencializar, se for avaliar a unidade como um todo né, 'tô' dizendo basicamente a escola, mas a unidade como um todo poderia somar esforços disso aí também [...] <i>Já abordou</i> – [...] em geografia não, mas em Projeto de Vida, sim, quando eu fui professor [...] Foi numa abordagem mais no sentido de conscientização mesmo em si, né... como eu 'tava' trabalhando a temática dentro de uma disciplina que não pode desvirtuar tanto a finalidade da disciplina, que é o Projeto de Vida, foi tentando mais fazer esse vínculo de conscientização deles, o que era que aquilo ia acarretar para o desenvolvimento deles, da vida deles, do profissional deles, então, foi nesse sentido [...] Primeiro aqui tem que ser abordado no sentido de conhecimento, né, do que é a temática, porque muitos deles fazem uso, comercializam, mas na verdade não sabem nem o que é que 'tá' comercializando, o que é que 'tá' usando, o que é que compõe aquilo ali, as definições básicas eles não conhecem, né, 'tá' usando uma substância e não sabe nem o que é que tem ali. Então, muitas vezes a gente 'tá' em sala de aula trabalhando e explicando e eles "é professor, existe isso aí? A gente não sabia que essa composição aqui formava isso...". Então, eu acho que tem que partir do princípio básico, de definições, de conhecimento, até a esfera de conscientização mesmo, enfim, de forma geral [...] Na verdade, desafio para a questão da temática eu não visualizo nenhum não, é tranquilo. A gente iria enfrentar outros desafios que são inerentes a socioeducação, a nossa estrutura particular, mas referente a própria temática não tem nenhum gargalo não [...] a gente tem dificuldade de espaço, tem dificuldade de achar tempo disponível para trabalhar com eles [...] (<i>educação</i>) Primordial né, porque assim, eu acredito que ainda que das muitas negações, privações, que esses adolescentes, eles têm, não só da liberdade, mas outras privações que a vida já impôs a eles, eu acho que das poucas ferramentas que eles podem ter em mãos é o conhecimento, né, e aí a gente tem essa missão de conscientizar, de proporcionar a evolução educativa deles, porque por meio da educação é que eles conseguem transformar o modo de pensar, o modo de agir, né [...] A gente da licenciatura não, não... vê, não paga cadeiras, nada	

	relacionado à privação da liberdade, ao socioeducativo, e muito menos o uso de drogas nesse contexto de uma socioeducação	
E3	É muito fácil abordar drogas aqui. Primeiro, porque todos eles já tiveram contato com algum tipo de droga. E segundo, por eles acharem tão natural, a gente começa a dizer “gente, e aí, quais são as drogas que vocês consomem?”. Já, já puxa assunto. Então é muito fácil a abordagem [...] a abordagem é tão natural que é como a gente perguntar se ele comeu cuscuz com ovo hoje. Porque é uma coisa que não é... por exemplo, se você for conversar isso num colégio particular, existe um entrave, por quê? Porque é aquela parte da sociedade que teoricamente segue as leis, que tem problema com esse estigma, por exemplo, maconheiro. Ah, numa escola particular se você chegar e chamar alguém de maconheiro, rapaz, aquilo dali dá problema. Já aqui não. “Maconheiro, professora? Oxe, sou demais!”. Então ‘pra’ eles, é comum. Então, é muito fácil a abordagem, aqui principalmente. Qualquer aula que a gente puxar assunto de droga... [...] ‘pra’ eles é um tema muito... de tão corriqueiro, se torna de fácil comunicação [...] <i>Já abordou</i> – ‘Ixe’, muitas vezes. Eu tive já duas eletivas que abordavam o assunto, inclusive tivemos exposição de cartazes feitos por eles mesmos, e durante a eletiva a gente passou diversos documentários, de usuários, ex usuários, ‘pra’ a gente inserir nele a ideia de que droga não é comum, drogas é... tem, é... a parte legal, né, que eles têm que aprender essa parte legal, ‘pra’ eles droga... Inclusive, muitos aqui estão presos por tráfico de drogas. E a gente tenta passar tanto a parte legal das drogas, como a parte científica, o que é que causa, quais os efeitos colaterais, quais os tipos de, de... é... efeitos que podem surgir, né, efeitos calmantes, efeitos excitativos. Então, isso daí é passado ‘pra’ eles, a gente tenta passar isso ‘pra’ eles, e a parte mais que interessa é nos efeitos colaterais a longo prazo. Porque é super interessante você ‘tá’ numa festa e cheirar uma cocaína ‘pra’ deixar você animado, porque cocaína tem o efeito excitatório, um efeito excitante, vai acordar o sistema nervoso central. É... e aí, é muito interessante isso numa festa, esse efeito, né, de excitação, de euforia, que você fica destemido, mas o que é que pode acontecer depois que você para de consumir, certo? Então, eles têm que saber que causa uma dependência, que a dependência ‘pra’ você sair é muito extenuante, por isso que muitos desistem e voltam de novo a consumir drogas. Quando você desenvolve, isso é uma doença, né, é uma doença crônica, dependência química é uma doença crônica, no mesmo patamar da diabetes, da hipertensão, não tem cura [...] Alcoolismo, tabagismo... então, você ‘tá’ sempre na iminência de cair de novo no consumo e desenvolver de novo a abstinência. Obesidade, ‘tá’ no mesmo patamar, né, depressão. Então é uma coisa séria. Então a gente tenta dizer ‘pra’ eles que o consumo na hora é interessante, mas depois. A gente tenta também falar do contexto social. Menino que começa vendendo drogas, depois é levado ao consumo, depois não consegue pagar o próprio consumo, entra no crime e muitos ‘tão’ presos por porte ilegal de armas, por roubo qualificado, roubo majorado, latrocínio, porque começaram a consumir drogas. Então isso é um fator social. E a gente tenta incutir na cabeça deles, que droga não é só lazer [...] a gente conscientiza tanto na parte de saúde, quanto no contexto social, né. E no contexto legal também, que a gente mostra em lei que isso é proibido, que eles ‘tão’ aqui porque tem problema com a lei, então como tem problema com a lei, ‘pra’ evitar, a gente tem que dizer [...] <i>como o assunto deve ser abordado</i>] Aqui de forma mais comum possível, simples possível, sem papas na língua, literalmente é chegar e falar. Como eles dizem, “na real, papo reto”. Por quê? Porque os meninos aqui, por ter déficit de... dificuldade de assimilar informações, enfim, a gente não pode chegar todo cheio de ‘pompa’. Então a gente tem que chegar na linguagem deles [...] Uma linguagem bem	

coloquial, bem... assim, possível, a ideia de falar de gírias também é muito importante no contexto. Dizer “e aí, como é na sua quebrada?”, “fala aí na sua boca”, entendeu? [...] Do jeito que eles entendem, entendeu? Então, “fala aí como é lá nas suas quebrada aí questão de droga” “Oxe professora, é na real, todo mundo usa”. Entendeu? Então a gente vai entrar, a gente vai fazer uma imersão no contexto social deles. A gente não pode chegar aqui... já veio palestrante aqui falar muito bonito e eles ficaram olhando ‘pro’ tempo, dizendo “oxe professora, que horas vai terminar isso?”, sabe? Já veio especialistas, médicos, falar aqui. Teve, né, todo um processo, botar os meninos ali no auditório, a pessoa vir com o microfone, com data show, e os ‘muleque tudin’ “ô professora, vai terminar não? Pode ir ‘pro’ quarto não?”, sabe? Porque veio com muita informação científica, muito dado... É difícil de ficar vendo gráfico. “Ah, no Brasil 90% já consumiu, outros 30% querem consumir e a faixa etária...”. Eles não querem saber disso não. Então assim, o mais simples, o mais de forma aberta, que você consegue, e você extrai muita informação [...] Então se você chegar “olhe, estamos fazendo uma pesquisa, queremos saber, qual a faixa etária de consumo?” Não, você precisa chegar assim “e aí, meu irmão! Tu já pegou alguma droga? Qual é a que tu mais gosta, a que tu se interessa?”. Então se você puder extrair informação de forma mais simples e concisa é o ideal. Então assim a gente trabalha aqui, a gente traz documentários com linguagem mais fácil, principalmente em língua portuguesa, eles não conseguem acompanhar documentários internacionais, embora sejam bem interessantes, mas eles não conseguem. Então assim, se a gente puder trazer um ex usuário, o ex usuário vai falar tudo e eles vão se identificar. Já aconteceu de vir assim: “Ó cara, eu era igual a vocês, eu ficava na bocada, pegando num sei quantos, e papelote, e num sei quê, e passava a noite zen, num sei quê”, e os ‘muleque’, “é! Eu sei como é que é professora”, entendeu? Então assim eles assimilam melhor [...] para que eu pudesse abordar o tema aqui, é tudo questão de adaptação. Então eu fui ver qual linguagem que eles usavam, as drogas que eles utilizavam. Gente, eu não vou falar aqui sobre metanfetamina, não vou falar sobre heroína, porque são drogas de difícil acesso aqui e com um custo muito alto. Eles pegam drogas baratas. Gente, por que o crack é tão comum? Porque o crack é barato, com dois reais você compra uma pedra de crack, sabe? Então assim, quem é que vai comprar metanfetamina? Que custa, sei lá, 150 reais? Então, quem é que vai utilizar metanfetamina, que custa caro? Heroína, se você for pegar, ópio, quem é que vai usar isso, se com 150 reais tu compra um quilo de crack? Tu ‘tá’ entendendo, o contexto? A gente teve que fazer um estudo, um levantamento de quais drogas eles utilizavam. Então isso foi preciso eu estudar, me aprofundar em cada droga, foi preciso eu fazer pesquisas do conteúdo que eu poderia passar que ‘pra’ eles, não era todo conteúdo que eu poderia passar, principalmente aqui, como muitos passam por abstinência, imagina eu trazer conteúdo que incitasse a vontade do menino de consumir? Então, eu tive que realmente me preparar ‘pra’ isso, como abordar... realmente foi uma adaptação, né. Então assim, eu realmente tive que me preparar ‘pra’ abordar. Hoje em dia é bem mais fácil, bem mais comum, porque eu já estudei, já me aprofundi [...] Primeiro, o que é droga. A gente trabalha o que é droga? Droga é tudo aquilo que pode mudar um estado seu físico ou mental. “Certo, professora, e droga de farmácia?”, muda o estado físico, você ‘tá’ com dor e toma um analgésico, não passou a dor? Não mudou? Então isso também é droga. Mas a diferença é só na questão de lei, a droga pode ser lícita ou ilícita. Drogas lícitas são permitidas o consumo, o porte, a posse, dependendo da situação. Antibiótico, é outra lei. Você só pode comprar um antibiótico com apresentação da receita. Tarja preta, além da receita,

	você tem que ser maior de idade. Então assim, só porque ‘tá’ na farmácia não é obrigado que qualquer pessoa possa usar, a gente já vai começando da farmácia. É... cigarro e, e... bebida alcoólica, pode? “Pode!”. Pode não! Por lei tem dizendo que se você não tiver ‘dezoitinho’ você não pode. Nem consumir, nem portar, nem usar, nem vender, nem trocar, mesma coisa das drogas ilícitas. Drogas ilícitas não pode nada, nunca, nem se você for maior de idade. Então existem drogas que você pode usar, o consumo é liberado. Existem drogas que o consumo é liberado dependendo da situação, maior de idade, receita médica, enfim. E as que não podem nunca, meu filho. Você tem que entender que existe, no Código Penal brasileiro, várias substâncias que são ilegais, inclusive substâncias que antes eram vendidas na farmácia que hoje em dia virou ilegal, você não pode usar de jeito maneira. Então a gente incute também na cabeça deles que existe essa diferenciação. Não é só porque ‘tá’ na farmácia que pode, não é só porque ‘tá’ vendendo no boteco da esquina que pode, entendeu? Então a gente trabalha muito com isso. E além dos efeitos. A gente trabalha o que é droga, lícita e ilícita, e os efeitos. Efeito depressor do sistema nervoso central, quais são, excitadores do sistema nervoso central, quais são. Aí os tipos de consumo, é... inalantes, injetáveis, as “cheiráveis”, que eu digo aos meninos, as “cheiráveis”, né, que são drogas que fazem através da mucosa nasal. Então a gente também fala os tipos de, de como você pode usar. E aí até chegar em cada uma delas. Ah, hoje a gente vai trabalhar maconha, o que é a maconha, o que ela causa, quais são os efeitos colaterais, é... durante o consumo, porquê você sente isso. Ah, porque ela entra no seu sistema, vai ocasionar esse tipo de reação, e a partir desse tipo de reação você vai começar a sentir isso, isso e isso. E depois? O que que sente? Ah, logo depois você vai sentir fome, você vai sentir isso, você vai sentir aquilo. E a longo prazo? Aí é o que pega. E depois do longo prazo, quais são, é... Depois que você começa a consumir diariamente, que que causa, né? E como é que sai, se eu quero parar? O que é que vai ocasionar, se você quiser parar? Olhe, você vai sentir isso, isso e isso, que são os efeitos da abstinência. Vai começar a sentir suor, vai começar a sentir irritabilidade, dor de cabeça, ânsia de vômito, tontura. Olha o tanto de coisa ruim que tu vai passar. ‘Vamo’ causar medo a esses ‘muleque’, porque se ele acha que é bom demais, isso no dia que ele quiser parar, o que é que ele vai sentir? Então, tudo isso a gente trabalha [...] É muito sério. Eu digo: gente, vocês conhecem alguém com problema com álcool? “Ah, professora, muito”. “Quais são os problemas com álcool?”. “Ah, professora, o cara fica violento, bate na esposa”. “Certo, isso causa um problema com a lei?”. “Causa, o homem vai preso, pode matar a esposa, pode frustrar os filhos ‘pra’ vida toda”, entendeu?”. “E ‘pra’ esse homem parar de beber? É fácil? Ele começa logo a se tremer, suar frio, ficar querendo vomitar, começa a ficar bravo, e isso é só os do início, e depois, pode ter febre. Meu querido, entrar é fácil, é só você pegar um copinho e começar a beber, só pegar um cigarrinho e começar a fumar”. Sair é a mesma coisa que um parto, eu digo a eles. Fazer um menino, ó, ligeiro. Agora botar o menino ‘pra’ fora é outros quinhentos. Aí eu digo “levanta a mão aqui quem queria ter um parto”. “Deus me livre, professora!”. Pois é. A droga é igual, você começa no lazer e na diversão, agora ‘pra’ sair, muita gente precisa ir ‘pro’ hospital, e não é só hospital não viu. Tem tratamento da sua cabecinha também, tem o tratamento psicológico, ‘pra’ você não voltar, e pergunta se os que saem logo de boa já fica bom? Tem a questão das recaídas, você se torna doente ‘pra’ vida toda, é uma doença”. Então a gente trabalha muito com isso. Fazendo medo mesmo. Terrorismo, como eles dizem. “Aff professora, a senhora ‘pra’ fazer terrorismo” [...] Eu começo a falar “meu irmão” ... Eu faço as analogias. Meu irmão, quantos ‘tão’ aqui por tráfico de droga? Quantos ‘tão’ aqui por	
--	---	--

latrocínio? Porque saíram ‘pra’ roubar e matou alguém? “É professora, é comum”. Certo, e começou aonde? Vocês querem essa vida toda? Me digam, qual a expectativa de vida de vocês, vocês querem viver até quantos anos? Eles ficam chocados. Eles mesmo dizem, qual é a expectativa de vida deles? 20 anos, 17, 16, 15. “Alguém aqui queria ter família, esposa, filhos?” “Quero” “Imagina você pegar um netinho no colo e ele chamando vovô, alguém quer?” “Quero” “Vocês vão conseguir? Possa ser que eu também não consiga, mas é mais fácil eu ser avô ou vocês?” Certo? Então assim, o contexto social também pega. Eu digo a vida toda, “quem aqui já é pai?” Tem alguns que são pai. “Tu quer teu filho aí, nessa situação?” “Deus me livre, professora”. Pois é, crianças aprendem com observação. Você observa o seu entorno e você aprende, desde cedo. “Com quem vocês aprenderam ‘pra’ ‘tá’ aqui?” “Oxe, professora, meu pai era assim, meu irmão é assim, meus irmãos ‘tudinho’ são assim” “Se vocês tivessem visto um contexto diferente, vocês seriam diferentes. E vocês ‘tão’ deixando isso ‘pro’ filho de vocês, que os filhos de vocês ‘tão’ vendo vocês fazendo isso” “Eita, professora, é ‘mermo’, eu não quero não, meus filhos assim não”. Então a gente trabalha tudo, falando tudo isso ‘pra’ eles. A gente fala tudo. Aqui, minha filha, a gente não esconde é nada. Inclusive se der ‘pra’ puxar “olhe, você ‘tá’ aqui porque você fez errado. Você ‘tá’ aqui porque merece”. Não passa a mão na cabeça não. A gente não vai desrespeitar né, de dizer “você é um ‘caba’ safado, merece uma (*inaudível*) de surra”. A gente não vai dizer isso, a gente não é doido. Mas a gente tem que incentivar eles também a se autoavaliarem. “Você ‘tá’ aqui porque você fez por merecer, meu querido. Ninguém ‘tá’ aqui de graça. Ou você estava em pé na esquina e a polícia pegou você, e você saiu olhando ‘pro’ tempo? Não né? Então não tem ninguém aqui inocente”. Esse trabalho também de drogas, é dizer “Olhe, você ‘tá’ consumindo, mas ‘tá’ sabendo né? O que que vai lhe causar?”. Então a gente diz também. Fazer que nem eles “Ah professora, ‘tá’ fazendo **terrorismo**”. “Tô fazendo terrorismo não, eu ‘tô’ num papo reto aqui, eu ‘tô’ na real com vocês, não ‘tô’ escondendo nada”. Aí a gente vai mesmo nas **gírias** mesmo. Eu não vou dizer “Gente, eu ‘tô’ falando termos científicos, estou falando o conhecimento popularmente disseminado. Eu não vou chegar nessas... falar desse jeito. Eu vou dizer “ó, aqui é papo reto, ‘tá’? Vou entrar no pote de vocês”. Entendeu? “Bote isso no pote, guarde no pote”. Porque aí fica fácil de chegar neles, de chegar com essa informação para que eles assimilem [...] Eu tenho que bolar **estratégias** ‘pra’ eles entenderem, ‘pra’ chamar atenção [...] o difícil é justamente essa **quebra de paradigma** aqui dentro, porque eles acreditam que maconha (‘tô dando o exemplo da maconha, mas isso é com qualquer droga), eles acreditam que as drogas, por serem de fácil acesso, são legais, por serem naturais não tem nenhum tipo de perigo, e é o dia a dia deles. Quando eles ‘tão’ na rua, eles consomem no meio da rua, é um fator social, porque todo mundo faz, eles ‘tão’ enturmados fazendo também [...] é justamente quebrar isso na cabeça deles. Que é errado, que não pode, que é proibido, que não é porque é natural que não faz mal, que não é porque causa uma reação boa que mais tarde não vai causar, ocasionar outras reações que não são boas. Então, quebrar esses pensamentos deles é que é difícil. Que a gente começa a falar em maconha e o menino já fica “eita meu irmão, ‘tô’ com saudade!”, sabe? Então assim, o difícil é botar na cabeça deles que droga é um contexto social, que muitos ‘tão’ aqui por causa do consumo, que leva a violência, e que leva a problemas com a lei, entendeu? E isso é muito difícil. Porque ‘pra’ eles, como é a realidade deles, eles acreditam que é o correto, que é fácil, que é simples. É difícil quebrar isso [...] essa questão de infraestrutura não impede, não. O fator lei mesmo, o fator lei, o fator saúde é que realmente precisa ser construído. Porque ‘pra’

	eles, por causar um efeito bom, né, euforia, eles ficam destemidos, eles ficam zen, ficam leves, ri, então eles acham que aquilo dali é bom. E por trás de tudo isso tem vários malefícios, né. Então assim, é realmente quebra de paradigma, o essencial aqui ‘pra’ trabalhar, a dificuldade mesmo é incutir na cabeça deles que isso é errado. E a gente traz a lei, porte, posse, consumo, é... venda, troca, tudo isso não pode. ‘Pra’ eles é tão comum que eles acham que pode [...] A gente tem um papel fundamental, por que eles vão saber dessas informações com quem? Se no contexto deles às vezes pai, mãe e irmão, tudo é usuário. Tem meninos aqui que ‘tão’ preso porque tem, como popularmente chamado, uma boca de fumo. ‘Pra’ eles é normal, entendeu? É como se fosse um negócio. “Ah, eu tenho um mercadinho”, “Ah, eu tenho uma boca de fumo”. É um meio de vida né, de você conseguir dinheiro. Então se ‘pra’ eles, grande parte, isso é uma coisa comum, então quem é que vai dizer ‘pra’ ele que é errado? Por acaso existe na polícia uma situação em que eles vão, vão conscientizar isso? Se tiver é muito raro, um trabalho muito raro, e outra, possa ser que não seja nem bem quisto, porque quem é o policial que vai entrar numa comunidade cheia de boca de fumo e dizer que aquilo é errado? Sabe? Então aqui na escola é um momento essencial. Primeiro, eles estão tutelados pelo Estado. Eles ‘tão’ em conflito com a lei. Nesse momento eles ‘tão’ separados, eles ‘tão’... é... eles foram tirados da sociedade. Então é um momento propício ‘pra’ a gente falar nisso, porque eles ‘tão’ totalmente fora do contexto deles, então nada melhor do que, se ele está fora do contexto, dizer “ó, seu contexto ‘tá’ errado”. “Por que professora?”, por esse, por esse e por esse motivo. Então se eles voltarem ‘pra’ sociedade com a..., que é essa a intenção da medida socioeducativa, a gente resgatar, incutir valores, resgatar valores. Então assim, se ele sair com a ideia de que é errado possa ser que tenha um futuro de mudar, né. Existe a possibilidade de mudar. A gente já conheceu pessoas que saíram daqui e tiveram essa oportunidade de dizer “não, ‘tá’ errado, o que é que eu ‘tô’ fazendo da minha vida?”. É muito difícil, mas existe [...] ‘Pra’ quê o menino ‘tá’ internado? ‘Pra’ só passar o tempo aqui? É justamente essa oportunidade que ele tem de verificar os valores dele, que são totalmente distorcidos [...] Essencial. Principalmente nessa função de ressocializar esses meninos, inclusive ressocializar de forma que ele passe a enxergar que a realidade dele, por mais comum que seja, ‘tá’ errada, entendeu? Então, é essencial [...] O conhecimento de drogas é quando a gente ‘tá’ estudando, por exemplo, anatomia, sistema nervoso central, periférico, aí eles comentam “ó gente, o uso de entorpecentes afeta essa parte”. Então assim, é um contexto bem, bem raso, não é tão aprofundado [...] Eu tenho que bolar estratégias ‘pra’ eles entenderem, ‘pra’ chamar atenção, ‘pra’ prender a aula, e isso daí a gente só aprende mesmo fazendo. Porque isso não, não ensina. Socioeducação eu nem sabia o que que era até começar a trabalhar aqui. Socioeducação, o que é Socioeducação? Eu nem sabia. Isso nem na graduação falaram, eu nunca nem escutei esse nome lá. Por que? Porque é tão restrito, é uma área tão pequena, é como se fosse uma área escondida da sociedade, que ninguém quer ver [...] A gente só veio saber aqui, no trabalho mesmo	
E4	[...] eu gosto muito de escutar música e dessas músicas eu dou aula de português ‘pra’ eles, né, porque sabemos que esses adolescentes a maioria não frequentava escola, e se frequentava escola não dava interesse, ia só ‘pra’ brincar e bagunçar, então eu uso a música, o hip hop, essas músicas assim que eles gostam, e nela eu trabalho a interpretação de texto, trabalho os verbos, a gramática, tudo isso. Tem até uma música de Tribo da Periferia que ela diz assim: só quem suportar o processo vai ter direito à vista mais fantástica. Então isso quer dizer o que, de toda luta, toda garra, todas as dificuldades que	

têm, lá na frente é que ele vai conseguir o sucesso, ele vai estar melhor. É o que eu digo aqui, eu sei que ‘pra’ vocês não é fácil. Eu sei que ‘pra’ vocês não é fácil, as dificuldades, tudo. Tem outra música que ela diz assim: eu faço da dificuldade a minha superação, então eles têm que fazer isso [...] por mim, legalizando ou não o trabalho tem que ser **conscientizar** o jovem, porque ele não vai fugir disso, não é uma questão de legalizar que vai todo mundo ficar viciado, não. Você tem que combater isso aí. **Combater como?** Porque ela é proibida, mas eles usam, e aí? Então ‘tá’ faltando um trabalho aí de conscientização, legalizando ou não, tem que ter um trabalho educacional, ‘pra’ que eles não usem droga, ter mais esporte. Por exemplo, eu quando era adolescente, eu gosto muito de esporte, eu jogava bola, eu nunca fui de beber, nunca fumei, nunca gostei. Eu dizia “não vou beber porque vou jogar”. Então por que? Porque eu tenho um desempenho melhor então não vou beber. ‘Tá’ entendendo isso aí? Você vai ter outras opções. A própria cachaça ‘tá’ aí, e ela legalizada ou não eu garanto a você, não vai impedir de eles consumirem. O que eu acho que iria acontecer, claro, iria diminuir o tráfico, algumas mortes não iam ocorrer mais porque ia ter em toda mercearia, tudo. Em países desenvolvidos depois que liberaram caiu a criminalidade né, porque tem em mercearia, tem em todo canto [...] Uma coisa que eu falo muito ‘pra’ eles, eu vou te mostrar o que é, um exemplo. Eu pergunto a eles de quem fuma um baseado, na dele, não rouba, ele trabalha, fuma o baseado dele, eu vou até perguntar a você, essa pessoa faz mal a alguém? Ele fuma o baseado dele lá, ele compra com o dinheiro dele, ele faz mal a alguém? [...] Faz. Eu vou lhe dizer como é que ele faz. Atualmente faz. **Ele financia o tráfico.** Então a partir do momento que for legalizado, ele pode usar e não vai ‘tá’ prejudicando ninguém, muito pelo contrário, ele vai ‘tá’ gerando renda, mas a partir do momento que é ilegal e ele ‘tá’ comprando então ele ‘tá’ financiando o tráfico. Por exemplo, o traficante falta 10 reais ‘pra’ ele comprar uma arma, e de repente ele comprou aquele baseado, ele trabalhador e tal, ele comprou, o cara comprou uma arma e matou uma pessoa num roubo, ‘tá’ entendendo? Ele tem as mãos sujas de sangue também, indiretamente, né. Isso é uma questão de conscientização. Como você compra no supermercado um produto você ‘tá’ contribuindo para o país crescer, ‘pra’ gerar emprego, entendeu como é que é? Então isso é uma forma que pouca gente não pensa assim né. Isso é o que eu digo, é questão de **conscientização** [...] Quando eu falo, é como eu digo, entra na **banalidade**. Eles acham normal “não professor, isso é normal, isso é normal” [...] a questão de saúde, né, que é importante, a questão dessa **dependência** né, que acaba dependendo, poderia ‘tá’ pegando o pouco dinheiro que ele tem e investindo em outras coisas [...] Quando eu disse a você que a pessoa que compra a droga lá, a maconha, e não faz mal a ninguém, mas ele faz, porque ele... então é preciso **mostrar esse percurso do dinheiro**, esse caminho aí, vai ‘pra’ mão de fulano, depois vai ‘pra’ cicrano, vai ‘pro’ tráfico e assim vai, financia o tráfico, depois ‘tá’ roubando, compra uma arma, mata um cidadão de bem. Então é tipo uma cadeia alimentar, se não existir aqui vai quebrar, né. Eu mostro isso ‘pra’ eles [...] [*fala dos efeitos colaterais?*] Sim, as próprias **doenças pulmonares**, entendeu. O próprio mal cheiro também [...] Eu me sinto muito tranquilo em abordar isso aí, porque é como eu disse a você, eles já conhecem isso, eles já falam naturalmente né, às vezes a coisa é tão banal que muitas vezes quando você vai orientar ele a não usar ele diz que isso é normal. Então a banalização. Tudo que se banaliza é perigoso, banalizou é perigoso, entendeu como é que é? Banalizou é perigoso, porque se torna normal, então o pessoal vai usar uma coisa no cotidiano [...] eu falo, nas próprias músicas que eu coloco eu falo isso aí. Pronto, tem uma banda que eles gostam muito, que é um grupo de *hip hop*, que é NSC, **Neurônios SubConsciente**. Esse

	grupo de <i>hip hop</i> é de Maceió, é da favela do Reginaldo, eu conheço a favela do Reginaldo. Então como eu gosto desse som também, aí eu mostro a parte da interpretação e mostro o que é que esse cantor quer passar ‘pra’ eles. Porque eles escutam uma música dessa e ele já quer fumar um baseado, mas só que o próprio cantor não orienta isso, entendeu? E tem até uma música lá que é “Quem vai chorar”, é do NSC, eu coloco ela e interpreto. Tem uma parte dela que diz assim ó “não vá se espelhar em mim guri, vá estudar, já tentei de toda forma dos corre me libertar. Quando a mão de Deus pesar desse mundo eu vou embora. Eu sei que ele é justo ‘tô’ só esperando a hora”. Ou seja, essa parte dessa música, ela ‘tá’ orientando ele o que? O cantor lá, ele ‘tá’ dizendo que ele é um criminoso, mas ele não quer que o adolescente vá seguir a vida dele, quando ele diz assim “não vá se espelhar em mim guri, vá estudar”, né. Essas músicas mostram a realidade dentro de uma periferia, mas esse grupo em nenhum momento ele ‘tá’ fazendo apologia a droga ou a crime, muito pelo contrário, ele ‘tá’ orientando eles a sair disso, a estudar, a mudar a vida. Quando a gente fala em estudar não é ‘pra’ ser advogado, engenheiro, não. Tudo é o estudo. É como eu digo aos meninos, aos adolescentes, gente, tudo é estudo, quando se fala em estudar, se você fizer um curso de mecânica é estudar, estudo não se limita a livro não, é conhecimento prático também, né [...] Eu uso vídeos também né. Primeiramente a gente olha o vídeo, se tem alguma coisa que faça apologia a droga ou a facções, aí depois passa. E é muito bom vídeo, tem muito vídeo bom, do próprio Tribo da Periferia, NSC também, Racionais [...] por exemplo, se você olhar Mano Brown, se você olhar os cantores, os vocalistas, Mano Brown, se você ver o vocalista do Tribo da Periferia, você vai dizer que são bandidos, né, porque o pessoal vai pela aparência, mas eles trabalham música de autoestima, música ‘pra’ você vencer, ‘pra’ você lutar. Tem uma música de Tribo da Periferia que eu botei lá, que eu botei o vídeo, que é Pianista da Rua 6, se você tiver a oportunidade de olhar dê uma olhada, é bem interessante, tem uma parte da música que ele diz assim “o dia que a favela venceu”. Então essa música mostra a luta de um adolescente que vivia numa situação complicada, dentro da periferia, dentro de droga e tudo, mas ele lutou e conseguiu, vamos dizer assim, se formar em alguma coisa, ter sua família, trabalhar honestamente, vamos dizer assim. Então é aí que a favela vence, quando o cara da periferia se torna um professor, se torna um advogado, se torna um profissional, né, então a favela venceu aí. Então é isso que eu quero dizer a eles, eu digo, gente, a favela venceu não é porque o bandido lutou contra o policial e matou o policial não, aí ela perde. Vencer é quando uma pessoa da periferia sai do crime, né, que ele dentro da periferia com suas dificuldades, ele ‘tá’ trabalhando honestamente, conseguiu os objetivos dele ou se formou, se ele queria se formar em algum curso superior, se formou em algum curso técnico, mas ele conseguiu, é aí que a favela venceu. Aí eu mostro esse vídeo, o pessoal não entende, tem muita interpretação sobre isso né. Uma música de Racionais por exemplo, A Vida É Um Desafio, é uma música muito boa, é uma música que fala... o próprio nome ‘tá’ dizendo, a vida é um desafio, né. E ela já começa assim “É necessário acreditar que o sonho é possível, que o tempo ruim vai passar, é só uma fase, que o sofrimento alimenta mais a sua coragem, que a sua família precisa de você”, e assim vai. Quer dizer, ela fala de toda uma luta, né, das dificuldades de uma pessoa que é da periferia, de uma pessoa que é discriminada, que o pessoal tem preconceito, né, então assim, mostra tudo isso aí e mostra toda essa luta [...] Por exemplo, será que os adolescentes iam gostar de Carlos Drummond de Andrade? Né? José de Alencar. Não, não iria gente, isso não iria atrair eles, é a mesma coisa de eu chegar aqui no Cariri e trabalhar com maça e uva. Os caras iam dizer, não dá não aqui não,	
--	--	--

aqui a gente só planta palma, planta macaxeira. Então você tem que colocar uma coisa que seja do **meio deles**, do meio deles, né, e isso se torna atrativo. Por que eles querem assistir minha aula? Eles sempre querem assistir minha aula por causa disso, porque eu coloco coisa que são do **contexto deles**. Agora claro, desmistificando, ‘pra’ eles entenderem, saber que dentro da música não é apologia a droga, nem de droga fala, né. Incentivar, fazer com que eles saiam da vida do crime, mostrar que eles são capazes, ou seja, são letras de superação né, que falam sobre superação. Tem uma de Racionais que diz o que, que o negro tem que ser bom 2 vezes. Quando ele diz assim, ser bom 2 vezes, por que 2 vezes? Porque se ele já é discriminado, ele tem que ser bom 2 vezes, que ele luta contra o preconceito. É como a mulher né, a mulher tem que ser boa 2 vezes, em certas questões do homem, 2 vezes, né. Então é mais ou menos isso daí, eu levo a música que é ‘pra’ eles entenderem isso aí. A gente passa **filme** também, tem muito filme bom, né, é porque tem coisas que a gente não pode fugir da realidade deles também, eles não são meninos que brinca com ursinho de pelúcia, isso é fato. A gente tem que mostrar um pouco também **dentro daquela realidade dele**, e dentro dela ali a gente vai, vai mostrando o que é certo, o que é errado, o que vai prejudicar ele lá na frente né. Tem muita música boa, gosto muito de trabalhar, é porque também eu gosto, a própria música eu gosto, eu escuto, então eu uno o útil ao agradável [...] A melhor maneira é justamente isso aí, não só com relação a parte de saúde, mas também da parte do que é que pode causar, o estrago que ela pode causar em uma **família**. Então você vai ‘tá’ jogando um pouco dessa responsabilidade ‘pra’ ele. De ele saber que mesmo ele só fumando aquele baseadozinho, não faz mal a ninguém, mas faz sim. Mostrar a **gravidade do que ela pode causar numa sociedade, do que ela pode causar numa família**, né [...] ‘pra’ você falar com eles é preciso que você tenha **conhecimento**, se você não tiver conhecimento você pode entrar, vamos dizer, errado. Você pode no fim querer ajudar e atrapalhar. Na cabeça do professor, de muitos, a maconha faz mal. Não, não é assim não. Tem que ter um conhecimento mais profundo. O pessoal só vai ‘pros’ efeitos, só vai ‘pra’ coisa de saúde. Gente, esqueça isso. Olhe, coisa de saúde, com relação a prejudicar nossa saúde, tem o refrigerante. Né verdade? Tem tanta coisa, refrigerante, chocolate, bala e assim vai [...] eu acho que ‘pra’ trabalhar com adolescente sobre a questão das drogas o principal não seria nem saúde, porque é como eu já falei, a gente consome coisas aí que... Então a gente tem que falar daquela coisa de prejudicar uma família, principalmente tocar na família. Porque o crime, ele preserva muito a família. Eles chamam de irmão, pai, eles não permitem, eles não aceitam quem matou o pai, quem matou uma mãe, né. Então a partir do momento que o tráfico viciou uma pessoa, então a família foi morta ali, ele matou um pai de família ali. Então é preciso tocar nessa coisa da família. Eu acho que questão de saúde é um pouco assim, é importante, mas é pouco relevante ‘pra’ aquela situação, entendeu, diante daquela situação ali, porque é mais eficaz falar sobre o que ela pode causar numa família, como ela pode destruir toda uma família né. O pai dessa minha ex-mulher, o pai dela é viciado em crack até hoje, né. Então qual era a orientação que ela tinha, de que? Então assim, é preciso mostrar toda essa gravidade, do que a droga pode causar numa família né, e não num usuário em termos de saúde. O pessoal só fala em saúde. Gente, esqueça saúde. Não que saúde não seja importante, ela é, mas ‘vamo’ falar primeiro dessa parte aí, da família, né, de destruir toda uma família, **vitimar pessoas**, e assim vai. Tem essa parte que é mais grave [...] Com relação a lei, eles pouco estão preocupados com a lei, porque eles são fora da lei, então não estão preocupados com isso, sobre essa coisa da lei. Eles já sabem que é proibido, eles já sabem que se for pego com tráfico vai ser preso, né, eles sabem disso [...] eles

também gostam dessa coisa do proibido, eles gostam da aventura também, junta tudo, a aventura, a própria droga em si que é ‘pra’ esquecer os problemas, vamos dizer assim ou ‘pra’ fazer alguma coisa, né. Então assim, eles sabem de toda a consequência disso aí, mas a consequência que ele quase não sabe é dessa daí, da destruição da família. Porque as outras eles são conscientes, eles são conscientes que prejudica o pulmão, são conscientes que prejudica isso... Mas, com a família, não há uma consciência dele de dizer assim “mas rapaz, destruí uma família por isso e por aquilo, eu matei um pai por isso e por aquilo, matei uma família”, né. Então assim, eles não sabem dessa gravidade, é preciso mostrar essa gravidade ‘pra’ ele, porque aí ele vai se sentir um pouco responsável, e talvez, não todos, mas alguns vão pensar duas vezes. Já teve menino lá onde eu ensinava que ele mesmo disse isso ‘pra’ mim uma vez. Quando o senhor falou daquele negócio, que o cara que fumava um baseado, que fazia mal, e eu disse que não fazia, aí eu falei ‘pra’ ele sobre todo esse processo, depois ele disse eu botei aquilo na cabeça, professor. Então o que eu quero dizer, todos vão assimilar? Não, mas se um aceitar, se um mudar, ‘pra’ mim já é o suficiente, não é o suficiente, já ‘tá’ sendo importante, ‘tá’ tendo efeito. É como aqui no Lar, quando o pessoal diz “ah, isso nunca vai mudar não”, mas é como eu digo, é porque só vê o erro, os que mudaram... [...] o caminho é mostrar esse estrago que ela faz com a família. O estrago maior é o da família, teria que **tocar no emocional** deles. É preciso mostrar **depoimentos de mãe, de pai, de usuários**, tem que mostrar tudo isso. Então, você fazer um trabalho sobre drogas, pode ter documentário, e principalmente trazer os depoimentos de mães que perderam filhos, mãe também que o filho foi vítima do próprio crime, da droga, mãe que o filho não foi vítima, assim, que morreu/tiveram sua vida ceifada, mas que, por exemplo, que hoje estão com problema psicológico, foram internados, casos irreversíveis. É porque o pessoal ‘tá’ trabalhando a parte de saúde, de pulmão. Tem que trabalhar esse estrago que ela faz dentro de uma família. O depoimento de uma mãe, de um pai, tocaria [...] das mães dando depoimentos chorando pelo filho que morreu, essas coisas todas, né, então eles veriam **a gravidade da droga** em cima disso aí, o que ela causa numa família, e não o que ela causa no pulmão, o que causa nos dentes, né. Uma coisa mais grave, mais pesada, que ia tocar no emocional deles, ou você acha que um problema pulmonar vai tocar no emocional deles? Não vai. Não vai de jeito nenhum. Então assim, é preciso ter essa sensibilidade ‘pra’ isso aí, né. Como eu disse, se você um dia entrar numa periferia, conhecer aquela realidade, você vai ter outro pensamento [...] Eu sempre digo a eles, quando eles entram na sala de aula, você cruzou essa porta aqui, entrou aqui, ‘pra’ mim são tudo aluno. Ninguém aqui é delinquente ou menor infrator não, aqui são tudo aluno. Aluno do Francisco Martiniano da Rocha, entendeu. Então se sinta como aluno, que de fato, vocês são. Então é preciso isso né, dar essa segurança ‘pra’ eles, acreditar neles, que é possível ele mudar, que ele tem capacidade ‘pra’ isso [...] é preciso ter **responsabilidade**, mas ‘pra’ entrar nesse tema com esses meninos é preciso que você tenha uma vivência, não teoricamente, mas de você viver, entendeu, porque se você não viveu aquilo ali talvez ao invés de você querer passar uma mensagem de tal jeito ela vai sair errada, e pode atrapalhar. Então é preciso conviver, ‘pra’ você entender, porque tem que entender. A verdade é que eles querem ser compreendidos. Muitos também fazem algum tipo de coisa ‘pra’ chamar atenção, ele quer ser ouvido, ele quer ser visto. Mas se você não tem compreensão ‘pra’ aquilo, se você é uma pessoa assim, você não vai de forma alguma chegar aonde você quer [...] Mas é preciso trabalhar, eu acho que é preciso ter sabe o que? Mais ação, menos teoria. O pessoal perde tempo demais com teoria, acho que a teoria, gente, ela é muito, vamos supor assim, abstrata. A teoria ela é

abstrata. Diminui essa teoria e ‘vamo’ ‘pra’ prática. Porque a prática é o principal, é onde vai ter o resultado, onde as coisas vão acontecer [...] tem coisas que hoje não cabem mais, não tem mais espaço ‘pra’ isso. Hoje não tem mais espaço ‘pra’ pancada. Se você bater num prego torto, o que vai acontecer? Ele vai entortar mais ainda, então você tem que ir por outros meios né. Tem que ir por conversa, tem que analisar, tem que... agora porque infelizmente tem muita gente não ‘tá’ preparada ‘pra’ isso, ‘pra’ entender, o pessoal quer as coisas imediatas [...] É preciso **conversar**. Imagina aí um adolescente desse aqui do Lar do Garoto, que tem todos os seus problemas né, e tu chega aqui e tu fala bobagem, tu não sabe nem da história dele. Ele vai dizer “ela não sabe nem o tanto que eu sofri”. Só sabe de teoria, teoria, ‘vamo’ entrar lá dentro, ver como é que é, ‘vamo’ ter uma noção do mundo real né, e não uma coisa fictícia

[...] por exemplo, é preciso que o poder público né, os governantes, façam uma coisa eficiente, que vá suprir realmente esses adolescentes, como? É difícil você lutar com uma coisa, com um sistema que o dinheiro vem rápido, por exemplo, um menino desse só ‘pra’ ele ‘tá’ sendo um aviãozinho ele pode tirar por semana 300 reais, 400, 500. Aí você coloca um menino desse ‘pra’ trabalhar ‘pra’ ele ganhar um salário mínimo, num ano “todinho”. E agora o jovem aprendiz é só meio salário, ele não vai querer. Então assim, é muito complicado isso [...] mas é como eu disse a você, é a questão da própria necessidade, eles sabem dos riscos, tem muitos que sabem dos riscos, já sabem do risco, mas é **a necessidade**, é como um gato que não sabe nadar direito, ele vê um peixe, ele ‘tá’ com fome, ele vai pular dentro da água ‘pra’ pegar. Ele vai tentar sobreviver. É muito difícil ‘pra’ eles né. E principalmente esses adolescentes que vêm de cidade pequena, porque quando eles fazem um crime numa cidade pequena eles já são conhecidos por todo mundo então eles não têm chance nenhuma de emprego, porque fica conhecido né. Eles conhecem pelo nome né. No interior um cara que vive do crime lá, a chance dele é muito pequena de ele mudar porque a própria sociedade não vai dar chance. Então ele como é jovem, não ‘tá’ com a cabeça boa ‘pra’ assimilar aquelas críticas, ele chuta o balde. Como é que ele vai chutar o balde? No crime mesmo e acabou-se [...] eu já fui criticado aqui quando eu dava minhas aulas com essas músicas de *hip hop*, eu fui **criticado**, eu era criticado mesmo, tinham alguns professores que chegavam aqui e não queria que eu... falava ‘pra’ coordenação que era errado, tal, mas eu nunca desisti [...] quando eles saem daqui já veem outra realidade, a realidade da periferia, os assédios... Já teve um adolescente que saiu daqui, quando ele saiu e ele voltou, ele disse “professor, quando eu saí, o pai botou uma 40 na minha mão, me deu 5 mil reais e ainda deixou um hotel pago com 2 meninas comigo, ‘pra’ eu tomar conta de uma boca. Ele disse, ó, você quem manda aqui”. Então quer dizer, um adolescente, isso encanta ele, é aventura, moral, segundo eles né, droga, mulheres, dinheiro, aí pronto, ‘pra’ um menino de 16 anos, 15, 17, né. Então assim, é muito complicado. E ele não tem uma **estrutura familiar**, né? Já tem aqueles que tem uma estrutura familiar e eles ainda vão, aceita, imagina um que não tem nada? Então é muito complexo, é preciso ser uma coisa muito de base. Porque a gente já sabe que a família, o pai e a mãe, não tem estrutura. Então não tem que esperar nada deles [...] o diretor é uma pessoa bem experiente com essa questão também de drogas, ele entende muito disso, e espaço, isso aí, dá ‘pra’ fazer tranquilo, ele é aberto ‘pra’ isso. E com relação aos adolescentes, seria fácil de conversar com eles, né. Agora **alguns iriam não concordar**. “Ah, maconha é isso e aquilo”. Porque é como eu disse a você, a banalidade. Aí ‘pra’ dizer que ela isso, que ela é aquilo, ele não vai concordar, ele vai ter uma resistência, certo? E se eu falar de saúde, eles vão, é como eu disse a você, tem refrigerante,

	tem outras coisas [...] A educação vai ser sempre um desafio, aqui dentro ela é um desafio grande porque há essa questão de muita gente não acreditar nos adolescentes, que possam mudar [...] muitas vezes eu digo ‘pros’ professores “gente, ó, sabemos que tem menino que chega na escola e a educação é ‘pra’ ser de obrigação dos pais, dependendo de tal educação, mas tem que se entender também que eles não têm isso aí, então eu não vou ficar omissa a isso”. Eu vou ter que dar a educação que o pai não dá. Eu ‘tô’ aqui na educação ‘pra’ isso. Por isso que se chama educação, eu não posso ‘tá’ me escorando em uma coisa, em um argumento que ‘pra’ mim já ‘tá’ ultrapassado, porque a gente é, como eu digo, a gente tem que ver, se ele veio de uma família totalmente desestruturada, ele não vai ter educação e eu vou ter que dar um suporte nisso aí. Tem que ter essa consciência ‘pra’ isso, é questão de consciência [...] é preciso ter uma educação, orientar isso e, claro, eles terem consciência de que aquilo não vale a pena [...] a educação que tem que ‘tá’ aí ‘pra’ isso né. E quando eu digo que o professor ele não pode ‘tá’ usando como desculpa que certa educação é ‘pra’ vir de casa, mas só que ela não vem, se ele for esperar que essa educação venha de casa, ela não vem, porque esses meninos que estão aí tem muitos que são pais, aí eu lhe pergunto, como é que vai ser o filho desses meninos? Como é que vai vir a educação desses meninos? É difícil né, então o professor tem que ‘tá’ ali ‘pra’ suprir essa falta né [...] Eu não vou ‘tá’ esperando nada dos pais com relação a educação dele, eu vou ter que agir. Eu não posso usar isso como argumento ‘pra’ eu não fazer, né [...] o papel da educação é importantíssimo [...] o pessoal tem que entender que a educação não é só quadro de giz não. Educação é uma conversa com o adolescente, é sentir ele, ver as dificuldades dele, as necessidades dele, tudo isso aí. Mas o pessoal não está preocupado com isso, né. Muitos, não vou generalizar, mas tem um bocado que não está preocupado com isso, isso é a realidade [...] Eu acho importantíssimo a escola integral, porque o aluno passa o tempo ‘todinho’ na escola. Por que é bom isso? Principalmente em escolas da periferia. Porque aí o aluno não vai ‘tá’ no meio da rua, ele não vai ‘tá’ se envolvendo com droga, né, vai diminuir, impedir não vai não, vai diminuir, isso aí é fato. Vai diminuir muito. Então o papel da educação é fundamental nisso aí, a educação levada a sério, se a educação for levada a sério, ela dá certo, claro que dá, eu não tenho dúvida disso, né [...] eu não concordo quando o professor, ele, deixa de fazer algo porque diz que aí a educação é do pai e da mãe, eles que tem que fazer isso. Se o pai não deu eu vou dar, o que tiver ao meu alcance [...] A própria sociedade ‘tá’ se tornando adolescente inconsequente. Parece que quer tudo imediato. Ah, mata, ah, não sei o que. Não. Como se fosse resolver, isso não resolve as coisas. É um trabalho. Não tem como né. O segredo é evitar que chegue onde está. E como vai se evitar isso? Fazendo um trabalho lá atrás. As escolas, principalmente da periferia, escolas públicas, elas são importantíssimas né, e é preciso gente que tenha a vontade de ver a coisa mudar [...] Eu sou muito assim, prático, meu negócio é muito mais, vamos dizer assim, teoria e a prática, eu sou mais prático. Então tudo meu foi vivência [...] Sobre a questão dessa propriedade de falar do tráfico é vivência mesmo, é o que eu vivi tanto quando era adolescente quanto como professor lá no (<i>nome do bairro</i>), foi uma vivência gigante. Eu ia nas bocas de fumo pegar aluno meu lá, eu chegava lá e chamava ele, conversava com ele e levava ‘pra’ escola. E eu sempre fui respeitado lá na comunidade, né. Eles mesmos diziam, “professor, o senhor é o único professor que chega aqui e vai na parte de cima, na parte de baixo, ninguém mexe com o senhor”, porque eu tinha toda uma referência lá e ainda tenho [...] É sobre essa questão de experiência de vida, eu ficava de frente com o tráfico mesmo, de lutar	
--	---	--

	contra isso lá na escola [...] Então é como eu digo, é vivência, né. O conhecimento que eu tenho é o conhecimento de vivência	
E5	[...] eu acho que a forma como a gente lida com o problema ela é bem falha, eu acho que a gente lida muito no âmbito da punição e da proibição, eu acho isso inútil porque os meninos sabem que é ilícito, isso não impede eles de utilizarem, não impede ninguém, não só eles, não impede ninguém de usar, é... não é uma questão somente de informação, porque pessoas na rua com uma condição social bem melhor do que eles tem condição, tem informação, tem consciência dos danos que as drogas podem trazer e ainda assim usa, usa e nem por isso se torna viciado, tem as crises dentro da família que muitas pessoas têm... Então, é... Eu acho falho a forma como se é tratado, se trata muito no âmbito do crime né, criminalmente, e isso não impede que as pessoas deixem de fazer, não disciplina as pessoas para o uso porque as pessoas procuram atrás de experiências. E aí, no meu ponto de vista, eu acho que a falha 'tá' no que o Estado oferece 'pra' gente ao ponto 'da gente' buscar em drogas algum tipo de experiência, de diversão. Eu já tive contato com, com drogas, e eu sabia de todos os danos, muito consciente, quando eu tive a minha experiência, eu sabia o que estava fazendo, eu sabia o que pode acarretar, mas na hora eu não estava interessada nisso, na hora eu estava interessada em conhecer aquilo que todo mundo falava, que LSD você toma e você tem uma viagem psicodélica, e que é massa, que é isso e que é aquilo. Eu não tive essa experiência, 'pra' mim foi uma experiência muito ruim [...] Mas, meu ciclo de amizade é de pessoas que fumam maconha e que sabem o que estão fazendo, que tem consciência e nem por isso isso atrapalha a vida deles. Que usa, é... drogas sintéticas, também tem consciência e nem por isso isso atrapalha a vida deles. Então quando eu pego casos como essas pessoas, que têm consciência, que têm informação, e que não deixa de usar por conta disso, então eu acho que o problema não é... o problema está na forma como se é tratado, porque a informação chega mas não é o suficiente, então pra eles não é só falta de informação. Eu acho que se a gente busca diversão, busca satisfazer necessidades com as drogas, então é algo na nossa vida que está faltando. Então, é a minha visão, eu acho muito falha, acho que nunca vai resolver se a gente continuar tratando do jeito que trata [...] Do que eu já vi [<i>abordagem das drogas no Lar do Garoto</i>], entra nesse contexto que é tradicionalmente utilizado na mídia, nas escolas, nas campanhas publicitárias, nas campanhas de governo, é... trazendo aquela informação que todo mundo já sabe, os danos que causa à saúde, os danos que causa à família, as tragédias que provocam na vida das pessoas, que é algo chocante, mas não é o suficiente 'pra' sensibilizar eles, porque eles assistem, eles: "nossa, que chocante", se choca naquele momento, mas no outro dia eles 'tão' falando que vão usar, que vão fumar, que vão fazer isso, que vão fazer aquilo... é... não vou dizer que a escola que utiliza o método errado, eu acho que a sociedade, a sociedade trata de forma errada e consequentemente... eu não vou dizer nem de forma errada né, mas, assim, de uma forma não tão eficaz, e consequentemente todos os setores vão reproduzir esse método né. Também não sei qual seria o método ideal né, não estudo isso 'pra' pensar... mas... é isto. É o que a gente tem [...] Eu já abordei dentro de uma, de uma atividade que a gente fez, que foi a semana de combate às drogas [...] É no dia internacional ou é no dia nacional de combate às drogas, é uma data que tem no calendário, que eu não 'tô' lembrada agora. E aí a gente promove na semana dessa data um evento em que cada professor vai trabalhar dentro da sua área o tema. Aí já trabalhei assim uma aula direcionada sobre isso, dentro dessa campanha, e nas abordagens das aulas, a partir dos conteúdos, a partir do que as discussões nos leva né, eu também trabalho pensando muito a questão social das drogas, de como ela é utilizada socialmente, seja	

para excluir, seja para criminalizar, seja para encarcerar... As questões mais orgânicas né, eu não tenho nem competência 'pra' falar de quais são as reações biológicas que desenvolvem, eu conheço... eu conheço o que o senso comum conhece, então eu me apego mais a **questão político-social** [...] Eu acho que eu utilizo a **linguagem comum**... Eu não sou de maquiar as palavras, de censurar... Eu não censuro as palavras, porque eles não vão deixar de falar, de pensar, só porque eu não estou dizendo. Inclusive eu sou um pouco contra essa história de censurar as palavras [...] Hoje mesmo em sala de aula a gente 'tava' falando sobre isso, de que eles estão privados de assistir televisão por conta das cenas eróticas que têm nas novelas, aí eu até comentei "ah, porque vocês não estão vendo a televisão, vocês vão deixar de pensar". Aí eles, "né isso". Tipo, é, eu sou franca com eles, eu falo abertamente, do jeito, da forma que seja mais compreensível possível da parte deles [...] *[deve ser abordado]* **De forma franca, não punitiva, não sensacionalista**, eu não acho que fazer sensacionalismo vá resolver nada porque eles já viram demais do mundo, então é pouca coisa 'pra' eles se assustarem, sabe. É... eu acho que de uma forma sensível, porque são alunos que... adolescentes que já têm um **histórico na família**, então é algo **naturalizado**. Tem que ter uma estratégia 'pra' saber como, é... **conscientizar** eles, levando em consideração que é algo naturalizado, que é algo que eles veem na família, nos amigos, na comunidade em que eles vivem [...] Eu acho que não seja eficaz dizer "ai, não pode", "é proibido". Eu sempre falo 'pra' eles sobre o processo que a maconha ela sofreu na sociedade, de uma erva medicinal, benéfica, para uma droga ilícita, e como essa criminalização ela impede tratamentos de saúde, por exemplo, de como a maconha... é... a sociedade avançaria muito mais se a visse como uma medicação, como um benefício medicinal, e não como uma droga, porque isso também mudaria a nossa **mentalidade**, e quando a gente vê droga como droga, a gente vai tratar droga como droga, agora se a gente muda a visão sobre, a gente muda a nossa mentalidade sobre. Então, as drogas elas não foram inicialmente produzidas enquanto medicamento? Então, é... a gente precisa ter uma transformação da forma de como a gente enxerga isso, 'pra' nos **reeducar ao consumo** dela. Porque se eu quiser me drogar eu pego um monte de cartela de dorflex, tomo em casa, e fico 'chapadona', 'tô drogada', mas eu não vejo um dorflex como uma droga [...] *[experiência de vida de outras pessoas]* Eu acho que é algo, é uma boa **estratégia**, porque ela tem essa **capacidade de sensibilizar**, não é a super eficaz, mas ela sensibiliza algumas pessoas que estão dispostas a receber aquela mensagem [...] a gente tem liberdade 'pra' falar sobre essa temática, a gente é incentivado pelo corpo técnico da unidade a conversar com eles, porque é um trabalho socioeducativo essa orientação dos adolescentes contra as drogas por conta do histórico deles né, então, é... a gente também tem uma abertura por parte deles, eles gostam de **conversar** sobre, não é que eles estejam sedentos por salvação, "ah, me salve com informação", "eu vou deixar de usar drogas"... é porque eles gostam de conversar sobre isso, eles gostam de conhecer, eles gostam de saber a substância, eles gostam de saber os **efeitos da substância no organismo**, porque é uma forma de entender porque eles sentem tais coisas quando 'tão' usando tais substâncias [...] eu acho que é um problema mais geral, assim, do **tipo de abordagem** que a gente ainda não encontrou uma... ou uma abordagem mais eficaz, no meu ponto de vista [...] Então, o papel seria educativo né, da gente **informar**, educar sobre, é... as **consequências**, os **danos** que as drogas, elas apresentam na vida de quem... tem o contato né... [...] a função mais informativa, porque ninguém vai impedir, professor não vai impedir que um aluno deixe de utilizar. Também não 'tá' na casa dele 'pra' fazer um acompanhamento social, também não é o Estado 'pra' suprir... a escola

	não é o Estado ‘pra’ suprir as necessidades dele, então o que cabe a gente é o de orientação [...] De ter debates sobre foi mais no Ensino Médio... que vinha convidados... eu construí muito mais de vivência, de... assistir na televisão né, informação vinda de fora, por parte de campanhas publicitárias, por parte de documentários, de experiência de vida de outras pessoas [...] eu não tive formação ‘pra’ isso. É conhecimento de mundo mesmo	
E6	Pelas minhas conversas com os meninos... Porque eu sempre ‘tô’ mudando de opinião, né, antes de entrar aqui eu tinha uma opinião formada, entrei aqui agora já tenho outra, e já mudei um pouco também [...] muitos já me disseram também que usam que é ‘pra’ na hora de praticar o ato, né, infracional. Então é tipo o que dá o estiga, dá a vontade, a adrenalina aumenta, não sei. Então minha visão é essa, é que ‘tá’ muito interligada com a criminalidade o uso das drogas, as drogas elas ‘tão’ ali na mesma linha do crime [...] Eu acho que é uma temática super importante, esclarecedora, é... nós passamos uns documentários ‘pra’ eles sobre os efeitos das drogas no corpo e tal, em relação à saúde, e eles não tinham essa noção, né, só usavam de modo recreativo. Eu acho isso importante porque alguns até se conscientizam né? E, deixa eu ver... Em relação a minha disciplina né, vou puxando ‘pra’ mim, eu trabalho muitos textos, gêneros textuais, e aí eu trago histórias reais, músicas né, alguns <i>rappers</i>, que têm as letras da música que falam de reabilitação, então eles gostam muito. Eu levei umas entrevistas de um rapper que era ex... ele diz que é um ex viciado né, mas que o viciado é ‘pra’ sempre viciado, é um ex usuário né, na verdade, e os meninos gostavam muito. “Professora, traga mais, a gente gosta de ouvir essas histórias”, ‘num sei quê’... Mas assim, a maioria ainda não cai a ficha, de dizer “vou parar”, a maioria quer usar mesmo, quer sair ‘pra’ usar, ‘tá’ com vontade. Mas tem uns assim, os mais maduros, sabe? Eles acham importante esse tipo de abordagem que a gente traz, porque aí eles vão se conscientizando e conhecendo mais sobre as drogas no corpo, na vida social [...] Eu comecei pela música, né, porque eles sempre me pedem, eles gostam muito de ouvir rap, e aí ‘pra’ não ficar uma coisa vaga, uma letra de música qualquer, uma banda qualquer, eu procurei e a professora de história me indicou um cantor brasileiro que é Black Alien, não se já ouviu falar, e aí as músicas dele estão muito interligadas, as composições dele, a reabilitação dele, o que ele passou, as vezes que ele ficou internado, ele conta muito isso nas letras. Então aí eu peguei ‘pra’ trabalhar a própria interpretação de texto. Eu trouxe logo assim, foi a porta de entrada. E aí eu fui unindo os outros gêneros textuais, documentário, entrevista, notícia, e agora eu ‘tô’ com reportagem, que vai entrar aí a reportagem de Diego Maradona, que une as drogas à máfia, que também é super interessante. Eu preendo eles nesse sentido, eu vou pegando as coisas do dia a dia deles. E aí eu conversei com os professores de educação física e vão baixar agora e vão passar o filme mesmo de Diego Maradona, o que eu falei a você. ‘Pra’ a gente fazer essa atividade meio que interdisciplinar, né. E aí eu pensei nessa estratégia né, como porta de entrada, <u>vou começar com a música que eles gostam, e aí a professora de biologia trouxe a questão do documentário que fala, e depois ela deu aulas né, de efeitos das drogas no corpo humano, e assim a gente vai fazendo</u> [...] E a gente também trouxe um filme que é sobre a casa de internação também do Rio de Janeiro. E também ela aborda a questão das drogas, e aí eu fui puxando também por esse lado sabe? Que a questão é justamente essa né, a questão das drogas com a criminalidade lá [...] Eu acredito que seja isso né, trabalhar mais essa questão de efeitos a longo prazo, porque eles já vêm com o uso, não tem como a escola prevenir isso. Eu acredito que o caminho é esse [...] Eu me arrependo de não ter trabalhado nos outros anos com mais ênfase. Porque eu ‘tô’	

continuando na temática [...] A gente fez ainda em 2020 uma semana de combate as drogas né, que era... Acho que veio da Secretaria de Educação a atividade. E aí ficou só nessa semana [...] aí a gente trabalhou, foi bem legal, foi bem intenso, a gente trouxe **palestrante** ‘pra’ falar, a gente trabalhou sobre cada uma, droga né. E trouxe também **filmes**. Foi bem legal, mas ficou nisso, pelo menos ‘pra’ mim [...] no início do ano eu senti essa necessidade e aí continuei [*deve ser abordado*] Com bastante **cautela**, com bastante cautela nesse sentido que eu lhe disse né, a gente tem que pensar primeiro como vai trabalhar com eles, aí por isso que eu pensei nas músicas, que é o que eles gostam, porque se a gente chegar com aquela abordagem e dizer “é errado, não pode, você é isso”, né, nomear eles de alguma coisa, já vai ter aquele entrave, e aí não vai fluir a aula, aluno não vai querer assistir aula, porque são bem difíceis né, a gente tem que tratar eles com bem muita cautela, pensar bastante no que vai falar, pensar nos textos que vai trazer [...] tem que ser muito bem pensado [...] No meu caso eu trouxe isso porque eu acho que é a **linguagem** que eles entendem [...] e eu acho que é importante isso também, a gente trazer **relatos reais** né, de pessoas que passaram situações, que viveram no mundo do crime, que conseguiram sair, eles se veem muito nos exemplos, né. Eu acredito que tem que ser assim [...] Talvez, questão de direção, de assistentes sociais, o **corpo técnico**, né. Pode ser que às vezes elas não concordem com a maneira que a gente vai abordar o tema na escola. A gente tem que entrar nesse acordo com todos eles, entende? [...] Eu tenho autonomia, mas eu ainda tenho que ter o cuidado porque tem sempre alguém na porta né, com a gente. Então eles já olham assim com cara feia e tal, porque eles têm outra visão, diferente da nossa visão da educação né, em relação aos meninos, em relação a todos esses problemas sociais... Mas assim, acho que eu já superei isso algumas vezes, antes eu ficava mais privada em falar alguma coisa, sabe? Com medo de um **julgamento**. Mas agora eu tenho autonomia na minha sala [...] Às vezes a gente é mais privado aqui, de ter essa autonomia, sabe, mas aí, como eu já ‘tô’ mais acostumada... Eu não ligo [...] - *E de infraestrutura, assim, de recursos, você acha que teria alguma dificuldade?* Com certeza [...] A gente montou agora uma sala de, a gente chama de cineteca. Nós trouxemos livros, colocamos lá, poucos, por isso que têm poucos, e conseguiram uma TV, não sei se foi a escola que mandou. Só que tudo precário, né. Aí a gente trouxe cortina, nós mesmos colocamos a cortina, tudo montado ‘pra’ ficar uma sala mais escura. Aí tem a TV, e a TV já não é boa. Quando passa um tempinho ela já, a imagem já escurece, é como se ela fosse “pifar”. E... Só tem ela, né, só tem essa TV naquela sala, então às vezes é uma disputa dos professores, porque outros querem passar outra coisa [...] **Estrutura precária** demais. A gente não tem nenhum aparato tecnológico [...] Quando precisa de um Datashow, alguma coisa, é o coordenador que traz o dele. É tudo pessoal. Eu já também trouxe já meu notebook de casa ‘pra’ passar alguma coisa ‘pros’ meninos quando não tinha TV e aí eu ligava na tela, colocava eles pertinho. É horrível, porque a tela é pequena né. Mas foi o que eu me virei, eu precisava passar. E aí às vezes acontece de a gente precisar sair de lá rápido, tal, e ‘tá’ com computador, e ‘tá’ com uma extensão, ‘pra’ tirar tudo. Porque é precária também até a questão das tomadas, da eletricidade. E aí eu, realmente eu disse “não, eu vou parar com isso, não vou trazer mais computador”, porque às vezes você precisa correr e tem que tirar computador, a energia, desligar e pegar tudo e sair correndo. Então assim, é um perigo que eu causo ‘pra’ mim e, também, além de tudo, eu ainda posso perder meu material, que é meu, pessoal. E a gente ‘tá’ esperando aí do governo, a gente se inscreveu ‘pros’ computadores. Mas eu nem sei, porque tem toda essa questão de responsabilidade e tal, e se por acaso acontecer alguma coisa aqui, eu

	acho que vou ter que pagar também. De toda forma vai sobrar ‘pra’ mim [...] Se eu falar isso eu sou muito julgada aqui, mas eles têm um carinho grande com a gente. Mas a gente não pode ‘tá’ falando isso, por isso que eu disse a você, ‘vamo’ ‘pra’ uma sala fechada, porque qualquer pessoa que passa e escuta qualquer coisa que eu falar já vai julgar. A gente não pode ter essa relação de professor-aluno [...] é só preconceito mesmo, com os meninos, da equipe [...] como as drogas estão já muito inseridas assim na sociedade né, já é muito fácil de eles conseguirem em qualquer lugar que seja, eu acredito que a escola tem que continuar nessa questão de conscientização mesmo do uso [...] E trazer mais abordagens né, trabalhar mais essa temática. Eu acho que é muito escasso ainda, eu acho que a gente começou tarde a trabalhar isso com eles [...] A minha (<i>formação</i>) não foi boa não (risos), meio que eu vim conhecer por curiosidade depois que eu entrei aqui, fui pesquisando alguma coisa ou outra, mas formação...	
E7	[...] mesmo de antes do Lar do Garoto eu acho que existe uma certa hipocrisia em torno desse tema. As pessoas todo fim de semana ‘tão’ em bar, bebendo, mas errado ‘tá’ quem acende um <i>beck</i>, então assim, existem dois pesos e duas medidas entre essa coisa do que é lícito e do que é ilícito, né. A gente sabe que, por exemplo, camomila e outras ervas o pessoal mistura e faz cigarros de ervas e não tem problema nenhum, e especificamente a maconha é demonizada. E o cigarro mata tanto quanto qualquer outra dessas coisas, então assim, existem dois pesos e duas medidas com toda certeza, mesmo antes de entrar no Lar do Garoto. E uma vez aqui dentro eu percebi que, por exemplo, por mais que seja muito demonizada a questão de maconha, o menor dos problemas desses meninos é a maconha, então, é muito essa visão assim de “nossa, quanto exagero que se faz em torno de uma coisa tão...” [...] As sintéticas, vamos chamar assim, eu tenho um pé atrás, porque elas não têm nenhum tipo de argumento que faça com que elas façam bem a saúde, alguma coisa assim, não existe nenhum tipo de indicação disso né, diferente da maconha, que sim, eu acredito que deveria ser legalizada porque existe o lado terapêutico da coisa, sendo usada de forma direita dá certo. Do mesmo jeito que as drogas que são vendidas nas drogarias né, nas farmácias, ‘pra’ dor de cabeça etc., se você não usar direito também vai lhe causar um problema, então... [...] eu ‘tô’ só um ano e meio né, eu tenho menos experiência do que os outros professores aqui dentro, eu ainda não vi uma campanha antidrogas e tal. Quando eu entrei em dezembro de 2020, de antes da pandemia ‘tava’ colado nas paredes “Dia Mundial de Prevenção às Drogas” e tal, ‘pra’ uma certa conscientização. Mas eu pessoalmente ainda não participei de algum movimento desse não. Além disso, na sala que fica disponível paradidáticos ‘pra’ eles, aqueles livros de história e tal, tem também livros que falam sobre drogas, DST’s, outros assuntos que pode ser do interesse deles. Então ‘tá’ disponível lá [...] <i>Já abordou?</i> – [...] ainda não tive oportunidade de trabalhar especificamente. Mas, por exemplo, quando a gente fala sobre desigualdade, eu já dei aula sobre desigualdade esse ano, então sempre vem aquela coisa do uso das drogas, ela ‘tá’ muito nessa questão social, né. Então se menciona, mas assim, trabalhar especificamente isso, não [...] ‘Pra’ mim, como eu dou aula de geografia, de Projeto de Vida e de sociologia, ‘pra’ geografia e sociologia estaria muito atrelado a essa coisa do social, né, das desigualdades, do porquê as pessoas acabam se voltando às drogas e tal, e em Projeto de Vida dá ‘pra’ trabalhar a questão de se cuidar né, de fazer escolhas que sejam boas ‘pra’ você, ‘pra’ que você garanta um futuro melhor, esse tipo de coisa. Então daria ‘pra’ trabalhar nessas abordagens. Talvez até... porque a gente também trabalha muito saber indígena, por exemplo, africano também, indígena, e tem a questão das ervas né, então talvez daria ‘pra’ entrar, questão de maconha especificamente, daria ‘pra’	

entrar numa dessas abordagens [...] Eu acho que especificamente aqui tem que se ter muito **cuidado**, ‘pra’ não fazer isso que eu falei da **demonização** da coisa, não misturar, não jogar para o aluno da gente, especificamente aqui, o privado de liberdade, não ficar dizendo que aquilo que ele fez lá fora é a pior coisa do mundo, porque é um pecado, ou que qualquer coisa assim, não dar esse direcionamento, porque uma vez que a gente faz a pessoa se sentir mal pela escolha que ela fez eu acho que já dá uma culpabilização que não precisa, sabe? Eles já têm muito tempo livre ‘pra’ pensar sobre essas coisas, eu acho que não precisa de alguém apontando o dedo e dizendo “isso foi errado”. Eu acho que eles sabem, acho que todo mundo sabe, a partir do efeito que dá. É bom nos cinco segundos ali, depois você sabe as consequências... Existem **consequências**, causa um mal estar, em geral, e se não neles, nas **famílias**, que é uma coisa que eles prezam muito, são as famílias, por mais que alguns tenham a família muito fragilizada, fragmentada, mas o que eles têm ‘pra’ chamar de família eles valorizam muito, então às vezes pode não doer nele, mas doeu na mãe, já sentiu. Então fica muito essa questão de **não culpabilizar**. Eu acho que a melhor forma é trazer a informação de uma forma mais neutra, de uma forma que não cause esse mal estar nas pessoas né [...] Aquela coisa da culpa né, que a gente já falou, tirar essa conotação, e o **preconceito**, tanto de quem vem falar ‘pra’ eles quanto o deles. Porque assim, a gente associa o preconceito muito com coisas negativas, mas eles têm um preconceito positivo sobre as drogas né, tem alguns, como... Vou explicar o que é que eu ‘tô’ falando. Tem alguns meninos que eles, sem nem perceber eu acho, eles acabam glorificando o estilo de vida que eles levavam ou levam lá fora. Umas coisas assim que eles acham que é legal, mas eu percebo que é muito uma questão de se defender. É aquela coisa, se ele admitir que aquele modo de vida não é bacana, e que ele tem que mudar de vida, é algo assustador. Então ele prefere defender, por mais que aquilo acabe machucando, do que admitir que não ‘tá’ bacana, e tentar modificar, porque parece um trabalho impossível, sabe? Modificar esse contexto... [...] E como são pessoas que, em geral, não tem uma base emocional, não tem uma maturidade emocional elevada e tal, então ‘pra’ eles aquilo ali parece um trabalho impossível quase. Bate logo aquele desespero de como ‘danado’ eu vou mudar a minha vida inteira, o contexto dos meus amigos, tudo. Então eu percebo que muitas vezes muitos acabam sem querer, romantizando a coisa, glorificando, se achando a última bolacha do pacote, mas na verdade eu percebo também que é um mecanismo de defesa, muitas vezes. Tem os que gostam de verdade da ‘maloqueiragem’, mas alguns, muitos, eu percebo que tem essa coisa. Então tem esse preconceito, entre aspas, que eles já trazem, de que isso é legal, de que isso me faz mais homem, de que eu fico com cara de mau, então isso me protege. Então querendo ou não existe um estigma, tem que desmistificar muita coisa ‘pra’ eles, e são coisas muito basilares, eles cresceram a vida toda vendo aquilo ali, então é muito difícil nesse sentido, assim, você **convencer**, a partir de argumentos científicos, uma pessoa que muitas vezes não ‘tá’ aberta aos argumentos científicos porque ela sequer sabe qual é o rigor da ciência. Então, por que eu vou acreditar no que você ‘tá’ me dizendo? Aí eu digo, “aí, porque é ciência”. E daí? Na minha opinião ‘tá’ errado. Então assim, é muito difícil você querer estruturar do nada uma coisa que é muito desestruturada. Teria que ser uma mudança de **mentalidade social**, não só de um menino ou outro. É uma questão mais social, é uma **questão de grupo**, é uma questão que teria que ser atacada em diversas vertentes diferentes, em diversos âmbitos diferentes da sociedade, educação, saúde, segurança, todo mundo junto e em diversas esferas diferentes, porque também tem aquela coisa de, o que que adianta penalizar uma criatura dessa, que é o ‘perrapado’ da coisa,

	se os grandes não ‘tão’ sendo penalizados e vai continuar acontecendo. Vai continuar acontecendo. Menino tem à fora aí ‘pra’ ser recrutado ‘pra’ essas coisas, né [...] Especificamente mais com os meninos mais novos, porque eu acho que ‘tá’ atrelado a imaturidade mesmo deles. Porque os meninos mais velhos já viram muita coisa acontecer, já viram que a banda não toca tanto quanto eles imaginavam, não é no mesmo ritmo que eles imaginavam. Então os meninos mais velhos acabam tendo um pouco mais de consciência, e tão mais abertos ‘pra’ conversa, às vezes acabam confiando na professora mais e aí a gente consegue ter certas conversas que são mais paralelas, mas que não deixa de ser uma ajuda, uma socioeducação, né, no sentido de ouvir, dar a devolutiva, tentar ajudar de alguma forma, né. Mas os mais novos é mais difícil, tanto porque eles são mais inquietos, por toda a situação, como também porque eles já vem com essa imaturidade muito forte e aí eles se agarram muito a esses conceitos que eles já tem, sabe, ‘pra’ tentar não se perder no meio disso tudo [...] Eu acho que o mais novo que tem aí dentro deve ter uns 14 eu acho, no momento. Mas eu já soube dos professores que já teve até tipo 12 anos. Então assim, tem uns meninos que são bem meninos mesmo, assim. Já tem outros que já ‘tá’ com 18 e ‘tá’ aí, esperando ‘pra’ sair. Então acaba fazendo muita diferença de mentalidade [...] Eu acho que, em geral, o problema social que a gente tem com relação às drogas tem muito a ver tanto com a falta de conhecimento, mas principalmente, mais do que isso, com as questões de saúde mental. Então assim, a educação ela pode abrir os olhos, abrir as fronteiras, a mente, tudo mais, mas se a pessoa não tiver bem com ela mesma, ela vai continuar caindo nesse tipo de armadilha, vamos chamar assim, que as drogas oferecem. Então eu acho que é uma questão de trabalho conjunto, ‘pra’ melhorar a sociedade como um todo né, educação, saúde [...] abrir a mente das pessoas. Realmente educar. Porque tem gente que... muitos desses meninos foram pela brincadeira, pela ‘molecagem’, mas eles nunca se imaginaram como viciados, ou pensaram na coisa ruim que poderia acontecer, muitos deles não tem essa informação, então a escola seria realmente ‘pra’ dar informação né, científica, vamos chamar assim... [...] é aquela coisa né, a licenciatura ela prepara... é aquela coisa, na prática a teoria é outra né, e o inverso também, na teoria a prática é outra [...] a gente passa muito tempo na universidade vendo coisas que muitas vezes a gente não usa no cotidiano e o contrário também né, muitas vezes a gente tem que aplicar coisas que a gente nunca viu. Especificamente drogas, eu acho que não é algo abordado, eu acho que em nenhuma licenciatura aborda especificamente esse problema, até deveria né, porque todo professor vai entrar em sala de aula e se deparar com certas questões, até mesmo lá fora. Eu já dei aula em um lugar que eu tinha um aluno dentro de sala que ele estava visivelmente alterado por alguma substância [...] na formação, especificamente drogas, quase não é citada, a não ser nesse tipo de contexto que te falei, do assunto, da geografia, tudo mais. Mas especificamente drogas não. Mesmo assim, eu, por exemplo, eu sou uma pessoa que tive um ensino básico bacana, então durante o ensino básico eu tive palestras, teve gente falando, aquela coisa do diga não às drogas e tudo mais, então o que eu sei é muito mais porque eu fui atrás ou porque me ensinaram na questão mais básica da escola. Mas na formação de ensino superior realmente não é uma coisa muito tocada
E8	Eu acho importante ser abordado, porque muitas das vezes eles não conhecem, usam as drogas mas não sabem ‘pra’ quê servem né, usam a droga como um refúgio, então é bem importante a gente fazer uma aula, colocar... Na semana das drogas a gente fala a semana inteira das drogas, e aí a gente conhece um pouco, e aí eles vão falar muito, que a família também é usuária de droga, e aí eles se abrem mesmo com os professores, eles contam que a droga foi apresentada a eles muito cedo

	né, quando criança, e aí a gente também fica muito surpreso porque não envolve só eles né, é a questão familiar também [...] Eu não vejo bom legalizar, na minha opinião eu acredito que a proibição seria a melhor forma porque eles encontram isso né, em todo canto, mas eu não vejo como uma maneira correta de legalizar. Porque é prejudicial à saúde, então eu não vejo como uma maneira correta de legalizar né [...] porque é verificado que faz mal à saúde, então... tem as drogas ilícitas e lícitas né, o cigarro também faz mal e quanto mais é liberado mais a população quer usar, então acho que isso seria pior [...] A gente criou uma eletiva ‘pra’ falar sobre as drogas né, porque na Escola Cidadã tem a parte que é diversificada e a gente pode montar uma disciplina e aí a gente já criou uma eletiva falando sobre as drogas e que foi bem proveitosa, porque além das aulas que a gente dava, da BNCC, a gente tinha esse momento ‘pra’ fazer reuniões com eles, como debates, palestras, e aí foi bem interessante. E aí a gente tem essa abertura de montar eletivas ‘pra’ falar com eles, além de poder encaixar nas aulas, porque aí a gente tem um guia de aprendizagem que a gente pode colocar assuntos fora da BNCC, então é bem interessante falar sobre esse assunto [...] A gente fez em 2017, só que na disciplina a gente sempre pode colocar o assunto e todo ano a gente trabalha quando tem a semana de combate às drogas [...] a gente sempre trabalha. É tanto que eles fazem cartazes, a gente traz as figuras, eles colam [...] A gente faz cartazes com eles, e aí fala sobre o efeito da droga. Então todo ano a gente coloca no calendário, logo no início, todo ano a gente faz [...] partiu da necessidade deles, também muito de não conhecerem os efeitos e eles acharem que era só ‘pra’ uso do dia a dia mesmo. A gente, eu e a professora (<i>disse o nome</i>), observou que a gente poderia fazer uma eletiva ‘pra’ falar mais sobre né [...] falar sobre o efeito no organismo e aí surgiu essa ideia de se aprofundar mais. Aí foi bem aceito, foi bem legal. E aí como essas eletivas elas têm que mudar, aí a gente não trabalhou mais ela porque tem que ser sempre uma eletiva nova. Mas aí, os assuntos, a gente sempre trabalha na semana de drogas, a gente nunca deixa de trabalhar, porque eles precisam conhecer a realidade né [...] a interação deles com os professores é muito boa, você não vê eles com raiva de nenhum professor. Então assim, desde a implantação da escola a gente nunca teve problema com eles, sempre a gente foi bem aceito, é bem interessante isso [...] você vê que o aluno se comunica mais, porque faz parte da vivência deles, e aí eles se abrem mais, porque eles conhecem, então... “ah, professora, quem me apresentou as drogas”, aí diz, “foi fulano”, às vezes é o pai, às vezes é alguém já da família. Então ‘pra’ eles falar de drogas é fácil, porque é uma vivência deles. Eles falam coisa de drogas que a gente nem conhece né, então ‘pra’ eles é bem fácil. E a gente fica surpresa em sala porque vê que a realidade que a gente vive é totalmente diferente, né, e ‘pra’ eles é tão simples falar desse assunto e ‘pra’ a gente às vezes não é [...] materiais, debates, a gente trouxe vídeos também, mostrando os efeitos, e aí a gente mostrou que um professor, acho que em São Paulo, na cracolândia, ele era professor bem sucedido e aí ele entrou no mundo das drogas e a gente trouxe esse vídeo, foi bem impactante ‘pra’ eles, porque eles viram que esse professor já tinha sua estrutura, já tinha seu ambiente familiar, seu trabalho, e a gente mostrou que quando ele entrou no mundo das drogas ele perdeu tudo, perdeu a família, perdeu tudo que ele tinha e ele foi morar nas ruas e aí eles viram que mexe com tudo né. Eu lembro que foi um vídeo bem impactante que eles ficaram “caramba, professor já, formado”, a gente mostrou que não, que não é só adolescente que entra no mundo das drogas, a gente mostrou que tem famosos que entram, e aí a gente apresentou a eles outro mundo, que gente que tinha dinheiro, tinha uma boa condição, também entrava no mundo e aí eles ficaram bem surpresos [...] tinham	
--	---	--

	aulas que eram vídeos, outras aulas eram rodas de conversas, outra aula era confecção de cartazes. Então tudo envolvendo a temática, a gente tudo trabalhava referente ao tema das drogas [...] Eu acredito que dá ‘pra’ a gente encaixar em atividade diversificada, então sempre que houver a necessidade, se o aluno chegar em sala de aula e comentar a gente pode trazer como tema diversificado com eles. Eu acho que a gente tem totalmente abertura ‘pra’ isso, né, o coordenador da gente dá abertura ‘pra’ a gente fazer o nosso guia de aprendizagem colocando essa parte diversificada, e aí é muito interessante abordar esse tema, porque é o que eles usam e consequentemente vem o vício, né [...] Mostrar as consequências a eles e ver que não é uma coisa boa. Porque no mundo deles é como se existisse só coisa boa né, ele não vê aquilo como uma coisa que vai gerar problemas de saúde, vai gerar aquele vício, afastamento do âmbito familiar, eles veem como se fosse coisa boa. Eu percebo isso. Mas aí quando a gente chega e fala “ô, vai acarretar doenças...”, a gente mostra o que vai acontecer e eles ficam até surpresos, porque eles não conseguiam enxergar aquilo. Para eles era só um momento de brincadeira, uma ilusão né, na hora. Eles não conseguem enxergar que vem outras coisas futuras [...] você percebe que eles não têm essa visão do que pode acontecer no futuro. Eu percebo isso. “Eita, e pode acontecer isso, eu posso chegar no meio da rua?”. Eles não têm essa... “Ah, professora, mas não vai acontecer isso não”. “Acontece, porque isso é consequência do vício”. Você tem que colocar na cabeça que o vício você tem uma hora que você não vai voltar. Você às vezes não consegue sair. E aí eles ficam surpresos porque tem gente famosa que realmente perdeu a vida por causa do vício. Então se a gente mostrar outras realidades que não sejam só a deles, eu acredito que eles ficam mais impactados. Como é que uma cantora famosa usou tanta droga, rica, tem dinheiro e usou e morreu? ‘Tá’ entendendo? Então eu vejo que eles não tinham esse conhecimento, que se a gente mostrar outras realidades também eles ficam bem impactados [...] Teve até um joguinho que a gente fez de tabuleiro, também falando sobre as drogas. Era tipo assim, se você fumou maconha, volte duas casas, aí tinha uma consequência, porque às vezes aprende na brincadeira né, então a gente sempre ficava pesquisando sobre. Foi um momento bem interessante [...] eu acho que a gente tem que trabalhar sobre as drogas quando o aluno, o menino, assim, já tiver bem estabilizado aqui na unidade, porque aí ele vai ouvir o professor. Mas se ele chegar e a gente for falar logo ele não vai entender nada, ele chega, mas a cabeça dele ainda ‘tá’ lá fora, então eu acho que a gente tem que ter todo esse cuidado também. A gente tem que ter essa adaptação, conversar também, porque tem sala de aula que tem menino que não usa, então a gente fala mais sobre as drogas nas salas de aula que tinha menino que você percebe que é mais recorrente eles falarem, mas você vê que não é todas as turmas que os meninos comentam não, tem uns que falam que não usam né [...] se ele quer escutar também, porque às vezes eles chegam estressados né, e aí você não pode já abordar um tema logo de cara. Então a gente tem que conhecer eles [...] eles aceitaram bem a temática, muitos respeitaram. Às vezes perguntavam “ah, professora, a senhora trouxe esse tema por que a gente é viciado?” “Não, não tem nada a ver não, isso é uma temática da escola, toda escola a gente trabalha sobre as drogas”. Mas assim, não teve nenhum estresse grande não. É só a gente explicar que a gente trouxe, que é uma temática da escola, ‘pra’ eles não pensarem que a gente trouxe por causa deles, por causa de um específico. Mas a gente deixa isso bem claro, ‘pra’ eles não confundirem né [...] que é uma atividade interdisciplinar e que todo ano vai ter, todo ano a gente vai abordar sobre o tema. É tanto que hoje em dia é bem tranquilo, não vejo nenhum falando mal assim, ‘tá’ bem tranquilo. Até porque a unidade hoje tem poucos adolescentes, quando	
--	---	--

	a gente entrou tinham muitos adolescentes, eram uns duzentos meninos... Hoje em dia tem uns quarenta [...] às vezes a gente fazia palestra no auditório. Quando a gente conseguia uma pessoa de fora ‘pra’ falar. Uma vez veio um pastor, falar sobre a vivência dele com as drogas, ele também era usuário, e aí um professor, o professor de educação física, conseguiu trazer ele ‘pra’ cá e a gente fez a palestra ele contando a vida dele, como ele saiu, o porquê de ele ter saído, aí foi bem interessante. E como ele não podia passar muito tempo aqui, por causa do trabalho dele, aí a gente colocou os adolescentes no auditório e aí ele colocou o slide e falou da experiência dele [...] Eles acharam bem interessante, porque eles pensam que vai entrar no mundo das drogas e nunca mais vai sair né. Então eles têm que ver que uma pessoa entrou no mundo das drogas, mas conseguiu sair. Então quando eles veem uma pessoa assim de perto, perto da realidade deles, eles ficam bem chocados né, bem dizer. ‘Oxente’, ele conseguiu sair, é uma pessoa que hoje tem uma estrutura boa, e vir uma pessoa ‘pra’ cá falar isso ‘pra’ eles é bem interessante né, porque é uma pessoa que já passou, já reconstituiu a sua vida. Aí ele contou que ‘tava’ muito drogado uma vez, e saiu de casa numa moto e quase perde a vida, porque tinha tomado muito álcool e também ‘tava’ drogado. Aí contou a eles que depois disso, quando ele se viu no hospital, perto de perder a vida, ele prometeu que nunca mais iria usar. Aí ele falou da experiência dele, que deixassem enquanto era cedo, então foi bem real [...] eles são muito novos né [...] são bem jovens. Então quanto mais cedo sair, melhor ‘pra’ eles, por isso que é interessante a gente falar. Quando a gente consegue uma pessoa que já passou por isso é muito bom, eles se veem assim. Eles dizem “Ah, eu também posso sair, né”. Então eu vejo assim... [...] eu acho que a gente só não pode trabalhar se o aluno tiver muito inquieto né, se tiver naquele nível de abstinência, eu não acho interessante falar sobre no momento, porque aí ele pode se estressar, pode não entender, pode achar que a gente ‘tá’ ofendendo ele [...] Materiais a gente sempre teve dificuldade, mas a gente ganhou uma TV da escola, a gente tem uma TV que ‘tá’ usando. Mas assim, quando a turma é dois, três alunos a gente leva nosso notebook mesmo ‘pra’ usar. Mas questão de materiais sempre demora a chegar mesmo. Muitas vezes a gente racha entre os professores. Se a gente for fazer algo diferente, aí a gente reúne os professores e, a maioria das vezes, todos colaboram, porque se não, se a gente ficar esperando e esperando, nunca chega [...] Eu acredito que os professores têm que alertar que não faz bem à saúde e em todo momento ver que não é uma coisa boa, porque o vício não é uma coisa boa. Então se o professor puder alertar e falar das consequências, porque muitas vezes eles não veem as consequências. Eu acho interessante o professor sempre mostrar o que vai acontecer de ruim. Então, se eu fiz isso geralmente eu vou ter uma consequência, não é pensar no agora, então a gente tem que pensar na consequência. Eu acho que os professores têm que focar nisso [...], porque muitos pensam que é usar naquele momento e só, mas tudo isso causa consequências né, vem o vício, vem a destruição familiar, vem o afastamento dos amigos, das pessoas mais próximas, vai interferir na sua vida, às vezes deixa de estudar, deixa de trabalhar, e aí o vício vai contaminando, então não é uma coisa boa. A gente tem que sempre alertar que existem as consequências [...] Eu usei porque é bom, ‘tava’ triste, usei porque é bom. Então você percebe que eles não colocam na cabeça que tem uma consequência, eles pensam que é só aquilo. Então a gente tem que alertar justamente ‘pra’ isso, as consequências né [...] Eu tive que pesquisar por fora, porque na faculdade eu não estudei assim sobre o assunto, mas quando eu cheguei aqui eu vi a necessidade, que a gente teria que pesquisar sobre o assunto. Na graduação não pesquisava sobre as drogas, não lembro de ter disciplina	
--	--	--

	que a gente falava, não teve, foi muito vago na formação. Mas aí quando a gente entrou aqui, ‘pra’ socioeducação, todos os professores viram que a gente tinha que começar a ter esse estudo	
CÓDIGO	EXTRATO	CATEGORIA
E1	<i>Ouviu falar</i> - Eu já ouvi falar, só que no momento não estou recordando [...] Acredito que a educação popular, do meu ponto de vista do senso comum, seria uma educação é... básica, para que todos tivessem acesso	COMPREENSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR
E2	<i>Ouviu falar</i> - Muito pouco [...] Eu acredito que a educação popular ela se vincula muito ao senso comum [...] que é o conhecimento passado de geração ‘pra’ geração, que se difunde na sociedade , mas isso é o que eu acho né, não sei se eu ‘tô’ equivocado	
E3	[...] a gente tem que chegar na linguagem deles [...] Uma linguagem bem coloquial, bem... assim, possível, a ideia de falar de gírias também é muito importante no contexto. Dizer “e aí, como é na sua quebrada?”, “fala aí na sua boca”, entendeu? [...] Do jeito que eles entendem, entendeu? Então, “fala aí como é lá nas suas quebrada aí questão de droga” “Oxe professora, é na real, todo mundo usa”. Entendeu? Então a gente vai entrar, a gente vai fazer uma imersão no contexto social deles. [...] A educação popular justamente é o que a gente faz aqui, porque não tem como a gente chegar com linguagem científica [...] Então o possível que a gente faz aqui de fazer com que eles associem o contexto real com o contexto educacional é mais fácil. Então falar na linguagem deles, mostrar coisas que ele tem no dia a dia [...] a educação popular eu acho que é justamente a gente fazer com que eles entendam o contexto educacional a partir do contexto social onde eles estão inseridos [...] Por isso eu trabalho a aula inteira com analogia e as analogias ‘é’ o mundão onde eles ‘tão’ inseridos, porque eles entendem [...] <i>Ouviu falar</i> - Nunca nesta vida [...] Seria a universalização da educação . As leis são universais, mas as práticas não [...] É essencial popularizar. ‘Tá’, uma coisa que devia ser popularizada, é a educação, porque é essencial. [...] A educação popular deixa todo mundo no mesmo patamar, uma pessoa de fácil acesso vai ter a mesma educação de uma pessoa que ‘tá’ ‘lá’ no finalzinho, onde Judas perdeu as botas [...] Só um salve aí, popular não quer dizer de baixa qualidade, certo. Uma educação popular não é uma educação mais baixa, inferior, do que uma educação de, de... é... menos popular. Popularização quer dizer que você vai chegar com essa educação de qualidade para pessoas que não tinham esse acesso , ‘tendeu’? Porque muitas vezes... o valor das coisas, monetário, está muito ligado ao valor afetivo, sentimental, o valor que você dá ‘pra’ elas. Então, se a educação é popular, eles tendem a pensar em popular como inferior, ‘cê’ ‘tá’ entendendo?	
E4	[...] eu uso a música, o <i>hip hop</i> , essas músicas assim que eles gostam, e nela eu trabalho a interpretação de texto, trabalho os verbos, a gramática, tudo isso [...] Pronto, tem uma banda que eles gostam muito, que é um grupo de <i>hip hop</i> , que é NSC, Neurônios SubConsciente [...] Então como eu gosto desse som também, aí eu mostro a parte da interpretação e mostro o que é que esse cantor quer passar ‘pra’ eles [...] Então a gente começa a adaptar, no meu caso eu fiz o que. Por exemplo, será que os adolescentes iam gostar de Carlos Drummond de Andrade? Né? José de Alencar. Não, não iria gente, isso não iria atrair eles, é a mesma coisa de eu chegar aqui no Cariri e trabalhar com maça e uva. Os caras iam dizer, não dá não aqui não, aqui a gente só planta palma, planta macaxeira. Então você tem que colocar uma coisa que seja do meio deles, do meio deles, né, e isso se torna atrativo. Por que eles querem assistir minha aula? Eles sempre querem assistir minha aula por causa disso, porque eu coloco coisa que são do contexto deles. Agora claro, desmistificando, ‘pra’ eles entenderem, saber que dentro da música não é apologia a droga, nem	

	de droga fala, né. Incentivar, fazer com que eles saiam da vida do crime, mostrar que eles são capazes, ou seja, são letras de superação né, que falam sobre superação. <i>Ouviu falar</i> - Não, nunca ouvi não. Talvez até já tenho feito ela né (risos) [...] essa educação que você fala aí, que eu não sei sobre ela, vou até dar uma olhada, mas eu acho que é mais ou menos isso tudo que eu falei, essa vivência né [...] a vivência, os problemas que eles têm em casa, acho que a educação tem que ir mais além [...] eu tenho que ter esse compromisso de formar cidadãos melhores, né. É beneficiar a sociedade [...] é preciso ter questão de consciência, e de preocupação de você ter com o próximo né	
E5	[...] eu falo abertamente, do jeito, da forma que seja mais compreensível possível da parte deles [...] <i>Ouviu falar</i> - Não, não, acho que não [...] Pode ser duas coisas, né? Educação popular da população, e educação popular os saberes das pessoas né, dos populares , como um processo de... de formação	
E6	[...] a gente tem que pensar primeiro como vai trabalhar com eles, aí por isso que eu pensei nas músicas [...] No meu caso eu trouxe isso porque eu acho que é a linguagem que eles entendem [...] <i>Ouviu falar</i> - Não, é novo 'pra' mim [...] Não sei se é a educação que a gente traz da rua, de casa, é o conhecimento de mundo , né? De cada um [...] a educação popular eu também não acho que seja a que eles trazem de dentro de casa, é algo que seja da rua , né? [...] Eu penso também alguma coisa do tipo de regras e disciplinas que a população quer impor 'pras' outras pessoas? Tipo... Essa onda que a gente vê de patriotismo, tal, nesse governo desses últimos anos, como se quisesse que a população seguisse daquela mesma maneira [...]	
E7	<i>Ouviu falar</i> - Não, nunca ouvi falar nesse termo [...] Educação popular talvez seja mais voltado aos interesses da população menos, menos... científico, não no sentido da validade da informação, mas menos rebuscado, e mais do cotidiano das pessoas [...] aproximar mais a educação da população	
E8	<i>Ouviu falar</i> - Já ouvi falar [...] Eu acho que é 'pra' falar mais informalmente da educação [...] eu nunca li assim muito sobre a educação popular não	